



ESTADO DO MARANHÃO
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA
PALÁCIO MANOEL BEQUIMÃO
DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA



ANO XXXII Nº 143, SÃO LUÍS, QUINTA-FEIRA, 16 DE DEZEMBRO DE 2004. EDIÇÃO DE HOJE: 80 PÁGINAS
97.ª SESSÃO ORDINÁRIA DA 2.ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 15.ª LEGISLATURA

SUMÁRIO

ATA	04	RESOLUÇÃO ADMINISTRATIVA	29
PROJETOS DE LEI	04	PARECERES	30
REQUERIMENTOS	04 e 21	MENSAGENS	71
INDICAÇÕES	06	OFÍCIOS	72
ATA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA.....	20	RELATÓRIO DAS ATIVIDADES LEGISLATIVAS	75
SESSÃO DE ENCERRAMENTO DOS TRABALHOS LEGISLATI- VOS	29	EDITAL N.º002 e 004	77
DECRETO LEGISLATIVO	29	TELEGRAMA	78

MESA DIRETORA

Deputado Carlos Alberto Milhomem (PFL)

Presidente

1.ª Vice-Presidente Deputada Telma Pinheiro (PTB)	1.º Secretário Deputado Joaquim Haickel (PSB)
2.º Vice-Presidente Deputado César Pires (PFL)	2.º Secretário Deputado Max Barros (PFL)
3.º Vice-Presidente Deputado Reginaldo Nunes (PL)	3.º Secretário Deputado Geovane Castro (PFL)
4.º Vice-Presidente Deputado Francisco Gomes (PFL)	4.º Secretário Deputado Hélio Soares (PP)

PARTIDO DA FRENTE LIBERAL - PFL

- | | |
|-------------------------------------|-----------------------------|
| 1. Deputado Arnaldo Melo - licenc. | 4. Deputado Francisco Gomes |
| 2. Deputado Carlos Alberto Milhomem | 5. Deputada Maura Jorge |
| 3. Deputado César Pires | 6. Deputado Max Barros |

PARTIDO TRABALHISTA BRASILEIRO - PTB

- | | |
|-------------------------------|------------------------------|
| 1. Deputado Antonio Bacelar | 9. Deputado Manoel Ribeiro |
| 2. Deputado Camilo Figueiredo | 10. Deputado Pavão Filho |
| 3. Deputado Elígio Almeida | 11. Deputado Paulo Neto |
| 4. Deputado Deusdedit Sampaio | 12. Deputado Rubens Pereira |
| 5. Deputado Geovane Castro | 13. Deputado Stênio Resende |
| 6. Deputado Humberto Coutinho | 14. Deputada Telma Pinheiro |
| 7. Deputada Janice Braide | 15. Deputado Wilson Carvalho |
| 8. Deputado João Evangelista | |

PARTIDO VERDE - PV

1. Deputado Carlos Filho
2. Deputado José Lima

PARTIDO SOCIALISTA BRASILEIRO - PSB

1. Deputado Joaquim Haickel
2. Deputada Teresa Murad

PARTIDO LIBERAL - PL

1. Manoel Ceará
2. Reginaldo Nunes

PARTIDO PROGRESSISTA - PP

1. Deputado Hélio Soares
2. Deputado Soliney Silva

PARTIDO DA SOCIAL DEMOCRACIA BRASILEIRA - PSDB

1. Deputado Aderson Lago
2. Deputado Alberto Franco
3. Deputada Cristina Archer

PARTIDO DO MOVIMENTO DEMOCRÁTICO BRASILEIRO - PMDB

1. Deputado Carlos Braide
2. Deputada Socorro Waquim

PARTIDO POPULAR SOCIALISTA - PPS

1. Deputado Antonio Pereira

SEM PARTIDO

1. Rigo Teles

BLOCO PARLAMENTAR DE OPOSIÇÃO - BPO

- | | |
|---|---|
| 1. Deputado Domingos Dutra (PT) | 5. Deputado Luíz Pedro (PDT) |
| 2. Deputada Graça Paz (PDT) | 6. Deputado Mauro Bezerra (PDT) |
| 3. Deputada Helena Barros Heluy (PT) | 7. Deputado Rubem Brito (PDT) |
| 4. Deputado Julião Amin (PDT) | |
| <u>Líder</u>
Deputado Luíz Pedro (PDT) | <u>Vice-Líder</u>
Deputado Domingos Dutra (PT) |

LIDERANÇA DO GOVERNO

- | | |
|---|---|
| <u>Líder</u>
Deputado João Evangelista | <u>Vice-Líderes</u>
Deputado Carlos Braide
Deputado Soliney Silva
Deputado Pavão Filho |
|---|---|

COMISSÕES PERMANENTES DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA

I - Comissão de Constituição, Justiça e Redação Final.

<u>Titulares</u>	<u>Suplentes</u>
Teresa Murad - PRESIDENTE	Alberto Franco
Stênio Resende - VICE-PRESIDENTE	Antonio Pereira
Pavão Filho	José Lima
Carlos Braide	Rubens Pereira
Mauro Bezerra	Helena Barros Heluy

II - Comissão de Orçamento, Finanças e Fiscalização.

<u>Titulares</u>	<u>Suplentes</u>
Rigo Teles - PRESIDENTE	Antonio Pereira
Paulo Neto - VICE-PRESIDENTE	Socorro Waquim
Soliney Silva	Maura Jorge
Rubens Pereira	Antônio Bacelar
Rubem Brito	Mauro Bezerra

III - Comissão de Agricultura, Política Agrária e Produção.

<u>Titulares</u>	<u>Suplentes</u>
Paulo Neto - PRESIDENTE	Humberto Coutinho
Janice Braide - VICE-PRESIDENTE	Camilo Figueiredo
Rigo Teles	Socorro Waquim
Manoel Ceará	Pavão Filho
Rubem Brito	Domingos Dutra

IV - Comissão de Educação, Ciências, Tecnologia, Cultura e Desporto.

<u>Titulares</u>	<u>Suplentes</u>
Alberto Franco - PRESIDENTE	Teresa Murad
Socorro Waquim - VICE-PRESIDENTE	Carlos Braide
Pavão Filho	Rubens Pereira
Cristina Archer	José Lima
Luís Pedro	Julião Amin

V - Comissão de Relações do Trabalho e Administração Pública.

<u>Titulares</u>	<u>Suplentes</u>
Luís Pedro - PRESIDENTE	Carlos Braide
Elígio Almeida - VICE-PRESIDENTE	João Evangelista
Teresa Murad	Maura Jorge
Manoel Ceará	Paulo Neto
Carlos Filho	Fortunato Macedo

VI - Comissão de Saúde, Seguridade e Ação Social.

<u>Titulares</u>	<u>Suplentes</u>
Humberto Coutinho - PRESIDENTE	Camilo Figueiredo
Antônio Pereira - VICE-PRESIDENTE	Manoel Ceará
Elígio Almeida	Stênio Resende
João Evangelista	Cristina Archer
Wilson Carvalho	Fortunato Macedo

VII - Comissão de Assuntos Municipais e Desenvolvimento Regional.

<u>Titulares</u>	<u>Suplentes</u>
Cristina Archer - PRESIDENTE	Rubens Pereira
Maura Jorge - VICE-PRESIDENTE	Deusdedith Sampaio
Rigo Teles	Paulo Neto
Antonio Bacelar	Antonio Pereira
Julião Amin	Luís Pedro

VIII - Comissão de Defesa do Consumidor.

<u>Titulares</u>	<u>Suplentes</u>
Maura Jorge - PRESIDENTE	Carlos Braide
Fortunato Macedo	Humberto Coutinho
Deusdedith Sampaio	João Evangelista
Carlos Braide	Antônio Bacelar
Teresa Murad	Helena Barros Heluy

IX - Comissão de Defesa dos Direitos Humanos.

<u>Titulares</u>	<u>Suplentes</u>
Antônio Pereira - PRESIDENTE	Janice Braide
Helena Barros Heluy - VICE-PRESIDENTE	Rigo Teles
Paulo Neto	Elígio Almeida
Wilson Carvalho	Deusdedith Sampaio
Antônio Bacelar	Maura Jorge

X - Comissão de Obras, Serviços Públicos e Habitação.

<u>Titulares</u>	<u>Suplentes</u>
Pavão Filho - PRESIDENTE	Cristina Archer
Maura Jorge - VICE-PRESIDENTE	Alberto Franco
Socorro Waquim	Rigo Teles
Carlos Filho	Wilson Carvalho
Domingos Dutra	Rubem Brito

XI - Comissão de Meio Ambiente, Minas, Energia e Turismo.

<u>Titulares</u>	<u>Suplentes</u>
Deusdedith Sampaio - PRESIDENTE	Cristina Archer
José Lima - VICE-PRESIDENTE	Paulo Neto
Janice Braide	Pavão Filho
Carlos Filho	Teresa Murad
Domingos Dutra	Luís Pedro

XII - Comissão de Ética.

<u>Titulares</u>	<u>Suplentes</u>
Stênio Resende - PRESIDENTE	Rubens Pereira (BPD)
Soliney Silva - VICE-PRESIDENTE	Rigo Teles (BPD)
Wilson Carvalho	Alberto Franco (BPP)
João Evangelista	Paulo Neto (BPP)
Julião Amin	Helena Barros Heluy (BPO)

XIII - Comissão de Economia, Indústria e Comércio.

<u>Titulares</u>	<u>Suplentes</u>
Antônio Pereira - PRESIDENTE	Carlos Filho
Soliney Silva - VICE-PRESIDENTE	Manoel Ceará
João Evangelista	Pavão Filho
Camilo Figueiredo	Teresa Murad
Mauro Bezerra	

XIV - Comissão de Legislação Participativa.

<u>Titulares</u>	<u>Suplentes</u>
Rubens Pereira - PRESIDENTE	Elígio Almeida
Luís Pedro - VICE-PRESIDENTE	Stênio Resende
Camilo Figueiredo	João Evangelista
Deusdedith Sampaio	Wilson Carvalho
Janice Braide	Mauro Bezerra

Ata da Nonagésima Sétima Sessão Ordinária da Segunda Sessão Legislativa da Décima Quinta Legislatura da Assembléia Legislativa do Estado do Maranhão, realizada em quinze de dezembro do ano de dois mil e quatro.

Presidente deputado Carlos Alberto Milhomem.
Primeiro secretário deputado Elgício Almeida.
Segundo secretário deputado Reginaldo Nunes.

Às nove horas e trinta minutos presentes os deputados Aderson Lago, Alberto Franco, Antônio Carlos Bacelar, Antônio Pereira, Camilo Figueiredo, Carlos Alberto Milhomem, Carlos Braide, Carlos Filho, César Pires, Cristina Archer, Deusdedith Sampaio, Domingos Dutra, Elgício Almeida, Francisco Gomes, Geovane Castro, Graça Paz, Helena Barros Heluy, Hélio Soares, Humberto Coutinho, Janice Braide, João Evangelista, Joaquim Nagib Haickel, José Lima, Julião Amin, Luiz Pedro, Manoel Ceará, Manoel Ribeiro, Maura Jorge, Mauro Bezerra, Max Barros, Paulo Neto, Pavão Filho, Reginaldo Nunes, Rigo Teles, Rubem Brito, Rubens Pereira, Socorro Waquim, Soliney Silva, Stênio Rezende, Telma Pinheiro, Teresa Murad e Wilson Carvalho.

I - ABERTURA

O SENHOR PRESIDENTE CARLOS ALBERTO MILHOMEM – em nome do povo e invocando a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos. Com a palavra o senhor segundo secretário para leitura do texto bíblico e ata da sessão anterior.

O SENHOR SEGUNDO SECRETÁRIO REGINALDO NUNES – (Lê texto bíblico e lê Ata). Ata lida Senhor Presidente.

O SENHOR PRESIDENTE CARLOS ALBERTO MILHOMEM – Ata lida e considerada aprovada. Solicito ao Senhor Primeiro Secretário para proceder a leitura do Expediente.

O SENHOR PRIMEIRO SECRETÁRIO ELÍCIO ALEMEDIA – (Lê Expediente).

II - EXPEDIENTE

PROJETO DE LEI N.º 158 / 04

Considera de utilidade pública a Fundação Severina Ferreira de Almeida.

Art. 1º - Fica considerada de Utilidade Pública a Fundação Severina Ferreira de Almeida - FUNDASFA, com sede no Município de PIO XII, Estado do Maranhão.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data da publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Plenário “Deputado Gervásio Santos” do Palácio “Manoel Bequimão”, em São Luís, 13 de dezembro de 2004. DOMINGOS DUTRA - Deputado Estadual – PT.

JUSTIFICATIVA

A Fundação Severina Ferreira de Almeida - FUNDASFA foi fundada em 05/06/2001 e, está devidamente registrada no Cartório de Títulos e Documentos de Pessoas Físicas e Jurídicas, em Pio XII/MA. Desde sua criação, a Fundação vem prestando grandes serviços para a comunidade, no atendimento a idosos e deficientes físicos, oferecendo-lhes moradia, alimentação, saúde e convivência social.

Diante dos serviços prestados para o bem conviver social é valido considerar de utilidade pública a Fundação Severina Ferreira de Almeida – FUNDASFA. JUSTIÇA SE FAZ NA LUTA - DEP. DOMINGOS DUTRA (PT).

PROJETO DE LEI N° 159/04

Considera de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Miranda do Norte – MA, com sede e foro no Município de Miranda de Norte, no Estado do Maranhão.

Art. 1º. Considera de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Miranda do Norte – MA, com sede e foro no Município de Miranda de Norte, no Estado do Maranhão.

Art. 2º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PLENÁRIO DEPUTADO GERVÁSIO SANTOS, DO PALÁCIO “MANOEL BEQUIMÃO”, em 14 de Dezembro de 2004. CÉSAR PIRES - Deputado Estadual - “Incluindo o Maranhão pelo conhecimento”

PROJETO DE LEI N° 160/04

Considera de Utilidade Pública a Sociedade Cultural Profissionalizante Rural da Pirâmide – SOCPROL, com sede e foro no Município de Paço do Lumiar, no Estado do Maranhão.

Art. 1º. Considera de Utilidade Pública a Sociedade Cultural Profissionalizante Rural da Pirâmide – SOCPROL, com sede e foro no Município de Paço do Lumiar, no Estado do Maranhão.

Art. 2º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PLENÁRIO DEPUTADO GERVÁSIO SANTOS, DO PALÁCIO “MANOEL BEQUIMÃO”, em 14 de Dezembro de 2004. CÉSAR PIRES - Deputado Estadual - “Incluindo o Maranhão pelo conhecimento”

REQUERIMENTO N° 226 / 04

Senhor Presidente,

Na forma regimental requero a Vossa Excelência que após ouvida a Mesa, seja encaminhada Mensagem de Aplausos e Congratulações à Igreja Evangélica Assembléia de Deus Área 15, Cidade Operária, na pessoa do Pr. Rayfran Batista, pela inauguração da magnífica Catedral, Santuário de louvor e adoração ao Deus Todo Poderoso.

Referido Templo testifica do trabalho e perseverança de homens e mulheres, servos de Deus, que impulsionados pela operosidade da Fé Cristã, consagraram o melhor ao Senhor dos Senhores.

Parabenizamos aos Pastores, líderes e irmãos pelo grande Templo, para onde muitas almas serão atraídas e se renderão aos pés de Jesus Cristo.

Plenário “ Gervásio dos Santos do Palácio MANOEL BEQUIMÃO, Em São Luís, 14 de Dezembro de 2004. TELMA PINHEIRO RIBEIRO - Deputada Estadual - “O Senhor dos Exércitos está conosco” SI.46.7(a)

DEFERIDO
EM: 15.12.04

REQUERIMENTO N° 227 / 04

Senhor Presidente,

Na forma regimental requero a V. Exa., que após ouvida a Mesa, seja publicada no Diário desta Assembléia, Mensagem de Aplausos e Congratulações às Igrejas Evangélicas do Maranhão em homenagem ao Dia da Bíblia, comemorado no Segundo Domingo de Dezembro.

A Bíblia, é a Enciclopédia mais vendida no mundo, composta de 66 Livros, escritos por homens inspirados por Deus.

Livro Sagrado, de grande relevância espiritual e moral, digno de toda aceitação. Neste Livro contém a Revelação de Deus para a humanidade, os seus preceitos atravessam gerações, através dos quais muitas famílias e até mesmo Nações, têm sido abençoadas por conhecerem o Deus Criador dos Céus e da Terra.

Feliz é o homem que norteia os seus caminhos pelas Escrituras Sagradas e vive pela sua orientação.

Conclamamos que todas as famílias da Terra leiam a Bíblia, que é Lâmpada para os pés e Luz para o caminho.

Plenário “Gervásio Santos” do Palácio Manoel Bequimão, em 13 de dezembro de 2004. Telma Pinheiro Ribeiro – Deputada Estadual – “O Senhor dos Exércitos está conosco” Sl.46.7(a).

DEFERIDO
EM: 15.12.04

REQUERIMENTO Nº 228 / 04

Senhor Presidente:

Na forma regimental, requero a V.Exa. que, após ouvida a Mesa, seja enviado ofício ao juiz de Direito de Itapecuru-Mirim, doutor Marlon Reis, com os cumprimentos desta Casa, por estar recebendo, hoje, em Brasília, o Prêmio *Innovare* – “*O Judiciário do Século XXI*”, organizado pela Fundação Getúlio Vargas, Associação dos Magistrados Brasileiros e Ministério da Justiça, que lhe foi conferido por estar contribuindo para modernização, melhoria da qualidade e eficiência dos serviços da Justiça.

A indicação do nome do doutor Marlon Reis para o Prêmio *Innovare* deve-se à sua luta para aproximar o Judiciário da sociedade, através do Movimento de Combate à Corrupção Eleitoral e cumprimento da Lei 9840, com o apoio da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil – CNBB e da Comissão Brasileira Justiça e Paz.

Plenário “Deputado Gervásio Santos”, do Palácio “Manoel Bequimão”, em São Luís, 14 de dezembro de 2004. “Justiça pra toda vida” HELENA BARROS HELUY - Deputada Estadual – PT.

DEFERIDO
EM: 15.12.04

REQUERIMENTO N.º 229 / 04

Senhor Presidente,

Na forma regimental, requero a V.Exa., sejam abonadas faltas às Sessões dos dias 19, 20 e 25 de maio do corrente ano em virtude do requerente está representando esta Casa junto à COMISSÃO ESPECIAL DE ESTRADAS, a qual presidiu.

Plenário Gervásio Santos, do Palácio Manoel Bequimão em 14 de dezembro de 2004. JUSTIÇA SE FAZ NA LUTA - DEP. DOMINGOS DUTRA (PT).

DEFERIDO
EM: 15.12.04

REQUERIMENTO N.º 230 / 04

Senhor Presidente,

Na forma regimental, requero a V.Exa., sejam abonadas faltas às Sessões dos dias 23, 24, 29 e 30 de novembro do corrente ano em virtude do requerente está representando esta Casa junto à COMISSÃO ESPECIAL DOS PROGRAMAS SOCIAIS, a qual presidiu.

Plenário Gervásio Santos, do Palácio Manoel Bequimão em 14 de dezembro de 2004. JUSTIÇA SE FAZ NA LUTA - DEP. DOMINGOS DUTRA (PT).

DEFERIDO
EM: 15.12.04

REQUERIMENTO Nº 231 / 04

Senhor Presidente:

Na forma regimental, requero a V. Exa. que, após manifestação da Mesa, seja transcrita, nos Anais da Casa, a Portaria nº 35, de 06 de dezembro de 2004, publicada no Diário Oficial da União, número 237, Seção 1, de 10/12/2004, página 8, da lavra do Presidente da Fundação Palmares, do Ministério da Cultura, que manda registrar, no Livro de Cadastro Geral nº 001, e reconhece os processos das Comunidades, em tramitação naquele órgão, relacionadas no documento anexo, como Remanescentes de Quilombos.

A Portaria acima mencionada é resultado de grande trabalho científico de pesquisadoras do gabarito de Cynthia Carvalho Martins e Patrícia Nunes Portela, sob a coordenação do professor doutor, em Antropologia, Alfredo Wagner Berne de Almeida, que, através de laudo antropológico, consubstanciou a posição da Fundação Palmares, fazendo sobressair a importância da ciência a serviço dos interesses os mais relevantes da sociedade civil.

Plenário “Deputado Gervásio Santos” do Palácio “Manoel Bequimão”, em São Luís, 15 de dezembro de 2004. “Justiça pra toda vida” HELENA BARROS HELUY - Deputada Estadual/PT

DEFERIDO
EM: 15.12.04

Diário Oficial da União, Número 237, Seção 1, 10/12/2004, pg. 8

MINISTÉRIO DA CULTURA

FUNDAÇÃO CULTURAL PALMARES

PORTARIA Nº 35, DE 06 DE DEZEMBRO 2004

O Presidente da Fundação Cultural Palmares, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 1º da Lei nº 7.668 de 22 de Agosto de 1988, art. 2º, §§ 1º e 2º, art. 3º, § 4º do Decreto nº 4.887 de 28 de novembro de 2003, de Portaria Interna de FCP nº 06, de 01 de março de 2004, publicada no Diário Oficial da União nº 43 de 04 de março de 2004, Seção 1, F.07, resolve:

Art. 1º REGISTRAR no Livro de Cadastro Geral nº 001 e CERTIFICAR que conforme Declarações de Auto-reconhecimento e os processos em tramitação nesta Fundação Cultural Palmares, as Comunidades, a seguir, SÃO REMANESCENTES DOS QUILOMBOS:

COMUNIDADE DE JATOBÁ, localizada no Município de Maquém do São Francisco, Estado da Bahia, registro n.030, f.32;
COMUNIDADE DE FUGIDO RIO TUCLINARÉ, localizada no Município de Baião, Estado do Pará, registro n.031, f. 35;
COMUNIDADE DE DANDÁ, localizada no Município de Sentes Filho, Estado da Bahia, registro n. 032, f. 34;
COMUNIDADE DE ANDRÉ LOPES, localizada no Município de Eldorado, Estado de São Paulo, registro n.033, f.35;
COMUNIDADE DE RIO DAS RÂS, localizada no Município de Bom Jesus da Lapa, Estado da Bahia, registro n.034, f.34;
COMUNIDADE DE FAMÍLIA SILVA, localizada no Município de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul, registro n.035, f.37;
COMUNIDADE DE AREAL - LUIZ GUARANHA, localizada no Município de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul, registro n.036, f.38;
COMUNIDADE DE MORMAÇA, localizada no Município de Seritão, Estado do Rio Grande do Sul, registro n.037, f.39;
COMUNIDADE DE ARVINHA, localizada no Município de Coxilha, Estado do Rio Grande do Sul, registro n.038, f.40;
COMUNIDADE DE FAMÍLIA DOS AMAROS, localizada no Município de Paracatu, Estado de Minas Gerais, registro n.039, f.41;
COMUNIDADE DE CAVEIRAS/BOTAPOGO, localizada no Município de São Pedro de Alcoba, Estado do Rio de Janeiro, registro n.040, f.42;
COMUNIDADE DE SÃO ROQUE, localizada no Município de Praia Grande, Estado de Santa Catarina, registro n.041, f.43;
COMUNIDADES DE DENDÊ/ENGENHO DA PRAIA/ENGENHO DA PONTE/CALEMBÁ/ CAONGE, localizadas no Município de Cachoeira, Estado da Bahia, registro n.042, f.44;
COMUNIDADE DE CAMBONGO VELHO, localizada no Município de Cachoeira, Estado da Bahia, registro n.043, f.45;
COMUNIDADES DE IMBIAA/CALOLÉ/TOMBO, localizadas no Município de Cachoeira, Estado da Bahia, registro n.044, f. 46;
COMUNIDADE DE ENGENHO DA VITÓRIA, localizada no Município de Cachoeira, Estado da Bahia, registro n.046, f.47;
COMUNIDADE DE BURITI DO MEIO, localizada no cípio de São Francisco, Estado de Minas Gerais, registro n.047, f.49;
COMUNIDADE DE BOM JARDIM, localizada no Município de Santarém, Estado do Pará, registro n.048, f. 51;
COMUNIDADE DE BUZZÉ, localizada no Município de Vicosá, Estado de Minas Gerais, registro n. 049, f.52;
COMUNIDADES DE BANDEIRA E JUÁ, localizadas no Município de Bom Jesus da Lapa, Estado da Bahia, registro n. 050, f.53;
COMUNIDADES DE PARATECA E PAU D'ARCO, localizada no Município de Malhada, Estado da Bahia, registro n.051, f.54;

COMUNIDADES DE MANGAL E BAIRRO VERMELHO, localizadas no Município de São do Mato, Estado da Bahia, registro n.052, f.55;
 COMUNIDADE DE LAGOA DO PEIXE, localizada no Município de Bom Jesus da Lapa, Estado da Bahia, registro n.053, f.56;
 COMUNIDADE DE ÁGUA PRETA, localizada no Município de Tururu, Estado do Ceará, registro n. 054, f. 57;
 COMUNIDADE DE CONCEIÇÃO DOS CAETANOS, localizada no Município de Tururu, Estado do Ceará, registro n. 055, f. 58;
 COMUNIDADE DE FÁMILIA PINTO, localizada no Município de Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, registro n.056, f.59;
 COMUNIDADE DE PITANGA DOS PALMARES, localizada no Município de Simões Filho, Estado da Bahia, registro n.057, f.60;
 COMUNIDADE DE LAGOA DA PEDRA, localizada no Município de Aracaju, Estado do Tocantins, registro n. 058, f.61;
 COMUNIDADE DE PIQUISANTA MARIA, localizada no Município de Itapeturu-Mirim, Estado de Maranhão, registro n.059, f. 62;
 COMUNIDADE DE INVERNADA PAIOL DA TELHA, localizada no Município de Guarapara, Estado do Paraná, registro n. 060, f. 63;
 COMUNIDADE DE MACHADINHO, localizada no Município de Paracatu, Estado de Minas Gerais, registro n. 061, f. 64;
 COMUNIDADE DE SÃO DOMINGOS, localizada no Município de Paracatu, Estado de Minas Gerais, registro n.062, f.65;
 COMUNIDADE DE SALAMINAS, localizada no Município de Maragogipe, Estado da Bahia, Registro n. 063, f.66;
 COMUNIDADE DE BANANEIRAS, localizada no Município de Salvador, Estado da Bahia, registro n. 064, f.67;
 COMUNIDADE DE MANOEL BARBOSA, localizada no Município de Gravataí, Estado do Rio Grande do Sul, registro n. 065, f. 68;
 COMUNIDADE DE TININGÜ, localizada no Município de Santarém, Estado do Pará, registro n. 065, f. 69;
 COMUNIDADE DE PRETO PORRO, localizada no Município de São Pedro de Alcêda, Estado do Rio de Janeiro, registro n. 066, f.70;
 COMUNIDADE DE QUILOMBO, localizada no Município de Águas Belas, Estado de Pernambuco, registro n. 068, f. 72;
 COMUNIDADE DE ANGELIN, localizada no Município de Conceição da Barra, Estado do Espírito Santo, registro n. 069, f. 73;
 COMUNIDADE DE CHÃ DOS NEGROS, localizada no Município de Passira, Estado de Pernambuco, registro n. 070, f. 74;
 COMUNIDADE DE TIMBÓ, localizada no Município de Garanhuns, Estado de Pernambuco, registro n. 071, f. 75;
 COMUNIDADE DE GUARIBAS, localizada no Município de Gurupá, Estado do Pará, registro n. 072, f. 76;
 COMUNIDADE DE JOCOJÓ, localizada no Município de Gurupá, Estado do Pará, registro n. 073, f. 77;
 COMUNIDADE DE SERROTE DO GADO BRABO, localizada no Município de São Bento do Uma, Estado de Pernambuco, registro n. 075, f. 79;
 COMUNIDADE DE ALTO IPIXUNA, localizada no Município de Gurupá, Estado do Pará, registro n.076, f.80;
 COMUNIDADE DE ARINHÓ, localizada no Município de Gurupá, Estado do Pará, registro n. 077, f. 81;
 COMUNIDADE DE CARRAZEDO, localizada no Município de Gurupá, Estado do Pará, registro n. 078, f. 82;
 COMUNIDADE DE FLEXINHA, localizada no Município de Gurupá, Estado do Pará, registro n.079, f. 83;
 COMUNIDADE DE GURUPÁ MIRIM, localizada no Município de Gurupá, Estado do Pará, registro n. 080, f. 84;
 COMUNIDADE DE MARIA RIBEIRA, localizada no Município de Gurupá, Estado do Pará, registro n. 081, f. 85;
 COMUNIDADE SANTO ANTONIO CAMUTA DO IPIXUNA, localizada no Município de Gurupá, Estado do Pará, registro n. 082, f. 86;
 COMUNIDADE SÃO FRANCISCO MÉDIO DO IPIXUNA, localizada no Município de Gurupá, Estado do Pará, registro n. 83, f. 87;
 COMUNIDADE DE BACÁ DO IPIXUNA, localizada no Município de Gurupá, Estado do Pará, registro n. 084, f. 88;
 COMUNIDADE DE ALTO FUCURUÍ, localizada no Município de Gurupá, Estado do Pará, registro n. 085, f. 89;
 COMUNIDADE DE MUMBUCA, localizada no Município de Itaquinhosha, Estado de Minas Gerais, registro n. 086, f.90;
 COMUNIDADE DE GAVIÃO, localizada no Município de Filadélfia, Estado da Bahia, registro n. 087, f. 91;
 COMUNIDADE DE RIACHO DAS PEDRINHAS, localizada no Município de Filadélfia, Estado da Bahia, registro n. 088, f.92;
 COMUNIDADE DE CAJÁ, localizada no Município de Filadélfia, Estado da Bahia, registro n. 089, f. 93;
 COMUNIDADE DE CACHIMBÓ, localizada no Município de Wanderley, Estado da Bahia, registro n.090, f.94;
 COMUNIDADE DE VALONGO, localizada no Município de Porto Belo, Estado de Santa Catarina, registro n.091, f.95;
 COMUNIDADE DE TOMÉ NUNES, localizada no Município de Malhada, Estado da Bahia, registro n.092, f.96;
 COMUNIDADE DE ACAUÁ, localizada no Município de Poço Branco, Estado do Rio Grande do Norte, registro n.093, f.97;
 COMUNIDADE DE SANTANA DO CAATINGA, localizada no Município de João Pinheiro, Estado de Minas Gerais, registro n.094, f.98;
 COMUNIDADE DE BAGRES, localizada no Município de Vazante, Estado de Minas Gerais, registro n.095, f.99;
 COMUNIDADES DE ÁGUAS BELAS, APICUM GRANDE, ARENHENGAUÁ, BACANGA, BACURIAJUBÁ (BACURIAJUBA), BAIANA GRANDE I, BAIANA GRANDE II, BAIRRO DO GRILLO, BARACATATUA, BARRIÇOS, BENEDEURO,BERU-ÁÇU, BELÉM, BOA VISTA I, BOA VISTA II, BOA VISTA III, BOCA DO RIO, BOM JARDIM, BOM VIVER (BOM DE VER), BORDÃO, BRITO I, CAÇADOR, CAICUA I, CAICUA II, CAJAPARI, CAJATUA (CAJATUVA/CAJUTUA), CARBA, CAJUEIRO II, CAMIRIM, CASAVIEIRA, CANELATIVA, CAPIRUBA, CAPIM AÇU, CAPOTEIRO, CARATATUA, CASTELO, CAVEM II, CENTRO DA EULALIA, CONEÇÃO, COQUEIRO, COBRE FRESCO, CUIRUPÉ I, CUIRUPÉ II, CUIRUPÉ III, CUIRUPÉ IV, ESPERANÇA, FLORIDA, FORA CATVEIRO, GUANDA I, GUANDA II, GUAIABA, ITAUAÍ, JACARÉ I, JACROA (CAMBOA), IRIZAL, ISCOITO, ITAPERÁ, ITAPIRANGA, ITAPIRUBA, ITAPIRUBA, ITAPIRUBA II, MÃE EUGÊNIA, MAMONA I, MAMONA II, MANGUEIRAL, MANIVAL, MARACATI, MARIA PRETA, MARINEIRO, MATO GROSSO, MURARI, MUTTI, NOVA ESPERA, NOVA PONTA SECA, NOVO CAJUEIRO, NOVO MARUDA, NOVO PETAL (PETEAL), NOVO PERU, NOVO SÓ ASSIM, OITUBA, PACATUA (PAQUATTUVA), PACURI, PALMEIRAS, PORTO DA CINZA, PORTO DE BAIXO, PEROBA DE BAIXO, PEROBA DE CIMA, PIQUÊ, PONTA D'AREIA, PORTO DO BOI I, PRAIA DE BAIXO, PRAINHA, PRIMIRIM, QUIRIRITUA, RAPOSA, RASGADO, RETIRO, RIO GRANDE I, RIO GRANDE II, RIO VERDE, SALINA, SAMUCANGAUA, SANTA BÁRBARA, SANTA HELENA, SANTA LUZIA, SANTA MARIA, SANTA RITA I, SANTA RITA II, SANTA RITA III, SANTA DOS CABOLOS, SANTO INÁCIO, SÃO BENEDITO I, SÃO BENEDITO II, SÃO BENEDITO III, SÃO FRANCISCO I, SÃO FRANCISCO II, SÃO JOSÉ, SÃO JOÃO DE CORTES, SÃO LOURENÇO, SÃO MAURICIO, SÃO PAULO, SÃO RAIMUNDO II, SÃO RAIMUNDO III, SEGUARDO, TACALUA I, TAPICUEM (ITAPICUEM), TAPIRO, TATUOÇA, TATUOÇA, TERRA MOLE, TERRA NOVA, TUMBOTUBA, TOLARAS II, TRAJANO, TRAPUCARA, TRAUQUAI COM DEUS, VILA ITAPERÁ I, VILA MARANHENSE, VILA NOVA I (VILA DO MEIO), VILA NOVA II, VISTA ALEGRE, localizadas no Município de Al-Itara, Estado do Maranhão, registro n.096, f.100.

Art. 2º O referido é verdade e dou fé. Extrai e mando publicar.

UBIRATAN CASTRO DE ARAUJO

REQUERIMENTO N.º 241 / 04

Senhor Presidente:

Na forma regimental, requiero a V.Exa. que, após ouvida a Mesa, seja enviado ofício ao presidente do Tribunal de Contas do Estado, João Jorge Jinkings Pavão, solicitando-lhe as seguintes informações:

1.Em que se fundamenta o Governo do Estado para deduzir o valor correspondente à contribuição do FUNDEF, no valor de R\$ 414.300.724,00 do total das Receitas de Impostos e Transferências de Impostos para cálculo do percentual

constitucional, resultando numa redução de R\$ 55.574.971,00, ferindo a Emenda Constitucional n.º 29?

Plenário “Deputado Gervásio Santos” do Palácio “Manoel Bequimão”, em São Luís, 24 de novembro de 2004. “Justiça pra toda vida” HELENA BARROS HELUY - Deputada Estadual/PT.

DEFERIDO

EM: 15.12.04

INDICAÇÃO N.º 1047 / 04

Senhor Presidente,

Na forma regimental, requiero à Vossa Excelência, que após ouvida a mesa, seja encaminhado ofício ao Senhor Gerente Geral da TELEMAR no Maranhão – Dr. Alceu Venturoso Júnior, solicitando providências no sentido de implantar no povoado de Fleixeiros no município de Arari/MA, um posto telefônico. Tal providência beneficiará também os povoados de Juncal, Ilhota, Capoeira Grande, Fundo da Enseada, onde existe mais de 100 moradias, com uma população aproximada de 300 habitantes.

Plenário “Deputado Gervásio Santos” do Palácio MANOEL BEQUIMÃO, em 14 de dezembro de 2004. Maura Jorge - Deputada Estadual.

Na forma do art. 132 do Regimento Interno, o Sr. Presidente determinou o encaminhamento da presente Indicação.

INDICAÇÃO N.º 1048 / 04

Senhor Presidente,

Na forma regimental e após a manifestação da Mesa, requiero a V.Exa., seja encaminhado expediente ao Ilustríssimo Senhor RAIMUNDO MONTEIRO, Superintendente do INCRA/MA., no sentido de serem emitidos relatórios sobre os recursos liberados para obras de infra-estrutura no P.A. Lago do Coco, localizado no município Matões do Norte-MA.

JUSTIFICATIVA

Em 1998, o INCRA desapropriou 3 (três) áreas conhecidas por Lago do Coco, Igarapé de Santana e Limão, totalizando 1.497 hectares. Na área do P.A. Lago do Coco, residem cerca de 40 famílias. Várias denúncias foram feitas pelos moradores desta área ao INCRA, por suspeitarem de desvios de recursos destinados a obras de infra-estrutura local.

Entretanto, apesar dos reclames dos trabalhadores de Lago do Coco, nenhum esclarecimento foi prestado por parte do órgão competente (INCRA).

Neste sentido, faz-se necessária a execução das medidas requeridas a fim de serem elucidadas as denúncias que surgiram, pois, sem os recursos a serem aplicados em obras estruturais, o assentamento jamais poderá se auto-gerir, garantindo assim, as condições mínimas para que as famílias que nele residem, possam trabalhar condignamente.

Plenário Gervásio Santos do Palácio Manoel Bequimão, em 14 de dezembro de 2004. JUSTIÇA SE FAZ NA LUTA - DEP. DOMINGOS DUTRA (PT).

Na forma do art. 132 do Regimento Interno, o Sr. Presidente determinou o encaminhamento da presente Indicação.

INDICAÇÃO N.º 1049 / 04

Senhor Presidente,

Na forma regimental e após a manifestação da Mesa, requiero a V.Exa., seja encaminhado expediente ao Excelentíssimo Senhor Márcio Thomaz Bastos, MINISTRO DA JUSTIÇA, para que seja apurada a

ação da Polícia Federal do Maranhão no episódio do fechamento de 13 (treze) rádios comunitárias nas cidades de São Luís, Raposa e São José de Ribamar.

JUSTIFICATIVA:

No dia 02 de dezembro do corrente ano, a Polícia Federal do Maranhão, em ação conjunta com a ANATEL, promoveu o fechamento de 13 (treze) rádios comunitárias nos municípios de São Luís, Raposa e São José de Ribamar.

Segundo os responsáveis pela Rádio Missão Sem Fronteiras, a ação da Polícia se deu de forma abusiva, não havendo nenhuma notificação prévia. A Rádio foi invadida pela polícia durante a veiculação de um programa evangélico que, sem nenhum constrangimento, foi retirado do ar sob alegação de irregularidades. Durante a ação, foram apreendidos microfones, uma mesa de som e um transmissor.

No entanto, o que causa inquietação, é o fato da Rádio Missão sem Fronteiras está em pleno processo de legalização, tendo sido tomado todo o encaminhamento necessário para esse fim.

Outra questão intrigante, é o fato de que algumas rádios continuam funcionando normalmente, tornando-se assim, indefinidos os critérios que levaram a Polícia Federal e a ANATEL, a fechar determinadas rádios comunitárias e outras não.

Sendo assim, faz-se necessário a adoção das medidas requeridas para que não restem dúvidas sobre a conduta da Polícia Federal neste episódio. Apesar desta estar em cumprimento de uma ação judicial, não se justifica em um governo democrático popular ações violentas como as praticadas as rádios comunitárias em referências.

Plenário Gervásio Santos, do Palácio Manoel Bequimão em 15 de dezembro de 2004. JUSTIÇA SE FAZ NA LUTA - DEP. DOMINGOS DUTRA (PT).

Na forma do art. 132 do Regimento Interno, o Sr. Presidente determinou o encaminhamento da presente Indicação.

O SENHOR PRIMEIRO SECRETÁRIO ELÍGIO ALMEIDA – Expediente lido Sr. Presidente.

O SENHOR PRESIDENTE CARLOS ALBERTO MILHOMEM – Expediente lido à publicação. Senhores deputado, em primeiro lugar quero avisar a esta Casa, embora seja “in loco” o aviso porque eu sei que todo mundo sabe que o Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Maranhão até o dia 31 de janeiro de 2005 continua sendo Carlos Alberto Milhomem, a não ser que outros fatos possam acontecer. Porque fui notificado hoje e às 06:00 horas da manhã, já tinha gente querendo ocupar o meu cargo. Mas senhores deputados, esta presidência recebeu do Tribunal de Justiça um mandado de segurança n.º 30754/04, tendo como impetrante o Deputado João Evangelista Serra dos Santos; advogado Ulisses César Martins de Sousa; impetrado, Mesa Diretora da Assembleia Legislativa do Estado do Maranhão e o senhor Presidente Deputado Carlos Alberto Milhomem; relator de plantão, Desembargador Antônio Guerreiro, cujo texto é o seguinte: *Excelentíssimo senhor deputado, notifico V. Exa. acerca da impetração de Mandado de Segurança, quanto o ato demandado da Mesa Diretora da Assembleia Legislativa do Maranhão, a fim de que, no prazo de 10 dias, preste as informações necessárias acerca da matéria tratada no referido feito nos termos do artigo 7º, inciso 1º da Lei n.º 1533/51, encaminhando-lhe, para tanto, cópia da petição inicial e dos documentos que a instrui. Outrossim, informo-lhe que deferi pedido de liminar pleiteado nos termos do despacho cuja a cópia segue em anexo. Na oportunidade apresento a V. Exa. protesto de estima e elevada consideração.* Assinado, Desembargador Guerreiro Júnior, relator de plantão. Plantão Judiciário. Mandado de Segurança n.º 3075420/04. Impetrante, João Evangelista Serra Santos. Advogado, Ulisses César Martins. Impetrados, Mesa Diretora da Assembleia Legislativa do Estado do Maranhão e do seu Presidente Carlos Alberto Milhomem; relator, Desembargador Antônio Guerreiro Júnior. Decisão: *João Evangelista dos Santos impetra mandado de segurança com*

*pedido de liminar, inaudita altera pars contra o ato que reputa ilegal e abusivo da Mesa Diretora da Assembleia Legislativa Estado e do seu Presidente Deputado Carlos Alberto Milhomem, visando anular a Resolução n.º 458/04 da Assembleia Legislativa do Estado do Maranhão. Alega que a resolução legislativa referida, decorrente da aprovação do projeto de resolução n.º 17, que dá nova redação ao art. 07 do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Maranhão, teria sido aprovado em desacordo com as normas constantes do próprio Regimento. Suscita, assim, violação às normas do art. 265 a 267 do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Maranhão e que, na qualidade de deputado estadual teve direito líquido e certo violado pela aprovação da referida resolução legislativa, tendo legitimidade para a presente impetração por ser deputado estadual eleito, no exercício do mandato e por ser pretendente ao cargo de presidente da Mesa Diretora. A inicial veio acompanhada de procuração outorgada aos advogados subscritores do writ, cópia de diversos jornais noticiando os fatos, narrado na petição inicial, dos Diários da Assembleia publicados nos dias 13 e 14 de dezembro de 2004, certidão comprovando a aprovação do Projeto de Resolução n.º 17 na sessão ocorrida no dia 13 de dezembro de 2004, Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Maranhão. Código de ética e decoro parlamentar precedentes jurisprudenciais citados pelo impetrante e comprovante de recolhimento das custas processuais. Requer a concessão de Medida Liminar para suspender os efeitos do ato impetrado. Em face da urgência da tutela jurisdicional pretendida, os autos vieram conclusos para a apreciação da Medida Liminar requerida. Passo a analisar a presente contenda, a partir do disposto no art. 7º, parágrafo segundo, da Lei n.º 1533, que instituiu com o requisito cumulativos para a concessão da Liminar em writ off mandamus à relevância dos fundamentos da impetração e o risco de que a Medida caso concedida anteriormente, venha a se tornar ineficaz, elementos caracterizadores, respectivamente do **fumus ponii juris** e do **periculum imora**, imprescindível, todavia, antes de adentrar no ponto fundamental, assentar que o impetrante e qualquer outro deputado estadual integrante do colegiado, têm legitimidade para requerer o mandado de segurança contra o ato da Mesa Diretora que venha a modificar o Regimento Interno da Assembleia Legislativa em desacordo com as normas legais. No caso dos autos, nesta análise premonitória, a ilegalidade é patente. É que o Regimento Interno da Assembleia Legislativa estabelece, art. 265 a 267 o rito procedimental a ser observado para a sua modificação ou reform. Pelo exame dos documentos trazidos aos autos, constato que essas normas não foram obedecidas. Conclusão: notifique-se com urgência, o Presidente da Mesa Diretora da Assembleia Legislativa do Estado do Maranhão, do conteúdo da petição entregando-lhe a 2ª via apresentada pelo requerente com as cópias dos documentos, a fim de que, no prazo de dez dias preste informações que achar necessárias, ficando assegurado ao Oficial de Justiça os favores do art. 172, parágrafo segundo do CPC. Não sendo encontrado o Presidente da Assembleia Legislativa, cumpra-se a notificação na pessoa de um de seus vice-presidentes. Cumprida a liminar e prestada as informações, remetam-se os autos para o sorteio do relator. Senhores deputados, existe um adágio popular que diz que decisão da justiça não se discute, se cumpre. No entanto, permitam-me o direito de discutir. Vou discutir, vou cumprir, mas vou discutir. O que está aqui, isto aqui, para mim, é uma indecência. Primeiro da ingerência de outro Poder aqui no Poder Legislativo. O que me causa asco, pena e dó, é que um próprio membro deste Poder é o autor desta matéria. Mas cumpra-se, decisão. É decisão. Assim sendo esta presidência baixou o seguinte ato: Resolução Administrativa n.º 858 de 15 de dezembro de 2004. O presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Maranhão, no uso de suas atribuições legais e objetivando regulamentar o processo de eleição da Mesa Diretora para o biênio de 2005/2006. Resolve: Art. 1º - O registro dos candidatos aos cargos da Mesa Diretora, para o segundo biênio da 15ª Legislatura, obedecerá as seguintes normas: I - o pedido será encaminhado à Mesa por chapa ou individualmente, no caso de candidatos avulsos, aos cargos de que trata o § 1º do art. 11 do Regimento Interno; II - nenhum*

Deputado poderá concorrer a mais de um cargo, nem ser eleito para cargo que não tenha sido previamente registrado; III - a indicação do nome para registro do candidato, deverá ser acompanhado do consentimento do mesmo, por escrito; IV - a Secretaria da Mesa receberá a indicação de registro de candidato até uma hora antes do início da sessão, através da Seção de Protocolo da Assembléia Legislativa; Parágrafo Único – Em caso de desistência de candidato no primeiro ou segundo escrutínio, este poderá ser substituído até o início da chamada nominal da respectiva votação, obedecidos o que dispõe os incisos I, II e III deste artigo. Art. 2º - A Secretaria da Mesa, fará publicar em avulso, imediatamente após o encerramento dos registros, a relação dos candidatos e os respectivos cargos a que concorrem. Art. 3º - Antes de iniciar a votação, o Presidente anunciará os nomes dos candidatos registrados e os cargos a que concorrem. Art. 4º - A votação será nominal e durante o processo o 1º Secretário chamará o nome do Deputado votante e o 2º Secretário repetirá o nome da chapa votada e/ou do candidato avulso e o respectivo cargo. Art. 5º - Será realizada nova votação no prazo improrrogável de trinta minutos, contados do encerramento da primeira votação, quando o candidato não atingir o “quorum” da maioria absoluta previsto no art. 8º do Regimento Interno. Parágrafo Único – No caso do presente artigo, havendo dois ou mais concorrentes, somente participarão da segunda votação os dois candidatos mais votados. Art. 6º - Tendo em vista liminar do Tribunal de Justiça do Estado, a sessão de que trata a presente Resolução Administrativa será realizada às 20:00 horas, do dia 15 de dezembro do ano em curso. Art. 7º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário. ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO MARANHÃO, em 15 de dezembro de 2004. Assinado, CARLOS ALBERTO MILHOMEM, Presidente.

O SENHOR DEPUTADO MANOEL RIBEIRO – Presidente, peço a palavra.

O SENHOR PRESIDENTE CARLOS ALBERTO MILHOMEM – Pois não.

O SENHOR DEPUTADO MANOEL RIBEIRO – Só para um esclarecimento sobre esse empate de candidatas. Digamos que em um cargo, senhor presidente, disputado, terão três candidatas no empate, porque de acordo com o número de deputados que estamos aqui, 42 dividido por 3 dá 14, como é que V. Exa vai decidir os que vão estar aí? Gostaria que V. Exa. definisse.

O SENHOR PRESIDENTE CARLOS ALBERTO MILHOMEM – Procederá como o de costume. Os cabelos brancos, ou seja disputarão os mais idosos.

O SENHOR DEPUTADO JOAQUIM HAICKEL - Presidente, só uma Questão de Ordem.

O SENHOR PRESIDENTE CARLOS ALBERTO MILHOMEM - Pois não, deputado.

O SENHOR DEPUTADO JOAQUIM HAICKEL - Eu gostaria de indagar se essa Resolução não deveria ser assinada por todos os membros da Mesa Diretora ou só por V.Exa? Essa resolução que V.Exa. acabou de assinar, e se isso não deveria ser assinado pelos demais membros da Mesa, pelo menos o Primeiro e Segundo Secretário?

O SENHOR PRESIDENTE CARLOS ALBERTO MILHOMEM – A Presidência decidiu que o presidente assinaria sozinho.

O SENHOR DEPUTADO JOAQUIM HAICKEL – Bom, eu gostaria de deixar o meu protesto, tendo em vista que eu também fui participe na Resolução que adiou a votação da eleição da Mesa Diretora

desta Casa, para o último dia útil de janeiro, e me recusaria a assinar essa Resolução que estabelece a eleição no dia de hoje, tendo em vista única e exclusivamente que não reconheço nem a parte e nem o Poder Judiciário como legítimo para me excluir da Mesa Diretora.

O SENHOR PRESIDENTE CARLOS ALBERTO MILHOMEM - Deputado Joaquim, V.Exa. está inscrito, eu só tentei evitar o constrangimento para V.Exa., só isso.

O SENHOR DEPUTADO MAX BARROS - Senhor presidente, eu peço a palavra.

O SENHOR PRESIDENTE CARLOS ALBERTO MILHOMEM - Com a palavra o Deputado Max Barros.

O SENHOR DEPUTADO MAX BARROS – Senhor presidente, em primeiro lugar gostaria de cumprimentar V.Exa. pela maneira como se portou como Presidente desta Casa, procurando demonstrar a independência deste Poder. Entendo a responsabilidade que está sobre os seus ombros neste momento, mas queria partilhar com V.Exa., como membro da Mesa, desta responsabilidade. Eu entendo que o Poder Executivo já se intrometeu demais nesse processo eletivo da Assembléia Legislativa e agora o Poder Judiciário. Não... um desembargador, que inclusive, já foi afastado da magistratura para ser investigado, na calada noite dá uma liminar. Então acho, no meu entendimento é que nós não podemos acatar uma liminar de um desembargador que a deu na calada da noite. E eu queria partilhar dessa responsabilidade com V.Exa, porque acho que essa Resolução deveria ser assinada pelos membros da Mesa, e eu não assinaria porque não acataria uma liminar assinada na calada da noite por desembargador que inclusive que já foi alvo de inquérito da própria magistratura do Maranhão.

O SENHOR PRESIDENTE CARLOS ALBERTO MILHOMEM – Deputado Max, eu concordo em parte com o pronunciamento de V.Exa, mas regra é regra, lei é lei.

III - PEQUENO EXPEDIENTE

O SENHOR PRESIDENTE CARLOS ALBERTO MILHOMEM - Concedo a palavra ao Deputado Manoel Ceará, por cinco minutos improrrogáveis.

O SENHOR DEPUTADO MANOEL CEARÁ (sem revisão do orador)- Senhor presidente, senhores deputados que compõem a Mesa, senhores e senhoras deputadas, galeria e imprensa. Eu, Deputado Ceará falando da eleição da Mesa Diretora, acredito que qualquer um deputado tenha competência de ser candidato a presidente, mas que ele seja um parlamentar independente, um parlamentar livre, porque para mim será uma decepção colocarem um presidente que tenha um comandante e que diga sim. Eu tenho prazer que na Assembléia Legislativa do Maranhão, a maioria deve votar num presidente livre, independente, que seja o Presidente da Assembléia, e não o presidente do governador. É isso que o Deputado Ceará tem a dizer à todos os parlamentares. Eu acredito que a oposição, todos os deputados deveriam ficar mesmo fora, porque o que eu vi aqui era um discurso acusando o governador, para hoje ir para a mesa do Governador. Para mim é uma decepção, é uma vergonha. Muito obrigado.

O SENHOR PRESIDENTE CARLOS ALBERTO MILHOMEM – Com a palavra a Deputada Helena Barros Heluy, por cinco minutos improrrogáveis.

A SENHORA DEPUTADA HELENA HELLUY (sem revisão da oradora) - Senhor presidente, senhoras deputadas, senhores deputados, colegas da imprensa, senhoras e senhores da galeria. Peço licença a muitos neste plenário, porque de certo gostariam que o

assunto que se trouxesse ou que se traga a esta tribuna hoje fosse apenas em torno da eleição, em torno do mandado de segurança, em torno da liminar ou em torno do recurso que provavelmente o senhor presidente dará entrada daqui a pouco. Mas não é. Eu quero falar aqui, porque me propunha a fazer ontem, mas o clima e o contexto não me permitiram, que é de me referir, ressaltar o que aconteceu ontem em Brasília a partir das 11:00 horas, lá no Hotel Blue Three Park. Naquela oportunidade, um magistrado maranhense, o Dr. Marlon Reis, recebeu uma comenda referente ao prêmio 'Inovare, o Judiciário do século XXI', organizado pela Fundação Getúlio Vargas, Associação dos Magistrados Brasileiros e Ministério da Justiça. Esse prêmio foi criado senhor presidente, segundo os organizadores, para identificar e difundir práticas pioneiras e bem sucedidas de gestão do Poder Judiciário brasileiro que estejam contribuindo para a modernização, melhoria da qualidade e eficiência dos serviços da justiça. Em razão disso senhores deputados, senhoras deputadas, estou requerendo a esta Casa que se una ao sentimento de milhares de brasileiros que lutaram e continuam lutando e que o Dr. Marlon Reis é um deles, combatendo a corrupção eleitoral neste país, dando vida a lei 9.840 e é por isso que eu me sinto muito feliz e trago este pleito a esta Casa, que eu tenho certeza que o Presidente, a Mesa e este Plenário não vão colocar nenhum óbice, até porque o Dr. Marlon Reis hoje é reconhecido nacionalmente. Ontem nos jornais da Globo foi feito um registro especial em torno da figura e do sentido dessa luta, desta causa e do sentido maior desse prêmio. Mas, eu também queria dentro desses cinco minutos Deputado Milhomem, trazer uma outra notícia aqui para o Maranhão também auspiciosa, foi publicado no Diário Oficial da União do dia 10 desse mês, na página, ou nas páginas dedicadas ao Ministério da Cultura, o seguinte: O Presidente da Fundação Cultural Palmares no uso de suas atribuições legais, deferidas pelo artigo 1º da lei nº 7678, de 22 de agosto de 1988 e portaria interna da Fundação Palmares nº06 de 01 de março de 2004, publicada no Diário Oficial da União nº 43 de 04 de março também de 2004. Resolve; artigo 1º. Registrar no livro de cadastro geral nº 1 e certificar que conforme declarações de auto reconhecimento e os processos em tramitação nessa Fundação Cultural Palmares, as comunidades a seguir como remanescentes de Quilombo. E em três laudas senhor presidente, faço questão apenas de dá o registro maior. Estão cerca de mais 100 comunidades localizadas no Município de Alcântara, Estado do Maranhão, com registro nº96, as folhas 100, que são consideradas remanescentes de Quilombos. E de acordo com o artigo 68, das disposições transitórias da Constituição Federal, essas comunidades, remanescentes dos Quilombos que estejam ocupando suas terras, são reconhecidas ou deverão serem reconhecidas a sua propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos. É por isso a minha alegria, o meu prazer em trazer a esta Casa esta notícia, porque mais de cem comunidades do Município de Alcântara estão tendo reconhecido o seu direito não mais de posse, mas de propriedade. E vou pedir também senhor presidente, por escrito que conste nos Anais desta Casa este registro feito pela Fundação Palmares. Muito obrigado.

O SENHOR PRESIDENTE CARLOS ALBERTO MILHOMEM - Com a palavra o Deputado Joaquim Haickel.

O SENHOR DEPUTADO JOAQUIM HAICKEL (sem revisão do orador) - Senhor presidente, senhoras e senhores deputados, há dois anos atrás eu escrevi um artigo que se intitulava "Meu Pai Alexandre Dumas", não é que minha mãe tenha traído meu pai, com um escritor falecido no século XIX, é que eu chamei para mim o gene dos personagens que Alexandre Dumas imortalizou; os Três Mosqueteiros, que na verdade eram quatro, os ideais de honra, de compromisso, de coerência, de luta em nome das coisas corretas e principalmente em luta dos seus idéias. Eles não eram lá muitos santos não, eram bebedores, baderneiros, mulhereiros e até monarquistas, mas quando eles tinham uma idéia, quando eles tinham um objetivo, eles não se desviavam. E hoje de manhã quando acordei, acordei pensando em Arthus Phortus, Dartanham e Aramys, e infelizmente, vejo muito pouco dessas coisas

nesse plenário hoje. A palavra honra para mim é uma das mais importantes da língua portuguesa e na política, acompanhado da palavra honra tem que acompanhar de perto a palavra coerência, e em muitos casos a palavra coerência é mais importante até mesmo que a palavra honra ou que a palavra pai ou que a palavra amor. Eu que me coloquei contra a interferência das decisões desta Casa do Poder Executivo, não poderia sob pena de ser deserdado pelos meus dois pais; meu pai literário, Alexandre Dumas e meu genético Nagib Haickel, em permitir que este Poder seja tomado de assalto pelos outros dois poderes ao mesmo tempo. O Poder Legislativo, o Parlamento que busca exatamente isso, o consenso, a conversa, o parlare, o falar, o se acertar. Eu não poderia admitir que o Poder Executivo através de todos os cargos da administração e o Poder Judiciário através de uma liminar, que o Presidente leu em parte, onde o desembargador que a concedeu, usa um verbo no condicional, deveria estar sendo lesado ou poderia estar sendo lesado, e eu como advogado apenas bacharel, talvez não seja o mais gabaritado para discorrer sobre isso. Mas, se uma liminar é dada na presunção e isso é a função dela, de que um direito está sendo preterido, essa presunção deveria ser pelo menos tirada da condicional. Senhor presidente, como o Deputado Max Barros disse; V.Exa. até hoje tem levado os destinos desta Casa de maneira correta, às vezes um pouco tumultuada pela questão de ter quarenta e duas cabeças pensando aqui. Mas tem sido um deputado correto, um Presidente correto, um amigo correto e eu me indignei e me indigno não apenas com a intromissão do Poder Executivo, mas principalmente com essa intromissão de hoje de madrugada do Poder Judiciário. Não admito e nem admitirei que se cumpra. V.Exa. disse que decisão de justiça não se discute, se cumpre. Eu acho que decisão de justiça se discute e não se cumpre. E se não se cumprir, o que pode ocorrer são as penas da lei. Se eu fosse o presidente desta Casa, sabendo que a medida que foi tomada aqui, a resolução que foi votada aqui foi votada pela unanimidade da Casa e V.Exa. é sabedor, V. Exas. são sabedores e eu também. A princípio não concordava com o adiamento da eleição, mas votei pelo excesso de rosca nesse parafuso, por causa do excesso de pressão, mas depois de feito, também como filho de Nagib Haickel e Alexandre Dumas, não sou de voltar atrás não senhor presidente, quando estou errado, reconheço meu erro, dou meia volta, peço desculpas, baixo a cabeça e sigo em frente. Mas, acho que o que nós fizemos aqui está dentro dos ditames normais do jogo político, o que foi feito pelo Deputado João Evangelista eu também concordo, eu discordo de V.Exa. que ele não é parte legítima. Acho que ele é parte legítima, acho que não é parte legítima para conceder a liminar o Tribunal de Justiça, o Desembargador Guerreiro Júnior, eu acho que o Deputado João Evangelista está no direito dele de requerer a liminar. Agora, abrimos um grande precedente nesta Casa hoje, porque se desembargadores, como o desembargador Guerreiro Júnior tivessem se proposto a fazer isso algum tempo atrás, esta Casa não iria a legislar, iria simplesmente liminar. Muito Obrigado.

O SENHOR PRESIDENTE CARLOS ALBERTO MILHOMEM - Eu quero apenas fazer uma ratificação. Não disse que o Deputado João Evangelista é parte ilegítima, o que eu disse é que lamentava que ele cortasse, que o irmão corte a própria carne, que esteja lutando contra os seus irmãos. Só isso que eu disse. Com a palavra o Deputado Alberto Franco.

O SENHOR DEPUTADO ALBERTO FRANCO (sem revisão do orador) - Senhor presidente Carlos Alberto Milhomem, senhores deputados da Mesa, estimados colegas, distinta galeria, senhores da imprensa. Me alegra ver a atitude de V.Exa., senhor presidente e o PDC e a determinação judicial, mas me entristece ver aqui colegas, advogados ou bacharéis em direito, em uma atitude, não diria irresponsável para não ofender porque tenho admiração e respeito pelo Deputado Joaquim Haickel, mas essa é uma atitude perigosa, perigosa para o estado jurídico e democrático de direito, porque a decisão do Desembargador Guerreiro Júnior, um dos mais notáveis jurista do Estado do Maranhão e um dos mais respeitados desembargadores deste Estado, está fundamentada em princípios de

direito e cabe a parte ofendida recorrer, para isso é que existem as instâncias. Quando você não está conformado com uma decisão prolatada por um juiz de 1º ou 2º grau, você tem as instâncias para recorrer e buscar a correção daquilo que você supõe ser um equívoco ou um erro. Por isso é que no Poder Judiciário existe a primeira instância, a segunda instância, a terceira Instância e o Supremo Tribunal Federal quando se tratar de matéria constitucional. Por isso mesmo que existe o STJ e existe ainda outra instância dentro do próprio Tribunal de Justiça, para corrigir-se a decisão do desembargador se for equivocada. Mas me alegra a atitude do Presidente, atitude responsável, coerente e que pode o Presidente recorrer da decisão do desembargador, sem ferir o estado democrático de direito, sem ameaçar o estado democrático de direito. As instituições democráticas desse país da mesma forma como aqui, quero não advogando a favor do meu colega João Evangelista, mas V.Exa sabe Deputado Joaquim Haickel, no alto da sua inteligência, que lesão de direito é subjetivo, o deputado recorreu através do mandado de segurança, impetrou o mandado de segurança, porque para ele o direito foi lesado, a ele cabe julgar e cabe dizer se foi ou não lesado e procurar o socorro da justiça, que é o fórum competente para julgar a sua pretensão, ninguém mais pode afirmar se o Deputado João Evangelista teve ou não teve direito líquido e certo lesado, a não ser ele próprio e é para isso que existem os tribunais, para julgar, porque se fosse assim não haveria necessidade de existir a justiça, o judiciário e os julgadores. Porque as pessoas poderiam muito bem interpretar a seu bel prazer, ao seu modo de pensar e achar que está correto, aí nós iríamos nos remeter e nos mergulhar a uma anarquia generalizada. E a democracia onde fica? Correto o Deputado João Evangelista, que se sentiu lesado, que se sentiu com seus direitos prejudicados e buscou o socorro da justiça, por isso que o Presidente leu aqui **o fusco in júri, o perigo in mora**, que é a fumaça do bom direito, o perigo da demora, porque se ele não buscasse o socorro da justiça através do mandado de segurança, a demora no processo o prejudicaria. Por isso que ele julgou pelo direito de não ser lesado, e me alegra ter um Presidente equilibrado, um Presidente que sabe comandar o barco que está atravessando o oceano com responsabilidade e certamente ancorará em um porto seguro. Parabéns Deputado Carlos Alberto Milhomem pela sua atitude responsável, democrática de respeitar a decisão de um desembargador, e um notável desembargador, respeitável desembargador do Estado do Maranhão. Da mesma forma como lhe cumprimento e elogio pela atitude de não colocar aqui um veto equivocado, que foi um pequeno equívoco no projeto de lei, que foi sancionado pelo governador José Reinaldo Tavares, que garante ao a meia passagem metropolitana, que já está sancionada, publicada no Diário Oficial do Estado do Maranhão. Muito obrigado.

O SENHOR PRESIDENTE CARLOS ALBERTO MILHOMEM - Com a palavra o senhor Deputado Hélio Soares.

O SENHOR DEPUTADO HÉLIO SOARES – Senhor presidente, o espírito natalino me disse que não é para eu usar a tribuna, muito obrigado. Declino.

O SENHOR PRESIDENTE CARLOS ALBERTO MILHOMEM – Com a palavra o senhor Deputado Domingos Dutra.

O SENHOR DEPUTADO DOMINGOS DUTRA (sem revisão do orador) - Senhor presidente, senhores deputados, nestes quase dois anos temos falado muitas vezes da necessidade do Poder Legislativo do Maranhão ser efetivamente um Poder, e tendo reafirmado aqui a necessidade da independência do Poder Legislativo que é algo até necessário. Está na Constituição Federal, atual e as anteriores, está na Constituição do Estado na atual e nas anteriores, que os poderes devem ser harmônicos e independentes, como forma de garantir a democracia, e nós temos pregado isso aqui em função da deformação que o legislativo do Maranhão sempre teve. Nestes quase dois anos houve alguns avanços, no entanto, a eleição da Mesa que poderia ser o momento de afirmação, poderia ser o momento de avançar nesse processo para

recolocar o legislativo do Maranhão como um Poder efetivo, nós estamos nos deparando com um retrocesso. O Poder Executivo, e aí é uma contradição porque o Governador José Reinaldo quando resolveu romper com a sua aliada a ex-governadora Roseana Sarney, tem afirmado de que irá romper com o passado, mas na medida em que ele quer ter um presidente à sua imagem e semelhança, ele simplesmente repete as mesmas práticas do grupo político que ele fez parte e que ainda faz parte, porque o Governador José Reinaldo não rompeu com o Sarney Filho, não rompeu com a política do Sarney e não rompeu com o grupo Sarney. E nesse momento verificamos que a situação se agrava, porque os deputados que se sentiram, e principalmente o Deputado João Evangelista, que se sentiu prejudicado com a medida da Mesa de segunda-feira, que eu discordei, critiquei, não estava aqui porque se estivesse teria votado contra, mas o Deputado João Evangelista que hoje tem 23 deputados sob o seu comando, ao invés de usar o Poder Legislativo para anular aquela medida, preferiu buscar o Poder Judiciário. O Deputado João Evangelista e os outros que lhe seguem tiveram o dia de ontem para apresentar uma nova resolução tornando sem efeito a resolução que foi aprovada na segunda. Tinham maioria para isto e o Deputado João Evangelista, nesse ano e oito meses, fez rolo compressor sobre nós da oposição. Muitas e muitas medidas foram aprovadas aqui ferindo o Regimento da Casa, mas o Deputado João Evangelista e os demais preferiram abandonar o Poder Legislativo, preferiram não confiar na sua maioria e foram buscar o apoio do Poder Judiciário. E eu pergunto aos deputados, aos 23 deputados, por que não apresentaram uma outra resolução ontem para anular aquela que foi aprovada aqui? Segundo, eu não quero criticar aqui o Desembargador Guerreiro, ele é desembargador de plantão, portanto, tinha competência para apreciar a medida. Eu quero criticar aqui é quem foi buscar o Poder Judiciário, porque havia outra alternativa. E aí estou entendendo que o Deputado João Evangelista ao buscar o Poder Judiciário e não buscar o Plenário desta Casa, é porque o Deputado João Evangelista está apostando no conflito, está apostando no caos, está apostando no desgaste, porque o Deputado João Evangelista sabe que tem 40.000 professores no Estado do Maranhão fazendo campanha contra ele e contra outros deputados. Mas principalmente contra ele que conduziu o processo das medidas provisórias. E se algum deputado aqui acha que 40.000 professores, 7.500 que tiveram o salário reduzido à metade e mais 30.000 professores que tiveram suspensos os seus direitos, se alguém acha que 40.000 professores não valem nada, que não faz opinião, estão enganados. E o Deputado João Evangelista que já acumula o desgaste com os professores, ao invés de derrubar a medida aqui, preferiu o Poder Judiciário. Eu quero aqui Deputado Carlos Alberto Milhomem, também dizer a V. Exa. que V. Exa. agiu correto, mas quero dizer a V. Exa. tem todo o meu apoio para buscar as medidas jurídicas para cassar essa decisão, porque as decisões do Supremo Tribunal Federal, que matéria interna não se mexe. E até lá Deputado Carlos Alberto Milhomem, que vá ao Tribunal de Justiça, que vá ao STJ, que vá ao Supremo. É o conflito que querem, então deixa ver o que acontece. Vamos usar até a última instância e vamos fazer esse Poder valer, porque se não for assim Deputado Carlos Alberto Milhomem, é melhor fechar o legislativo do Maranhão. Se não for assim é melhor ir para casa, porque nós custamos caro, nós custamos caro ao contribuinte maranhense, cada deputado aqui vale uma fortuna para uma população miserável onde 68% do povo do Maranhão ganha menos de 130 reais, e nós custamos caro para não valer nada, ou se recorre ou se luta então vá para casa, fecha-se esse Parlamento e diga que nós não valemos nada e o que nos pagam aqui não vale a pena. Essa é a minha opinião Deputado Carlos Alberto, recorra e até que se esgotem todas as instâncias Deputado Joaquim, vamos deixar que as coisas radicalizem como quer o Deputado João Evangelista. Muito obrigado.

O SENHOR PRESIDENTE CARLOS ALBERTO MILHOMEM – Com a palavra o senhor Deputado Max Barros.

O SENHOR DEPUTADO MAX BARROS (sem revisão do orador) - Senhor presidente, senhores membros da Mesa, senhoras

deputadas, senhores deputados. Hoje este Parlamento vive mais um dia importante para a sua auto-afirmação. Aproximadamente dois anos atrás vivíamos um momento parecido com esse, onde várias reuniões eram feitas, onde o Poder Executivo também tinha posição na eleição da Mesa desta Casa. E vários deputados tiveram uma importância nesse processo em que auto-afirmou o legislativo no momento em que os deputados escolheram como candidato a presidente um nome que não era imposto pelo Poder Executivo. Nesse movimento tiveram um papel muito importante para os deputados que hoje estão aqui. Posso citar o Deputado Arnaldo Melo, que já esteve aqui neste Plenário, o Deputado Milhomem, o Deputado Dutra, o Deputado Aderson, o Deputado João Evangelista que sem dúvida alguma foi uma peça fundamental para que vivêssemos nesses dois anos, esses momentos que nós tivemos aqui na Assembléia. Foi uma vitória do legislativo. Hoje gostaríamos que tivéssemos vivendo um momento semelhante a este. Foi eleito o Presidente da Assembléia o Deputado Carlos Alberto Milhomem sem o aval do Poder Executivo que tinha na época como candidato o Deputado Manoel Ribeiro que já dirigiu tantas vezes esta Assembléia e tem o nome no legislativo do Maranhão. E nem porque o Deputado Milhomem não foi uma indicação do senhor José Reinaldo, ele agiu de maneira incorreta com o Poder Executivo e com o governador. Aqui todas as matérias de interesse do Poder Executivo tiveram tramitação que o regimento determinava, tiveram agilidade necessária. O governo teve o apoio de sua base porque quem ganha tem maioria e todas as matérias do interesse do governo, a maioria delas contra o meu voto, foram aprovadas por esta Casa, e o presidente, mesmo não sendo indicação do Governador, ele agiu corretamente e mostrou a independência do Poder Legislativo sem nenhuma retaliação ao Poder Executivo. Hoje, nós vivemos um momento mais grave ainda. O Deputado João Evangelista tem toda a legitimidade para ser candidato à Presidente desta Casa. Foi um companheiro que lutou junto conosco, agora, o que não podemos aceitar é que o governador do Estado transforme o Governo do Estado em um balcão de negócios. E aqui eu não recrimino nenhum colega meu, nenhum deputado que esteja ocupando espaço dentro do governo, porque política se faz ocupando espaço dentro do governo, e se oferecido uma gerência a um deputado para indicar uma pessoa, ele deve aceitar a gerência porque ele pode promover o desenvolvimento de sua região. Quem está errado não são os deputados que aceitam. Quem está errado é o governador que durante esses três anos não fez nada, não prestigiou os deputados e na véspera de uma eleição oferece tudo aos deputados: é gerência, é isso, é aquilo e aquilo outro. É um governador que não em rumo, é um governador movido pelo ódio e pela mágoa que só Freud pode explicar. E agora meus amigos, mais grave ainda, o Regimento desta Casa é assunto *interna corporis*. O legislativo é um poder como o executivo e como judiciário. Jamais o legislativo pode se imiscuir no Regimento do Poder Judiciário. E no Poder Judiciário nós temos juizes probos, nós temos desembargadores probos e são a sua maioria, mas não podemos deixar de registrar que estamos, agora, submetidos ao Poder Executivo e submetido a uma decisão através de uma liminar fornecida na calada da noite, não pelo Poder Judiciário mas por um desembargador. É isso meus senhores. A Assembléia do Estado do Maranhão e o Poder Executivo não podem se envergar. Porque se pudesse haver um recurso, houvesse tempo para que o Regimento fosse alterado, mas ele não o fez. Preferiu que f a alteração do Regimento que foi aprovado aqui por 25 deputados, por sua unanimidade, seja derrotada a decisão da Assembléia, através de uma liminar concedida na calada da noite por um desembargador. Entristeço-me senhor presidente, entristeço-me senhores deputados, que esta Casa aqui fique de cócoras para o Poder Judiciário? Não. Para um desembargador do Poder Judiciário e para o Poder Executivo. Vou lutar para que esse Poder seja independente. Qualquer um dos deputados aqui tem capacidade, tem gabarito para ser presidente da Assembléia, e não teria dificuldades em votar em nenhum deles, inclusive no Deputado João Evangelista que é um deputado que lutou pelas nossas causas. Mas o que eu não concordo é que ele seja imposto pelo Poder Executivo. Muito obrigado.

O SENHOR PRESIDENTE CARLOS ALBERTO MILHOMEM – Eu peço aos Deputados Rubem Brito, Luiz Pedro, Aderson Lago e Pavão Filho que se inscrevam no Expediente Final. Está encerrado o Pequeno Expediente.

IV - ORDEM DO DIA

O SENHOR PRESIDENTE CARLOS ALBERTO MILHOMEM – Projetos de lei em votação, única discussão em regime de urgência. Projeto de lei n.º 148/04 do Poder Executivo, capeado pela Mensagem n.º 086. (lê). Em votação. Os senhores deputados que concordarem permaneçam como estão. Aprovado, à sanção. Projeto de lei n.º 149/04 do Poder Executivo, capeado pela Mensagem n.º 087. (lê). Em votação. Os senhores deputados que concordarem permaneçam como estão. Aprovado, à sanção. Projeto de lei n.º 150/04 do Poder Executivo, capeado pela Mensagem n.º 088. (lê). Em votação. Os senhores deputados que concordarem permaneçam como estão. Aprovado, à sanção. Projeto de lei n.º 151/04 do Poder Executivo, capeado pela Mensagem n.º 089. (lê). Em votação. Os deputados que concordarem permaneçam como estão. Aprovado, à sanção. Projeto de lei n.º 152/04 do Poder Executivo, capeado pela Mensagem n.º 090. (lê). Em votação. Os senhores deputados que concordarem permaneçam como estão. Aprovado, à sanção. Projeto de lei n.º 153/04 do Poder Executivo, capeado pela Mensagem n.º 091. (lê). Em votação. Os senhores deputados que concordarem permaneçam como estão. Aprovado, à sanção. Convoco uma Sessão Extraordinária às 14:00 horas de hoje, para a votação da Lei n.º 157/04, bem como do projeto de lei do Orçamento do Estado.

V - GRANDE EXPEDIENTE

O SENHOR PRESIDENTE CARLOS ALBERTO MILHOMEM - Com a palavra a senhora Deputada Helena Heluy, por trinta minutos.

A SENHORA DEPUTADA HELENA BARROS HELUY (sem revisão da oradora) – Senhor presidente, senhores deputados, senhoras deputadas, imprensa, senhores e senhoras da galeria, funcionários da Casa. Em que pese todo o clima e atenção voltada e concentrada apenas para o único fato que é a eleição da nova Mesa Diretora, mesmo assim eu queria convidar os senhores deputados e as senhoras deputadas para uma reflexão fora dos limites da questão da eleição da nova Mesa Diretora. E o faço por considerar um assunto, um tema que é relevante e diz respeito a todos nós. Mas antes de adentrar no mérito desta questão, por um dever estritamente de consciência profissional, eu gostaria de dar a minha opinião com relação a questão da independência dos Poderes e questão *interna corporis* e do direito da intervenção, direito, poder, inclusive, do judiciário em causas como estas ou semelhantes. Quero permanecer apenas dentro dos limites genéricos sem adentrar no casuísmo específico do que movimenta e nos mobiliza mesmo. Até porque não conheço a peça que foi encaminhada ao Tribunal de Justiça, não conheço nas linhas e entrelinhas a peça da lavra do Desembargador Guerreiro, então quero ficar nos restritos espaços da questão em tese. E o faço com o dever de contribuir para a reflexão, e o faço também como alguém que durante muito tempo trabalhou no ramo, que tenho um profundo respeito pelo instituto do mandado de segurança. Foi inclusive o tema sobre o qual me debrucei para bater às portas da Universidade Federal do Maranhão para integrar o seu quadro docente, e isto já vai para mais de 20 anos. Então senhor presidente, senhores deputados, eu sou uma profunda defensora e os senhores todos sabem da harmonia e independência mesmo dos Poderes. E como eu gostaria que vivenciássemos aqui neste Parlamento, que cada deputado e cada deputada estivesse aqui apenas para lutar em defesa daqueles que os colocaram aqui e daquelas que os colocaram e as colocaram aqui. No entanto, tal não acontece, e não adianta querer botar nada para cobrir essa realidade. Mas eu vou continuar lutando para que isso aconteça e tenho certeza que muitos

dos senhores e das senhoras trazem dentro de si esse anseio de liberdade e de independência. Votar aqui de acordo com as suas convicções. Vivenciamos hoje este fato, uma liminar concedida por um desembargador que estava de plantão. Quero crer, até provar em contrário, acredito que fosse, ou seja, ou que teria sido ele, o desembargador de plantão dentro da tabela daquela corte. E a pergunta é esta. Apreciar e se manifestar, fere o princípio ou as questões *interna corporis* ou não? E aí eu tive que rever muita coisa que eu aprendi, e uma delas que eu aprendi ainda não esqueci deputado presidente, é para que serve o mandado de segurança. E desde a Lei n.º 553 de 1951, ali está dito quando é que se concede mandado de segurança. Para amparar direito líquido e certo violado, agredido por ato de autoridade. Então é este o princípio, é esta a regra, é o remédio heróico que se bate quando se sente agredido, violentado em direito líquido e certo, violentado por ato abusivo e ilegal, é esta a expressão. E nós sabemos também que no começo da Constituição no Art. 5º, há referências de que qualquer cidadão pode bater às portas do Judiciário quando se sentir agredido em seus direitos. Qualquer cidadão, e não abre exceção aos que integram os parlamentos. E aí é o X da questão, defendendo-se o direito com a independência, melhor dizendo, dos Poderes. O ato de S. Exa. ou de outro que fosse, fere a questão *interna corporis* e aí eu tenho que me valer do Supremo. Supremo Tribunal Federal, nas mais diversas ementas consultadas a palavra de ordem é esta, que o Poder Judiciário não pode intervir nas questões *interna corporis*. No entanto, no corpo de muitos votos está definido e como quer abrir uma exceção que quando se trata de agressões a direitos subjetivos daqueles que integram os parlamentos, não se trata de uma intervenção esdrúxula, ilegal ou até mesmo imoral, porque está se protegendo o direito líquido e certo daquele que integra o parlamento. E é dentro desta linha que eu convido todos senhores para que não nos apressemos em ficar apenas com enunciados, mas que adentremos no mérito da questão para que se entenda que até mesmo as questões *internas corporis* tem limites. É isto que está proclamado pelo Supremo Tribunal Federal em várias decisões neste País. Feitas estas considerações Senhor Presidente, eu quero convidar os senhores para tratarmos aqui de um assunto que é de interesse dos mais diversos pontos de nossa São Luís.

O SENHOR DEPUTADO JOAQUIM HAICKEL - Deputada Helena, V. Exa. permite um aparte?

A SENHORA DEPUTADA HELENA HELUY - Pois não Deputado Joaquim

O SENHOR DEPUTADO JOAQUIM HAICKEL (aparte) - Estou ouvindo V. Exa. atentamente. Deixa só eu ver se entendi. V. Exa. me deu uma aula como mestra de direito.

A SENHORA DEPUTADA HELENA HELUY - Não.

O SENHOR DEPUTADO JOAQUIM HAICKEL - E pelo que eu entendi.

A SENHORA DEPUTADA HELENA HELUY - Eu mexo é em Direito Penal, deputado. Mostro só o direito que eu tenho pelo Mandado de Segurança.

O SENHOR DEPUTADO JOAQUIM HAICKEL - Eu acho o Mandado de Segurança um instrumento muito legítimo. Pelo que eu entendi de V. Exa. é cabível o pedido de Mandado de Segurança, é até cabível a liminar, V. Exa. gostaria de ver é o voto para descobrir o mérito.

A SENHORA DEPUTADA HELENA HELUY - Não, eu vou tentar explicar. Eu não emito o juízo de valor porque não manuseei sobre o caso concreto, eu estou falando em tese até onde se vai ou não vai, se qualquer que seja a circunstância cabe ou não cabe a concessão

ou batesse às portas do Judiciário quando é uma questão que emana do Poder Legislativo.

O SENHOR DEPUTADO JOAQUIM HAICKEL - Perfeito, era isso que eu queria entender, eu pensei que V. Exa também estava concordando com o mérito, mas isso não é verdade.

A SENHORA DEPUTADA HELENA HELUY - Dependendo do conteúdo da impetração.

O SENHOR DEPUTADO JOAQUIM HAICKEL - Perfeito.

A SENHORA DEPUTADA HELENA HELUY - É nisso aí que eu paro, não conheço então por uma questão até de ética não vou me manifestar, agora se pode ou não pode, se houve violência, se houve agressão, e eu já me manifestei aqui sobre isso, entendeu? É essa a minha manifestação, mas não conheço a peça, até porque houve um momento que foi considerada de imoral, então eu não sei qual é o conteúdo das peças da impetração. Eu quero falar aqui, senhores deputados, senhores da galeria e imprensa por uma questão que tem tudo a haver com a nossa CEMAR. Eu quero falar sobre o fornecimento da energia elétrica, aqui em São Luís, quero falar sobre o fornecimento da energia elétrica em varias áreas aqui do município de São Luís, eu cito por exemplo, áreas fora mesmo do município, mas dentro desta ilha, cito a praia de Panaquatira que está um horror, cito o bairro de São Francisco, cito os bairros Renascença I e Renascença II e cito também um fato que me chegou ao conhecimento sábado último, que em razão dessa forma, como está procedendo a CEMAR um jovem morreu eletrocutado manuseando um computador. Então acho que é importante que tratemos também aqui deste assunto além da eleição.

O SENHOR DEPUTADO JULIÃO AMIN - V. Exa. me concede um aparte?

A SENHORA DEPUTADA HELENA HELUY - Pois não deputado.

O SENHOR DEPUTADO JULIÃO AMIN (aparte) Eu agradeço o aparte Deputada Helena Heluy e eu queria colocar a V.Exa. a questão do mandado de segurança. Eu entendo também que a questão é da nossa competência e que nós devíamos mostrar toda a nossa habilidade para conduzir esse processo. Eu até defendo que a gente fizesse uma reunião secreta e fizesse garantir aquilo que nós temos aqui, através de uma decisão nossa, sem interferência de outro Poder, porque isso é um precedente ruim, eu não concordo com isso. Agora por que se deu esse processo? É aquela história de um abismo puxar outro abismo, se não tivesse realmente algumas precipitações, se tivesse a tolerância de conversar e discutir internamente o nosso problema aqui, talvez não tivesse acontecido isso. Nós ainda temos tempo de resolver essa questão, desde que a gente se sente, peça licença ao plenário, peça uma reunião secreta para discutir a saída para isso. Nós poderíamos fazer isso, essa é uma proposta que nós gostaríamos de fazer para os nossos colegas. Agora nós não podemos de maneira nenhuma concordar com a condição, pela alteração do Regimento Interno, pela maneira que foi feito. Pode acontecer alteração? Pode. Mas por que não houve uma grande discussão internamente? Agora a questão da interferência do Judiciário é uma coisa grave que a gente tem como corrigir isso ainda, temos tempo para isso, para que outro Poder não possa interferir dentro do Poder nosso aqui. Muito obrigado.

A SENHORA DEPUTADA HELENA HELUY - Obrigada deputado. Quanto a primeira parte concordo, mas eu acho que determinadas circunstâncias o Poder Judiciário existe também para dirimir determinados conflitos. Acho que V.Exa. tem todo direito de propor inclusive à Mesa, ao Plenário esta revisão, eu sempre acho e até já disse a S. Exa. o senhor presidente, que toda pessoa sobretudo as autoridades se engrandecem muito mais quando revêm os seus

atos. Eu quero falar sobre a forma, sobre o tipo de fornecimento de energia elétrica em nossa capital e no interior também do estado. As constantes interrupções dos serviços, sucessivas variações de corrente e posso até dizer, em todos os bairros e outros municípios também causando imensuráveis transtornos a população, queimando toda sorte de aparelhos eletrodomésticos e prejudicando o funcionamento dos demais serviços públicos do Estado. Posso dizer aos senhores que falo inclusive em nome pessoal, mas falo também em nome de funcionários da CEMAR que nos subsidiaram para que eu pudesse vir até esta tribuna. Falo em nome de urbanitários que têm conhecimento da precariedade mesmo desses serviços. Essa situação ocorre sem sombra de dúvidas por responsabilidade da CEMAR. E como eu gostaria que estivesse aqui o deputado Hélio Soares, para contestar o que vamos passar aos senhores, ou até mesmo para esclarecer alguns pontos. Repito, ocorre por responsabilidade da CEMAR. Empresa concessionária desse importante serviço público, vez que não o tem fornecido segurança, adequação e continuidade, conforme exigido pela lei das concessões dos serviços públicos e pelo código de defesa do consumidor. A situação no interior do Estado é ainda mais alarmante senhores deputados e senhoras deputadas, haja vista denúncia que vem sendo encaminhada a todas as autoridades deste País pelo Sindicato dos Urbanitários do Maranhão. Vejamos em 21 de junho de 2000 foi outorgada pela Agência Nacional de Energia a ANEEL a Companhia Energética do Maranhão S/A CEMAR, a concessão do serviço público de distribuição de energia elétrica no Estado do Maranhão pelo prazo de trinta anos. Entre as obrigações de concessionárias previstas de cláusula 5ª do Contrato de Concessão. Encontra-se a seguinte obrigação: Fornecer energia elétrica a consumidores localizados em sua área de concessão nos pontos de entrega definidos nas normas dos serviços pela tarifas homologadas pela ANEEL, nas condições estabelecidas nos respectivos contratos de fornecimento e nos níveis de qualidade e continuidade estipulados na legislação, nas normas específicas e no anexo III deste contrato. Dentre as condições técnicas a serem cumpridas pela concessionária, destacam-se os indicadores de qualidade, Duração Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora – DEC, é esta a expressão, e Freqüência Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora – FEC, cujo conceito foi assim definido no anexo III do contrato de concessão. Vejamos DEC – Duração Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora, que exprime o intervalo de tempo que em média em cada unidade consumidora do conjunto considerado ocorreu descontinuidade da distribuição de energia elétrica no período de apuração. FEC, repito, Freqüência Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora, é o que exprime o número de interrupções ocorridas em média em cada unidade consumidora do conjunto considerado no período de apuração. Assim, o contrato de concessão estabeleceu os índices DEC e FEC a serem cumpridos como metas em cada conjunto de consumidores. Normalmente um conjunto para cada município do Estado. Estas metas foram fixadas pela ANEEL para o período 2000 a 2004 na Resolução n.º 514/2000. De fato, além da meta anual, o contrato de concessão estabeleceu ainda metas mensais e metas trimestrais equivalentes a 30% e 60% do valor das metas anuais respectivamente. Entretanto, com a concessão outorgada no ano 2000, ocorreu uma piora dos índices DEC e FEC no estado do Maranhão, numa tendência contrária a média nacional. Verifica-se que além dos indicadores DEC e FEC do Maranhão serem muito superiores a média nacional, isto é, são os piores do Nordeste e estão entre os piores do País, ocorreu uma piora na qualidade dos serviços também contrariamente a média nacional. Faço questão de mostrar isto de forma detalhada, porque até nisto senhores e senhoras da galeria, até nisto Deputado Pavão, o Maranhão está ruim, está em piores condições, está péssimo. Realmente, enquanto no ano 2000 o consumidor maranhense esteve em média por 39 horas sem fornecimento de energia por ano, em 2003 o consumidor da CEMAR passou a ficar 68 horas sem fornecimento de energia. Do mesmo modo o consumidor maranhense, que era submetido a 29 interrupções no fornecimento de energia por ano, em 2000 passou a ser vítima de 37 interrupções no fornecimento de energia em 2003. E mais, das metas fixadas, na

Resolução n.º 514/2000 já referida, a CEMAR descumpriu 63.04% no ano de 2002, assim como em 2003 ultrapassou as metas 74.6% conjuntos conforme se verifica nos informes ANEEL, obtido na rede mundial de computadores, e só ir a Internet. Existem municípios que no ano de 2002 chegaram a ficar 808 horas sem fornecimento de energia o que equívale a 33.6 dias a cada 10 dias do ano, que demonstram o nível do serviço prestado à população maranhense tal como vamos nos referir em seguida.

O SENHOR DEPUTADO DOMINGOS DUTRA – Deputada, permite-me um aparte?

A SENHORA DEPUTADA HELENA HELUY - Pois não deputado Dutra.

O SENHOR DEPUTADO DOMINGOS DUTRA (aparte) - Deputada Helena, obrigado pelo aparte. Quero parabenizá-la pelo pronunciamento. Esta Casa aprovou um requerimento de minha autoria para uma audiência pública com o Dr. Israel Bayma, com o Dr. Edimilson e com o representante da CEMAR, com o objetivo de discutir o Programa Luz Para Todos no Maranhão, mas nós íamos discutir também, justamente, a matéria que V. Exa está tratando porque na verdade é um escândalo. No estado mais pobre do Brasil, a população é punida na medida em que a CEMAR pode ficar mais tempo sem disponibilizar este serviço. Além do mais nós temos aí as demissões que a CEMAR está procedendo contratando gente da Bahia com salários rebaixados desempregando os maranhenses. Existem as empresas que fornecem postes, a CEMAR está comprando postes de Tocantins, do Piauí, em completo desprestígio com as empresas locais. Portanto, este assunto é muito grave e nós esperamos que no próximo período legislativo a gente possa tratar devidamente desse assunto. Parabenizo V. Exa e obrigado pelo aparte.

A SENHORA DEPUTADA HELENA HELUY – Muito obrigada deputado Dutra. Peço que seja incorporada na íntegra a manifestação de V. Exa.

O SENHOR DEPUTADO RUBEM BRITO – Deputada, permite um aparte?

A SENHORA DEPUTADA HELENA HELUY – Pois não Deputado Rubem.

O SENHOR DEPUTADO RUBEM BRITO (aparte) - Deputada Helena, eu gostaria de parabenizar V.Exa. pelo pronunciamento acerca desses serviços de distribuição de energia elétrica e pelo péssimo serviço prestado pela CEMAR, agora privatizada. Isto é uma demonstração da privatização que foi realizada em nosso País. É assim como a antiga Western aqui no Maranhão que sucateou os serviços de telefonia, de comunicações e prestou um péssimo serviço, isto que nos levou àquele período de privatização dos serviços públicos no Brasil e aqui no Maranhão. E está sendo assim também com a CEMAR. Para vocês terem uma idéia, o Governo Federal já disponibilizou cerca de vinte e três milhões de reais para o Programa Luz Para Todos aqui no Maranhão. Isso está depositado aqui na conta do Programa. Nem o Governo do Estado deposita sua contrapartida que é de cerca de 10%, nem a CEMAR que tem que depositar cerca de 35%, uma parte até financiada pelo Governo Federal, a CEMAR não deposita isso, fazendo com que a meta de atender oito mil domicílios em 2004 não fosse alcançada nem no percentual ínfimo de algumas residências e domicílios atendidos. Este é o exemplo de privatização que a CEMAR nos trás depois de ser desmontada e depois de ser transferida para a iniciativa privada, Deputada Helena. Portanto, parabéns pela sua denúncia e gostaria de me somar também a ela com esta contribuição.

A SENHORA DEPUTADA HELENA HELUY – Pois não, muito obrigada Deputado Rubem, peço também que seja incorporado

este seu pronunciamento à minha fala. Eu queria declinar, inclusive, os municípios onde há uma incidência maior tanto de interrupções, números de interrupções como de horas: Arame, Tasso Fragoso, Lagoa Grande, Loreto, Mangabeiras são os municípios que apresentam o número mais expressivo, fazendo com que o Maranhão apresente todo um índice de ser um dos piores, tanto do Nordeste e consequentemente também do País. No ano de 2003 a situação é semelhante apesar de nenhum conjunto ter ficado mais de quinhentas horas sem fornecimento de energia. Contudo, os índices são assustadores como vou apresentar aos senhores. Vejam bem: Arame que em 2000 era 808.71, baixou efetivamente, 382.24, como baixaram também Central, Centro Novo, Formosa, Monção, São Bernardo, São Domingos do Azeitão, São João do Paraíso e Turiacú. A nossa Turiacú. Por que eu faço questão de destacar isto? Porque eu tenho certeza que todos os senhores e todas as senhoras consideram como vital algo que tem tudo a ver com o nosso dia-a-dia, quer seja para o lazer, quer seja para o trabalho em qualquer esfera, quer seja, inclusive, para o nosso agir parlamentar. Quantos e quantos momentos eu não tive, só neste ano senhores, de interrupção das nossas tarefas por queda de energia, quer seja aqui para os trabalhos do gabinete, quer seja para os trabalhos do nosso escritório político no Renascença II, quer seja também no modesto espaço de trabalho que tenho em casa no São Francisco, e eu tenho certeza, que muitos dos senhores, muitas das senhoras podem dar exemplos semelhantes ou assemelhados. Os indicadores de qualidade do serviço de distribuição de energia elétrica no Maranhão são vergonhosos nos seus extremos, mas também são destoantes em seus valores médios quando comparados à média nacional de duração e frequência de interrupções, aferida em 2003. Dezesesseis horas e 13 ocorrências de interrupção respectivamente. Em resumo: A Companhia Energética do Maranhão, a CEMAR, tem apresentado uma piora sistemática nos índices operacionais o que representa, em outras palavras, má qualidade dos serviços públicos prestados que tem causado prejuízo aos consumidores residenciais, comerciais e industriais e ao próprio Poder Público. Desta forma, resta a patente que a empresa concessionária ao não atingir níveis de qualidade minimamente satisfatórios, fixados pela agência reguladora competente, rompe com os seus deveres assumindo risco e a responsabilidade pelos danos daí decorrentes assim como por eventuais lucros cessantes causados aos seus usuários. E aqui eu chamo a atenção, é preciso que registremos nos setores competentes cada hora de queda, de interrupção de corrente elétrica para podermos pleitear a justa e necessária indenização. É preciso que anunciemos isso para todos os espaços, sobretudo para as camadas mais populares de nossa capital e também do interior do Estado. Para concluir senhor presidente, senhores deputados, senhoras deputadas, esta nossa fala é também uma resposta a um apelo que muitos jornalistas já têm feito. É uma resposta também para que esta Casa discuta e apresente, não apenas a CEMAR, mas a própria ANEEL todo este grito e este clamor que muitos gostariam até de dar este grito, mas não tem espaço. Aqui é um espaço que tem muita ressonância para que se possa bater aos setores competentes. Há alguns domingos passados O Colunão do jornalista Walter Rodrigues, questionou esta Casa por esse silêncio diante da situação do fornecimento de energia elétrica no estado do Maranhão. Então atendendo a esse reclamo, sentindo inclusive como usuária, como consumidora os prejuízos advindos desses serviços irresponsavelmente prestado pela CEMAR, e principalmente, estando presente a importância desta questão pelo interesse público eu provooco sua discussão nesta Casa Parlamentar para que sejam tomadas, em conjunto, providências cabíveis e exigindo uma urgente melhoria na prestação dos serviços públicos e energia elétrica no Maranhão. Eu agradeço a paciência dos senhores deputados, senhoras deputadas. Mas eu quero dizer, que no meio de tudo que estamos discutindo aqui, é preciso que tenhamos energia e energia e luz da melhor qualidade. Muito obrigada.

O SENHOR PRESIDENTE CARLOS ALBERTO MILHOMEM – Tempo dos Partidos. BPO. Com a palavra o senhor Deputado Luiz Pedro.

O SENHOR DEPUTADO LUIZ PEDRO (sem revisão do orador) – Senhor presidente, senhoras e senhores deputados, companheiros da imprensa e galeria, funcionárias e funcionários da Casa. O assunto que me traz aqui a essa tribuna senhor presidente, é também o da questão da eleição da Mesa Diretora desta Casa. Nós tivemos hoje a informação dada por V. Exa. em relação a concessão de uma Liminar para que se realizasse no dia de hoje a eleição da Mesa Diretora da Casa. Da mesma forma que a Deputada Helena Barros Heluy, a nossa opinião é de que o Judiciário serve justamente para dirimir, em última análise, as questões de conflitos que existam na sociedade. E lutei bastante para que nós tivéssemos, em nosso País, um Estado democrático de direito para não reconhecer o Judiciário justamente a sua importância e o seu poder de intervenção em casos como este. O que me deixa preocupado senhor presidente, senhores deputados, não é esta manifestação do judiciário mesmo que seja uma liminar dada por um desembargador monocrático e não pelo conjunto do Tribunal de Justiça. Mas o que me causa espécie, é justamente quem entrou com a solicitação de Mandado de Segurança com pedido de Liminar. Trata-se nada mas nada menos do que o candidato do governo do estado à presidência desta Casa. E o que me causa espécie, é que justamente o mesmo deputado que serviu de cunha ao Executivo para violentar esta Casa, esteja também servindo de cunha ao Judiciário para permitir que se imiscua nas questões internas desta Casa. De maneira nenhuma senhor presidente, aprovei a forma como foi aqui conduzida a aprovação da mudança de data da nossa eleição. Achei que foi feita de forma sorrateira, que foi feita de forma que não respeitou ao conjunto dos nossos pares, mas acho que o remédio disse deveria estar dentro desta Casa e não no Judiciário. Mas, se o Judiciário teria que intervir, que não fosse o Deputado João Evangelista aquele que servisse como aquele que abria as portas, que derrubava as portas, que arrebentava os cadeados desta Casa para permitir a intervenção de um outro Poder aqui dentro. O que nós estamos vendo é que cada vez mais o Deputado João Evangelista se mostra sem condições de presidir esta Casa. Primeiro por permitir a intromissão do Executivo aqui dentro. Agora, com a questão do Judiciário. E durante esses dias todos, se portando de forma que não reconhece todas as conquistas que tivemos nesta Casa nos últimos dois anos e que vem fazendo com que a Assembléia Legislativa se torne mais ativa e mais altiva. Não senhor presidente. Creio que não devemos eleger o Deputado João Evangelista para Presidente desta Casa. Porque ao assim fazê-lo nós estaremos nos acorando, nós estaremos nos ajoelhando, nós estaremos nos apequenando e esta Casa tem altivez, responsabilidade e independência, e nós temos a certeza de que isso não será garantido pelo candidato do governo. Nós restabelecemos a nossa altivez e independência justamente ao enfrentar o Poder Executivo. Foi justamente ao elegermos o Deputado Carlos Alberto Milhomem naqueles dias memoráveis de janeiro e fevereiro de 2003. Mas senhor presidente, esta Casa que deu demonstração de tanta liberdade, de tanta autonomia, de tanta altivez, agora quer esquecer o seu passado recente e voltar para aqueles tempos que a gente já imaginava haver sumido da nossa Assembléia. Senhor presidente, senhoras e senhores deputados, este é um dia triste para a nossa Casa. Como democrata, acredito que devemos preservar os instrumentos do Estado democrático de Direito, mas como democrata também, sei que uma decisão monocrática pode muito bem ser reformada, até mesmo aqui na Casa onde foi obtida a Liminar. Esta Liminar pode ser e deve ser cassada para que este Poder se reúna, não por mando de um outro Poder, mas dentro daquilo que ela decidir soberanamente. Senhor presidente, eu gostaria de ouvir de V.Exa. que esta Casa mesmo respeitando a decisão judicial, e este respeito já está mostrado no Diário da Assembléia que já foi publicado dando as normas, estabelecendo as normas para que se faça a eleição. Mas gostaria que V.Exa. dissesse, senhor presidente, que está recorrendo desta decisão monocrática e que está restabelecendo a dignidade, a altivez, a independência desta Casa. Muito obrigado a V.Exa.

O SENHOR PRESIDENTE CARLOS ALBERTO MILHOMEM – Tendo em vista as comunicações feitas a esta Mesa por vários integrantes desta Casa, deixa de existir o BPP e BPD.

VI - EXPEDIENTE FINAL

O SENHOR PRESIDENTE REGINALDO NUNES – Com a palavra o Deputado Rubem Brito.

O SENHOR DEPUTADO RUBEM BRITO (sem revisão do orador) – Senhor Presidente, senhores deputados e deputadas, senhores e senhoras da imprensa, distinta audiência desta sessão, que pelo visto se avizinha uma sessão relevante na vida política desta Casa e na vida política do Maranhão. Nós estamos diante do momento em que não cabe divagações, no momento em que não cabe vacilações, dúvidas, confusão de pensamento e de ações. Desta forma não poderia silenciarme diante das decisões e das posições tomadas aqui nesta Casa que devem ser públicas e devem ser do conhecimento de todos os cidadãos. Neste sentido também, a imprensa que está aqui presente tem seu papel fundamental de levar ao povo do Maranhão o que se passa aqui, onde é um lugar comum senhor presidente, o descrédito da política e o descrédito nos políticos pela falta de coerência. Temos assistido nesse país as mais altas expressões da política contribuírem para isso com gestos, com palavras e com ações. Quem não se lembra do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso ao mandar que todos os brasileiros rasgassem ou esquecessem o que ele havia dito? Quem não lembra do general Figueiredo dizer a todos que o esquecessem? Quem não lembra agora recentemente, o Presidente Lula mandar também apagar da sua história os compromissos assumidos, históricos com o povo trabalhador. Senhores deputados e senhoras deputadas, a falta de coerência política, a coerência com a sua vida política, com suas práticas, com seus discursos tem levado ao descrédito a política e os políticos. Aqui senhores deputados, neste Poder não podem nos acusar, a nós da oposição, sobretudo a nós do PDT, sobretudo aos deputados Luiz Pedro, Rubem Brito e Mauro Bezerra de sermos incoerentes com aquilo que nós estamos pregando desde o início, de sermos incoerentes até com o nosso partido que em novembro de 2002 se manifestou publicamente deliberando que considerava ilegítimo o mandato do governador José Reinaldo a partir do dia 1º de janeiro de 2003. Essa foi a manifestação pública do Partido Democrático Trabalhista do Maranhão. E nós temos aqui sempre reafirmado essa nossa posição política, por entendermos que esse governo não teve a maioria dos votos do nosso povo, portanto não tem a força, a legitimidade do voto já que a Constituição do nosso país estabelece que todo Poder emana do povo e em seu nome será exercido. Esta tem sido a nossa coerência. Três meses atrás a oposição lançou um manifesto nesta Casa, onde os oito deputados da oposição inclusive, os cinco deputados da Bancada Parlamentar do Partido Democrático Trabalhista- PDT, assinaram um documento expressando à população que em nome da independência, da harmonia entre os Poderes expresso na Constituição Estadual e na Constituição Federal, a oposição e aí incluída a Bancada do PDT, iria apresentar um candidato próprio a Presidência desta Casa. Muitos diziam: isto é acreditar em Papai Noel, isto é sonho de uma noite de verão, isto é inviável, a oposição é minoritária nesta Casa. Até aqueles que acreditavam numa ruptura no grupo hegemônico na política do Maranhão, até aqueles que acreditavam que estariam pegando não o trem da história, mas estariam pegando o último trem de Berlim para derrotar o czarismo de dezessete, mas para derrotar o czarismo de quarenta anos do domínio do mesmo grupo político, até aqueles zombavam da oposição, não levavam a sério. E hoje senhores, a maioria da Bancada do PDT está sendo coerente com o que se manifestou à população. Triste do partido que busca o poder e os partidos para isso, para buscarem o poder, mas o poder para servir a maioria do nosso povo, para implantar um projeto de sociedade que sirva aos interesses do nosso povo. Triste do partido que abdica do poder quando tem a oportunidade na mão pela coerência de seus propósitos, com o discurso claro que quer um outro Maranhão. O Maranhão que não

confunda o interesse de banco privado com o interesse público. Senhor presidente, me conceda apenas um minuto para concluir.

O SENHOR PRESIDENTE REGINALDO NUNES- Pois não.

O SENHOR DEPUTADO RUBEM BRITO - Que confunda o interesse de banco privado com o interesse público, como acabamos de assistir aqui o governador ao vetar um projeto de lei que obrigava o Poder Público maranhense a depositar os seus recursos nos bancos oficiais de crédito, ele veta. Pasmem os senhores, sob a alegação de que depositar dinheiro público em bancos oficiais é ir contrário, é ir contra o interesse público. Não é este o outro Maranhão que o meu partido luta para construir, não é acreditando nisso que nós haveremos de abdicar essa possibilidade de conquistar um dos poderes, quando há oportunidade da crise e a crise é parteira das oportunidades. É isso que nos diferencia; nos diferencia as questões de fundo, as questões subjetivas, e nós não podemos aqui ir de encontro, não podemos ir contra os nossos interesses históricos, por isso o Deputado Rubem Brito, como disse a nota, o manifesto do seu Partido em novembro de 2002; não se curva e não se vende aos outros interesses que não sejam os interesses da maioria do nosso povo. E por isso nós estamos sendo coerentes com o nosso passado, coerentes com o nosso presente em busca do nosso futuro, sem concessões e sem tergiversações quando as oportunidades nos acenam e nos colocam. Colegas, encerrando esta nossa posição é a posição da coerência, não é a posição da dependência e de sermos linha conciliar de Roseana ou de José Reinaldo ou de qualquer poder que seja ele. Muito obrigado.

O SENHOR PRESIDENTE REGINALDO NUNES - Com a palavra o Deputado Aderson Lago.

O SENHOR DEPUTADO ADERSON LAGO (sem revisão do orador) – Senhor presidente, senhoras deputadas, senhores deputados. Eu tenho hoje a mesma estranha sensação que tive em 68, e eu era estudante universitário em Belém do Pará, quando foi editado AI-5 e nós estudantes da Faculdade de Engenharia da Escola de Engenharia, naquela oportunidade fomos às ruas, pressionados pela cavalaria da polícia, levando sacos de bolas de gude e na Avenida Presidente Vargas enfrentávamos a polícia jogando bola de gude para derrubar os cavalos. Essa mesma estranha sensação que eu tenho hoje nesta Casa. De ameaça. E é preciso a gente recordar o que aconteceu nos últimos dois, três dias; na segunda-feira eu amanheci candidato, candidato a Presidência desta Casa e fui em busca de apoio, conversar com colegas, colocar aquilo que eu pretendia como candidato e convidá-los a integrar esta luta. Saí de casa às oito da manhã, não almocei em casa e quando aqui cheguei em cima da hora da sessão, não tive condições de passar em casa para vestir o paletó, portanto não podia participar da sessão, soube que iriam votar, a transferência da data da eleição. E eu pedir, cheguei a dizer: pelo o amor de Deus, não façam isso. Naquele instante eu no meu sentimento, na minha análise, só daquilo que eu sabia porque eu havia conversado e pelo dia que eu havia passado, havia uma tênue esperança de ganhar, mas o que foi aprovado eu entendi e me tirou todas as chances e aí eu desisti. Mas eu observei dali de fora como foi aprovado. Foi uma manobra? Sim. Foi uma manobra. Ocorre que o líder do governo, o candidato a presidente Deputado João Evangelista estava ao lado do Deputado Milhomem na mesa e também votou, como muitas outras vezes, não só ele como outros votaram sem saber o que estavam votando. Certa vez, eu aprovei aqui uma emenda que até ajudava o governo e depois o governador vetou. Só porque marcava o meu voto, se eu dizia sim, a bancada do governo dizia não, se eu dizia não, a bancada do governo dizia sim, se eu ficava sentado, a bancada do governo levantava, se eu me levantava, a bancada do governo ficava sentada. E nesse dia uma votação simbólica eu resolvi levantar, a bancada do governo ficou sentada e eu votei contra o meu projeto e a bancada do governo aprovou a minha emenda. E depois o governador teve que vetar. Foi uma manobra? Foi, e eu fui contra esta manobra. Acho que eu fui um dos principais prejudicados pela manobra,

mas a manobra foi aprovada pela maioria desta Casa, da mesma maneira como em outra ocasião aprovaram a minha emenda. Mas o que me faz pensar em 68, é exatamente o que está ocorrendo hoje, eu por várias e várias vezes sobre decisões daqui da Casa recorri a justiça, recorri a justiça não sobre questão *interna corporis*, mas recorri a justiça para garantir direitos, para garantir por exemplo, o direito de que votei a favor de uma tabela que foi encaminhada na ocasião pela então Governadora Roseana Sarney, uma tabela de aumento para o magistério onde a publicação no Diário Oficial desta tabela foi fraudada, e aí não era uma questão *interna corporis* era uma questão de fraude contra o meu voto, eu havia votado de uma maneira, a Casa havia votado de uma maneira e na hora da sanção e da publicação, fraudaram a tabela. A desculpa da justiça é que eu não era a parte legítima para reclamar, porque eu não era professor e não era do sindicato. Mas o que está acontecendo hoje, o precedente que se abre hoje, e eu da mesma maneira que fui contra a manobra, coloco-me frontalmente contra essa ingerência, essa interferência absurda e descabida do Poder Judiciário, desse mesmo Poder Judiciário que tantas e tantas nega a justiça aos mais desvalidos. O que me admira muito, eu há dois ou três dias atrás, o Jornal Pequeno que mais uma vez, lamentavelmente, o Jornal Pequeno, em sua manchete dizia: Aderson pode integrar grupo de Roseana. Por quê? Porque nós estávamos reunidos em um grupo que votaríamos a favor de um candidato que fosse escolhido pela maioria. Naquele dia o candidato era eu. E mais grave, a oposição, a oposição e principalmente o PDT, uma banda do PDT, orientada pelo Prefeito Tadeu Palácio e orientada pelo ex-prefeito Jackson Lago, decidiu e determinou que dois dos seus deputados votassem no candidato do Governador José Reinaldo. Ligações perigosas, diz aqui muito bem o editorial do jornal O Diário da Manhã de hoje e eu vou ler apenas o começo. “*A oposição que hoje salta para dentro da carruagem de José Reinaldo Tavares de forma ligeira, e acrítica corre o risco fatal de descobrir, após a meia noite que a carruagem não passa de uma grande abóbora e que a cinderela afinal de contas é a gata borralheira*”. Não se pode menosprezar o dado de que essa oposição é a mesma e leia-se aqui, prefeito Tadeu Palácio e o ex-prefeito Jackson Lago que saltou em 2000 na carruagem de Roseana Sarney para tomar champagne. Ali, como agora, trata-se de um projeto pessoal e infúco. Tivesse essa oposição o desejo de mudar a realidade do Maranhão de acordo com o governador se daria da seguinte forma, e aqui ele diz, de maneira transparente com os objetivos e tal. E eu? Por que não me pauto por aquilo que determina esta parte da oposição. De oposição em uma eleição de governador e é governo em uma eleição municipal. Eu sou tachado de roseanista, logo quem, eu! Perdoem-me. Pelo amor de Deus, tenho boa convivência, saudável convivência com todos aqui inclusive com os deputados da bancada que é dita a Bancada Roseanista. Quando me propus a ser candidato disse a eles, disse ao Deputado Max, disse ao Deputado César Pires, disse ao Deputado Chico Gomes, disse a Deputada Teresa Murad, ao Deputado Carlos Filho, sou candidato e é natural que queira o voto de vocês, estou pedindo o voto de vocês, não aceito nenhuma interferência externa, quer seja da liderança maior dos senhores e quer seja de qualquer outra liderança por maior que seja. Agora, a minha posição política com relação a Senadora Roseana Sarney não mudará. Sou e continuarei sendo adversário. Eu não me alio e nunca me aliei em 14 anos de mandado, ao governo para tentar me eleger. Muito pelo contrário. Eu fui caçado em várias eleições pela própria Roseana Sarney, me elegi talvez para a contrariedade, também, do Doutor Jackson Lago e assim eu tenho sido um político realmente independente. Fui vinculado durante muito tempo ao Senador Epitácio Cafeteira, a quem tenho respeito. Há seis anos atrás politicamente nós nos separamos. E depois disso jamais me vinculei a outra liderança qualquer. Eu não busco o apoio do governo como buscou o Doutor Jackson o apoio da Senadora Roseana Sarney para se eleger prefeito em 2000 sem nenhuma necessidade, seria eleito da mesma maneira, mas era um sonho de chegar ao governo e deu no que deu. Agora, imagina que possa ser candidato do Governador José Reinaldo, e eu pergunto, onde ficam as ações que estão no Tribunal Eleitoral? Onde fica a dinheirama do avião? Onde fica a ação que eu fiz a representação

de noventa e seis milhões de convênios? Estão lá. E o Jornal Pequeno publica todo dia, 702, 703 dias que o Tribunal Eleitoral não julga nenhuma ação contra o candidato da coligação “O Maranhão segue em frente”. E o mesmo jornal, o mesmo jornal que publica isso todo dia, é o jornal que me acusa de ser roseanista. Não, eu só tenho uma cara. Eu imaginava que esta cara era a cara da Assembléia e era por isso que eu pretendia ser candidato, para que esta Casa tivesse um presidente que não tivesse dono; um presidente previsível, um presidente que pudesse estar sempre de cabeça erguida, não dizendo sim senhor ou sim senhora, nunca. E fui aliado uma vida com o Senador Cafeteira, mas nunca me pediu ou sugeriu que votasse dessa ou daquela maneira, em fulano ou em beltrano em uma eleição da Assembléia. Mas senhor presidente, eu vou encerrar, sei que estou extrapolando o tempo e até me emocionei. Quero apenas dizer que se a Mesa Diretora desta Casa não se defender desta intromissão, eu vou consultar a minha assessoria jurídica, para saber se é possível apenas um deputado fazê-lo. Porque o precedente é perigoso. Hoje é o Poder Judiciário que está sendo usado, amanhã, quem sabe, com o presidente que esta Casa possa ter, será a polícia para obrigar deputado a votar da maneira que o governo quiser, muito obrigado.

O SENHOR PRESIDENTE REGINALDO NUNES – Com a palavra o senhor Deputado Pavão Filho. Declina. Com a palavra o senhor Deputado Domingos Dutra.

O SENHOR DEPUTADO DOMINGOS DUTRA (sem revisão do orador)- Senhor presidente, eu volto nesses dez minutos para explicitar melhor o que eu falei no Pequeno Expediente. E começo pelas palavras do Deputado Aderson Lago. Eu não sei que direito líquido e certo tem o Deputado João Evangelista, se ele votou a favor da norma que foi aprovada. O que está se passando para opinião pública é de que a mudança de data da Assembléia foi um ato unilateral do Deputado Carlos Alberto Milhomem, do Deputado Joaquim Haickel e do Deputado Max Barros. Essa resolução foi aprovada por 25 deputados, e o próprio Deputado João Evangelista, que é líder de governo, quando se escolhe um deputado para liderar uma bancada ou para liderar um governo, pressupõe-se que ele é a pessoa mais articulada, mais atenta, mais experiente e que não deixa escapar nada que se passa no interior do parlamento, e o Deputado João Evangelista, eu não estava aqui, mas me parece que estava na mesma posição que está Deputado Rubens Pereira, ou aqui na posição do Deputado Hélio, e votou. O caminho, na minha opinião, para corrigir a manobra que foi feita, não era buscar o Poder Judiciário, era apresentar um projeto de resolução e pelo que a imprensa fala o Deputado João Evangelista tem 22 deputados que hoje seguem a sua orientação. Com ele seriam 23, teriam apresentado ontem, hoje teriam feito sessões extraordinárias como sempre se fez, e teriam derrotado, derrubado a resolução que alterou a data ontem da eleição. Aqueles que dizem o contrário. Não, mas o Milhomem não botava para votar! Mas eles nem tentaram. Preferiram ir ao Judiciário. E eu me pergunto, qual é o direito líquido e certo? Há um princípio no direito Deputado Aderson, que aquele que ajudou a construir um ato nulo, não pode requerer a sua anulação. Seria muito fácil, eu ajudo a construir uma ilegalidade e depois eu vou a justiça, me socorro da justiça para corrigir um erro que eu mesmo ajudei a construir. Então não há direito líquido e certo do Deputado João Evangelista. Ele votou a favor da alteração da data. O correto era ter usado a Assembléia, estava com a maioria, teria votado e a Assembléia estaria sendo preservada. Quando eu falo Assembléia eu não estou falando para nós, eu estou falando para quem nós representamos. Nós não estamos aqui em função de nós mesmos, estamos aqui em função de um povo, de uma população onde todos os 42 deputados na campanha dizem que amam, que adoram, tudo de bom, é o céu e a terra, é Deus para o povo pobre e depois que chegam aqui a grande maioria esquece o pobre, esquece os compromissos e vai ser deputado de governador. Eu ajudei, passei 23 anos da minha vida para ver Lula presidente da república, mas o Lula me ensinou que o parlamento é uma coisa, executivo é outra e Judiciário é outra. Mas

hoje eu não me arrependo de ter lutado para ter o Lula, ele está fazendo milhares de coisas boas, mas aquilo que é ruim eu critico, porque eu não sou subordinado ao Presidente da República como não sou ao governo do estado. Então, não há direito líquido e certo para o Deputado João Evangelista porque ele participou do ato, a não ser que ele venha aqui dizer o seguinte, eu sou incompetente para ser o presidente, porque votei sem saber. O que a opinião pública está sabendo deputado presidente, o que a imprensa diz é que nós somos um monte de analfabetos, irresponsáveis que votamos leis sem ler. E se nós votamos leis sem ler, como é que nós queremos que o povo cumpra leis que nem nós lemos? Então nós estamos é fraudando, nesse deveríamos todos renunciar, fazer uma nova eleição para que o povo elegeisse deputados que lêem, que tenham consciência do que estão votando. Então o Deputado João Evangelista não tem direito e líquido certo para anular um ato que ele ajudou a construir. A segunda coisa Deputado Aderson, este Maranhão mesmo é interessante. Hoje quem não é reinaldista é obrigado ser roseanista. Esqueceram o pai da malhada que é o Sarney, ninguém fala mais em Sarney, ele está escondido. Agora, o Maranhão só se resume a duas figuras políticas, ou é o Zé Reinaldo ou é a Roseana, nós não existimos, nós não somos agentes políticos, nós não pertencemos a um partido, nós não temos história política, porque o Maranhão se resume a duas figuras: quem não é Roseana é Zé Reinaldo, quem não é Zé Reinaldo é Roseana. E de repente, como sempre, ele é um camaleão. Esqueceram do Sarney, que está escondidinho em Brasília manobrando tudo, e eu, nós do PT, aqui eu e a Deputada Helena nós somos é anti-sarneysista e não é pela pessoa dele, é pelas políticas, é pelas práticas. E eu pergunto aqui gente, será que o Deputado João Evangelista deixou de ser Sarney? Será que o Deputado Wilson Carvalho que dizem que o vaqueiro dele é Sarney Filho deixou de ser Sarney? Será que o Deputado Hélio que estava aqui, que dizem que o Doutor Fernando Sarney é o vaqueiro dele deixou de ser Sarney? Então estão falsificando a política e eu pergunto, o José Reinaldo deixou de ser Sarney? Muito pelo contrário, o José Reinaldo está enrolando todos nós. Diz que está brigando com Roseana e as pessoas pensam que ele está brigando com Sarney e aí ele está aqui ganhando tempo, ninguém bate. Confundi a oposição, dividiu o PDT, uma hora ele diz que não vai ser candidato, todo mundo diz, é uma boa ação, o governador não vai ser candidato, mas todos os gestos dele é para sair candidato a senador. Uma hora ele diz o seguinte, “meu candidato não tem nada a ver com o passado”, mas depois diz, “pode ser Sarney Filho, desde que ele resolva o problema de família”. E eu pergunto, qual foi a medida concreta que o Doutor José Reinaldo tomou contra a Roseana? Ontem eu pedi aqui para ele tomar o Convento das Mercês, que já há uma lei de 4 anos para ele tirar da mão do Sarney, eu duvido que o José Reinaldo mande desalojar o Sarney do Convento das Mercês. O José Reinaldo vai mandar rassarir os 33 milhões da estrada do Arame? Já devia ter tomado medidas, não toma Deputada Maura! Então eu quero aqui ser solidário ao Deputado Aderson, o Deputado Aderson pode ter todos os defeitos do mundo, agora dizer que o Deputado Aderson hoje é roseanista só porque não é reinaldista e porque quis ser presidente. O último ponto da minha fase senhor presidente, é com relação ao grupo de oposição. Nós tiramos uma posição de lançar um candidato. Desde o começo o Deputado Aderson Lago disse que ele queria ser. No processo apareceu o meu nome, o do Deputado Rubem Brito, Aderson Lago e Mauro Bezerra, e em uma reunião eu retirei o meu nome por apelo do Deputado Rubem Brito, o Deputado Julião estava presente para ficar só o Mauro e o Deputado Aderson. Lá no grupo se concluiu que não dava para se discutir com os deputados que estão aliados ao governador porque lá todo mundo sabia que o candidato era o João Evangelista, então nós tentamos viabilizar os dois nomes da oposição com os outros grupos, e foi isso o que aconteceu. Ontem nós reunimos os seis deputados ao meio dia e decidimos que o melhor nome seria o Deputado Mauro Bezerra e a gente decidiu que votaríamos, só os seis votos. À tarde evoluiu, todo mundo tirou o nome em prol do Deputado Mauro Bezerra, porque consideramos que ele é de oposição, histórico do PDT e que poderia sensibilizar o Deputado Julião e sensibilizar Deputada Maura, a Deputada Graça Paz. Como poderia chegar a 21 a

21, em um segundo turno o Deputado Mauro seria o presidente porque é mais idoso que o Deputado João Evangelista, mas mesmo com o Deputado Mauro Bezerra jackista de primeira hora, fundador do PDT pelo que eu sei, e mesmo ofegante, já custa a subir as escadas, mesmo um estado de saúde daquele não conseguiu sensibilizar o Deputado Julião e a Deputada Graça. E aí Deputado Julião, ficam duas perguntas, V. Exa. disse o seguinte, “eu estou lá porque eu quero alternância de poder, não tem desacordo entre nós”, mas eu lhe pergunto, como é que a gente muda o poder abrindo mão de um Poder? De um Poder Legislativo que é importante? Segunda pergunta, que eu acho que agora é que está me chegando a conclusão, ou o Deputado Mauro Bezerra nunca foi pedetista, nunca foi jackista, e o Deputado Mauro Bezerra pela reação do Deputado Julião e da Deputada Graça, sempre foi sarneysista. Porque se a lógica de quem não está do lado do Sarney, com certeza o Deputado Mauro que conseguiu unificar 19 votos, com o Deputado Ceará e se não conseguiu atrair dois votos do PDT, a minha conclusão é a que o Deputado Mauro, que não está aqui nesse momento, nunca foi pedetista, nunca foi jackista e ele é sarneysista, é roseanista e que por isso não teve o apoio do Deputado Julião. Eu gostaria que o Deputado Julião me explicasse que alternância é essa onde se abre mão de um Poder Legislativo. E a outra, se a desconfiança, já que os dois votos eram fundamentais, se é porque o Deputado Mauro não goza da confiança do PDT porque sempre foi sarneysista.

O SENHOR DEPUTADO JOAQUIM HAICKEL – Deputado, me permite um aparte?

O SENHOR DEPUTADO DOMINGOS DUTRA – Pois não.

O SENHOR DEPUTADO JOAQUIM HAICKEL (aparte) – Deputado Dutra, eu queria extrapolar a colocação de V. Exa e dizer que esse grupo dos 19 deputados e eu ainda não falei com os meus colegas, mas poderia lançar o nome do Deputado Julião Amin para ser o presidente da Casa, em uma demonstração de que o que nós queremos é uma candidatura que emane deste plenário, que não venha teleguiada nem do Palácio dos Leões, nem do fórum, nem do Tribunal de Justiça. Nós queremos, com essa demonstração Deputado Julião, Deputada Graça gostaria que tivessem aqui, os dois estão convidados, o senhor para figurar como presidente na nossa chapa representando assim o nosso total desprendimento em relação ao nome de um ou outro candidato, mas sim a tese de que nós deputados deveremos e poderemos eleger um presidente independente de qualquer pressão.

O SENHOR DEPUTADO DOMINGOS DUTRA – Agradeço. Concluindo senhor presidente, questiona-se o Deputado Mauro e o Deputado Aderson, de serem roseanistas porque querem o apoio de 5 deputados que são alinhados com a ex-governadora. Mas gente, o Doutor Jackson Lago, e eu aqui sou testemunha, o Doutor Jackson Lago procurou a Doutora Roseana Sarney para ser prefeito, porque certamente ele avaliou que só com os votos da Bancada de Roseana em 2000, ele conseguia se reeleger e eu desconheço tenha havido qualquer movimento do PDT para inviabilizar o desejo do Doutor Jackson quando procurou a Doutora Roseana para consolidar a sua reeleição. Por que o Deputado Mauro não pode procurar 5 deputados que são autônomos aqui, que são parlamentares com direito em votar para presidente? Seria um fato histórico. Aí Deputado Julião, eu começaria entender que o Doutor José Reinaldo quer mudança, porque ele seria governador lá e teria um presidente de um partido que quer ser aliado a ele. O PDT não nega que pode ser aliado do governador em 2006, então o mais lógico era ele ser governador lá e o PDT ter um presidente aqui. Portanto, eu vou encerrar. Ficam aqui esses questionamentos, fica esse lamento, de um Maranhão esse Estado totalmente estranho e amanhã eu vou citar uns fatos da história que revela que esse Maranhão mesmo é totalmente estranho.

O SENHOR PRESIDENTE REGINALDO NUNES – Com a palavra o senhor Deputado Francisco Gomes.

O SENHOR DEPUTADO FRANCISCO GOMES (sem revisão do orador) – Senhor presidente, senhores membros da Mesa, senhoras e senhores deputados, senhoras e senhores da galeria, senhoras e senhores da imprensa. Eu venho a esta tribuna novamente senhor presidente. Não venho como nunca vim aqui para agredir a ninguém. Eu venho novamente a esta tribuna para trazer uma reflexão para este momento importante que vivemos nesta Casa. Um momento importante mas grave, de grande gravidade em relação a este Poder e o futuro deste Poder. Eu me lembro senhores deputados, senhoras e senhores deputados, que vim aqui por diversas vezes trazendo esta reflexão, conclamando a todos para que valorizássemos este Poder Legislativo. Valorizássemos este Poder Legislativo por ser um Poder plural, e é pela pluralidade, exatamente pela pluralidade que existe aqui, porque somos e eu considero o Poder mais importante, aquele capaz de fazer as mudanças, aquele capaz de fazer as transformações e eu acredito, hoje, nesta crise que nós vivemos, da maior gravidade, nós poderemos encontrar ainda uma solução que venha valorizar e dignificar este Poder Legislativo. Eu creio, a eleição está marcada para as 20:00 horas, cumprindo uma determinação judicial, essa intromissão que nos envergonha, essa intromissão que veio causar no âmago deste Poder, na sua intimidade uma interferência de outro Poder, na intimidade deste Poder, era como se nós pudéssemos invadir a cozinha ou a alcova de um vizinho nosso para bisbilhotar e interferir naquilo que acontecesse com um vizinho nosso. É isso que está acontecendo hoje aqui. E nós viemos aqui com essa indignação, mas sabemos que nós poderemos encontrar um caminho. Aqui para as 20:00 horas ainda é um eternidade quando pensamos e agimos rápido e podemos mudar aquilo que está acontecendo e poderemos vir dignificar este Poder. É isto minha gente, quantas vezes eu falei aqui ano passado ao encerrar esta sessão legislativa, eu falava que nós abrimos mãos das nossas prerrogativas ao derrotarmos toda as emendas que fizemos ao orçamento. Quantas vezes eu falei aqui. E desta vez eu vejo que esse orçamento deve ser aprovado hoje, eu já vi algumas emendas minhas importantíssimas já derrotadas, com parecer contrário da Comissão de Orçamento, sem nenhuma justificativa, porque a emenda é simplesmente uma vontade política do deputado para atender aos reclamos daqueles que votaram nele. Da região que acreditou e votou nele. Quando eu coloco a recuperação da MA-014, eu não estou tirando nenhum tostão de nada do orçamento para a recuperação de estrada, eu quero apenas dar um carimbo, porque o governo tem esse compromisso que ele diz que começa todos os dias uma estrada que se acaba a cada minuto e a cada segundo. Ele tem esse compromisso assumido com a recuperação dessa estrada ou com a construção da pequena estrada de Bacurituba que e novamente nós apresentamos aqui esta Emenda ao orçamento e novamente ela recebe um parecer negativo sem nenhuma justificativa também. E mesmo a construção dos diques e essa palavra diques saiu da boca do Governador José Reinaldo quando ele fazia a sua campanha na baixada maranhense, que era um projeto seu desde que foi diretor do DNOS, de construção dos níveis de proteção dos campos naturais da baixada maranhense e ano passado veio um valor simbólico. Eu fiquei até animado e apresentei uma Emenda aumentando aquele recurso. Este ano foi totalmente esquecido. No nosso orçamento não tem uma menção à construção de diques de coisa nenhuma, é o rompimento o governador com os compromissos que ele assumiu com a baixada maranhense, quando disse que ele seria o governador baixadeiro, mas é o governador que está se abaixando e não é baixadeiro de coisa nenhuma, porque aqueles que nascem na baixada têm dignidade, aqueles que nascem na baixada não se curvam, aqueles que nascem na baixada têm opinião, lutam por seus interesses e lutam pelos interesses e pelos direitos daquela região tão sofrida e tão abandonada. É por isso que eu venho hoje refletindo e trazendo aqui os motivos pelos quais estou lutando; que eu estou imbuído nesta luta e vejo que a nossa população, hoje pela manhã ao ver os jornais, deve estar totalmente confundida com aquilo que a imprensa está colocando. E a imprensa, na hora que eu comecei a falar, os nossos repórteres na hora que eu comecei a falar até se retirou porque nada se publica daquilo que eu falo, nada se

publica daquilo que eu digo e todos se retiraram daqui do Plenário para não ouvirem as coisas que estão sendo distorcidas pela nossa população. Felizmente, eu acho que menos 5% do nosso povo ler o que sai nos jornais, mas o que sai é uma notícia que já foi abordada aqui totalmente distorcida daquilo que está acontecendo aqui dentro desta Casa. E a imprensa deveria era colocar a verdade, porque é a imprensa que tem que formar a opinião pública. É a imprensa que tem que orientar, não é desvirtuar aquilo que está sendo feito e que está ocorrendo neste momento histórico desta Casa. É a história do Maranhão. É isso que nós deveríamos ver e que devemos rever. Devemos, colocar aquilo de direito, colocar a verdade, não distorcer os fatos. Nós temos que procurar senhores deputados, juntos, ainda hoje salvar esta Casa deste naufrágio que está nos ameaçando. Salvar das ondas turbulentas, salvar da intromissão... por isso me coloquei para votar em qualquer um dos meus colegas, eu não faço restrição a nenhum sequer, por posição política, por posição ideológica, por qualquer posição que tenha assumido aqui, porque o que nós temos é que ter é uma Mesa que represente com dignidade esta Casa, que seja independente, que valorize este Poder e que valorize a construção de um Maranhão que nós temos de construir, que nós temos de mudar. Tem que ser um Maranhão que tenha compromissos realmente sim, com os pobres e votar aqui para erradicar a pobreza e não acabar com os pobres. Como cada vez se quer desse Maranhão. É isso que nós devemos fazer nesta Casa. É esse o caminho que nós devemos seguir, é essa a verdade que deve ser restabelecida, é esse que é o nosso compromisso. Qualquer um dos meus colegas, qualquer um deles, eu votarei desde que seja para independência deste Poder. É isso que nós colocamos.

A SENHORA DEPUTADA TERESA MURAD – Deputado, permite um aparte?

O SENHOR DEPUTADO FRANCISCO GOMES - Concedo a palavra a senhora Deputada Teresa Murad.

A SENHORA DEPUTADA TERESA MURAD (aparte) - Deputada Chico Gomes, eu quero parabenizar a V. Exa. pelo brilhante pronunciamento emocionado que V. Exa. está fazendo. E eu quero lhe dizer que não se incomode com essa imprensa que fez questão de se retirar no momento em que V. Exa. foi para a tribuna. Infelizmente essa imprensa que se retira e que nos considera contaminados por alguma doença, essa imprensa é a que recebe o milho de Alexandra Tavares e do Governador José Reinaldo.

O SENHOR DEPUTADO FRANCISCO GOMES – Obrigado Deputada Teresa, pelo aparte. Mas senhor presidente, eu gostaria de encerrar este meu pronunciamento e não poderia deixar de dizer as coisas que eu estou dizendo neste momento aqui nesta Casa. Eu tenho reconhecimento por todos os meus colegas. Eu acho que para os que erraram, eu falo de fato isso. Todos os dias eu faço uma reflexão ao me deitar e com o meu travesseiro eu procuro buscar com Deus, o Nosso Senhor e o nosso criador. Não é só lendo a bíblia dentro dos templos que nós temos que praticar as religiões. É também na hora que nós descemos as escadas do templo. Quando nós esquecemos tudo isso, nós esquecemos Deus, nós esquecemos o nosso irmão, nós esquecemos o nosso caráter, nós esquecemos o nosso compromisso, nós esquecemos a nossa vida e por isso eu faço uma reflexão, todos nós somos passivos de erro e todos os dias eu faço uma reflexão com o meu Deus, procurando encontrar as minhas falhas, procurando encontrar os lugares que errei e pedindo a Deus que me coloque em um bom caminho, obrigado.

O SENHOR PRESIDENTE REGINALDO NUNES – Deputado César Pires. Declina. Com a palavra o senhor Deputado Julião Amin.

O SENHOR DEPUTADO JULIÃO AMIN (sem revisão do orador) – Senhor presidente, senhores e senhoras deputados. Na

verdade nós temos um tempo muito curto para poder descrever um pouco da história política do Maranhão de 1966 para cá. Mas eu queria colocar alguns momentos dessa história. Gostaria de colocar aqui, mas chamando a atenção dos meus colegas deputados para que a gente aqui não termine se digladiando e eles depois vão gozar, vão sorrir, em cima do comportamento nosso aqui dentro desta Casa.

O SENHOR DEPUTADO JOAQUIM HAICKEL – Permite-me um aparte?

O SENHOR DEPUTADO JULIÃO AMIN – Pois não.

O SENHOR DEPUTADO JOAQUIM HAICKEL (aparte) – Deputado Julião, os últimos colegas de V. Exa. que estão aqui somos nós, os outros novos não permaneceram para ouvir V. Exa. falar.

O SENHOR DEPUTADO JULIÃO AMIN – Eu agradeço e V. Exa. sabe que nosso comportamento não se vincula a coisas pequenas. Quando eu coloco de 1966 para cá, eu coloco as medidas que foram tomadas, as medidas governamentais e aprovadas na Assembléia Legislativa daquela época, em nome do desenvolvimento para acabar o atraso, entregando as terras do Maranhão. Entregando as terras do Maranhão, massacrando milhares e milhares de famílias de trabalhadores rurais. Naquela época em plena ditadura em que o governador era delegado dessa ditadura, era um funcionário público como muitos outros mas que durante os anos se tornou milionário. Na sua sucessão era vice-governador do Estado, um médico respeitável no Maranhão que era o Doutor Antônio Dino, e no outro dia porque foi um homem que gritou por liberdade, no outro dia a imprensa nacional e a local tentavam desmoralizar esse homem digno que era o Doutor Antônio Dino. Passou depois o Pedro Neiva de Santana. Os editoriais eram como se faz hoje, agredindo naquela ocasião meu professor e ex-professor de medicina legal. Um dos homens dignos e corretos que esse Maranhão teve que era o governador e professor Pedro Neiva de Santana. E veio para cá a história política do Maranhão, quando um tenta contrariar os interesses do todo poderoso, do poder absoluto do Estado do Maranhão se abre toda uma imprensa que está em todos os lugares desse Estado para tentar atingir a honra e a dignidade das pessoas. E eu me lembro bem senhor presidente, senhores e senhoras deputados, lembro-me bem quando era governador do Maranhão e também um médico, que substituíu o Pedro Neiva de Santana, parece-me que foi Pedro Neiva de Santana que foi o Governador Nunes Freire, os jornais, a televisão, inclusive naquela ocasião passava um seriado, “O planeta dos macacos” e tentavam colocar a imagem, aquele autoritarismo do Governador Nunes Freire como se fosse o comandante dos macacos daquele filme que passava nas televisões. Então este tem sido o comportamento... e dividiu a oposição porque nós cruzamos os braços e não tivemos coragem de enfrentar a farsa que já nascia naquelas épocas. Então isso vem se dando e muitas vezes, a oposição tem ajudado. Eu me lembro que o Deputado Domingos Dutra, abriu uma CPI para apurar denúncias contra o governador, o candidato a Governador Eptácio Cafeteira, depois nós fomos saber como funcionava essa revista, uma revista manipulada nesse País inteiro que serve aos poderosos, para criar reportagens para atingir a honra e a dignidade dos adversários daqueles que estão no poder. Nós não apoiamos o Deputado Domingos Dutra, o Governo do José Reinaldo, mas ninguém pode esconder que hoje no Maranhão essa briga aqui dentro desta Casa, é a briga do interesse do grupo Sarney contra o Governador José Reinaldo. Quem são os maiores adversários deles não somos nós Deputado Dutra, não somos nós, porque nós não somos donos de rádio, não somos donos de televisão, não chegamos em todos os recantos do Maranhão. Se amanhã o Governador José Reinaldo estiver junto deles, que eu não duvido, pode ocorrer isso, ele estará traindo não somente o povo do Maranhão, mas a sua própria história, a sua dignidade, a sua alma, porque ninguém faz vida sem alma deputado, ninguém faz vida sem alma e está aí a história para contar as coisas. Coerência, lembro-me em 1989 quando Leonel Brizola era candidato a Presidente da República, e ele já enganava

naquela ocasião dizendo que o grupo Sarney poderia dar um milhão de votos ao governador Brizola. E muita gente, lembro-me que eu estava operado em São Paulo e vim para cá desesperado me agarrando na rua para poder andar e denunciando isso, essa montagem que já se fazia naquela época. Então essa história Deputado Domingos Dutra, é toda cheia de artifícios criado por eles e V. Exa. sabe que se falou muito hoje e V. Exa. desta tribuna falando sobre o que votamos na alteração do Regimento desta Casa, quase que inconscientes ou sem observar o que estava se votando deputado. V. Exa. não estava aqui, a Deputada Helena também não estava, não tínhamos números para decidir, não tinha o Diário Oficial circulando como manda o Regimento Interno da Casa, deputado. Então nós não podemos desconhecer isso, dizer que a oposição, que o PDT está dividido e tem condições de eleger o seu presidente, não é verdade Deputado Domingos Dutra. Eu conversei com o Deputado Aderson Lago anteontem em meu gabinete às 16:00 horas e ele dizendo, “se vocês dois me apoiarem eu serei o presidente desta Casa”. E eu disse, deputado, não há problema nenhum. Vou levar isso hoje para a reunião do meu partido. Quando chegou 6:00 horas da tarde a sua prima, a Deputada Janice Braide, já telefonava para o governador, que não votava em candidato da oposição. Nós não podemos ser instrumentos... é como o Deputado Rubens disse, nós estamos no Natal, mas não podemos acreditar que existe Papai Noel. Pode 22 deputados que dizem vão votar no deputado da oposição e nós votamos. Nós votamos se tiver 22 deputados, mas não tem, eu tenho certeza que não tem! Isso é enganar, vote aqui, vote na hora da votação e vote nominal, se pode votar avulso, que vote um de cada vez, um a um de vocês vai votando para ver se vai atingir os 22 deputados. Nós não podemos passar para a população aquilo que não é verdadeiro. Eu e a Deputada Graça Paz deixamos para votar por último e vamos escolher um deputado da oposição como candidato a presidente desta Casa.

O SENHOR DEPUTADO ADERSON LAGO – Julião, conceda-me um aparte.

O SENHOR DEPUTADO JULIÃO AMIN – Tenho certeza que isso não existe deputado, isso é querer enganar. Pois não, eu concedo o aparte.

O SENHOR DEPUTADO ADERSON LAGO (aparte) – Deputado Julião, eu não sei se estou entendendo bem. V. Exa. está dizendo que se houver um candidato da oposição, V. Exa. e a Deputada Graça podem deixar para votar em uma segunda chamada.

O SENHOR DEPUTADO JULIÃO AMIN – Perfeitamente, deputado.

O SENHOR DEPUTADO ADERSON LAGO – E se este candidato da oposição obtiver 19 votos.

O SENHOR DEPUTADO JULIÃO AMIN – 20 votos, deputado.

O SENHOR DEPUTADO ADERSON LAGO – 20 votos não, com 19 ganha. Com 21 votos, nós temos mais idade do que qualquer um que está lá do outro lado, com exceção de V. Exa. que é o mais velho que tem lá.

O SENHOR DEPUTADO JULIÃO AMIN – Perfeito, e com muito orgulho.

O SENHOR DEPUTADO ADERSON LAGO – E se V. Exa. for o candidato de lá nós votaremos em V. Exa.

O SENHOR DEPUTADO JULIÃO AMIN – Vamos discutir essa questão, mas eu tenho certeza, deputado. E eu não me engano e concordo com isso. Eu concordo com isso, deputado.

DEPUTADO ADERSON LAGO – Senhor deputado, o senhor está fazendo com isso a fábula do lobo com o cordeiro.

O SENHOR DEPUTADO JULIÃO AMIN – Não, vamos fazer isso aqui, vamos fazer. Vamos fazer para votar por último, eu voto por último, deputado. Eu voto por último.

O SENHOR DEPUTADO ADERSON LAGO – Mas com a Deputada Graça, porque com 21 votos vai se fazer um presidente da Assembléia.

O SENHOR DEPUTADO JULIÃO AMIN – Não, nós precisamos... porque o Deputado Clodomir Paz. Nós saímos da Casa em 1995 com 27 deputados aqui para esta Casa, na hora em que foram apurados os votos. Quando terminou a apuração tinha só 21 a 21. Fomos para o segundo turno, ficou 22 a 20, e o Clodomir era mais velho e por causa do interesse. E como eu disse, eu aceito, por que nós não podemos botar 22 deputados.

O SENOR DEPUTADO ADERSON LAGO – Deputado, dá licença que eu vou trabalhar agora, vou correr atrás dos meus votos.

O SENHOR DEPUTADO JULIÃO AMIN – Vai trabalhar os 22 votos, aliás os 20 votos, porque 19 V. Exa. pode examinar, vamos ver se nós temos condições disso. Vou mostrar como não tem Deputado Domingos Dutra.

O SENHOR DEPUTADO JOAQUIM HAICKEL – Deputado, permite um aparte?

O SENHOR DEPUTADO JULIÃO AMIN – Pois não.

O SENHOR DEPUTADO JOAQUIM HAICKEL (aparte) – Deputado Julião, não sofisme conosco. Com 19 votos...

O SENHOR DEPUTADO JULIÃO AMIN – Com 19 votos, eu aceito os 19 votos e sou o último a votar deputado, porque nós não podemos enganar a população do Maranhão.

O SENHOR DEPUTADO JOAQUIM HAICKEL – Gostaria de ter um compromisso e da Deputada Graça que votados 19 deputados em uma chapa encabeçada por um deputado da oposição, posso dizer especificamente um deputado do PDT, que os dois deputados, a Deputada Graça Paz e o Deputado Julião Amin, em um segundo escrutínio, em uma segunda chamada votarão nos seus colegas de partido, nos seus colegas de oposição, isso se V. Exa. se comprometer conosco aqui neste Plenário, onde V. Exa. tem mantido uma posição de coerência, até um certo ponto ultimamente, me pareceu um pouco descompensado nas suas posições e tenho certeza que V. Exa. não é assim. Tenho certeza que é, de certa forma, uma posição de partido, mas colocarmos no colo do PDT, no colo da oposição, a presidência, independente desse Poder V. Exa. não poderia nos faltar nessa hora. E o que V. Exa. está nos dizendo é que se nós botarmos 19 votos em um candidato da oposição aqui nesta Assembléia hoje à noite na sessão que elegerá o presidente da Assembléia, V. Exa. e a Deputada Graça Paz completarão a eleição com 21 elegendo o presidente. Nós vamos trabalhar agora e quero um compromisso de V. Exa.

O SENHOR DEPUTADO JULIÃO AMIN – Perfeitamente, tenha esse compromisso deputado, mas eu vou lhe dizer, eu aceito até V. Exa. quando diz que nós estamos descompensados. V. Exa. é um deputado do grupo Sarney e um sócio do grupo Sarney, então tem interesse em brigar com o Governador José Reinaldo, agora nós da oposição lutamos é pela liberdade do Maranhão e se a saída for aqui nós concordamos deputado, com o voto de V. Exa. e todo mundo que queira construir esse momento.

O SENHOR DEPUTADO DOMINGOS DUTRA – Deputado, permite um aparte?

O SENHOR DEPUTADO JULIÃO AMIN - Pois não deputado, um minuto para o Deputado Domingos Dutra.

O SENHOR DEPUTADO DOMINGOS DUTRA (aparte) – São duas coisas, com relação a CPI do senhor Cafeteira, houve uma denúncia grave que nós achamos que devia ser investigada, porque investigação de quem não tem nada não pode embaralhar. E quem embaralhou a CPI foi o Deputado Aderson que fez um recurso contra a saída, a licença da Deputada Maura Jorge, e portanto, quando a Comissão de Justiça decidiu pelo improvimento do recurso do Deputado Aderson já estava no segundo turno. E nós apuramos que aquela encomenda que foi para o Rio de Janeiro, foi mesmo, foi grana, portanto não foi manobra do Sarney. Por último, é que o Deputado Joaquim e que o Deputado Aderson... o nome que se tem com 19 votos é o nome de Mauro Bezerra e que ele com a idade que tem ele ganha a eleição. Portanto, se V. Exa. se comprometer com isso, sendo que a Deputada Graça não está confirmando.

O SENHOR DEPUTADO JULIÃO AMIN – Deputado Domingos Dutra, eu concordo com V. Exa. no que diz quem tem que apurar, mas quem tem o poder da mídia do Maranhão e faz o que quer são os poderosos que estão aí. As informações que chegam são os poderosos que colocam, não é a verdade deputado. Aumenta-se, crie-se e V. Exa. sabe disso. E eu vou concluir, eleição hoje, eu acho muito difícil, porque o grupo Sarney é muito poderoso para não revogar essa liminar que tem aí. Muito obrigado.

O SENHOR PRESIDENTE REGINALDO NUNES – Deputado César Pires. Ausente.

O SENHOR PRESIDENTE REGINALDO NUNES - Nada mais havendo a tratar declaro encerrada a presente sessão.

Ata da Vigésima Primeira Sessão Extraordinária da Segunda Sessão Legislativa da Décima Quinta Legislatura da Assembléia Legislativa do Estado do Maranhão, realizada em quinze de dezembro do ano de dois mil e quatro.

Presidente deputado Carlos Alberto Milhomem.
Primeiro secretário deputado Elígio Almeida.
Segundo secretário deputado Reginaldo Nunes.

Às quatorze horas presentes os deputados Alberto Franco, Antônio Carlos Bacelar, Antônio Pereira, Camilo Figueiredo, Carlos Alberto Milhomem, Carlos Braide, Carlos Filho, César Pires, Cristina Archer, Deusdedith Sampaio, Domingos Dutra, Elígio Almeida, Francisco Gomes, Graça Paz, Helena Barros Heluy, Hélio Soares, Humberto Coutinho, Janice Braide, João Evangelista, Joaquim Nagib Haickel, José Lima, Julião Amin, Luiz Pedro, Manoel Ceará, Manoel Ribeiro, Maura Jorge, Mauro Bezerra, Max Barros, Paulo Neto, Pavão Filho, Reginaldo Nunes, Rigo Teles, Rubem Brito, Rubens Pereira, Socorro Waquim, Soliney Silva, Stênio Rezende, Telma Pinheiro, Teresa Murad e Wilson Carvalho.

Ausentes: os deputados Aderson Lago e Geovane Castro.

I - ABERTURA

O SENHOR PRESIDENTE CARLOS ALBERTO MILHOMEM – declaro aberta a sessão extraordinária. Com a palavra o senhor segundo secretário para leitura do texto bíblico.

O SENHOR SEGUNDO SECRETÁRIO REGINALDO NUNES – (Lê o texto bíblico).

O SENHOR PRIMEIRO SECRETÁRIO ELIGIO ALMEIDA – lê o expediente da ordem do dia que trata do Orçamento do Estado, para discussão e votação do mesmo.

II - EXPEDIENTE

REQUERIMENTO Nº 232 / 04

Senhor Presidente

Na forma regimental requero a V. Exa. que seja votada em destaque a emenda nº 270/04, de minha autoria, apresentada ao projeto de lei nº 127/04 e rejeitada conforme parecer da Comissão de Orçamento.

SALA DAS SESSÕES DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO MARANHÃO, 15 de dezembro de 2004. LUIZ PEDRO - Deputado Estadual.

ACOLHIDO CONFORME ART. 197,
§ 6º DO REGIMENTO INTERNO.
EM: 15.12.04

REQUERIMENTO Nº 233 / 04

Senhor Presidente

Na forma regimental requero a V. Exa. que seja votada em destaque a emenda nº 265/04, de minha autoria, apresentada ao projeto de lei nº 127/04 e rejeitada conforme parecer da Comissão de Orçamento.

SALA DAS SESSÕES DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO MARANHÃO, 15 de dezembro de 2004. HELENA BARROS HELUY - Deputada Estadual.

REJEITADO
EM: 15.12.04

REQUERIMENTO Nº 234 / 04

Senhor Presidente

Na forma regimental requero a V. Exa. que seja votada em destaque a emenda nº 266/04, de minha autoria, apresentada ao projeto de lei nº 127/04 e rejeitada conforme parecer da Comissão de Orçamento.

SALA DAS SESSÕES DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO MARANHÃO, 15 de dezembro de 2004. HELENA BARROS HELUY - Deputada Estadual

REJEITADO
EM: 15.12.04

REQUERIMENTO Nº 235 / 04

Senhor Presidente

Na forma regimental requero a V. Exa. que seja votada em destaque a emenda nº 263/04, de minha autoria, apresentada ao projeto de lei nº 127/04 e rejeitada conforme parecer da Comissão de Orçamento.

SALA DAS SESSÕES DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO MARANHÃO, 15 de dezembro de 2004. HELENA BARROS HELUY - Deputada Estadual.

REJEITADO
EM: 15.12.04

REQUERIMENTO Nº 236 / 04

Senhor Presidente

Na forma regimental requero a V. Exa. que seja votada em destaque a emenda nº 262/04, de minha autoria, apresentada ao projeto de lei nº 127/04 e rejeitada conforme parecer da Comissão de Orçamento.

SALA DAS SESSÕES DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO MARANHÃO, 15 de dezembro de 2004. HELENA BARROS HELUY - Deputada Estadual.

REJEITADO
EM: 15.12.04

REQUERIMENTO Nº 237 / 04

Senhor Presidente

Na forma regimental requero a V. Exa. que seja votada em destaque a emenda nº 259/04, de minha autoria, apresentada ao projeto de lei nº 127/04 e rejeitada conforme parecer da Comissão de Orçamento.

SALA DAS SESSÕES DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO MARANHÃO, 15 de dezembro de 2004. HELENA BARROS HELUY - Deputada Estadual.

REJEITADO
EM: 15.12.04

REQUERIMENTO Nº 238 / 04

Senhor Presidente

Na forma regimental requero a V. Exa. que seja votada em destaque a emenda nº 261/04, de minha autoria, apresentada ao projeto de lei nº 127/04 e rejeitada conforme parecer da Comissão de Orçamento.

SALA DAS SESSÕES DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO MARANHÃO, 15 de dezembro de 2004. HELENA BARROS HELUY - Deputada Estadual.

REJEITADO
EM: 15.12.04

REQUERIMENTO Nº 239 / 04

Senhor Presidente

Na forma regimental requero a V. Exa. que seja votada em destaque a emenda nº 260/04, de minha autoria, apresentada ao projeto de lei nº 127/04 e rejeitada conforme parecer da Comissão de Orçamento.

SALA DAS SESSÕES DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO MARANHÃO, 15 de dezembro de 2004. HELENA BARROS HELUY - Deputada Estadual.

REJEITADO
EM: 15.12.04

REQUERIMENTO Nº 240 / 04

Senhor Presidente

Na forma regimental requero a V. Exa. que seja votada em destaque a emenda nº 264/04, de minha autoria, apresentada ao projeto de lei nº 127/04 e rejeitada conforme parecer da Comissão de Orçamento.

SALA DAS SESSÕES DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO MARANHÃO, 15 de dezembro de 2004. HELENA BARROS HELUY - Deputada Estadual.

REJEITADO
EM: 15.12.04

O SENHOR PRESIDENTE CARLOS ALBERTO MILHOMEM - Suspendo a sessão por dez minutos, para esperar os retardatários.

III - ORDEM DO DIA

O SENHOR PRESIDENTE CARLOS ALBERTO MILHOMEM - Está reaberta a sessão. Projeto de lei em primeira e segunda votação. Projeto de Lei 127/04 do Poder Executivo, capeado pela Mensagem nº 073, que estima a receita e fixa as despesas do Estado do Maranhão para o exercício 2005, oferecido parecer favorável pela Comissão de Orçamento e Finanças e Fiscalização. Apreciadas apenas as emendas oferecidas ao projeto. Relator, Deputado Paulo Neto. Em votação. Os senhores deputados que concordarem com o projeto 127/2004, permaneçam como estão. Aprovado. Tem pedidos de destaque. Pedido de destaque; na forma regimental requeiro a V.Exa. que seja votado a emenda nº 270 de minha autoria, apresentada ao projeto de lei nº 127/04, rejeitada conforme parecer da Comissão de Orçamento. Assinado Deputado Luiz Pedro. O destaque já está aprovado de conformidade com o regimento, com o número de da assinaturas regimental dos senhores deputados. Agora vamos submeter a votação da emenda. Emenda nº 270, que diz: proceder a distribuição da justiça através de tramitações de processos judiciais e das varas civis e execuções penais, infância e juventude, fazendo a público juizados especiais, além de expandir, agilizar, modernizar atividades jurisdicionais do Estado, e elevar ao teto de quarenta milhões, oitocentos e trinta e nove mil, novecentos e cinquenta, para quarenta e três milhões, quinhentos e trinta e nove mil novecentos e cinquenta reais. Em votação. Para encaminhar a votação o Deputado João Evangelista.

O SENHOR DEPUTADO JOÃO EVANGELISTA (sem revisão do orador) - Senhor presidente, senhores membros da Mesa, senhoras e senhores deputados. Esta emenda de autoria do nobre Deputado Luiz Pedro, ela ultrapassa o valor, o limite acordado aqui pelos senhores parlamentares do teto acordado pela liderança, o valor de quinhentos mil reais. Está assegurado no Orçamento os quinhentos mil reais, que o deputado emendou, portanto, quanto a esta emenda peço a bancada que a rejeite em função de estar superior ao valor acordado pelas lideranças. Peço que seja rejeitada a Emenda nº 270/04.

O SENHOR PRESIDENTE CARLOS ALBERTO MILHOMEM - Em votação.

A SENHORA DEPUTADA HELENA HELUY - Senhor presidente, eu quero encaminhar.

O SENHOR PRESIDENTE CARLOS ALBERTO MILHOMEM - Deputada Helena Heluy, para encaminhar.

A SENHORA DEPUTADA HELENA HELUY (sem revisão da oradora) - Senhor presidente, senhoras e senhores deputados, senhores funcionários, imprensa e galeria. Embora sem nenhuma procuração do Deputado Luiz Pedro, eu quero encaminhar pedindo aos senhores deputados livres e independentes que não perderam a dimensão das atribuições do Parlamento e que cabe ao deputado, a deputada emendar, também dentro dessa sua independência e foi essa a única justificativa, a única fundamentação trazida pelo líder do governo para a rejeição desta emenda e eu vou votar de acordo com o Deputado Luiz Pedro, e peço aqueles que entenderem quais as verdadeiras e nobres funções do parlamentar que votem a favor. Eu tenho também emendas, tenho também pedidos de destaques as emendas que apresentei e dentro desta mesma linha, diante da fundamentação apresentada pelo Deputado João Evangelista, eu permaneço acompanhando o Deputado Luís Pedro, pedindo àqueles e àquelas para também numa linha de discernimento, liberdade e independência votar com ele. Muito obrigado.

O SENHOR PRESIDENTE CARLOS ALBERTO MILHOMEM - Em votação a emenda nº 270/04 ao projeto de lei orçamentário. Os senhores deputados que concordarem com a emenda apresentada pelo nobre Deputado Luiz Pedro, permaneçam como estão. Rejeitada. Atenção, existe sobre a Mesa sete pedidos de destaque apresentados pela Deputada Helena Barros Heluy. Se o destaque for

aceito pelo plenário teremos que votar as emendas, se o destaque for rejeitado pelo plenário, automaticamente a emenda estará prejudicada. Na forma regimental do artigo 141 do Regimento Interno, requeiro a V.Exa. que após ouvido o plenário seja votada a emenda nº 259/2004 de minha autoria, oferecida ao projeto de lei nº 127/2004, constante na Ordem do Dia da presente sessão. Rejeitado pelas comissões pertinentes. Assinado Deputado Helena Barros Heluy. Em votação, o destaque.

A SENHORA DEPUTADA HELENA HELUY - Senhor presidente, eu peço a palavra.

O SENHOR PRESIDENTE CARLOS ALBERTO MILHOMEM - Pois não, deputada.

A SENHORA DEPUTADA HELENA HELUY (sem revisão da oradora) - Senhor presidente, senhores deputados, senhoras deputadas, quando me dirigi a essa tribuna pedia para encaminhar, inclusive por economia, para que seja, como são sete pedidos de destaques, para que não tenha V.Exa. de apresentar um a um o pedido de destaque, quero saber se o plenário aceita que eu o faça, que coloque-o em apreciação. E ainda na linha de economia, mas dizendo do meu direito e dever de contribuir para a peça orçamentária, de dar respostas concretas a regiões, áreas, municípios, instituições e entidades. Eu quero apenas elencar para os senhores e para as senhoras, os pedidos que foram rejeitados e que estou pedindo destaque para que sejam apreciados. Foi da Emenda nº 259, quem estiver com o Diário da Assembléia em mãos poderá acompanhar, ao nº 263. São emendas apresentadas no sentido de contemplar o Hospital Aldenora Belo, com a importância de trezentos mil reais para a Secretaria de Saúde e a fonte anulação parcial idêntico valor da reserva de contingentes. Permita-me senhor presidente e prometo a V. Exa. não retornar para discutir a questão, é um milhão de reais para a construção do Instituto de Criminalística Instituto Médico Legal, em Imperatriz, um pleito há muito tempo daquela região, sobretudo das mulheres de Imperatriz para a Secretaria de Estado e Infra-Estrutura, anulando esse valor da Secretaria de Estado de Justiça e Cidadania. Nº 261, um milhão de reais para criar programas de apoios as atividades produtivas das comunidades indígenas. Estamos retirando esse valor da Casa Civil, que na nossa avaliação está exacerbadamente bem contemplada. A outra Emenda de nº 265, é de quinhentos mil reais para a construção de uma ponte ligando o povoado de Coqueiro ao povoado Jacamin, no interior da ilha de São Luís, um pleito antigo também da população daquela área. É para Secretaria de Infra-estrutura e a fonte de anulação é aqui a nossa própria Assembléia Legislativa, que estaria colaborando extraordinariamente bem com aquela região por tudo quanto ela representa. A Emenda nº 266, ela quer contribuir para a Lei Orçamentária com quinhentos mil reais de proteção e promoção social da mulher, tem um sentido, é um pedido que vem dos movimentos de mulheres aqui do Maranhão junto com os movimentos sociais que atuam em defesa dos direitos da mulher e vem se manifestando a favor desta solicitação de recursos, para contemplar a Campanha de documentação e proteção da mulher contra as doenças sexualmente transmissíveis e AIDS. Número 264, quero a construção, e estou requerendo isso já fazem três anos. Não faz mal a gente sonhar Deputado Milhomem, inclusive, com a melhoria da terra da gente. É uma contribuição para que um dia saia, o cais da minha cidade, Município de Barão de Grajaú. Pediria até o apoio do Deputado Manoel Ribeiro, que tem tido sempre uma grande e excelente votação na minha cidade. Sai da verba ou rubrica divulgação das ações governamentais. Nós estamos pedindo aqui, pode até ser demais, mas a importância do significado desta Emenda, justifica o valor aqui atribuído. Promover a recuperação das matas ciliares e preservação dos recursos aquáticos para revitalização do Rio Itapecuru, três milhões de reais. E a última, é também de um milhão de reais, para reforçar o programa de reforma e regularização fundiária. Então dentro da linha de raciocínio já expandido por ocasião da Emenda do Deputado Luiz Pedro, o só fato de extrapolar estas emendas aquilo que o

governador resolveu como uma benesse, assegurar aos senhores que só por isso eu não vejo nem na esfera constitucional nem no que diz respeito as regras orçamentárias, as razões para a rejeição dessa emenda. E ousou pedir às pessoas livres e independentes deste plenário, que acompanhem, não só para que possam ser apreciadas uma a uma, como também que sejam admitidas essas emendas com todo o seu conteúdo. Muito obrigada.

O SENHOR PRESIDENTE CARLOS ALBERTO MILHOMEM - Eu pergunto a Deputada Helena Barros Heluy, já que foi encaminhada em bloco se pode ser votada como tal?

A SENHORA DEPUTADA HELENA HELUY - Como V.Exa. achar melhor para sua administração. Só para esclarecer, uma pergunta que o senhor presidente me formulou, a primeira vez Deputado Milhomem, eu subi vinte e cinco vezes aquela tribuna. Então como o dia hoje está muito conturbado eu quero me poupar para me concentrar mais com tudo o que poderá acontecer daqui às 20:00 horas. Obrigada.

O SENHOR PRESIDENTE CARLOS ALBERTO MILHOMEM - Com a palavra o senhor Deputado João Evangelista.

O SENHOR DEPUTADO JOÃO EVANGELISTA (sem revisão do orador) - Senhoras deputadas e senhores deputados, nós compreendemos perfeitamente o sentimento da nobre Deputada Helena Heluy e dos demais deputados que estão emendando o orçamento. É natural. Mas essa inovação não é aqui apenas neste parlamento ou do governo com o parlamento. O governo de V.Exa, do partido de V.Exa. dá o limite de emenda coletiva, emenda individual e isso acontece dentro do parlamento na relação com o governo quando encaminhou o orçamento, e nós estamos aqui defendendo a rejeição do requerimento de V. Exa. porque no Orçamento do Estado constam vinte e um milhões de reais só de emenda de parlamentar que vamos votar e que vamos aprovar. Portanto, todos os parlamentares aqui emendaram, as Comissões Técnicas deram parecer favorável e nós estamos orientando a bancada para que rejeite os requerimentos da Deputada Helena Heluy, mas, e quando da votação do orçamento aprove as emendas correspondentes a quinhentos mil reais que ela destinou aos seus municípios com o parecer da Comissão de Orçamento e Administração Pública. Portanto, vamos votar pela rejeição dos requerimentos.

O SENHOR PRESIDENTE CARLOS ALBERTO MILHOMEM - Em votação. Conforme explanação da Deputada Helena Barros Heluy e sua prévia e bondosa autorização, vamos votar as sete emendas, ou melhor, pedido de destaque em bloco. Os senhores deputados que concordarem com os pedidos de destaque exposto pela Deputada Helena Barros Heluy permaneçam como estão, os que não concordarem ponham-se de fo projeto de lei do orçamento. Aprovado. à sanção. Projeto de lei n.º 157/04, capeado pela Mensagem n.º 096/04 do Poder Executivo. (lê). Os senhores deputados que concordarem permaneçam como estão. Aprovado à sanção. Quero comunicar aos senhores deputados que às 20:00 horas haverá sessão para eleição da Mesa da Assembléia Legislativa do Maranhão, às 20:00 horas. É possível que a gente encerre a sessão por falta de número. Com a palavra a senhora Deputada Socorro Waquim.

A SENHORA DEPUTADA SOCORRO WAQUIM (sem revisão da oradora)- Senhor presidente, eu agradeço e quero explicar aos companheiros deputados e deputadas que essa solicitação que eu fiz à Mesa, é porque eu aguardava a auto convocação e não havendo mais eu não vi outra oportunidade para que eu pudesse usar este espaço, pelo menos para me despedir de cada colega que aqui conheci, que aprendi a amar e que se tornou uma grande família. Portanto senhor presidente, senhores deputados, senhoras deputadas, imprensa, galeria, eu pensava, realmente, fazer essa despedida posterior à minha diplomação a prefeita de Timon, mas a data marcada só para amanhã dia 16, às 19:00 horas e aí eu aproveitei a oportunidade para convidar

a todos os colegas, a imprensa, todos os amigos. Não me permitiu que eu fizesse antes porque achava que teria que ser após a minha diplomação. Mas veja bem, o que é importante é que estou aqui neste momento com vocês, vivenciando, vamos dizer, esses últimos momentos nesta Casa, na convivência de cada um, nesse aprendizado, nessa escola que para mim me amadureceu politicamente e emocionalmente. A minha história política senhor presidente, é uma história política recente. Eu não tenho a sua experiência de tantos anos, como é assim também a experiência de Dutra, como é a experiência de Pavão, como a experiência de Braide, de Humberto que pode aqui falar dos seus 14 anos de vivência parlamentar, de Manoel Ribeiro, de Helena, de Mauro, de Telma Pinheiro, de João Evangelista, que todos tem vários mandatos, Hélio, vários mandatos nesta Casa. A minha experiência ela é bem mais recente, mas é uma experiência parlamentar que foi oriunda de uma luta social, da uma luta de uma educadora que sempre esteve a frente dos embates e sempre acreditou que poderia contribuir com o seu País, com seu Estado e com seu município. Eu iniciei a minha vida pública sendo líder estudantil. Por algum tempo estive a frente... lembro-me eu ainda muito jovem tinha que ler algumas revistas Guerrilhas do Araguaia, por exemplo, debaixo de uma cama porque meu pai tinha pavor do comunismo, ele dizia, "vão lhe prender, você não pode ler isso porque isso não é bom". Mas eu sempre fui uma apaixonada pelas questões sociais e pelas lutas sociais e as lutas políticas. Casei-me com um político e a partir daí eu entrei definitivamente na vida política participando, como sempre fez e faz ainda a grande maioria das mulheres, fazendo cafezinho, ajudando, recepcionando Deputada Graça, e assim eu fui aprendendo um pouco dessa convivência e dessa artimanha de que a política realmente é a arte do diálogo, é a arte da conversação, é a arte do entendimento. Quando tudo está tão difícil, tudo está intransponível aí vem a conversa, o diálogo, o entendimento do pé de ouvido e as coisas se resolvem. E aí quando cheguei aqui qual era a minha surpresa, os primeiros dias. Quando eu vi os colegas aqui nesta tribuna, falarem fortes, falarem firmes e um contra o outro, eu dizia: meu Deus. Às vezes comentava com a Deputada Cristina Archer, "Cristina, eles vão já brigar de verdade". E quando eles desciam aqui, que eles se abraçavam, eu ia aprendendo no dia-a-dia que no momento em que se está aqui nesta tribuna, realmente, se veste, se reveste daquela força da defesa e que fora desta tribuna. todos fomos companheiros com os mesmos ideais e com ideologia diferente, mas com idéias também bastantes similares, porque todos convertem para o mesmo fim que é o bem comum, que é o bem da sociedade, que é o progresso do Maranhão. Portanto, eu iniciei assim a minha carreira política, aprendendo com o marido, sendo mulher de político e aí em um determinado tempo meu marido dizia: "olha, eu acho que o momento é seu. Eu já tenho cinco mandatos de vereador, eu acho que o povo já não me vê como te vê com aquela liderança e é hora de você entrar na política". Aí vem o medo das mulheres fazerem política. Eu, na política, enfrentar este público, não, eu acho que isso não é muito coisa de mulher, e aí diante dessa indecisão eu também pensava assim, mas as mulheres têm que participar e aí eu entrei e fui candidata a prefeita e várias vezes perdi, perdi a eleição, mas aprendi e ganhei força para continuar na luta política, para poder chegar aonde chegamos hoje, deputada estadual e amanhã prefeita oficializada de Timon.

O SENHOR DEPUTADO WILSON CARVALHO - Deputada Socorro Waquim, me permite um aparte?

A SENHORA DEPUTADA SOCORRO WAQUIM - Pois não, deputado.

O SENHOR DEPUTADO WILSON CARVALHO- (aparte) - Deputada Socorro, eu não me contive e achei que deveria apartear-la, porque acho que V.Exa. teve uma brilhante vitória em Timon e vai com certeza, exercer bem o mandato de prefeita lá naquela terra, o chamamento do seu povo. E nós já vamos perder um colega antigo, que é o Deputado Humberto Coutinho e agora perdemos uma colega da categoria, da estirpe, do quilate de V.Exa. que muito entristece, diminui

um pouco este parlamento, muito embora V.Exa. seja substituída por outro companheiro, outra pessoa que já foi deputado aqui nesta Casa. Mas quero desejar a V.Exa. muitas felicidades na sua nova missão e dizer que dentro na minha avaliação, V.Exa. cumpriu bem a sua missão aqui nesta Casa, foi sempre a mãezona, uma pessoa sempre com o sorriso nos lábios, uma pessoa alegre, simpática e digamos assim, a mãezona aqui da Assembléia. A pessoa que sempre procurava acalmar, sempre sóbria nas palavras, sempre pensando antes de falar e eu acho que são de pessoas assim que o parlamento precisa manter, infelizmente para nós, mas felizmente para Timon, V.Exa vai para lá e vai fazer com certeza uma grande administração. Muito obrigado.

A SENHORA DEPUTADA SOCORRO WAQUIM - Eu agradeço a sua manifestação e fico feliz ao ver que as mulheres além de serem guerreiras, continuam mantendo mesmo aqui no parlamento a sensibilidade da maternidade no sentido da construção, no sentido da unidade, no sentido de que a gente possa ter nesta Casa essa unidade sempre muito permanente. Mas eu levo saudade, saudade do Wilson Carvalho esse médico amigo, esse amigo que eu aprendi a conhecer, eu fui comer camarão lá na sua terra, feito sushi pelo Hélio Soares e foi assim um grande momento quando nós nos aproximamos e nos conhecemos.

O SENHOR DEPUTADO MAURO BEZERRA - V.Exa. me permite um aparte?

A SENHORA DEPUTADA SOCORRO WAQUIM – Pois não.

O SENHOR DEPUTADO MAURO BEZERRA (aparte)- Deputada Socorro, V.Exa. usou a palavra convivência várias vezes, e a falta da sua convivência nesta Casa vai ser sentida. Claro que ela não será tão sentida porque V.Exa. vai cumprir uma tarefa muito maior, que é governar uma das maiores cidades do Maranhão. E eu espero que V.Exa. tenha tanto êxito na Prefeitura de Timon como teve nesta Casa, até porque o povo de Timon, realmente em que pese o atual prefeito por ser do meu partido, aliás esteja se despedindo do meu partido, porque ele já anunciou, ele botou filho na frente e vai depois. Mas eu espero que V.Exa. resgate o que a população está precisando. Às vezes eu saio daqui de carro para Teresina, Fortaleza e vejo com tristeza Deputada Socorro, a direita da entrada da cidade há um lixão. E precisa acabar com isso, não pode continuar um lixeiro, às vezes a fumaça cria problemas para as pessoas. E eu espero que V.Exa. resgate aquilo que aquela população está precisando; dignidade, a população precisa de dignidade. Timon não é um território de Teresina não, já foi, mas não é, Timon é talvez a 3ª ou 4ª maior cidade do Estado. Então, ela precisa de uma pessoa firme como V.Exa. Aliás a nossa convivência é de antes de quando eu era do PMDB, mas hoje o nosso PMDB já é diferente, o seu não é o de hoje, o nosso era diferente do que é hoje. De modo que desejo muito sucesso a V.Exa. na sua nova tarefa, a sua ausência vai ser sentida nesta Casa, mas a sua presença será muito forte para aquele povo que merece realmente alguém que olhe para terra, que olhe por eles. Muito obrigado.

A SENHORA DEPUTADA SOCORRO WAQUIM – Eu agradeço Deputado Mauro, e como o senhor diz a nossa convivência é de muito tempo, Deus me deu a oportunidade de aqui afunilar essa convivência, e eu lhe digo que essa tristeza que o senhor tem não é só sua, é minha como é de todos os timonenses que veem aquela cidade na situação que ela está e esse foi um dos grandes comprometimentos com a cidade de Timon, não tem outra meta, a não ser trabalhar, trabalhar para que nós possamos realizar ali um projeto político administrativo que vá ao encontro aos anseios daquela comunidade. E hoje me sinto muito mais comprometida. Ganhamos a eleição no dia 03 de outubro e aí que angústia, que confusão para confirmar esse resultado.; Às vezes eu até dizia: o difícil não foi ganhar a eleição, o difícil foi eu ter a diplomação assegurada. E isso me obrigou e me obrigará a ter a minha

responsabilidade com aquele município, com aquela gente redobrada, aumentada, porque a partir daí eu senti de que não adianta só ganhar a eleição, se tem ganhar e confirmar esse resultado, essa vitória através das ações que favoreçam ao povo de qualquer que seja a terra, para qual nós nos estimamos a cumprir a missão.

A SENHORA DEPUTADA GRAÇA PAZ - Deputada, conceda-me um aparte?

A SENHORA DEPUTADA SOCORRO WAQUIM - Concedo a palavra a senhora Deputada Graça Paz.

A SENHORA DEPUTADA GRAÇA PAZ (sem revisão da oradora)- Obrigada deputada. Ouvindo o início de vossa fala, ouvi V.Exa. dizendo como foi o começo da sua vida política, e eu acho que nós mulheres políticas do nosso tempo, com certeza começamos dessa forma, servindo cafezinho para os companheiros dos nossos maridos, atendendo, recebendo em nossas casas, ajudando nas campanhas, mas hoje as mulheres desta nova fase já não têm mais o mesmo papel. Graças a Deus. E já começam na sua vida independente desses pequenos trabalhos que nós tivemos. Mas, quero dizer que lamento a ausência de V.Exa. como colega, como amiga, como companheira, mas desejo que V. Exa. seja muito feliz nessa nova missão que não é fácil, é uma missão árdua, mas com certeza V.Exa. saberá tirar de letra como tem feito em grande parte da história da sua vida. Então, desejo todo o sucesso e que as coisas seclareiem e que tudo seja como V.Exa. e como o povo de Timon na sua grande maioria deseja ver V.Exa. na frente daquela Prefeitura, para melhorar e fazer crescer aquele Município de Timon.

A SENHORA DEPUTADA SOCORRO WAQUIM - Eu agradeço a vossa manifestação. E digo que Timon tem uma questão peculiar, Timon é a entrada e a saída do Maranhão e olha que a responsabilidade é muito grande, porque todos na saída e na entrada, todos que passam por ali fazem essa cobrança. Por que Timon é tão feio? Por que Timon é tão sujo? E por que tem o lixão? E daí eu entendo que qualquer um governante precisa ter essa meta com muita lucidez, de que aquela cidade ela é tão importante quanto tantas outras cidades do Maranhão, mas por ser esse portal, ela tem que ser mais bem tratada, mais bem cuidada, para que a imagem da cidade possa melhorar e que também a vida das pessoas possam melhorar. E aí desejo que V.Exa. nesse parlamento também em 2006 retorne, com todas as deputadas para continuar fortalecendo o parlamento e a participação feminina cada vez mais atuante, cada vez mais preciosa, para que as mulheres possam realmente dar a sua contribuição que é muito importante nesse país, nesse mundo de hoje.

A SENHORA DEPUTADA CRISTINA ARCHER - Deputada, conceda-me um aparte?

A SENHORA DEPUTADA SOCORRO WAQUIM - Pois não, Deputada Cristina Archer, querida amiga.

A SENHORA DEPUTADA CRISTINA ARCHER (aparte)- Deputada Socorro, essa despedida eu tenho certeza que não só pra mim, mas para todos nós é um momento de tristeza, é um momento melancólico, mas é só um momento porque nós sabemos que apesar da deputada estar se afastando desta Casa, não estará de forma nenhuma se afastando de todos nós, porque com certeza soube fazer amizades aqui com a sua habilidade, com a sua maneira de ser, com a sua maneira de atuar. Privar da sua convivência, privar da oportunidade de tê-la aqui como companheira, como pessoa e deputada, foi uma experiência valiosa para mim e eu me honro como mulher de fazer parte dessa bancada feminina nesta Casa, bancada da qual V.Exa. faz parte. E eu tenho certeza que é por uma boa causa que V.Exa. se afasta hoje para assumir a Prefeitura de Timon, que com certeza tem tudo a ganhar, tudo a lucrar com a sua experiência, com a sua habilidade, com a sua

maturidade, com o seu equilíbrio, com a sua sensatez e sobretudo com o seu compromisso e sua responsabilidade. Eu lhe desejo muita sorte. O apoio total do povo de Timon, porque com certeza será o melhor para Timon, melhor para o Maranhão e o melhor para todos nós. E é com saudades, mas com alegria que eu me despeço da senhora hoje como deputada, mas faço questão de poder continuar com sua amizade. Muito obrigada.

A SENHORA DEPUTADA SOCORRO WAQUIM - Certamente Deputada Cristina. Eu realmente me aproximei de todos, mas a gente de está aí de lado a lado, no dia-a-dia discutindo e trocando idéias foi muito importante. Eu quero dizer que eu saio, mas não quero realmente me distanciar. Eu quero colocar a cidade de Timon, a minha casa, a minha amizade que fique permanentemente de portas abertas a todos vocês, e que a minha distância física não seja uma distância que possa nos afastar, mas sim que nós possamos estar lá e estando cá, mas estamos perto uns dos outros.

A SENHORA DEPUTADA MAURA JORGE - Deputada, conceda-me um aparte?

A SENHORA DEPUTADA SOCORRO WAQUIM - Pois não, deputada.

A SENHORA DEPUTADA MAURA JORGE (aparte)- Deputada, costuma-se dizer que é muito bom ser diferente e conviver com V.Exa. nesta Casa, tê-la como amiga, ouvir os seus conselhos, as suas orientações para mim foi sem dúvida nenhuma ratificar de que o que é bom não é ser diferente, mas fazer a diferença. E V.Exa. faz a diferença nesse parlamento pela forma ética, pela forma responsável como conduziu o seu mandato e como diz a bíblia: a mulher sábia edifica o seu lar. E sem dúvida nenhuma V.Exa. edifica esse Parlamento. E eu gostaria de desejar de todo o meu coração e tenho certeza em nome de todos os nossos companheiros, que em questão do tempo não puderam fazer uso da palavra, desejar êxito e que Deus possa ser o gestor da sua vida como tem sido até agora, orientar para que V.Exa. possa ter uma administração brilhante, sempre voltada para os interesses do povo de Timon e do nosso Estado. Sei que muito em breve V.Exa. também voltará a este Parlamento. Muito obrigada por este carinho e acima de tudo pela responsabilidade que V.Exa. teve com o seu mandato, representando muito bem a mulher maranhense neste Parlamento. Muito obrigada.

A SENHORA DEPUTADA SOCORRO WAQUIM - Muito obrigada Deputada Maura, eu fico feliz de que V.Exa. possa me ver assim como os outros companheiros, como uma rocha, porque eu sempre quis ser isto, embora todas nós tenhamos os nossos momentos de fragilidade, mas eu sempre busquei ser esta rocha firme para que eu pudesse passar esta confiança, por que é nisso que eu acredito. Eu acredito nesta caminhada, acredito que cada mulher, cada homem, cada cidadã, cidadão pode e deve participar, fazer, crer e foi assim que eu sempre montei toda a minha vida profissional e agora a minha vida pública.

A SENHORA DEPUTADA HELENA HELUY - Deputada conceda-me um aparte?

O SENHOR DEPUTADO JOSÉ LIMA - Deputada, conceda-me um aparte?

A SENHORA DEPUTADA SOCORRO WAQUIM - Deputada Helena, eu vou deixar o Deputado Lima falar para não dizer que eu estou discriminando. Concedo a palavra ao Deputado Lima.

O SENHOR DEPUTADO JOSÉ LIMA (aparte) - Agradeço a Deputada Socorro Waquim. Eu fico muito feliz neste momento e ao mesmo tempo triste pela saída do parlamento, eu sei que V.Exa.

humaniza este parlamento, V.Exa. é uma pessoa que todos nós gostamos muito e fiquei muito feliz no passado em ter participado em convênio, quando V.Exa. era Secretária de Educação de Timon e eu como professor do CEFET, houve um convênio de formação de professores na área de licenciatura, e no segundo momento já em Caxias nós também levamos outro convênio de licenciatura na área de informática. Então, V.Exa. É uma educadora, um exemplo para este Maranhão, mulher forte, trabalhadora e que com certeza vai fazer um excelente trabalho em Timon. E eu desejo para V.Exa. um Feliz Natal e um próspero Ano Novo, e com certeza aquele povo vai saber reconhecer o trabalho que V.Exa. vai desenvolver, porque V.Exa. vai fazer a grande mudança que Timon precisa.

A SENHORA DEPUTADA SOCORRO WAQUIM - É verdade, a nossa grande proposta é de mudança. Eu sempre dizia: não é a mudança de homem para mulher ou de mulher para homem, mas uma mudança de postura, de mentalidade. A educação Deputado Lima, será um dos grandes carros chefes da nossa administração por entendermos, que é pela educação que se pode chegar, que se pode promover e viabilizar o desenvolvimento. Então, nós vamos ter uma atenção bastante apurada com relação a educação do nosso município para promover a classe excluída principalmente, e principalmente aquelas crianças da área de educação infantil que não tiveram oportunidade de ter assento na escola, sua oportunidade de ingressar mais cedo na escolaridade. Deputada Helena, agora eu terei o prazer.

A SENHORA DEPUTADA HELENA BARROS HELUY (aparte) - O prazer é meu Deputada Socorro em poder testemunhar este ato de despedida de V.Exa. desta Casa, para cumprir uma outra missão, uma outra tarefa lá na sua querida Timon, uma das portas do Maranhão, faço questão de frisar, mas com a responsabilidade de ser um dos grandes municípios nos mais diversos aspectos. E de V.Exa. ter sabido ouvi o clamor da sua gente, muito bem expresso através dos out-door de campanha "Timon pede Socorro". Então isso trazia muito bem o sentimento da grande maioria da população que quer V.Exa. ali para administrar. E eu quero ressaltar um outro ponto, o meu partido, Partido dos Trabalhadores depois de muitas demoradas e prolongadas reuniões, como sempre acontece, deliberou e eu acredito que deliberou bem em estar com V.Exa. na campanha. Eu quero desejar êxito na sua administração e na minha modesta compreensão este êxito será na medida em que V.Exa. puder não só ter a presença do PT em sua administração, mas as marcas, as características de tudo aquilo que significa os princípios maiores, significaram desde o seu primeiro instante para uma administração; uma administração transparente, uma administração em que cada um e cada uma de Timon, possam saber o que entrou, o que saiu e para que saiu em termos de recursos. Tenho certeza também, que V.Exa. não terá dificuldades em fazer uma administração com a participação popular, até mesmo para poder nessas possibilidades de uma inversão de prioridades fazer o melhor para a grande maioria daquela população sofrida. Conheço a região, conheço a cidade, desde o tempo em que ainda passava ali o trem vinda da minha querida Barão para vir para São Luís. Então Timon sempre me marcou e marcou profundamente. Tenho amigos, tenho pessoas queridas. Só lamento uma coisa; é que quando eu cheguei aqui a bancada de mulheres eram dez, na legislatura seguinte baixou para oito e com a saída de V. Exa. diminui ainda mais, mas eu tenho certeza que V. Exa. lá em Timon vai poder fazer aquilo que a gente de Timon deseja, uma administração democrática mesmo e com a participação de todos. Parabéns.

A SENHORA DEPUTADA SOCORRO WAQUIM - Eu agradeço a sua participação, e a grata satisfação é minha de ter lhe conhecido mais de perto, quando eu via os out-door 'Helena Heluy', ouvia a sua história, eu sempre me apaixonava por esta história, porque via em você essa mulher forte, essa mulher muito presente que a Deputada Graça também ressalta, essa mulher política forte. E quando lhe vejo aqui na tribuna muitas vezes eu fico lhe observando e lhe ouço

com muita atenção porque fico aprendendo com V.Exa. Certamente que a sua história política, a sua história de vida é diferente da minha história de vida, V.Exa. teve muito mais oportunidade, certamente de estar em muitos embates, até pela sua profissão, mas foi muito rico para mim lhe conhecer, lhe ouvir, ficar atenta a tudo que V.Exa colocou e lhe admirar. O PT como tantos outros partidos fizeram composição conosco, foi uma composição é importante, porque houve um consenso tanto de idéias como de ideais, porque o ideal é de mudanças para Timon. Faremos um governo democrático, faremos um governo assim. Essa foi a nossa pregação, honesta, transparente, em que a população tenha o controle social, por isso a gente já define coisas importantes para o município como a instalação da Controladoria, que para nós é de muita importância para que a gente possa fazer essa administração que V.Exa. apregoou, que o PT apregoou, de controle interno para que possamos fazer correto, fazer decente e fazer de forma ética. Que os resultados da aplicação de recursos venham em benefício para a população. Então, meu muito obrigado também por ter convivido com V.Exa.

A SENHORA DEPUTADA TELMA PINHEIRO - Deputada, conceda-me um aparte?

A SENHORA DEPUTADA SOCORRO WAQUIM - Pois não, Deputada Telma Pinheiro.

A SENHORA DEPUTADA TELMA PINHEIRO (aparte)- Deputada Socorro Waquim, eu vou parafrasear o grande proverbista Salomão, quando ele diz assim: 'Mulher virtuosa quem achar o seu valor excede a divina jóia'. E eu quero lhe dizer, que as virtudes que V.Exa, demonstrou durante este pequeno e breve tempo de convivência conosco, foram suficientes para avaliar esta mulher determinada, firme. Como você disse: servindo, inicialmente cafezinho, nas campanhas políticas para o seu marido. E a mesma competência que V.Exa. gerou e criou essa mulher política, mulher de poder, é a competência com certeza que a conduziu ao posto maior da administração Municipal de Timon. Eu quero lhe dizer que aprendi muito com V.Exa., a sua prudência, porque a mulher virtuosa ela só não mostra o poder, mas ela tem prudência ao demonstrar poder. E quando V.Exa. diz que poder não era coisa de mulher, naquele tempo, V.Exa. já vinha dentro uma visão feminina muito nobre se apoderando de uma posição que hoje é destaque no cenário político do Estado. Portanto, muito obrigada pelas virtudes que V.Exa. transmitiu para nós nesses dias que aqui esteve, muito obrigada por se dispor a se gastar pelo povo da sua terra e sei que se for com a competência que V.Exa. esteve aqui entre nós e que serviu cafezinho e que foi pedagoga, professora, gestora pública da educação no Estado ali em Timon, se for a mesma competência, eu quero lhe dizer que Timon estará de parabéns, porque está sob a responsabilidade de uma mulher da sua estatura, mulher virtuosa e mulher guerreira. Parabéns e muito obrigada pela sua presença em nosso meio, estaremos juntas lutando por Timon também.

A SENHORA DEPUTADA SOCORRO WAQUIM - Eu agradeço a sua fala e quero dizer que também foi uma honra lhe conhecer, já lhe conhecia da Igreja, da Assembléia de Deus e conhecia como a Deputada Telma e eu a admirava. Mas V.Exa. também teve uma importância muito grande na nossa vida política nesse nosso último embate, V.Exa. nos ajudou, esteve junto conosco, acreditando e isso que é importante para mim, não é só V.Exa. ter interferido para que eu tivesse apoio, mas por ter acreditado que eu sou capaz de realizar uma grande administração para aquele povo de Timon. Portanto, meu obrigado por este crédito, quero lhe desejar e desejar também a todos os companheiros, que os próximos dois anos sejam muito propícios, de muito trabalho, de muita determinação, de muito sucesso para o Estado do Maranhão. E quero levar daqui todos esses pedidos, essas evocações a Deus para que ele nos dê sabedoria e inteligência, para que realmente eu use a sabedoria e inteligência para exercer o poder, mas exercer o poder com prudência, sensibilidade e com respeito ao

próximo. E diz Caetano Veloso numa música que diz assim, é uma frase de uma das músicas dele que diz: "é incrível a força, a força que as coisas parecem ter quando precisam acontecer". Então, eu tinha que me eleger deputada estadual para vir conviver com todos aqui e ter a honra, ter a grandeza de dizer muito obrigado pelos momentos que vivemos juntos, muito obrigado pela sua convivência também senhor presidente, muitas vezes estivemos de lado até opostos em alguns temas, mas certamente tudo isso teve uma causa, teve uma razão e foi importante e foi somatório.

O SENHOR DEPUTADO HÉLIO SOARES - Conceda-me um aparte?

A SENHORA DEPUTADA SOCORRO WAQUIM - Pois não, Deputado Hélio Soares.

O SENHOR DEPUTADO HÉLIO SOARES (aparte)- Na mesma linha do espírito da nossa querida Deputada Telma Pinheiro; Timon lhe espera, Timon precisa de V.Exa. O sol Deputada Socorro é magnífico porque esquenta os seres vivos do globo terrestre. A lua também é magnífica porque exerce fenômenos da natureza até sob as marés, energiza até os amantes e os poetas e V.Exa. com certeza vai ser a fonte de energia para Timon. Parabéns. Um Feliz Natal e um próspero Ana Novo.

A SENHORA DEPUTADA SOCORRO WAQUIM - Muito obrigada Deputado Hélio. Eu tive a satisfação de viajar com V. Exa. Algumas vezes, e eu conheci o Hélio divertido, esse Hélio vibrante, esse Hélio poeta, admirador de todas as coisas belas que fazem a natureza cada vez mais bonita, cada vez mais apreciável. E certamente eu levarei daqui essa sua manifestação para sempre lembrar de V.Exa. com um sorriso e com uma saudade emocionante.

O SENHOR DEPUTADO ANTÔNIO BACELAR - Deputada, conceda-me um aparte?

A SENHORA DEPUTADA SOCORRO WAQUIM - Pois não, Deputado Bacelar.

O SENHOR DEPUTADO ANTONIO BACELAR (aparte)- Minha cara amiga Deputada Socorro Waquim, é uma satisfação grande participar desse momento que V.Exa. sobe a tribuna para fazer a sua despedida do parlamento estadual. A sua convivência durante esses quase dois anos nesta Casa, ela foi por demais salutar, aprendemos a conviver com V.Exa. com essa sua liderança altiva, combativa que não se curvou em nenhum instante diante das discussões na prática democrática nesta Casa. E V.Exa. tem uma responsabilidade muito grande, porque vai administrar a parti de 1º de janeiro uma das cidades mais importantes do nosso Estado do Maranhão, é exatamente o portal de entrada da região leste do nosso Estado e que nós esperamos que Timon deixe de ser uma cidade dormitório do vizinho Estado do Piauí, para ser uma cidade genuinamente maranhense. Eu que frequento muito o Estado do Piauí, em função da proximidade também do nosso Município de Coelho Neto com Teresina, e vi escrito nos out-door's; 'Timon pede Socorro', e eu tenho certeza que o socorro chega no dia 1º de janeiro. Espero que V.Exa. inclua dentro da sua administração os excluídos timonenses. Tenho certeza que com o discernimento, com altivez, com a coragem que V. Exa. sempre se pautou neste parlamento estadual, também se pautará à frente da administração municipal de Timon. Eu não tenho dúvida Deputada Socorro Waquim, que Timon viverá uma nova era, Timon vai viver novos tempos e nós esperamos como parlamentar, ajudar a senhora a dirigir aquele grande e importante município maranhense. A exemplo do companheiro Humberto Coutinho, que ontem fez também a sua despedida, um outro grande município importante, então, tanto Timon quanto Caxias terão novas oportunidades na vida política do nosso Estado. Parabéns e que Deus lhe abençoe na nova tarefa política da sua vida.

A SENHORA DEPUTADA SOCORRO WAQUIM – Muito obrigado Deputado Bacelar, nós já nos conhecemos há muito tempo e eu tenho certeza que Timon perde uma deputada, mas sei que vou deixar aqui muitos, perde uma e ganha quarenta e dois, tenho certeza que vou poder contar com todos vocês. Senhor presidente ainda tenho tempo?

O SENHOR PRESIDENTE CARLOS ALBERTO MILHOMEM - Sim deputada.

O SENHOR DEPUTADO GEOVANE CASTRO - Deputada, permita-me um aparte?

A SENHORA DEPUTADA SOCORRO WAQUIM - Pois não, deputado.

O SENHOR DEPUTADO GEOVANE CASTRO (aparte)- Querida Socorro, não poderia eu calar-me diante desta tribuna e desta Casa. V.Exa. foi uma grande companheira, V.Exa. foi para todos nós inspiração e força, dada a sua participação nos embates da Casa, de onde leva certamente experiências boas para o teu povo, para o povo timonense. Claro e quem sabe mais falar sobre ti, são as pessoas que convivem contigo, portanto são as pessoas que te elegeram que te levam de nós, do nosso seio, para aquela comunidade porque eles sabem da tua capacidade, sabem do teu desvelo, sabe dos teus juízos de valor, sabem profundamente da capacidade que tu tens de transformar a vida deles em dias melhores, que é o que todos nós queremos. Nós precisamos que o Maranhão cresça, nós precisamos de políticos que tenham responsabilidade para compor e tu és o exemplo disso. Tens construído uma carreira sólida. Como se dizia antigamente na política do Maranhão: 'jabuti trepado', tu és o antípoda disso. Tu não és em nenhuma circunstância alguém que foi colocado por enchente ou mão de gente. Tu és colocada por teu trabalho e pelo reconhecimento do povo. Esse binômio; trabalho e reconhecimento do povo, é que ti leva hoje a uma responsabilidade ímpar na tua vida. Eu sei que tu nunca tiveste uma responsabilidade maior do que essa, embora tenhas encarados as coisas mínimas, como grandes responsabilidades, mas é claro que este no momento é o teu maior desafio. Enquanto tu não te encontras em tarefas maiores de cuidar do Maranhão, cuidarás da população timonense. Eu tenho certeza que tu serás um farol que irradiarás para a região inteira as boas novas e creio eu que como há uma música aí na moda, que fala que o trem que chega é o trem da partida, a hora do encontro é também da despedida. Eu sei que nós teremos encontros e despedidas boas nesse sentido, é a mesma dicotomia que me referia anteriormente. Nós estamos nos despedindo de você, mas eu sei que terás um grande encontro com o povo do Maranhão, que é o mister do teu trabalho, é o mister da tua vida. Portanto eu tenho certeza de que encontrará aqui nesta Casa sempre um eco, uma ressonância do teu trabalho, uma ressonância para a tua vida. Conta comigo e com os teus colegas, ousou eu dizer, sem ter ainda a procuração de todos, porque sei do teu trabalho e sei da amizade que tens nesta Casa. Vai com Deus. E Deus te abençoará fazendo um trabalho por Timon e pelo Maranhão.

A SENHORA DEPUTADA SOCORRO WAQUIM - Muito obrigada Deputado Geovane, eu lhe asseguro o que assegurei ao povo de Timon, fazer o meu melhor, evidentemente que é muito difícil se cumprir todos os projetos, todas as propostas que se coloca no palanque, mas durante a campanha eu tive muito cuidado, muito cuidado de com que falar, o que falar porque eu não me preocupava porque eu tinha que me eleger, mas para que eu tinha que me eleger. E eu fiz esse compromisso com o povo de Timon e quero poder realmente contar com todos deputados dessa Casa, porque o voto de deputado ele é estadual e o Município de Timon é um município muito grande, é um grande colégio eleitoral, certamente quase todos vocês tiveram votos lá, terão na próxima eleição e contarão comigo como uma grande

aliada, não me verão como uma adversária, mas me verão lá como aquela velha amiga, aquela companheira que estará lá de braços abertos para receber a todos vocês e facilitar, o que eu puder facilitar para que possa vê-los continuar fazendo aqui esse parlamento forte, esse parlamento saudável.

O SENHOR DEPUTADO PAVÃO FILHO - Deputada, conceda-me um aparte?

A SENHORA DEPUTADA SOCORRO WAQUIM - Pois não, deputado.

O SENHOR DEPUTADO PAVÃO FILHO (aparte) - Deputada Socorro Waquim, ontem eu disse ao Deputado Humberto Coutinho, que acho que as homenagens devem ser feitas quando as pessoas ainda estão vivas, para elas verem de perto o que fizeram para merecerem o reconhecimento, o aplauso e os elogios. V.Exa está apenas dois anos neste parlamento. Deus quis que V.Exa. deixa-se a sua querida Timon e viesse para esta Casa para que o Maranhão lhe conhecesse porque apenas Timon a conhecia, mas o Maranhão não lhe conhecia. E V.Exa. veio para esta Casa, mostrou para o Maranhão a sua capacidade, o seu trabalho. A sua participação só dignificou esta Assembléia Legislativa em particular gostaria de dizer a V. Exa que a convivência que tivemos durante esses dois anos me fez respeitar muito V. Exa, pela habilidade, pela serenidade pela postura de compromisso e pude testemunhar essas qualidades que V. Exa. quando daquele movimento do ano passado das conquistas que os professores tiveram, tanto da UEMA quanto do ensino médio fundamental e que V. Exa. participou junto conosco naquela intermediação em nome dessa Casa. Então, eu pude observar e acompanhar mais de perto as qualidades da Deputada Socorro Waquim. E acho que povo de Timon ao liberar V. Exa. para o Maranhão, só liberou por dois anos porque ele chamou de volta para governar a sua cidade. E quem ganhou foi o povo de Timon com a sua eleição. Eleição esmagadora, extraordinária, brilhante e que não tenho dúvida que Timon haverá de ser resgatada através de um investimento na área de educação, na área da produção, na área da saúde, para que nós possamos reverter esses índices vergonhosos que o Maranhão desfruta no cenário nacional. Prefeita como você, o Maranhão pede Socorro. Parabéns, não para V.Exa, mas parabéns para o povo de Timon e para o povo do Maranhão, saudades.

A SENHORA DEPUTADA SOCORRO WAQUIM – Eu agradeço e agradeço em nome do povo de Timon, o senhor pensar dessa forma do nosso perfil, quero dizer de que realmente o povo de Timon se empenhou, foi a vontade popular que fez valer, isso é importante, isso é cada vez mais comprometedor. Então, meu muito obrigado Deputado Pavão. Este ano não pude participar das discussões do momento, da educação. Estava em campanha eleitoral, lamentei por isso, e por isso, talvez hoje seja uma oportunidade de dizer: me ausentei da votação, achei que não devia votar uma coisa eu não acompanhei, que eu não estava ciente do que era o melhor e me ausentei para que eu não pudesse, nem parecendo que seja uma atitude omissa, mas eu preferi fazê-lo assim do que tomar uma decisão sobre o que eu não tinha absoluta certeza, até por eu não ter tido oportunidade de participar das discussões. Mas a vida da gente é assim, a vida da gente é essa caminhada, essa estrada, ora pedra, ora areia movediça, não é isso Deputado Max? Mas eu tenho certeza que cada um de nós, por onde já passou, deve ter deixado sua nossa contribuição. Temos que ter acrescido a nossa história. Assim é que quando os cabelos brancos chegarem e que a tinta não mais permitir escondê-los nós vamos ter histórias para conta e certamente estaremos felizes de termos podidos ser mais um nessa história de um Maranhão forte, de uma Maranhão gigante.

O SENHOR DEPUTADO JOÃO EVANGELISTA – Deputada Socorro, me permite um aparte?

A SENHORA DEPUTADA SOCORRO WAQUIM – Pois não deputado.

O SENHOR DEPUTADO JOÃO EVANGELISTA (aparte) – Deputada, tê-la na Tribuna é um prazer para todos nós e com certeza o nosso presidente Carlos Alberto Milhomem, está compreendendo e saberá compreender este momento tão importante para a sua vida enquanto cidadã, para sua vida enquanto política, enquanto mulher e para sua vida aqui neste parlamento. V. Exa disse que não participou em função da campanha, do debate e da votação. Mas eu quero dar o testemunho para esta Casa da sua luta. No orçamento estadual pude acompanhar de perto a sua luta colocando recurso no orçamento para a Universidade Estadual lá em Timon. E eu quero fazer esse registro da sua preocupação e dizer a V. Exa que V. Exa. apenas está indo administrar Timon, mas V. Exa. continua nesta Casa. V. Exa. construiu amigos e amigas, V. Exa. com o espírito de conciliadora, buscando entendimento, paz, vai deixar muita saudade, mas eu tenho certeza, não só João Evangelista como os demais colegas e colegas, estarão aqui em defesa da sua cidade, do seu município. Timon haverá ter de nós toda atenção, todo o apoio para que V. Exa. possa realmente realizar, eu não diria o seu sonho, mas realizar o sonho de milhares de pessoas da sua cidade que ao votarem depositaram a esperança nesta mulher Socorro Waquim. Eu quero dizer a V. Exa. também em nome da liderança do Governo José Reinaldo, do seu amigo Governador José Reinaldo, o muito obrigado, porque V. Exa. neste Plenário, nas Comissões Técnicas foi uma grande companheira deste governo, compreendendo as dificuldades, os momentos difíceis, V. Exa. nunca deixou de acreditar que é possível superar as dificuldades. Tenha neste deputado um amigo e um defensor do seu município juntamente com todos os colegas e que Deus lhe proteja, muito obrigado.

A SENHORA DEPUTADA SOCORRO WAQUIM – Deputado João, eu agradeço e digo ao senhor de que realmente quando brigava pelas emendas, do jeito que a Deputada Helena briga para que não seja os 500, mais sim muito mais, eu brigava dentro deste parques 500 para destinar uma parte para UEMA em Timon. Por quê? Porque eu nunca fiz a minha defesa do projeto político do Campus Universitário em Timon apenas como uma promessa política, mas eu não conseguia entender como sair daqui e não deixar assegurados os recursos para que a UEMA em Timon seja uma realidade. Porque isso é um anseio daquela juventude. São milhares de jovens que querem ter exatamente isso que vocês me colocam: identidade. Terem uma cidade feita para os timonenses e para que realizem o sonho dos timonenses. Então lutei, briguei, espernee e conseguir realmente destinar parte dos recursos da nossa Emenda para a UEMA em Timon. E o quê que eu espero? Isso não é uma vitória minha, isso é uma vitória da sociedade do Maranhão e de Timon, e que eu espero que realmente esses recursos sejam destinados para que a UEMA seja efetivada e que os jovens daquela terra daqui ha algum tempo possam se sentir mais preparados para o trabalho de trabalho e para a dignidade da vida.

O SENHOR DEPUTADO HUMBERTO COUTINHO – Deputada, me permite um aparte?

A SENHORA DEPUTADA SOCORRO WAQUIM – Pois não, Deputado Humberto.

O SENHOR DEPUTADO HUMBERTO COUTINHO (aparte) – Deputada Socorro, Caxias e Timon são vizinhos. População idêntica. Caxias e Timon tinham dois líderes na Prefeitura que diziam ser imbatíveis. Muitos poucos acreditavam na sua vitória porque achavam que os dois caudilhos de Caxias e Timon não perderiam nem para o Humberto e nem para a Socorro. Nós provamos que quando o povo quer ninguém consegue derrotar. O povo de Caxias queria Humberto Coutinho assim como o povo de Timon queria Socorro. Nós vamos fazer parcerias e demonstrar a todos a nossa competência

e Caxias e Timon só têm a crescer com eu e você naquelas Prefeituras. Obrigada deputada e boa sorte.

A SENHORA DEPUTADA SOCORRO WAQUIM – Deputado Humberto, o destino que nos unia aqui no Parlamento, não é? Tantos anos que conheço o Deputado Humberto Coutinho, trafegando ali em Matões, Timon, Caxias, toda aquela região leste que era mais próxima de mim. Nos uniu aqui no Parlamento e agora nos uni, dois prefeitos e duas cidades vizinhas e grandiosas. Nossa meta com certeza, em muitos pontos ela estará bastante assemelhada. Conte comigo como parceira, como companheira, como prefeita, aliada que certamente eu sei que posso contar, o senhor já está colocando isso pra mim, e quem vai ganhar? É Timon e Caxias. Quanto mas cresce Timon e Caxias mais cresce toda a região leste porque são os grandes municípios irradiadores do desenvolvimento naquela região. O prazer foi muito grande lhe ter como companheiro, como colega deputado, maior ainda será tê-lo como prefeito nessa nova missão tão missionária que nós vamos ter daqui pra frente.

O SENHOR DEPUTADO SOLINEY SILVA – Deputada, permite um aparte?

A SENHORA DEPUTADA SOCORRO WAQUIM – Pois não Deputado Soliney Silva, concedo o aparte.

O SENHOR DEPUTADO SOLINEY SILVA (aparte) – Deputada Socorro, ouvindo atentamente aqui os apartes feitos por todos os deputados, a gente pode presenciar o quanto a Deputada Socorro Waquim é querida aqui neste parlamento. E eu que na última eleição em Timon estivemos juntos buscando uma alternativa para aquele município. Pude conhecer-lhe melhor, saber o quanto a Deputada Socorro Waquim é determinada, o quanto a Deputada Socorro Waquim quer fazer o bem para aquele povo. Por isso que estivemos juntos e aqui lhe desejo muito sucesso, que V. Exa. tenha muito sucesso à frente da Prefeitura, e tenho certeza que V. Exa. deixa aqui 42 amigos e amigas que vão trabalhar juntamente com V. Exa. na Prefeitura de Timon.

A SENHORA DEPUTADA SOCORRO WAQUIM – Eu agradeço Deputado Soliney, foi muito bom estarmos juntos nessa campanha, fomos adversários, não é? De interesse político na eleição passada, mas é assim a história, os acontecimentos, essas adversidade, hora nós estamos remando de um lado, outra hora estamos remando de um outro, mas o que é importante é estarmos juntos e V. Exa. sabe do apreço que eu tenho por V. Exa, da alegria que foi lhe conhecer mais de perto. No primeiro momento passava para mim aquele jovem impetuoso, mas hoje eu vejo que é um jovem sereno, é um jovem que sabe o que quer. Sei que o município de Timon também terá em você um grande defensor. Portanto senhor presidente, eu gostaria de partir agora para a conclusão dessa minha participação aqui no plenário, dizendo a todos o meu muito obrigada, dizendo a Deus, que é esse Ser maior, o meu muito obrigada, pedindo a Ele sabedoria, principalmente sabedoria e humildade para que eu possa entender que o poder é efêmero, o poder é passageiro e que ele para permanecer e para o bem comum é preciso ser bem tratado e é preciso ser bem conduzido. Quero dizer ao Pastor Reginaldo também o meu agradecimento, a todos os companheiros, ao Aderson Lago, a V.Exa. Aderson Lago, eu vou para Timon ser prefeita mas quero dizer que a porta de Timon está aberta, V. Exa. também foi eleito deputado por Timon, eu deixo os treze mil votos que tive, agora não são mais meus mas certamente V. Exa. também tem uma parcela de responsabilidade com Timon, sei que V. Exa. gosta daquela terra e V. Exa. certamente será o meu companheiro quando eu puder vir aqui. E quando eu precisar, não só os 42 outros colegas, mas V.Exa também eu quero que seja esse parceiro porque aí não é para mim, aí é para Timon, é para a melhoria da nossa terra, da nossa gente. Quero dizer a V. Exa. da minha estima, da minha estima porque lhe conheço não é de hoje. Nossa amizade é antiga, aí digo para V. Exa. Mauro, daquele PMDB de muito tempo, eu sou do PMDB e me

orgulho muito de ser do PMDB. Os caminhos do partido e de todos os partidos, ora são tortuosos, ora são convergentes, às vezes tem essas coisas, um momento depende muito do interesse geral e como a política é encaminhada, mas eu me orgulho de ser do PMDB, é um partido que estou desde muito jovem, desde a minha primeira filiação e espero que esse partido continue contribuindo com o País e com o Maranhão. Portanto, eu queridos colegas e queridas colegas, feliz Natal, que Deus abençoe a todos nós, que vocês possam continuar assim, servindo ao Maranhão, como eu espero poder ter servido ao Maranhão nessa minha breve passagem pelo parlamento. Senhor presidente, meu muito obrigada pela deferência, meu muito obrigada pela convivência. Onde vai ser o jantar? O Hélio me pergunta. Eu realmente me preparava para terça-feira, não para hoje, mas não é problema, eu vou me organizar e certamente vamos ficar aqui até às 08:00 horas da noite vai ter tempo para nós podermos, em algum lugar, vou tentar já organizar isso, poderemos jantar juntos e todos estão convidados. Então mais uma vez senhor presidente, perdoe pela demora, mas muito obrigada mesmo, sucesso, Feliz Natal para V. Exa. e toda sua família, para todos os funcionários desta Casa, meu muito obrigada pela paciência, pelo zelo, o momento em que puderam me compreender, Feliz Natal a todos e que Deus possa continuar abençoando essa Casa, esse parlamento do Maranhão que tanto pede, democracia e liberdade. A posse é no dia 1º, eu não sei ainda exatamente o horário mas deve ser no dia 1º de manhã. A diplomação, amanhã às 19:00 horas no Fórum Abarantino Gonçalves lá em Timon e todos estão convidados.

O SENHOR PRESIDENTE CARLOS ALBERTO MILHOMEM – Deputada Socorro, a Mesa da Assembléia Legislativa associa-se a todos os senhores deputados por suas manifestações. Muito obrigado. Às 20:00 horas em ponto, ajustem os vossos relógios para não ter desculpas. Nada mais havendo a tratar declaro encerrada a presente sessão.

SESSÃO DE ENCERRAMENTO DOS TRABALHOS LEGISLATIVOS DO DIA 15/12/2004 ÀS 18:20 H.

O SENHOR PRESIDENTE CARLOS ALBERTO MILHOMEM

O SENHOR PRIMEIRO SECRETÁRIO FRANCISCO GOMES

O SENHOR SEGUNDO SECRETÁRIO MAX BARROS

O SENHOR PRESIDENTE CARLOS ALBERTO MILHOMEM – Senhores Deputados, hoje pela manhã li aqui uma Liminar do Tribunal de Justiça e mandava que se realizasse a sessão de eleição para a Mesa Diretora da Assembléia Legislativa. No entanto, acabo de receber o Ofício n.º 353/2004 de 15 de dezembro de 2004, referente ao agravo regimental n.º 30795/2004 da Mesa Diretora da Assembléia. Agravante: Mesa Diretora da Assembléia Legislativa do Estado do Maranhão; procurador Dr. Samir Jorge Murad; agravado, João Evangelista Serra dos Santos; advogados, Luiz Serra Martins de Sousa e Cristiano Alvares Fernandes Ribeiro; relator, Desembargador Raimundo Liciano de Carvalho. Assunto: Comunicação de decisão. Senhor presidente, comunico V. Exa para as providências cabíveis, que apreciando os autos em referência preferir despachos reconsiderando Liminar anteriormente deferida tornando-a insubsistente e com base no Art. 8º da lei n.º 1533/51 deferi a inicial, por não ser um caso de mandado de segurança e por oportuno e para maiores esclarecimentos faço anexar a presente cópia do aludido despacho. Atenciosamente, Desembargador Raimundo Liciano de Carvalho, relator. Temos também, através da Internet, igual documento do Supremo Tribunal Federal, conseqüentemente, declaro encerrada a 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 15ª Legislatura, e a Sessão convocada para às 20:00 horas, está cancelada. Supremo Tribunal Federal: S. Exa. senhor Deputado Carlos

Alberto Milhomem, Presidente da Assembléia Legislativa do Estado do Maranhão, suspensão de segurança 2594; requerente, Assembléia Legislativa do Estado do Maranhão; relator, mandato de segurança 30754/2004 do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão; impetrante, João Evangelista Serra dos Santos. Comunico V. Exa que nos autos da suspensão de segurança 2594, nos termos do despacho cuja a cópia segue via fax, com fundamento no parágrafo sétimo, do Art. 4º da Lei n.º 8437/92, suspendi os efeitos da liminar. Deferida nos autos de mandado de segurança 30754/2004, do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão. Atenciosamente, ministro Nelson Jobim. Quero desejar a todos um Feliz Natal e um próspero Ano Novo.

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO MARANHÃO, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o Projeto de Decreto Legislativo n.º 003/2004, aprovado nos seus turnos regimentais, RESOLVE promulgar o seguinte:

DECRETO LEGISLATIVO Nº 303/2004

Aprova o pedido de licença do Governador do Estado do Maranhão, para afasta-se do País.

Art. 1º Fica concedida licença ao Governador do Estado do Maranhão, Doutor José Reinaldo Carneiro Tavares, durante o ano de 2005, para afastar-se do País, nos termos do Parágrafo Único do art. 62 da Constituição Estadual.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entrará em vigor na data de sua publicação.

MANDA, portanto, a todas as autoridades a quem o conhecimento e execução do presente Decreto Legislativo pertencerem, que o cumpram e o façam cumprir na forma em que se encontra redigido. O PRIMEIRO SECRETÁRIO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO MARANHÃO, o faça imprimir, publicar e correr. PLENÁRIO DEPUTADO GERVÁSIO SANTOS DO PALÁCIO MANOEL BEQUIMÃO, em 14 de dezembro de 2004.

Deputado CARLOS ALBERTO MILHOMEM
Presidente

Deputado JOAQUIM NAGIB HAICKEL
Primeiro Secretário

Deputado MAX BARROS
Segundo Secretário

RESOLUÇÃO ADMINISTRATIVA Nº 868, de 15 de dezembro de 2004.

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO MARANHÃO, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o art. 35 da Constituição Estadual, combinado com o art. 34, parágrafo único. incisos I, II e III do Regimento Interno,

R E S O L V E:

NOMEAR uma Comissão Representativa composta pelos Deputados César Pires, Geovane Castro, Joaquim Nagib Haickel, Max Barros e Janice Braide, (membros titulares); Carlos Filho, Soliney Silva, Antonio Pereira, Alberto Franco e Elígio Almeida (membros suplentes), com a finalidade de atuar durante o recesso parlamentar com as seguintes competências:

I – resolver as questões inadiáveis surgidas durante o recesso;
II – resolver e votar os pedidos de licença que derem entrada durante o recesso;

III – atender ao que dispõe os incisos II e III do § 2º do art. 32 da Constituição Estadual.

DÊ-SE CIÊNCIA, PUBLIQUE-SE E CUMpra-SE.
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO
MARANHÃO, 15 de dezembro de 2004.

CARLOS ALBERTO MILHOMEM
Presidente

JOAQUIM NAGIB HAICKEL
1º Secretário

MAX BARROS
2º Secretário

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E
JUSTIÇA E REDAÇÃO FINAL
COMISSÃO DE ORÇAMENTO,
FINANÇAS E FISCALIZAÇÃO**

P A R E C E R N° 229/2004

RELATÓRIO:

Através da Mensagem nº 086/2004, o Excelentíssimo Senhor Governador do Estado, Doutor JOSÉ REINALDO TAVARES, submete à consideração desta Casa Legislativa, o Projeto de Lei nº 148/2004, que da nova redação ao art. 1º, caput, da Lei nº 8.112, de 06 de maio de 2004, que define obrigação de pequeno valor para a Fazenda Pública do Estado do Maranhão.

Na justificação da proposição, o Senhor Governador afirma “que tal iniciativa visa a adequar a legislação pertinente à atual situação do orçamento público estadual, submetido a fortes impactos motivados, especialmente, pela queda expressiva das transferências constitucionais de recursos e à instabilidade do incremento arrecadatório, o que obrigou o Governo Estadual a determinar a implantação do Programa de Reestruturação Organizacional e Ajuste Fiscal do Maranhão, encampando medidas restritivas de enorme e necessário impacto, para que fosse retomado o equilíbrio orçamentário, financeiro e fiscal do Estado, de modo que não restassem comprometidas a sua missão institucional e a prestação de serviços essenciais à sociedade”.

Sob o ângulo da competência, legalidade ou mérito, nada se atryta a matéria com dispositivos constitucionais vigentes (inciso III, do art. 43 da Constituição Estadual), são de iniciativa privativa do Governador do Estado as Leis que disponham sobre: matéria tributária e orçamentária.

Em face de tais evidencias, a proposição se revela das mais convenientes e justas, devendo merecer acolhida por este Colegiado.

VOTO DO RELATOR:

Assim, como se verifica é inegável a oportunidade e a conveniência da iniciativa, que se conforma perfeitamente aos ditames constitucionais e regimentais, pelo que somos pela sua aprovação.

É voto

PARECER DAS COMISSÕES:

Em conformidade com o art. 43, da Resolução Legislativa nº 449/2004, (Regimento Interno) deste Poder, reúnem-se, conjuntamente, as Comissões de Constituição e Justiça e Redação Final e Orçamento, Finanças e Fiscalização, para apreciar a matéria.

Os membros das Comissões aqui reunidos, votam pela aprovação do Projeto de Lei nº 148/2004, nos termos do voto do Relator.

É o parecer.

SALA DAS COMISSÕES DEPUTADO “LÉO FRANKLIM”
, em 14 de dezembro de 2004.

Deputada TERESA MURAD – PRESIDENTE
Deputado PAULO NETO – RELATOR
Deputado PAVÃO FILHO
Deputado STÊNIO RESENDE
Deputado ANTONIO PEREIRA
Deputado RUBENS PEREIRA
Deputado RIGO TELES

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E
JUSTIÇA E REDAÇÃO FINAL
COMISSÃO DE ORÇAMENTO,
FINANÇAS E FISCALIZAÇÃO**

P A R E C E R N° 230/2004

RELATÓRIO:

Trata-se de Projeto de Lei nº 151/2004, encaminhado a esta Casa pelo Poder Executivo através da Mensagem 89 de 30 de novembro do ano em curso, que altera a Lei nº 7.705, de 10 de dezembro de 2001, que dispõe sobre a liquidação de créditos hipotecários sob a responsabilidade da Gerência de Administração e Modernização – GEMOR e da Empresa Maranhense de Administração de Recursos Humanos e Negócios Públicos S.A - EMARHP, decorrentes de financiamentos habitacionais e dá outras providências.

O presente Projeto de Lei segundo Sua Excelência o Governador do Estado, “objetiva facultar a SEPLAN e a EMARHP a promover a liquidação antecipada na falta da anuência prévia e expressa do devedor, contemplando 3.524 (três mil quinhentos e vinte quatro) contratos de financiamento imobiliários da EMARHP e 1589 (mil quinhentos e oitenta e nove) da SEPLAN que foram beneficiados através da Lei nº 7.705, de 10.12.2001”.

Sob o ângulo da competência, legalidade ou mérito, nada se atryta a matéria com dispositivos constitucionais vigentes (inciso III do art. 43 da Constituição Estadual), são de iniciativa privativa do Governador do Estado as Leis que disponham sobre: matéria tributária e orçamentária.

Em face de tais evidencias, a proposição se revela das mais convenientes e justas, devendo merecer acolhida por este Colegiado.

VOTO DO RELATOR:

Assim, como se verifica é inegável a oportunidade e a conveniência da iniciativa, que se conforma perfeitamente aos ditames constitucionais e regimentais, pelo que somos pela sua aprovação.

É voto

PARECER DAS COMISSÕES:

Em conformidade com o art. 43, da Resolução Legislativa nº 449/2004, (Regimento Interno) deste Poder, reúnem-se, conjuntamente, as Comissões de Constituição e Justiça e Redação Final e; Orçamento, Finanças e Fiscalização, para apreciar a matéria.

Os membros das Comissões aqui reunidos, votam pela aprovação do Projeto de Lei nº 151/2004, nos termos do voto do Relator.

É o parecer.

SALA DAS COMISSÕES DEPUTADO “LÉO FRANKLIM”
, em 14 de dezembro de 2004.

Deputada TERESA MURAD - PRESIDENTE
Deputado PAULO NETO – RELATOR

Deputado STENIO RESENDE
 Deputado ANTONIO PEREIRA
 Deputado PAVÃO FILHO
 Deputado RUBENS PEREIRA
 Deputado RIGO TELES

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E
 JUSTIÇA E REDAÇÃO FINAL
 COMISSÃO DE ORÇAMENTO,
 FINANÇAS E FISCALIZAÇÃO
 COMISSÃO DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS**

P A R E C E R N° 231/2004

RELATÓRIO:

Capeado pela Mensagem 088/2004, datada de 30 de novembro do ano em curso, o Excelentíssimo Senhor Governador do Estado, encaminha a esta Casa Legislativa o incluso Projeto de Lei nº 150/2004, que institui o Serviço Auxiliar Voluntário na Polícia Militar do Estado do Maranhão, e dá outras providências.

Na Mensagem Governamental que encaminha, o Senhor Governador esclarece que a iniciativa busca criar, no âmbito da Polícia Militar do Estado, alternativa viável para incrementar a prestação de serviços à população, não só em relação à segurança, à qualidade de serviços ou em função do aumento do contingente, mas proporcionará aos jovens a sua inserção no mercado de trabalho, à qualificação profissional e renda, de forma a evitar o envolvimento dos mesmos em atividades anti-sociais.

Esclarece ainda Sua Excelência, que a proposta de criação do Serviço Auxiliar Voluntário, na Polícia Militar do Estado, que além de melhorar, qualitativa e quantitativamente o atendimento à população no que concerne a uma de suas principais necessidades básicas, a segurança pública, vem possibilitar a iniciação profissional desses jovens, de forma equilibrada e acompanhada por profissionais capacitados dando-lhes oportunidade futuras de competitividade no mercado de trabalho.

De acordo com o presente Projeto de Lei, o Serviço Auxiliar Voluntário, compreenderá a execução de atividades de guarda de quartelamentos, de instituições públicas e estaduais e de estabelecimento prisionais.

Em face de tais evidências, a proposição se revela das mais convenientes e justas, devendo merecer acolhida por este Colegiado.

VOTO DO RELATOR:

Assim, como se verifica é inegável a oportunidade e a conveniência da iniciativa, que se conforma perfeitamente aos ditames constitucionais e regimentais, pelo que somos pela sua aprovação.

É voto

PARECER DAS COMISSÕES:

Em conformidade com o art. 43, da Resolução Legislativa nº 449/2004, (Regimento Interno) deste Poder, reúnem-se, conjuntamente, as Comissões de Constituição e Justiça e Redação Final, Orçamento, Finanças e Fiscalização; Obras e Serviços Públicos para apreciar a matéria.

Os membros das Comissões aqui reunidos, votam pela aprovação do Projeto de Lei nº 150/2004, nos termos do voto do Relator.

É o parecer.

SALA DAS COMISSÕES DEPUTADO “LÉO FRANKLIM”,
 em 14 de dezembro de 2004.

Deputada TERESA MURAD – PRESIDENTE

Deputado PAULO NETO – RELATOR
 Deputada MAURA JORGE
 Deputado ANTONIO PEREIRA
 Deputada SOCORRO WAQUIM
 Deputado PAVÃO FILHO
 Deputada GRAÇA PAZ
 Deputado RIGO TELES
 Deputado RUBENS PEREIRA
 Deputado STENIO RESENDE

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E
 JUSTIÇA E REDAÇÃO FINAL
 COMISSÃO DE ORÇAMENTO,
 FINANÇAS E FISCALIZAÇÃO
 COMISSÃO DE RELAÇÕES DO TRABALHO E
 ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA**

P A R E C E R N° 233/2004

RELATÓRIO:

Encaminhado pela Mensagem Governamental 090/2004, datada de 30 de novembro do ano em curso, tramita nestas Comissões Técnicas, para análise e emissão de parecer o Projeto de Lei nº 152/2004, de autoria do Poder Executivo que dá nova redação ao caput do art. 2º da Lei nº 7.374, de 31 de março de 1999, que institui o Fundo de Benefícios dos Servidores do Estado do Maranhão – FUNBEM.

Justifica Sua Excelência, que “a legislação que rege o Sistema de Seguridade Social dos Servidores do Estado, se caracteriza por uma grande preocupação com a saúde financeira do sistema, tendo em vista a natureza dos seus compromissos de forma que é extremamente restritiva em termo de destinação de recursos para outros fins, que não aqueles de caráter realmente finalísticos. A consequência de tal situação é o enfrentamento de uma certa dificuldade para cobertura do funcionamento operacional do sistema”

Esclarece ainda, que a proposta, ora apresentada a essa Casa Legislativa, encontra respaldo legal na legislação que rege a matéria e proporcionará à gestão previdenciária do Estado meios de aperfeiçoar a sua prestação de serviços aos beneficiários.

A matéria sob exame, está legitimada e obedece ao disposto no art. 43, inciso III, da Constituição Estadual e está plenamente justificada

VOTO DO RELATOR:

Diante do que estabelece o dispositivo constitucional acima mencionado, concluímos, que a proposição em análise, atende as exigências de ordem legal e constitucional, assim sendo, opinamos favoravelmente pela aprovação do Projeto de Lei nº 152/2004.

É voto

PARECER DAS COMISSÕES:

Em conformidade com o art. 43, da Resolução Legislativa nº 449/2004 (Regimento Interno) deste Poder, reúnem-se, conjuntamente, as Comissões de Constituição e Justiça e Redação Final, Orçamento, Finanças e Fiscalização e Relações do Trabalho e Administração Pública para apreciar a matéria.

Os membros das Comissões aqui reunidos, votam pela aprovação do Projeto de Lei nº 152/2004, nos termos do voto do Relator.

É o parecer.

SALA DAS COMISSÕES DEPUTADO “LÉO FRANKLIM”,
 em 15 de dezembro de 2004.

Deputada TERESA MURAD - PRESIDENTE

Deputado RUBENS PEREIRA - RELATOR
 Deputado PAVÃO FILHO
 Deputado STÊNIO RESENDE
 Deputado ANTONIO PEREIRA
 Deputado PAULO NETO
 Deputado RIGO TELES
 Deputado ELÍGIO ALMEIDA
 Deputado MANOEL CEARÁ

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E
 JUSTIÇA E REDAÇÃO FINAL
 COMISSÃO DE ORÇAMENTO,
 FINANÇAS E FISCALIZAÇÃO
 COMISSÃO DE RELAÇÕES DO TRABALHO E
 ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA**

PARECER Nº 234/2004

RELATÓRIO:

Tramita nestas Comissões Técnicas, para análise e emissão de parecer o incluso Projeto de Lei nº 157/2004, de autoria do Poder Executivo, que cria vagas para o cargo de Professor, Classe IV, Referência 19 e Supervisor Escolar, Classe II, Referência 19, do Grupo Ocupacional Magistério de 1º e 2º Graus, e dá outras providências

Na Mensagem Governamental que encaminha a matéria, o Senhor Governador esclarece que a proposição “justifica-se” face a crescente expansão da oferta de matrículas no Ensino Médio, o que gerou a urgente necessidade de coibir o déficit de professores na Rede Oficial de Ensino no Estado, assim como o de Supervisor Escolar, para garantir o suporte técnico-pedagógico às escolas, num total de 1.500 vagas para Professor, Classe IV, Referência 19 e 300 vagas para cargo de Supervisor Escolar, Classe II, Referência 19.

Sob o ângulo da competência e legalidade em nada se atrita a matéria com os dispositivos constitucionais vigentes. A iniciativa da proposta não fere os ditames da Carta Magna Estadual, atendidos, ao contrário, os pressupostos constitucionais contidos no artigo 43 II, que dispõe “in verbis”:

“Art.43 – São de iniciativa privativa do Governador do Estado as Leis que disponham sobre:

I – (.....)

II – criação de cargos, funções ou empregos públicos na Administração direta e autárquica ou aumento de sua remuneração”

A matéria sob exame, está legitimada e obedece ao dispositivo constitucional acima e está plenamente justificado.

VOTO DO RELATOR:

Em face do exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 157/2004, de autoria do Poder Executivo.

É o voto.

PARECER DAS COMISSÕES:

Em conformidade com o artigo 43, da Resolução Legislativa nº 449/2004 (Regimento Interno) deste Poder, reúnem-se conjuntamente as Comissões de Constituição e Justiça e Redação Final, Orçamento, Finanças e Fiscalização e Comissão de Relações do Trabalho e Administração Pública para apreciar a matéria.

Os membros das Comissões aqui reunidos, votam pela aprovação do Projeto de Lei nº 157/2004, nos termos do voto do Relator.

É o parecer.

SALA DAS COMISSÕES DEPUTADO “LÉO FRANKLIM”,
 em 15 de dezembro de 2004.

Deputada TERESA MURAD - PRESIDENTE
 Deputado RUBENS PEREIRA –RELATOR
 Deputado PAVÃO FILHO
 Deputado RIGO TELES
 Deputado STENIO RESENDE
 Deputado ELIGIO ALMEIDA

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E
 JUSTIÇA E REDAÇÃO FINAL
 COMISSÃO DE ORÇAMENTO,
 FINANÇAS E FISCALIZAÇÃO**

PARECER Nº 235/2004

RELATÓRIO:

Trata-se de Projeto de Lei nº 153/2004, encaminhado a esta Casa pelo Poder Executivo através da Mensagem nº 91, datada de 30 de novembro do ano em curso, que institui o Fundo Maranhense de Combate à Pobreza, cria o Comitê de Políticas de Inclusão Social, e dá outras providências.

O presente Projeto segundo Sua Excelência o Governador do Estado, “representa um importante instrumento de política social voltado para a elevação dos indicadores sociais e econômicos do nosso Estado, o que se subsume perfeitamente com os objetivos do Governador de elevar os indicadores de saúde, renda e educação, previstas no Plano de Desenvolvimento do Estado”.

Nos termos da proposição de Lei, o Fundo Maranhense de Combate à Pobreza, será constituído por: recursos provenientes de dotações orçamentárias, em limites definidos anualmente, na Lei de Diretrizes Orçamentárias; doações, auxílios, subvenções e legados, de qualquer natureza, de pessoas físicas, ou jurídicas do País ou do exterior; receitas decorrentes de aplicação dos seus recursos; outras receitas que lhe vierem a ser destinadas; parcela adicional de arrecadação de dois pontos percentuais na alíquota do Imposto de Circulação da Mercadoria e Serviços – ICMS, ou do imposto que vier a substituí-lo incidente sobre as operações e prestações realizadas com os produtos e serviços relacionados no artigo 5º desta Lei.

Com efeito, no tocante à iniciativa da proposição, não vislumbramos óbice alguma à aprovação do presente Projeto de Lei, porquanto, estabelecer norma de gestão financeira e patrimonial da administração direta, indireta, bem como condições para a instituição e funcionamento de fundos são leis de iniciativa do Poder Executivo, a teor do disposto do art. 136 § 9º, inciso II, da Carta Política Estadual.

VOTO DO RELATOR:

Por considerar que o projeto em exame respeita a boa técnica legislativa e contempla os requisitos essenciais de constitucionalidade e juridicidade, o nosso voto é pela sua aprovação.

É o voto .

PARECER DAS COMISSÕES:

Em conformidade com o art. 43, da Resolução Administrativa nº449/2004, Regimento Interno deste Poder, reúnem-se, conjuntamente, as Comissões de Constituição e Justiça e Redação Final e Orçamento, Finanças e Fiscalização, para apreciar a matéria.

Os membros das Comissões aqui reunidos, votam pela aprovação do Projeto de Lei nº 153/2004, nos termos do voto do Relator.

É o parecer.

SALA DAS COMISSÕES DEPUTADO "LÉO FRANKLIM"
, em 15 de dezembro de 2004.

Deputada TERESA MURAD- PRESIDENTE
Deputado STENIO RESENDE- RELATOR
Deputado PAVÃO FILHO
Deputado RUBENS PEREIRA
Deputado ANTONIO PEREIRA
Deputado RIGO TELES

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E
JUSTIÇA E REDAÇÃO FINAL
COMISSÃO DE ORÇAMENTO,
FINANÇAS E FISCALIZAÇÃO
COMISSÃO DE RELAÇÕES DO TRABALHO E
ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA**

P A R E C E R N° 236/2004

RELATÓRIO:

Capeado pela Mensagem Governamental nº 087/2004, o Excelentíssimo Senhor Governador do Estado, Doutor JOSÉ REINALDO TAVARES, encaminha a esta Casa, o incluso Projeto de Lei nº 149/2004, que dá nova redação ao art. 213 da Lei 6.107, de 27 de julho de 1994,

Na justificativa da matéria o Senhor Governador do Estado, afirma, que a presente proposição visa otimizar, primordialmente, os serviços da Administração Pública, afetado que são pela lacuna de regras específicas quanto ao exercício de cargos de provimentos em comissão, por detentores sujeitos ao regime de acumulação legal.

Ressalta ainda, o Chefe do Poder Executivo que, o que se pretende, portanto, é que, nesses casos, o ato de provimento indique sob qual condição funcional estará sendo exercido o cargo comissionado, para que, em relação ao outro, o servidor continue no exercício de suas atribuições, empreendendo-se, assim o melhor controle sobre a matéria, se descuidar dos objetivos a serem perseguidos pela Administração Estadual.

Com efeito, o objetivo da proposição está justificado na forma acima transcrita e a providência preconizada é perfeitamente legal e constitucional (art. 43, incisos II e III da Constituição Estadual).

VOTO DO RELATOR:

Diante do exposto, estando, portanto, a matéria sob exame, fundamentada no princípio constitucional da reserva de iniciativa, assegurada ao Chefe do Poder Executivo, conforme dispositivo acima citado. Opinamos pela constitucionalidade e legalidade do Projeto de Lei nº 149/2004.

É o voto.

PARECER DAS COMISSÕES:

Nos termos do art. 43 do Regimento Interno deste Poder, reúnem-se conjuntamente as Comissões de Constituição e Justiça; Orçamento, Finanças e Fiscalização e a de Relações do Trabalho e Administração Pública, para apreciar a matéria.

Os membros das Comissões aqui reunidos, votam pela aprovação do Projeto de Lei nº 149/2004, nos termos do voto do Relator.

É o parecer.

SALA DAS COMISSÕES DEPUTADO "LÉO FRANKLIM"
, em 15 de dezembro de 2004.

DEPUTADA TERESA MURAD - PRESIDENTE
DEPUTADO RUBENS PEREIRA - RELATOR

DEPUTADO PAVÃO FILHO
DEPUTADO STÊNIO RESENDE
DEPUTADO ANTÔNIO PEREIRA
DEPUTADO RIGO TELES

**COMISSÃO DE ORÇAMENTO, FINANÇAS E
FISCALIZAÇÃO**

**P A R E C E R N° 010/2004
EM REDAÇÃO FINAL**

RELATÓRIO:

De autoria do Poder Executivo, o Projeto de Lei nº 127/2004, que Estima a Receita e Fixa a Despesa do Estado do Maranhão, para o exercício financeiro de 2005, foi aprovado em seus turnos regimentais, com as emendas de nºs. 01, 02, 03, 04, 05, 06, 07, 08, 09, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 99, 100, 101, 102, 103, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 111, 112, 113, 114, 115, 116, 117, 118, 119, 120, 121, 122, 123, 124, 125, 126, 127, 128, 129, 130, 131, 132, 133, 134, 135, 136, 137, 138, 139, 140, 141, 142, 143, 144, 145, 146, 147, 148, 149, 150, 151, 152, 153, 154, 155, 156, 157, 158, 159, 160, 161, 162, 163, 164, 165, 166, 167, 168, 169, 170, 171, 172, 173, 174, 175, 176, 177, 178, 179, 180, 181, 182, 183, 184, 185, 186, 187, 188, 189, 190, 191, 192, 193, 194, 195, 196, 197, 198, 199, 200, 201, 202, 203, 204, 205, 206, 207, 208, 209, 210, 211, 212, 213, 214, 215, 216, 217, 218, 219, 220, 221, 222, 223, 224, 225, 226, 227, 228, 229, 230, 231, 232, 233, 234, 235, 236, 237, 238, 239, 240, 241, 242, 243, 244, 245 e 246, constantes do anexo IX, do presente Projeto de Lei.

Vem agora o presente Projeto de Lei a esta Comissão, afim de que, segundo a técnica legislativa, seja dada à matéria a forma adequada nos termos do art. 242, § 12, do Regimento Interno.

VOTO DO RELATOR:

Assim sendo, opinamos por se dar à proposição de lei a redação final anexa a este parecer, que está de acordo com o aprovado.
É o voto.

PARECER DA COMISSÃO:

Os membros da Comissão de Orçamento, Finanças e Fiscalização, votam pela APROVAÇÃO do Projeto de Lei nº 127/2004, em redação final, nos termos do voto do relator .

É o parecer.

SALA DAS COMISSÕES DEPUTADO "LÉO FRANKLIM"
, em 15 de dezembro de 2004.

DEPUTADO RIGO TELES - PRESIDENTE
DEPUTADO PAULO NETO -RELATOR
DEPUTADO SOLINEY SILVA
DEPUTADO RUBENS PEREIRA
DEPUTADO RUBEM BRITO

PROJETO DE LEI N° 127/04

Estima a Receita e fixa a Despesa do Estado do Maranhão para o exercício financeiro de 2005.

**Título I
DAS DISPOSIÇÕES COMUNS**

Art. 1º - Esta Lei estima a Receita e fixa a Despesa do Estado do Maranhão para o exercício financeiro de 2005, compreendendo:

I – o Orçamento Fiscal referente aos Poderes do Estado, seus fundos, órgãos e entidades da Administração Estadual direta e indireta, inclusive fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público;

II – o Orçamento da Seguridade Social, abrangendo todas as entidades e órgãos a ele vinculados, da Administração Estadual direta e indireta, bem como os fundos e fundações instituídos e mantidos pelo Poder Público; e

III – o Orçamento de Investimentos das empresas que o Estado, direta ou indiretamente, detém a maioria do capital social com direito a voto.

Título II DOS ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

Capítulo I DA ESTIMATIVA DA RECEITA Da Receita Total

Art. 2º - A Receita Total é estimada no valor de R\$ 3.771.110.410,00 (três bilhões, setecentos e setenta e um milhões, cento e dez mil, quatrocentos e dez reais).

Art. 3º - As receitas decorrentes da arrecadação de tributos, contribuições e de outras receitas correntes e de capital, previstas na legislação vigente, discriminada em anexo a esta Lei, são estimadas com o seguinte desdobramento:

ESPECIFICAÇÃO	R\$ 1,00 (um real)
	VALOR
1 – RECEITAS DO TESOUREO	3.364.001.558
1.1 – RECEITAS CORRENTES	3.647.858.983
Receita Tributária	1.400.065.565
Receita de Contribuições	6.413.811
Receita de Serviços	2.017.410
Receita Patrimonial	14.516.298
Transferências Correntes	2.195.867.316
Outras Receitas Correntes	28.978.583
1.2 – RECEITAS DE CAPITAL	130.443.299
Operações de Crédito	46.253.000
Alienação de Bens	10.549.360
Transferências de Capital	73.640.939
1.3 – DEDUÇÕES DA RECEITA CORRENTE PARA FORMAÇÃO DO FUNDEF	414.300.724
2 – RECEITAS DE OUTRAS FONTES DE ENTIDADES DA ADMINISTRAÇÃO INDIRETA, INCLUSIVE FUNDOS E FUNDAÇÕES PÚBLICAS (excluídas as transferências do Tesouro Estadual)	407.108.852
2.1 – RECEITAS CORRENTES	406.837.652
2.2 – RECEITAS DE CAPITAL	271.200
TOTAL	3.771.110.410

Capítulo II DA FIXAÇÃO DA DESPESA

Art. 4º - A Despesa Total é fixada:

I – no Orçamento Fiscal, em R\$ 2.781.849.203,00 (dois bilhões, setecentos e oitenta e um milhões, oitocentos e quarenta e nove mil, duzentos e três reais) observando o seguinte desdobramento:

ORÇAMENTO FISCAL

ORGÃO	R\$ 1,00 (um real)
	VALOR
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA	106.161.942
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO	24.159.684
TRIBUNAL DE JUSTIÇA	145.466.280
PROCURADORIA GERAL DA JUSTIÇA	66.924.844
GOVERNADORIA DO ESTADO	55.363.780
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO DAS CIDADES	33.357.768
SECRETARIA DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E DESENVOLVIMENTO RURAL	39.199.475

ORÇAMENTO FISCAL (Continuação)

ORGÃO	R\$ 1,00 (um real)
	VALOR
SECRETARIA DA CULTURA	22.052.770
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL	3.830.763
SECRETARIA DA FAZENDA	70.197.227
SECRETARIA DA EDUCAÇÃO	280.851.026
SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA	64.869.329
SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA	284.643.016
SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS NATURAIS	3.262.120
SECRETARIA DA SAÚDE	123.730.691
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO	54.485.128
SECRETARIA DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO E TURISMO	38.698.014
SECRETARIA DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, ENSINO SUPERIOR E DESENV. TECNOLÓGICO	121.263.321
GERÊNCIA DE ARTICULAÇÃO E DESENV. DA REGIÃO DO ITAPECURU	16.113.974
GERÊNCIA DE ARTICULAÇÃO E DESENV. DA REGIÃO DO MUNIM E LENÇÓIS MARANHENSES	15.016.364
GERÊNCIA DE ARTICULAÇÃO E DESENV. DA REGIÃO DO PINDARÉ	15.126.879
GERÊNCIA DE ARTICULAÇÃO E DESENV. DA REGIÃO DO ALTO TURI	8.697.971
GERÊNCIA DE ARTICULAÇÃO E DESENV. DA REGIÃO DO TOCANTINS	39.884.611
GERÊNCIA DE ARTICULAÇÃO E DESENV. DA REGIÃO DA PRÉ-AMAZÔNIA MARANHENSE	11.138.714
GERÊNCIA DE ARTICULAÇÃO E DESENV. DA REGIÃO DA BAIXADA MARANHENSE	21.502.975
GERÊNCIA DE ARTICULAÇÃO E DESENV. DA REGIÃO DO LESTE MARANHENSE	44.197.048
GERÊNCIA DE ARTICULAÇÃO E DESENV. DA REGIÃO DOS COCAIS	14.630.597
GERÊNCIA DE ARTICULAÇÃO E DESENV. DA REGIÃO DO MÉDIO MEARIM	20.473.356
GERÊNCIA DE ARTICULAÇÃO E DESENV. DA REGIÃO DE PEDREIRAS	14.262.923
GERÊNCIA DE ARTICULAÇÃO E DESENV. DA REGIÃO DE PRESIDENTE DUTRA	17.318.192
GERÊNCIA DE ARTICULAÇÃO E DESENV. DA REGIÃO DO CENTRO MARANHENSE	12.856.156
GERÊNCIA DE ARTICULAÇÃO E DESENV. DA REGIÃO DO SERTÃO MARANHENSE	20.982.850
GERÊNCIA DE ARTICULAÇÃO E DESENV. DA REGIÃO DO CERRADO MARANHENSE	21.122.991
GERÊNCIA DE ARTICULAÇÃO E DESENV. DA REGIÃO DOS LAGOS MARANHENSES	19.626.821
GERÊNCIA DE ARTICULAÇÃO E DESENV. DA REGIÃO DO BAIXO PARNABA	16.021.643
SECRETARIA DO ESPORTE	5.948.913
SECRETARIA DE JUSTIÇA E CIDADANIA	28.824.573
SECRETARIA DE ASSUNTOS ESTRATÉGICOS	335.461
ENCARGOS GERAIS DO ESTADO	876.344.770
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	2.904.243
TOTAL	2.781.849.203

II – no Orçamento da Seguridade Social, em R\$ 1.143.947.365,00 (hum bilhão, cento e quarenta e três milhões, novecentos e quarenta e sete mil, trezentos e sessenta e cinco reais) observando o seguinte desdobramento:

ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL

ORGÃO	R\$ 1,00 (um real)
	VALOR
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA	13.515.348
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO	2.263.934
TRIBUNAL DE JUSTIÇA	26.688.309
PROCURADORIA GERAL DA JUSTIÇA	9.295.000
SECRETARIA DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E DESENVOLVIMENTO RURAL	380.854
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL	21.320.925
SECRETARIA DA EDUCAÇÃO	292.253
SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA	573.135
FUNDO ESTADUAL DE SAÚDE	402.889.987
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO	452.885.573
SECRETARIA DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO E TURISMO	1.760.974
SECRETARIA DA CIÊNCIA, TEC., ENSINO SUPERIOR E DESENV. TECNOLÓGICO	6.527.087
ENCARGOS GERAIS DO ESTADO	205.553.986
TOTAL	1.143.947.365

Capítulo III DA AUTORIZAÇÃO PARA ABERTURA DE CRÉDITOS

Art. 5º - É o Poder Executivo autorizado a abrir créditos suplementares com a finalidade de atender a insuficiência nas dotações orçamentárias, até o limite de trinta por cento do total da despesa fixada no art. 2º, mediante a utilização de recursos provenientes:

I – de superávit financeiro apurado em balanço patrimonial do exercício anterior, nos termos do art. 43, § 1º, inciso I, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964;

II – de excesso de arrecadação nos termos do art. 43, § 1º, inciso II, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964;

III – de anulação parcial de dotações orçamentárias autorizadas por lei, nos termos do art. 43, § 1º, inciso III, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964;

IV – de operações de crédito, como fonte específica de recursos, para dotações autorizadas por lei, nos termos do art. 43, § 1º, inciso IV, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964;

V – da Reserva de Contingência;

VI – de convênios, contratos, doações, acordos, ajustes, outras transferências e congêneres.

Art. 6º - A autorização de que trata o art. 5º não onerará o limite nele previsto, quando destinado:

I – a possibilitar as transferências para municípios, nos casos em que a lei determina a entrega de recursos de forma automática;

II – à manutenção e desenvolvimento do ensino para cumprimento do percentual mínimo de aplicação de recursos estabelecido no art. 220 da Constituição do Estado;

III – às ações e serviços públicos de saúde para cumprimento do percentual mínimo de aplicação de recursos estabelecidos na Emenda Constitucional nº 29 de 13 de setembro de 2000;

IV – a possibilitar a utilização de recursos transferidos pela União, Estados e Municípios, à conta de convênios, contratos, acordos, ajustes, congêneres e outras transferências a fundo perdido, estendendo-se esta disposição aos orçamentos das autarquias, fundações, empresas e fundos;

V – a créditos que objetivem suprir insuficiência nas dotações da dívida estadual, débitos decorrentes de precatórios judiciais, pagamento de pessoal ativo, inativos e pensionistas.

Parágrafo Único – Os recursos consignados à conta da Reserva de Contingência, previstos nesta Lei, deverão ser utilizados conforme disposto no art. 5º, inciso III, alínea b da Lei Complementar nº 101 de 4 de maio de 2000.

Capítulo IV

DA AUTORIZAÇÃO PARA CONTRATAÇÃO DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO

Art. 7º - É o Poder Executivo autorizado a contratar operações de crédito por antecipação da receita, até o limite de vinte e cinco por cento das Receitas Correntes estimadas nesta Lei, observado o disposto no artigo 38 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000.

Título III

DO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO

Capítulo I

DA FIXAÇÃO DA DESPESA

Art. 8º - A despesa do Orçamento de Investimento, observada a programação constante no Anexo III desta Lei, é fixada em R\$ 20.276.000,00 (vinte milhões, duzentos e setenta e seis mil reais) com o seguinte desdobramento:

ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS

ÓRGÃO	R\$ 1,00 (um real)	
		VALOR
EMPRESA MARANHENSE DE ADMINISTRAÇÃO PORTUÁRIA		8 000.000
COMPANHIA DE ÁGUAS E ESGOTOS DO ESTADO DO MARANHÃO		12.276.000
TOTAL		20.276.000

Capítulo II

DAS FONTES DE FINANCIAMENTO

Art. 9º - As fontes de receita, para cobertura da despesa fixada no artigo anterior, são decorrentes da geração de recursos próprios, de recursos destinados ao aumento do patrimônio líquido e de operações de crédito internas e externas, vedado o endividamento junto a empreiteiras, fornecedores ou instituições financeiras para compensar frustração de receita.

Capítulo III

DA AUTORIZAÇÃO PARA ABERTURA DE CRÉDITOS

Art. 10 – É o Poder Executivo autorizado a:

I – abrir créditos suplementares mediante geração adicional de recursos ou anulação parcial de dotações orçamentárias da mesma empresa; e

II – realizar as correspondentes alterações no Orçamento de Investimento, quando a abertura de créditos suplementares aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social estiver relacionada com empresas estatais previstas nesta Lei.

Título IV

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 11 – Em cumprimento ao disposto no art. 26 da Lei nº 8.154, de 09 de julho de 2004, o Programa de Trabalho da Universidade Estadual do Maranhão – UEMA integra esta Lei.

Art. 12 – O Anexo IX integra esta Lei na forma de incisos, contendo as alterações que deverão ser compatibilizadas pelo Poder Executivo nos demonstrativos desta Lei.

Art. 13 - Esta Lei entra em vigor a partir de 1º de janeiro de 2005, revogadas as disposições em contrário.

ANEXO IX

(a que se refere o artigo 12, da Lei Orçamentária para o exercício financeiro de 2005).

INCISO: 01

ÁREA DE GOVERNO: Infra-estrutura

TIPO DE REALIZAÇÃO: Ação de Infra-estrutura urbana

MODALIDADE: Pavimentar vias

PROGRAMA: 137-Construção e melhoramento de equipamentos urbanos

LOCALIDADE BENEFICIADA: Município de Mata Roma

ESFERA ORÇAMENTÁRIA: 1-Fiscal

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA PRETENDIDA: 18101-Sec. de Estado de Infra-estrutura

FUNCIONAL PROGRAMÁTICA: 15451013716710000

SUBTÍTULO: 1671-Implantação de pavimentação de vias urbanas

ESPECIFICAÇÃO/UNIDADE: Pavimentar ruas e avenidas (calçamento)

QUANTIDADE: 7km

FONTE: 101

GND: 444051

MODALIDADE DE APLICAÇÃO: 40

VALOR: R\$ 250.000

INCISO: 02

ÁREA DE GOVERNO: Infra-estrutura

TIPO DE REALIZAÇÃO: Ação de Infra-estrutura urbana

MODALIDADE: Pavimentar vias

PROGRAMA: 137-Construção e melhoramento de equipamentos urbanos

LOCALIDADE BENEFICIADA: Município de Lago - Açú

ESFERA ORÇAMENTÁRIA: 1-Fiscal

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA PRETENDIDA: 18101-Sec. de Estado Infra-estrutura

FUNCIONAL PROGRAMÁTICA: 15451013716710000

SUBTÍTULO: 1671-Implantação e pavimentação de vias urbanas

ESPECIFICAÇÃO/UNIDADE: Pavimentar ruas e avenidas (calçamento)

QUANTIDADE: 5km

FONTE: 101

GND: 444051

MODALIDADE DE APLICAÇÃO: 40

VALOR: R\$ 200.000

INCISO: 03

ÁREA DE GOVERNO: Infra-estrutura

TIPO DE REALIZAÇÃO: Ação de Infra-estrutura urbana

MODALIDADE: Manter espaço

PROGRAMA: 137 – Construção e melhoramento de equipamentos urbanos
LOCALIDADE BENEFICIADA: Município de São Luís
ESFERA ORÇAMENTÁRIA: 1-Fiscal
UNIDADE ORÇAMENTÁRIA PRETENDIDA: 18101-Sec. de Estado de Infra-estrutura
FUNCIONAL PROGRAMÁTICA: 15451013728560000
SUBTÍTULO: 2856-Manutenção de logradouros públicos
ESPECIFICAÇÃO/UNIDADE: Manter espaços requalificados do Estádio Nhozinho Santos
QUANTIDADE: 1 Unidade
FONTE: 101
GND: 444051
MODALIDADE DE APLICAÇÃO: 40
VALOR: R\$ 50.000

INCISO: 04
ÁREA DE GOVERNO: Infra-estrutura
TIPO DE REALIZAÇÃO: Ponte
MODALIDADE: Instalar pontão
PROGRAMA: 141 – Ampliação/Conservação da Infra-estrutura rodoviária
LOCALIDADE BENEFICIADA: Município de Cantanhede
ESFERA ORÇAMENTÁRIA: 1 - Fiscal
UNIDADE ORÇAMENTÁRIA PRETENDIDA: 18101-Sec. de Estado de Infra-estrutura
FUNCIONAL PROGRAMÁTICA: 26782014117100000
SUBTÍTULO: 1710-Construção de pontes
ESPECIFICAÇÃO/UNIDADE: Instalar pontão (ponte móvel) no Rio Itapecuru
QUANTIDADE: 1 unidade
FONTE: 101
GND: 444051
MODALIDADE DE APLICAÇÃO: 40
VALOR: R\$ 220.000

INCISO: 05
ÁREA DE GOVERNO: Infra-estrutura
TIPO DE REALIZAÇÃO: Ação de Infra-estrutura urbana
MODALIDADE: Pavimentar vias
PROGRAMA: 137 – Construção e melhoria de equipamentos urbanos
LOCALIDADE BENEFICIADA: Município de Santo Amaro
ESFERA ORÇAMENTÁRIA: 1 - Fiscal
UNIDADE ORÇAMENTÁRIA PRETENDIDA: 18101 – Sec. de Estado de Infra-estrutura
FUNCIONAL PROGRAMÁTICA: 15451013716710000
SUBTÍTULO: 1671 – Implantação e pavimentação de vias urbanas
ESPECIFICAÇÃO/UNIDADE: Pavimentar vias (calçamento)
QUANTIDADE: 2,5km
FONTE: 101
GND: 444051
MODALIDADE DE APLICAÇÃO: 40
VALOR: R\$ 100.000

INCISO: 06
ÁREA DE GOVERNO: Saúde
TIPO DE REALIZAÇÃO: Saneamento – Água: bairros e povoados
MODALIDADE: Implantar Sistemas
PROGRAMA: 164 - SANESTADO
LOCALIDADE BENEFICIADA: Município de Apicum-Açu
ESFERA ORÇAMENTÁRIA: 2 - Seguridade
UNIDADE ORÇAMENTÁRIA PRETENDIDA: 21901 – FES – Unidade Central
FUNCIONAL PROGRAMÁTICA: 17511016416990000
SUBTÍTULO: 1699 – Projeto Sanear
ESPECIFICAÇÃO/UNIDADE: Implantar sistema simplificado de abastecimento d'água nos povoados de Cabeceira e Turirana

QUANTIDADE: 2 unidades
FONTE: 121
GND: 444051
MODALIDADE DE APLICAÇÃO: 40
VALOR: R\$ 120.000

INCISO: 07
ÁREA DE GOVERNO: Saúde
TIPO DE REALIZAÇÃO: Atenção urg/emerg.- Pronto Socorro
MODALIDADE: Adquirir unidade
PROGRAMA: 145 – Saúde dez
LOCALIDADE BENEFICIADA: Município de Olinda Nova
ESFERA ORÇAMENTÁRIA: 2-Seguridade
UNIDADE ORÇAMENTÁRIA PRETENDIDA: 21901-FES – Unidade Central
FUNCIONAL PROGRAMÁTICA: 10302014521530000
SUBTÍTULO: 2153 – Assistência Médica, qualificada e gratuita
ESPECIFICAÇÃO/UNIDADE: Adquirir ambulância devidamente equipada
QUANTIDADE: 1 unidade
FONTE: 121
GND: 444052
MODALIDADE DE APLICAÇÃO: 40
VALOR: R\$ 60.000

INCISO: 08
ÁREA DE GOVERNO: Infra-estrutura
TIPO DE REALIZAÇÃO: Transporte
MODALIDADE: Restaurar vias
PROGRAMA: 141 – Ampliação / conservação da Infra-estrutura rodoviária
LOCALIDADE BENEFICIADA: Município de Coelho Neto
ESFERA ORÇAMENTÁRIA: 1- Fiscal
UNIDADE ORÇAMENTÁRIA PRETENDIDA: 18101-Sec. de Estado de Infra-estrutura
FUNCIONAL PROGRAMÁTICA: 26782014114260000
SUBTÍTULO: 1426 – Restauração de rodovias
ESPECIFICAÇÃO/UNIDADE: Restaurar trecho de estrada vicinal, na zona rural do Município
QUANTIDADE: 10 km
FONTE: 101
GND: 444051
MODALIDADE DE APLICAÇÃO: 40
VALOR: R\$ 100.000

INCISO: 09
ÁREA DE GOVERNO: Infra-estrutura
TIPO DE REALIZAÇÃO: Transporte
MODALIDADE: Restaurar vias
PROGRAMA: 141 – Ampliação / conservação da Infra-estrutura rodoviária
LOCALIDADE BENEFICIADA: Município de Chapadinha
ESFERA ORÇAMENTÁRIA: 1 - Fiscal
UNIDADE ORÇAMENTÁRIA PRETENDIDA: 18101 – Sec. de Estado de Infra-estrutura
FUNCIONAL PROGRAMÁTICA: 26782014114260000
SUBTÍTULO: 1426 – Restauração de rodovias
ESPECIFICAÇÃO/UNIDADE: Restaurar trecho de estrada vicinal, na zona rural do Município
QUANTIDADE: 10 km
FONTE: 101
GND: 444051
MODALIDADE DE APLICAÇÃO: 40
VALOR: R\$ 100.000

INCISO: 10
ÁREA DE GOVERNO: Infra-estrutura

TIPO DE REALIZAÇÃO: Transporte
 MODALIDADE: Restaurar vias
 PROGRAMA: 141 – Ampliação / conservação da Infra-estrutura rodoviária
 LOCALIDADE BENEFICIADA: Município de São Luís Gonzaga
 ESFERA ORÇAMENTÁRIA: 1 - Fiscal
 UNIDADE ORÇAMENTÁRIA PRETENDIDA: 18101 – Sec. de Estado de Infra-estrutura
 FUNCIONAL PROGRAMÁTICA: 26782014114260000
 SUBTÍTULO: 1426 – Restauração de rodovias
 ESPECIFICAÇÃO/UNIDADE: Restaurar trecho de estrada vicinal, na zona rural do Município
 QUANTIDADE: 10 km
 FONTE: 101
 GND: 444051
 MODALIDADE DE APLICAÇÃO: 40
 VALOR: R\$ 100.000

INCISO: 11
 ÁREA DE GOVERNO: Infra-estrutura
 TIPO DE REALIZAÇÃO: Transporte
 MODALIDADE: Restaurar vias
 PROGRAMA: 141 – Ampliação / conservação da Infra-estrutura rodoviária
 LOCALIDADE BENEFICIADA: Município de Duque Bacelar
 ESFERA ORÇAMENTÁRIA: 1 - Fiscal
 UNIDADE ORÇAMENTÁRIA PRETENDIDA: 18101 – Sec. de Estado de Infra-estrutura
 FUNCIONAL PROGRAMÁTICA: 26782014114260000
 SUBTÍTULO: 1426 – Restauração de rodovias
 ESPECIFICAÇÃO/UNIDADE: Restaurar trecho de estrada vicinal, na zona rural do Município
 QUANTIDADE: 10 km
 FONTE: 101
 GND: 444051
 MODALIDADE DE APLICAÇÃO: 40
 VALOR: R\$ 100.000

INCISO: 12
 ÁREA DE GOVERNO: Infra-estrutura
 TIPO DE REALIZAÇÃO: Transporte
 MODALIDADE: Restaurar vias
 PROGRAMA: 141 – Ampliação / conservação da Infra-estrutura rodoviária
 LOCALIDADE BENEFICIADA: Município de Afonso Cunha
 ESFERA ORÇAMENTÁRIA: 1 - Fiscal
 UNIDADE ORÇAMENTÁRIA PRETENDIDA: 18101 - Sec. de Estado de Infra-estrutura
 FUNCIONAL PROGRAMÁTICA: 26782014114260000
 SUBTÍTULO: 1426 – Restauração de rodovias
 ESPECIFICAÇÃO/UNIDADE: Restaurar trecho de estrada vicinal, na zona do Município
 QUANTIDADE: 10 km
 FONTE: 101
 GND: 444051
 MODALIDADE DE APLICAÇÃO: 40
 VALOR: R\$ 100.000

INCISO: 13
 ÁREA DE GOVERNO: Saúde
 TIPO DE REALIZAÇÃO: Atenção Básica – Postos / Centro de Saúde
 MODALIDADE: Adquirir unidade
 PROGRAMA: 145 – Saúde Dez
 LOCALIDADE BENEFICIADA: Municípios de: Bom Jesus das Selva, Buriticupu, Cidelândia, Itinga do Maranhão, São Francisco do Brejão, São Pedro da Água Branca, Vila Nova dos Martírios, Amarante do Maranhão, Buritirana, Campestre do Maranhão, Davinópolis ,

Governador Edson Lobão, João Lisboa, Lajeado Novo, Montes Altos, Porto Franco e Ribamar Fiquene.
 ESPERA ORÇAMENTÁRIA: 2 - Segurança
 UNIDADE ORÇAMENTÁRIA PRETENDIDA: 21901 – FES – Unidade Central
 FUNCIONAL PROGRAMÁTICA: 10302014521530000
 SUBTÍTULO: 2153 – Assistência Médica
 ESPECIFICAÇÃO/UNIDADE: Adquirir unidade médica móvel equipada para realização de consultas, exames (mamografia, raio x, ultrasonografia e colpol-citologia) e atendimento ambulatorial.
 QUANTIDADE: 1 Unidade
 FONTE: 121
 GND: 449052
 MODALIDADE DE APLICAÇÃO: 90
 VALOR: R\$ 500.000

INCISO: 14
 ÁREA DE GOVERNO: Infra-estrutura
 TIPO DE REALIZAÇÃO: Transporte
 MODALIDADE: Recuperar vias
 PROGRAMA: 141 – Ampliação / conservação da Infra-estrutura rodoviária
 LOCALIDADE BENEFICIADA: Município de Codó
 ESFERA ORÇAMENTÁRIA: 1 - Fiscal
 UNIDADE ORÇAMENTÁRIA PRETENDIDA: 18101 – Sec. de Estado de Infra-estrutura
 FUNCIONAL PROGRAMÁTICA: 26 782014114260000
 SUBTÍTULO: 1426 – Restauração de rodovias
 ESPECIFICAÇÃO/UNIDADE: Recuperar trecho de estrada vicinal, na zona rural do Município
 QUANTIDADE: 25 km
 FONTE: 101
 GND: 444051
 MODALIDADE DE APLICAÇÃO: 40
 VALOR: R\$ 250.000

INCISO: 15
 ÁREA DE GOVERNO: Agricultura
 TIPO DE REALIZAÇÃO: Irrigação
 MODALIDADE: Construir Açude
 PROGRAMA: 152 – Produção de alimentos de origem vegetal
 LOCALIDADE BENEFICIADA: Município de Codó
 ESFERA ORÇAMENTÁRIA: 1 - Fiscal
 UNIDADE ORÇAMENTÁRIA PRETENDIDA: 13901 – Fundo de Desenvolvimento Agropecuário
 FUNCIONAL PROGRAMÁTICA: 20607015225480000
 SUBTÍTULO: 2548 – Desenvolvimento de Irrigação
 ESPECIFICAÇÃO/UNIDADE: Construir Açude
 QUANTIDADE: 3 - Unidades
 FONTE: 101
 GND: 444051
 MODALIDADE DE APLICAÇÃO: 40
 VALOR: R\$ 150.000

INCISO: 16
 ÁREA DE GOVERNO: Saúde
 TIPO DE REALIZAÇÃO: Saneamento – Água: Bairros e Povoados
 MODALIDADE: Implantar Sistemas
 PROGRAMA: 164 - SANESTADO
 LOCALIDADE BENEFICIADA: Município de Tutoia
 ESFERA ORÇAMENTÁRIA: 2 - Segurança
 UNIDADE ORÇAMENTÁRIA PRETENDIDA: 21901 – FES – Unidade Central
 FUNCIONAL PROGRAMÁTICA: 17511016416990000
 SUBTÍTULO: 1699 – Projeto Sanear
 ESPECIFICAÇÃO/UNIDADE: Implantar sistema simplificado de abastecimento d'água

QUANTIDADE: 1 - unidade
FONTE: 121
GND: 444051
MODALIDADE DE APLICAÇÃO: 40
VALOR: R\$ 50.000

INCISO: 17
ÁREA DE GOVERNO: Saúde
TIPO DE REALIZAÇÃO: Saneamento – Água: Bairros e Povoados
MODALIDADE: Implantar sistemas
PROGRAMA: 164 -SANESTADO
LOCALIDADE BENEFICIADA: Município de Igarapé Grande
ESFERA ORÇAMENTÁRIA: 2 - Seguridade
UNIDADE ORÇAMENTÁRIA PRETENDIDA: 21901 – FES – Unidade Central
FUNCIONAL PROGRAMÁTICA: 17511016416990000
SUBTÍTULO: 1699 – Projeto Sanear
ESPECIFICAÇÃO/UNIDADE: Implantar sistema simplificado de abastecimento d'água
QUANTIDADE: 1 - Unidade
FONTE: 121
GND: 444051
MODALIDADE DE APLICAÇÃO: 40
VALOR: R\$ 50.000

INCISO: 18
ÁREA DE GOVERNO: Infra-estrutura
TIPO DE REALIZAÇÃO: Transportes
MODALIDADE: Construir trecho
PROGRAMA: 141 – Ampliação / conservação da Infra-estrutura rodoviária
LOCALIDADE BENEFICIADA: Município de São Mateus
ESFERA ORÇAMENTÁRIA: 1 - Fiscal
UNIDADE ORÇAMENTÁRIA PRETENDIDA: 18101 – Sec. de Estado de Infra-estrutura
FUNCIONAL PROGRAMÁTICA: 26782014116760000
SUBTÍTULO: 1676 – Construção de rodovias
ESPECIFICAÇÃO/UNIDADE: Construir trecho de estrada vicinal, na zona rural do Município
QUANTIDADE: 2,5 km
FONTE: 101
GND: 449051
MODALIDADE DE APLICAÇÃO: 90
VALOR: R\$ 50.000

INCISO: 19
ÁREA DE GOVERNO: Infra-estrutura
TIPO DE REALIZAÇÃO: Transportes
MODALIDADE: Construir trecho
PROGRAMA: 141 – Ampliação / conservação da Infra-estrutura rodoviária
LOCALIDADE BENEFICIADA: Município de Peritoró
ESFERA ORÇAMENTÁRIA: 1 - Fiscal
UNIDADE ORÇAMENTÁRIA PRETENDIDA: 18101 – Sec. de Estado de Infra-estrutura
FUNCIONAL PROGRAMÁTICA: 26782014116760000
SUBTÍTULO: 1676 – Construção de rodovias
ESPECIFICAÇÃO/UNIDADE: Construir trecho de estrada vicinal, na zona rural do Município
QUANTIDADE: 2,5 km
FONTE: 101
GND: 449051
MODALIDADE DE APLICAÇÃO: 90
VALOR: R\$ 50.000

INCISO: 20
ÁREA DE GOVERNO: Infra-estrutura

TIPO DE REALIZAÇÃO: Transportes
MODALIDADE: Construir trecho
PROGRAMA: 141 – Ampliação / conservação da Infra-estrutura rodoviária
LOCALIDADE BENEFICIADA: Município de São João dos Patos
ESFERA ORÇAMENTÁRIA: 1 - Fiscal
UNIDADE ORÇAMENTÁRIA PRETENDIDA: 18101 – Sec. de Estado de Infra-estrutura
FUNCIONAL PROGRAMÁTICA: 26782014116760000
SUBTÍTULO: 1676 – Construção de Rodovias
ESPECIFICAÇÃO/UNIDADE: Construir trecho de estrada vicinal, na zona rural do Município
QUANTIDADE: 5 km
FONTE: 101
GND: 449051
MODALIDADE DE APLICAÇÃO: 90
VALOR: R\$ 100.000

INCISO: 21
ÁREA DE GOVERNO: Infra-estrutura
TIPO DE REALIZAÇÃO: Transportes
MODALIDADE: Construir trecho
PROGRAMA: 141 – Ampliação / conservação da Infra-estrutura rodoviária
LOCALIDADE BENEFICIADA: Município de Santa Rita
ESFERA ORÇAMENTÁRIA: 1 - Fiscal
UNIDADE ORÇAMENTÁRIA PRETENDIDA: 18101 – Sec. de Estado de Infra-estrutura
FUNCIONAL PROGRAMÁTICA: 26782014116760000
SUBTÍTULO: 1676 – Construção de rodovias
ESPECIFICAÇÃO/UNIDADE: Construir trecho de estrada vicinal, na zona rural do Município
QUANTIDADE: 2,5 km
FONTE: 101
GND: 449051
MODALIDADE DE APLICAÇÃO: 90
VALOR: R\$ 50.000

INCISO: 22
ÁREA DE GOVERNO: Infra-estrutura
TIPO DE REALIZAÇÃO: Transportes
MODALIDADE: Construir trecho
PROGRAMA: 141 – Ampliação / conservação da Infra-estrutura rodoviária
LOCALIDADE BENEFICIADA: Município de Sítio Novo
ESFERA ORÇAMENTÁRIA: 1 - Fiscal
UNIDADE ORÇAMENTÁRIA PRETENDIDA: 18101 – Sec. de Estado de Infra-estrutura
FUNCIONAL PROGRAMÁTICA: 26782014116760000
SUBTÍTULO: 1676 – Construção de rodovias
ESPECIFICAÇÃO/UNIDADE: Construir trecho de estrada vicinal, na zona rural do Município
QUANTIDADE: 2,5 km
FONTE: 101
GND: 449051
MODALIDADE DE APLICAÇÃO: 90
VALOR: R\$ 50.000

INCISO: 23
ÁREA DE GOVERNO: Infra-estrutura
TIPO DE REALIZAÇÃO: Transportes
MODALIDADE: Construir trecho
PROGRAMA: 141 – Ampliação / conservação da Infra-estrutura rodoviária
LOCALIDADE BENEFICIADA: Município de Altamira do Maranhão
ESFERA ORÇAMENTÁRIA: 1 - Fiscal

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA PRETENDIDA: 18101 – Sec. de Estado de Infra-estrutura
 FUNCIONAL PROGRAMÁTICA: 26782014116760000
 SUBTÍTULO: 1676 – Construção de rodovias
 ESPECIFICAÇÃO/UNIDADE: Construir trecho de estrada vicinal, na zona rural do Município
 QUANTIDADE: 2,5 km
 FONTE: 101
 GND: 449051
 MODALIDADE DE APLICAÇÃO: 90
 VALOR: R\$ 50.000

INCISO: 24
 ÁREA DE GOVERNO: Infra-estrutura
 TIPO DE REALIZAÇÃO: Transportes
 MODALIDADE: Construir trecho
 PROGRAMA: 141 – Ampliação / conservação da Infra-estrutura rodoviária
 LOCALIDADE BENEFICIADA: Município de Brejo de Areia
 ESFERA ORÇAMENTÁRIA: 1 - Fiscal
 UNIDADE ORÇAMENTÁRIA PRETENDIDA: 18101 – Sec. de Estado de Infra-estrutura
 FUNCIONAL PROGRAMÁTICA: 26782014116760000
 SUBTÍTULO: 1676 – Construção de rodovias
 ESPECIFICAÇÃO/UNIDADE: Construir trecho de estrada vicinal, na zona rural do Município
 QUANTIDADE: 2,5 km
 FONTE: 101
 GND: 449051
 MODALIDADE DE APLICAÇÃO: 90
 VALOR: R\$ 50.000

INCISO: 25
 ÁREA DE GOVERNO: Infra-estrutura
 TIPO DE REALIZAÇÃO: Transportes
 MODALIDADE: Construir trecho
 PROGRAMA: 141 – Ampliação / conservação da Infra-estrutura rodoviária
 LOCALIDADE BENEFICIADA: Município de Mirador
 ESFERA ORÇAMENTÁRIA: 1 - Fiscal
 UNIDADE ORÇAMENTÁRIA PRETENDIDA: 18101 – Sec. de Estado de Infra-estrutura
 FUNCIONAL PROGRAMÁTICA: 26782014116760000
 SUBTÍTULO: 1676 – Construção de rodovias
 ESPECIFICAÇÃO/UNIDADE: Construir trecho de estrada vicinal, na zona rural do Município
 QUANTIDADE: 2,5 km
 FONTE: 101
 GND: 449051
 MODALIDADE DE APLICAÇÃO: 90
 VALOR: R\$ 50.000

INCISO: 26
 ÁREA DE GOVERNO: Infra-estrutura
 TIPO DE REALIZAÇÃO: Transportes
 MODALIDADE: Construir trecho
 PROGRAMA: 141 – Ampliação / conservação da Infra-estrutura rodoviária
 LOCALIDADE BENEFICIADA: Município de São José dos Basílios
 ESFERA ORÇAMENTÁRIA: 1 - Fiscal
 UNIDADE ORÇAMENTÁRIA PRETENDIDA: 18101 – Sec. de Estado de Infra-estrutura
 FUNCIONAL PROGRAMÁTICA: 26782014116760000
 SUBTÍTULO: 1676 – Construção de rodovias
 ESPECIFICAÇÃO/UNIDADE: Construção de estrada vicinal, na zona rural do Município
 QUANTIDADE: 2,5 km

FONTE: 101
 GND: 449051
 MODALIDADE DE APLICAÇÃO: 90
 VALOR: R\$ 50.000

INCISO: 27
 ÁREA DE GOVERNO: Infra-estrutura
 TIPO DE REALIZAÇÃO: Transportes
 MODALIDADE: Restaurar vias
 PROGRAMA: 141 – Ampliação / conservação da Infra-estrutura rodoviária
 LOCALIDADE BENEFICIADA: Município de Barra do Corda
 ESFERA ORÇAMENTÁRIA: 1 - Fiscal
 UNIDADE ORÇAMENTÁRIA PRETENDIDA: 18101 – Sec. de Estado de Infra-estrutura
 FUNCIONAL PROGRAMÁTICA: 26782014114260000
 SUBTÍTULO: 1426 – Restauração de rodovias
 ESPECIFICAÇÃO/UNIDADE: Restaurar MA – 012, trecho compreendido entre a BR 226 e o Povoado Cariri, no Município de Barra do Corda
 QUANTIDADE: 80 km
 FONTE: 101
 GND: 449051
 MODALIDADE DE APLICAÇÃO: 90
 VALOR: R\$ 6.000.000

INCISO: 28
 ÁREA DE GOVERNO: Infra-estrutura
 TIPO DE REALIZAÇÃO: Transportes
 MODALIDADE: Conservação
 PROGRAMA: 141 – Ampliação / conservação da Infra-estrutura rodoviária
 LOCALIDADE BENEFICIADA: Município de Caxias
 ESFERA ORÇAMENTÁRIA: 1 - Fiscal
 UNIDADE ORÇAMENTÁRIA PRETENDIDA: 18101 – Sec. de Estado de Infra-estrutura
 FUNCIONAL PROGRAMÁTICA: 26782014129500000
 SUBTÍTULO: 2950 – Conservação de rodovias
 ESPECIFICAÇÃO/UNIDADE: Reformar / conservar trecho de estrada vicinal
 QUANTIDADE: 20 km
 FONTE: 101
 GND: 444051
 MODALIDADE DE APLICAÇÃO: 40
 VALOR: R\$ 200.000

INCISO: 29
 ÁREA DE GOVERNO: Saúde
 TIPO DE REALIZAÇÃO: Saneamento – Água: Bairros e Povoados
 MODALIDADE: Implantar sistemas
 PROGRAMA: 164 - SANESTADO
 LOCALIDADE BENEFICIADA: Município de Caxias
 ESFERA ORÇAMENTÁRIA: 2 - Seguridade
 UNIDADE ORÇAMENTÁRIA PRETENDIDA: 21901 – FES – Unidade Central
 FUNCIONAL PROGRAMÁTICA: 17511016416990000
 SUBTÍTULO: 1699 – Projeto Sanear
 ESPECIFICAÇÃO/UNIDADE: Implantar sistemas simplificados de abastecimento d'água
 QUANTIDADE: 4 Unidades
 FONTE: 121
 GND: 444051
 MODALIDADE DE APLICAÇÃO: 40
 VALOR: R\$ 300.000

INCISO: 30
 ÁREA DE GOVERNO: Infra-estrutura

TIPO DE REALIZAÇÃO: Transportes
 MODALIDADE: Restaurar trecho
 PROGRAMA: 141 – Ampliação / conservação da Infra-estrutura rodoviária
 LOCALIDADE BENEFICIADA: Município de Tuntum
 ESFERA ORÇAMENTÁRIA: 1 - Fiscal
 UNIDADE ORÇAMENTÁRIA PRETENDIDA: 18101 – Sec. de Estado de Infra-estrutura
 FUNCIONAL PROGRAMÁTICA: 26782014114260000
 SUBTÍTULO: 1426 – Restauração de rodovias
 ESPECIFICAÇÃO/UNIDADE: Restaurar trecho de estrada vicinal, na zona rural do Município
 QUANTIDADE: 10 km
 FONTE: 101
 GND: 444051
 MODALIDADE DE APLICAÇÃO: 40
 VALOR: R\$ 100.000

INCISO: 31
 ÁREA DE GOVERNO: Infra-estrutura
 TIPO DE REALIZAÇÃO: Transportes
 MODALIDADE: Restaurar trecho
 PROGRAMA: 141 – Ampliação / conservação da Infra-estrutura rodoviária
 LOCALIDADE BENEFICIADA: Município de Barreirinhas
 ESFERA ORÇAMENTÁRIA: 1 - Fiscal
 UNIDADE ORÇAMENTÁRIA PRETENDIDA: 18101 – Sec. de Estado de Infra-estrutura
 FUNCIONAL PROGRAMÁTICA: 26782014114260000
 SUBTÍTULO: 1426 – Restauração de rodovias
 ESPECIFICAÇÃO/UNIDADE: Restaurar trecho de estrada vicinal, na zona rural do Município
 QUANTIDADE: 10 km
 FONTE: 101
 GND: 444051
 MODALIDADE DE APLICAÇÃO: 40
 VALOR: R\$ 100.000

INCISO: 32
 ÁREA DE GOVERNO: Infra-estrutura
 TIPO DE REALIZAÇÃO: Infra-estrutura urbana
 MODALIDADE: Pavimentar vias
 PROGRAMA: 137 – Construção e melhoramento de equipamentos urbanos
 LOCALIDADE BENEFICIADA: Município de Brejo
 ESFERA ORÇAMENTÁRIA: 1 - Fiscal
 UNIDADE ORÇAMENTÁRIA PRETENDIDA: 18101 – Sec. de Estado de Infra-estrutura
 FUNCIONAL PROGRAMÁTICA: 15451013716710000
 SUBTÍTULO: 1671 – Implantação e pavimentação de vias urbanas
 ESPECIFICAÇÃO/UNIDADE: Pavimentar vias (calçamento)
 QUANTIDADE: 2,5 km
 FONTE: 101
 GND: 449051
 MODALIDADE DE APLICAÇÃO: 90
 VALOR: R\$ 100.000

INCISO: 33
 ÁREA DE GOVERNO: Infra-estrutura
 TIPO DE REALIZAÇÃO: Transportes
 MODALIDADE: Restaurar trecho
 PROGRAMA: 141 – Ampliação / conservação da Infra-estrutura rodoviária
 LOCALIDADE BENEFICIADA: Município de Pindaré - Mirim
 ESFERA ORÇAMENTÁRIA: 1 - Fiscal
 UNIDADE ORÇAMENTÁRIA PRETENDIDA: 18101 – Sec. de Estado de Infra-estrutura

FUNCIONAL PROGRAMÁTICA: 26782014114260000
 SUBTÍTULO: 1426 – Restauração de rodovias
 ESPECIFICAÇÃO/UNIDADE: Restaurar trecho de estrada vicinal, na zona rural do Município
 QUANTIDADE: 10 km
 FONTE: 101
 GND: 444051
 MODALIDADE DE APLICAÇÃO: 40
 VALOR: R\$ 100.000

INCISO: 34
 ÁREA DE GOVERNO: Infra-estrutura
 TIPO DE REALIZAÇÃO: Transportes
 MODALIDADE: Restaurar trecho
 PROGRAMA: 141 – Ampliação / conservação da Infra-estrutura rodoviária
 LOCALIDADE BENEFICIADA: Município de Nova Olinda
 ESFERA ORÇAMENTÁRIA: 1 - Fiscal
 UNIDADE ORÇAMENTÁRIA PRETENDIDA: 18101 – Sec. de Estado de Infra-estrutura
 FUNCIONAL PROGRAMÁTICA: 26782014114260000
 SUBTÍTULO: 1426 – Restauração de rodovias
 ESPECIFICAÇÃO/UNIDADE: Restaurar trecho de estrada vicinal, na zona rural do Município
 QUANTIDADE: 10 km
 FONTE: 101
 GND: 444051
 MODALIDADE DE APLICAÇÃO: 40
 VALOR: R\$ 100.000

INCISO: 35
 ÁREA DE GOVERNO: Saúde
 TIPO DE REALIZAÇÃO: Atenção Urg/Emerg – Pronto Socorro
 MODALIDADE: Adquirir Unidade
 PROGRAMA: 145 – Saúde Dez
 LOCALIDADE BENEFICIADA: Município de Anajatuba
 ESFERA ORÇAMENTÁRIA: 2 - Seguridade
 UNIDADE ORÇAMENTÁRIA PRETENDIDA: 21901 – FES – Unidade Central
 FUNCIONAL PROGRAMÁTICA: 10302014521530000
 SUBTÍTULO: 2153 – Assistência Médica, Qualificada e Gratuita
 ESPECIFICAÇÃO/UNIDADE: Adquirir ambulância devidamente equipada
 QUANTIDADE: 1 - Unidade
 FONTE: 121
 GND: 444052
 MODALIDADE DE APLICAÇÃO: 40
 VALOR: R\$ 80.000

INCISO: 36
 ÁREA DE GOVERNO: Segurança Pública
 TIPO DE REALIZAÇÃO: Delegacia de Polícia
 MODALIDADE: Construir Delegacia
 PROGRAMA: 114 – Redução do Índice de Criminalidade
 LOCALIDADE BENEFICIADA: Município de Paraibano
 ESFERA ORÇAMENTÁRIA: 1 - Fiscal
 UNIDADE ORÇAMENTÁRIA PRETENDIDA: 19101 – Sec. de Estado de Segurança Pública
 FUNCIONAL PROGRAMÁTICA: 06181011417140000
 SUBTÍTULO: 1714 – Construção e equipamentos de unidades policiais
 ESPECIFICAÇÃO/UNIDADE: Construir Delegacia de Polícia
 QUANTIDADE: 1 - Unidade
 FONTE: 101
 GND: 444051
 MODALIDADE DE APLICAÇÃO: 40
 VALOR: R\$ 80.000

INCISO: 37
ÁREA DE GOVERNO: Saúde
TIPO DE REALIZAÇÃO: Atenção Urg/Emerg – Pronto Socorro
MODALIDADE: Adquirir unidade
PROGRAMA: 145 – Saúde Dez
LOCALIDADE BENEFICIADA: Município de Itapecuru
ESFERA ORÇAMENTÁRIA: 2 - Seguridade
UNIDADE ORÇAMENTÁRIA PRETENDIDA: 21901 – FES – Unidade Central
FUNCIONAL PROGRAMÁTICA: 10302014521530000
SUBTÍTULO: 2153 – Assistência Médica, Qualificada e Gratuita
ESPECIFICAÇÃO/UNIDADE: Adquirir ambulância devidamente equipada
QUANTIDADE: 1 Unidade
FONTE: 121
GND: 444052
MODALIDADE DE APLICAÇÃO: 40
VALOR: R\$ 80.000

INCISO: 38
ÁREA DE GOVERNO: Saúde
TIPO DE REALIZAÇÃO: Atenção Urg/Emerg – Pronto Socorro
MODALIDADE: Adquirir unidade
PROGRAMA: 145 – Saúde Dez
LOCALIDADE BENEFICIADA: Município de Rosário
ESFERA ORÇAMENTÁRIA: 2 - Seguridade
UNIDADE ORÇAMENTÁRIA PRETENDIDA: 21901 – FES – Unidade Central
FUNCIONAL PROGRAMÁTICA: 10302014521530000
SUBTÍTULO: 2153 – Assistência Médica, qualificada e gratuita
ESPECIFICAÇÃO/UNIDADE: Adquirir ambulância devidamente equipada
QUANTIDADE: 1 Unidade
FONTE: 121
GND: 444052
MODALIDADE DE APLICAÇÃO: 40
VALOR: R\$ 80.000

INCISO: 39
ÁREA DE GOVERNO: Saúde
TIPO DE REALIZAÇÃO: Saneamento – Água: Bairros e Povoados
MODALIDADE: Implantar sistemas
PROGRAMA: 164 - SANESTADO
LOCALIDADE BENEFICIADA: Município de Ribamar Fiquene
ESFERA ORÇAMENTÁRIA: 2 - Segurida
UNIDADE ORÇAMENTÁRIA PRETENDIDA: 21901 – FES – Unidade Central
FUNCIONAL PROGRAMÁTICA: 17511016416990000
SUBTÍTULO: 1699 – Projeto Sanear
ESPECIFICAÇÃO/UNIDADE: Implantar sistema simplificado de abastecimento d'água
QUANTIDADE: 1 Unidade
FONTE: 121
GND: 444051
MODALIDADE DE APLICAÇÃO: 40
VALOR: R\$ 60.000

INCISO: 40
ÁREA DE GOVERNO: Saúde
TIPO DE REALIZAÇÃO: Atenção Urg/Emerg – Pronto Socorro
MODALIDADE: Adquirir unidade
PROGRAMA: 145 – Saúde Dez
LOCALIDADE BENEFICIADA: Município de Santa Rita
ESFERA ORÇAMENTÁRIA: 2 - Seguridade
UNIDADE ORÇAMENTÁRIA PRETENDIDA: 21901 – FES – Unidade Central
FUNCIONAL PROGRAMÁTICA: 10302014521530000

SUBTÍTULO: 2153 – Assistência Médica, Qualificada e Gratuita
ESPECIFICAÇÃO/UNIDADE: Adquirir Ambulância devidamente equipada
QUANTIDADE: 1 Unidade
FONTE: 121
GND: 444052
MODALIDADE DE APLICAÇÃO: 40
VALOR: R\$ 60.000

INCISO: 41
ÁREA DE GOVERNO: Saúde
TIPO DE REALIZAÇÃO: Atenção Urg/Emerg/ Pronto Socorro
MODALIDADE: Adquirir Unidade
PROGRAMA: 145 – Saúde Dez
LOCALIDADE BENEFICIADA: Município de Fortuna
ESFERA ORÇAMENTÁRIA: 2- Seguridade
UNIDADE ORÇAMENTÁRIA PRETENDIDA: 21901 – FES – Unidade Central
FUNCIONAL PROGRAMÁTICA: 10302014521530000
SUBTÍTULO: 2153 – Assistência Médica, Qualificada e Gratuita
ESPECIFICAÇÃO/UNIDADE: Adquirir ambulância devidamente equipada
QUANTIDADE: 1 Unidade
FONTE: 121
GND: 444052
MODALIDADE DE APLICAÇÃO: 40
VALOR: R\$ 60.000

INCISO: 42
ÁREA DE GOVERNO: Infra-estrutura
TIPO DE REALIZAÇÃO: Transportes
MODALIDADE: Recuperar trecho
PROGRAMA: 141 – Ampliação/conservação da infra-estrutura rodoviário
LOCALIDADE BENEFICIADA – Município de Timbiras
ESFERA ORÇAMENTÁRIA – 1 - Fiscal
UNIDADE ORÇAMENTÁRIA PRETENDIDA: 18101 – Sec. de Estado de Infra-estrutura
FUNCIONAL PROGRAMÁTICA: 26782014116760000
SUBTÍTULO: 1676 – Construção de rodovias
ESPECIFICAÇÃO/UNIDADE: Recuperar trecho de estrada vicinal, na zona rural do Município
QUANTIDADE: 5 km
FONTE: 101
GND: 449051
MODALIDADE DE APLICAÇÃO: 90
VALOR: R\$ 50.000

INCISO: 43
ÁREA DE GOVERNO: Infra-estrutura
TIPO DE REALIZAÇÃO: Transporte
MODALIDADE: Recuperar trecho
PROGRAMA: 141 – Ampliação / conservação da infra-estrutura rodoviária
LOCALIDADE BENEFICIADA: Município de Timon
ESFERA ORÇAMENTÁRIA: 1 - Fiscal
UNIDADE ORÇAMENTÁRIA PRETENDIDA: 18101 – Sec de Estado de Infra-estrutura
FUNCIONAL PROGRAMÁTICA: 26782014116760000
SUBTÍTULO: 1676 – Construção de rodovias
ESPECIFICAÇÃO/UNIDADE: Recuperar trecho de estrada vicinal, na zona rural do Município
QUANTIDADE: 15 km
FONTE: 101
GND: 444051
MODALIDADE DE APLICAÇÃO: 40
VALOR: R\$ 150.000

INCISO: 44

ÁREA DE GOVERNO: Infra-estrutura

TIPO DE REALIZAÇÃO: Transportes

MODALIDADE: Recuperar trecho

PROGRAMA: 141 – Ampliação / conservação da infra-estrutura rodoviária

LOCALIDADE BENEFICIADA: Município de Codó

ESFERA ORÇAMENTÁRIA: 1 - Fiscal

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA PRETENDIDA: 18101 – Sec. de Estado de Infra-estrutura

FUNCIONAL PROGRAMÁTICA: 26782014116760000

SUBTÍTULO: 1676 – Construção de rodovias

ESPECIFICAÇÃO/UNIDADE: Recuperar trecho de estrada vicinal na zona rural do Município

QUANTIDADE: 15 km

FONTE: 101

GND: 449051

MODALIDADE DE APLICAÇÃO: 90

VALOR: R\$ 150.000

INCISO: 45

ÁREA DE GOVERNO: Saúde

TIPO DE REALIZAÇÃO: Saneamento – Água: Bairros e Povoados

MODALIDADE: Implantar sistemas

PROGRAMA: 164 - SANESTADO

LOCALIDADE BENEFICIADA: Município de Codó

ESFERA ORÇAMENTÁRIA: 2 - Seguridade

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA PRETENDIDA: 21901 – FES – Unidade Central

FUNCIONAL PROGRAMÁTICA: 17511016416990000

SUBTÍTULO: 1699 – Projeto Sanear

ESPECIFICAÇÃO/UNIDADE: Implantar sistema simplificado de abastecimento d'água

QUANTIDADE: 1 Unidade

FONTE: 121

GND: 449051

MODALIDADE DE APLICAÇÃO: 90

VALOR: R\$ 75.000

INCISO: 46

ÁREA DE GOVERNO: Saúde

TIPO DE REALIZAÇÃO: Saneamento – Água: Bairros e Povoados

MODALIDADE: Implantar sistemas

PROGRAMA: 164 - SANESTADO

LOCALIDADE BENEFICIADA: Município de Timbiras

ESFERA ORÇAMENTÁRIA: 2 - Seguridade

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA PRETENDIDA: 21901 – FES – Unidade Central

FUNCIONAL PROGRAMÁTICA: 17511016416990000

SUBTÍTULO: 1699 – Projeto sanear

ESPECIFICAÇÃO/UNIDADE: Implantar sistema simplificado de abastecimento d'água

QUANTIDADE: 1 Unidade

FONTE: 121

GND: 449051

MODALIDADE DE APLICAÇÃO: 90

VALOR: R\$ 75.000

INCISO: 47

ÁREA DE GOVERNO: Saúde

TIPO DE REALIZAÇÃO: Saneamento – Água: Bairros e Povoados

MODALIDADE: Implantar Sistema

PROGRAMA: 164 - SANESTADO

LOCALIDADE BENEFICIADA: Município de Buritirana

ESFERA ORÇAMENTÁRIA: 2 - Seguridade

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA PRETENDIDA: 21901 – FES – Unidade Central

FUNCIONAL PROGRAMÁTICA: 17511016416990000

SUBTÍTULO: 1699 – Projeto Sanear

ESPECIFICAÇÃO/UNIDADE: Implantar sistema simplificado de abastecimento d'água no povoado Varjão dos Crentes

QUANTIDADE: 1 Unidade

FONTE: 121

GND: 444051

MODALIDADE DE APLICAÇÃO: 40

VALOR: R\$ 150.000

INCISO: 48

ÁREA DE GOVERNO: Infra-estrutura

TIPO DE REALIZAÇÃO: Transportes

MODALIDADE: Conservar trecho

PROGRAMA: 141- Ampliação / conservação da Infra-estrutura rodoviária

LOCALIDADE BENEFICIADA: Município de Davinópolis

ESFERA ORÇAMENTÁRIA: 1 - Fiscal

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA PRETENDIDA: 18101 – Secretária de Estado de Infra-estrutura

FUNCIONAL PROGRAMÁTICA: 26782014129500000

SUBTÍTULO: 2950 – Conservação de rodovias

ESPECIFICAÇÃO/UNIDADE: Recuperar e conservar trecho de estrada vicinal

QUANTIDADE: 15 km

FONTE: 101

GND:444051

MODALIDADE DE APLICAÇÃO: 40

VALOR: R\$ 150.000

INCISO: 49

ÁREA DE GOVERNO: Saúde

TIPO DE REALIZAÇÃO: Apoio à estruturação de unidades de atenção especializadas em saúde

MODALIDADE: Ampliar e Reformar

PROGRAMA: 145 – Saúde Dez

LOCALIDADE BENEFICIADA: Município de Itinga

ESFERA ORÇAMENTÁRIA: 2 - Seguridade

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA PRETENDIDA: 21901 – FES – Unidade Central

FUNCIONAL PROGRAMÁTICA: 10302014521530000

SUBTÍTULO: 2153 – Assistência médica, qualificada e gratuita

ESPECIFICAÇÃO/UNIDADE: Ampliar e reformar Hospital

QUANTIDADE: 1 Unidade

FONTE: 121

GND: 449051

MODALIDADE DE APLICAÇÃO: 90

VALOR: R\$ 200.000

INCISO: 50

ÁREA DE GOVERNO: Saúde

TIPO DE REALIZAÇÃO: Saneamento –Água Bairros e Povoados

MODALIDADE: Implantar sistema

PROGRAMA: 164 - SANESTADO

LOCALIDADE BENEFICIADA: Município de Paulino Neves

ESFERA ORÇAMENTÁRIA: 2 - Seguridade

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA PRETENDIDA: 21901 – FES – Unidade Central

FUNCIONAL PROGRAMÁTICA: 17511016416990000

SUBTÍTULO: 1699 – Projeto sanear

ESPECIFICAÇÃO/UNIDADE: Implantar sistema de abastecimento d'água na Comunidade Angelim

QUANTIDADE: 1 Unidade

FONTE: 121

GND: 449051

MODALIDADE DE APLICAÇÃO:90
VALOR: R\$ 75.000

INCISO: 51

ÁREA DE GOVERNO: Infra-estrutura
TIPO DE REALIZAÇÃO: Ação de infra-estrutura urbana
MODALIDADE: Construir espaço
PROGRAMA: 137 - Construção e melhoramento urbano
LOCALIDADE BENEFICIADA: Município Paço do Lumiar
ESFERA ORÇAMENTÁRIA: 1 - Fiscal
UNIDADE ORÇAMENTÁRIA PRETENDIDA: 18101 – Sec. de Estado de Infra-estrutura
FUNCIONAL PROGRAMÁTICA: 15451013710890000
SUBTÍTULO: 1089 – Construção e melhoramento de logradouro públicos
ESPECIFICAÇÃO/UNIDADE: Construir abrigo de ônibus
QUANTIDADE: 25 Unidades
FONTE: 101
GND: 449051
MODALIDADE DE APLICAÇÃO: 90
VALOR: R\$ 45.000

INCISO: 52

ÁREA DE GOVERNO: Saúde
TIPO DE REALIZAÇÃO: Ung/Emerg/ Pronto Socorro
MODALIDADE: Adquirir Unidade
PROGRAMA: 145 – Saúde Dez
LOCALIDADE BENEFICIADA: Município de Apicum - Açú
ESFERA ORÇAMENTÁRIA: 2 - Seguridade
UNIDADE ORÇAMENTÁRIA PRETENDIDA: 21901 – FES – Unidade Central
FUNCIONAL PROGRAMÁTICA: 10302014521530000
SUBTÍTULO: 2153 – Assistência Médica, qualificada e gratuita
ESPECIFICAÇÃO/UNIDADE: Adquirir ambulância devidamente equipada
QUANTIDADE: 1 Unidade
FONTE: 121
GND: 444052
MODALIDADE DE APLICAÇÃO: 40
VALOR: R\$ 60.000

INCISO: 53

ÁREA DE GOVERNO: Saúde
TIPO DE REALIZAÇÃO: Atenção Urg/Emerg . Ponto Socorro
MODALIDADE: Adquirir Unidade
PROGRAMA: 145 – Saúde Dez
LOCALIDADE BENEFICIADA: Município de Bom Jesus das Selvas
ESFERA ORÇAMENTÁRIA: 2 - seguridade
UNIDADE ORÇAMENTÁRIA PRETENDIDA: 21901 – FES – Unidade Central
FUNCIONAL PROGRAMÁTICA: 10302014521530000
SUBTÍTULO: 2153 – Assistência médica, qualificada e gratuita
ESPECIFICAÇÃO/UNIDADE: Adquirir ambulância devidamente equipada
QUANTIDADE: 1 Unidade
FONTE: 121
GND: 444052
MODALIDADE DE APLICAÇÃO: 40
VALOR: R\$ 60.000

INCISO: 54

ÁREA DE GOVERNO: Infra-estrutura
TIPO DE REALIZAÇÃO: Infra-estrutura urbana
MODALIDADE: Pavimentar vias
PROGRAMA: 127 – Construção melhoramento de equipamentos urbanos
LOCALIDADE BENEFICIADA: Município de Feira Nova

ESFERA ORÇAMENTÁRIA: 1 - Fiscal
UNIDADE ORÇAMENTÁRIA PRETENDIDA: 18101 – Sec. de Estado de Infra-estrutura
FUNCIONAL PROGRAMÁTICA: 15451013716710000
SUBTÍTULO: 1671 – Implantação de pavimentação de vias urbanas
ESPECIFICAÇÃO/UNIDADE: Pavimentar vias (calçamento)
QUANTIDADE: 2 km
FONTE: 101
GND: 449051
MODALIDADE DE APLICAÇÃO: 90
VALOR: R\$ 80.000

INCISO: 55

ÁREA DE GOVERNO: Infra-estrutura
TIPO DE REALIZAÇÃO: Infra-estrutura urbana
MODALIDADE: Pavimentar vias
PROGRAMA: 137- Construção melhoramento de equipamentos urbanos
LOCALIDADE BENEFICIADA: Município de Barreirinhas
ESFERA ORÇAMENTÁRIA: 1- Fiscal
UNIDADE ORÇAMENTÁRIA PRETENDIDA:18101 – Sec. de Estado de Infra-estrutura
FUNCIONAL PROGRAMÁTICA:15451013716710000
SUBTÍTULO: 1671 – Implantação e pavimentação de vias urbanas
ESPECIFICAÇÃO/UNIDADE: Pavimentar vias (Calçamento)
QUANTIDADE: 2 Km
FONTE:101
GND:449551
MODALIDADE DE APLICAÇÃO:90
VALOR: R\$ 80.000

INCISO: 56

ÁREA DE GOVERNO: Infra-estrutura
TIPO DE REALIZAÇÃO: Infra-estrutura Urbana
MODALIDADE: Pavimentar vias
PROGRAMA:137- Construção e melhoramento de equipamentos urbanos
LOCALIDADE BENEFICIADA: Município de Paulino Neves
ESFERA ORÇAMENTÁRIA: 1- Fiscal
UNIDADE ORÇAMENTÁRIA PRETENDIDA: 18101 – Sec. de Estado de Infra-estrutura
FUNCIONAL PROGRAMÁTICA:15451013716710000
SUBTÍTULO:1671 – Implantação e pavimentação de vias urbanas
ESPECIFICAÇÃO/UNIDADE: Pavimentar vias (Calçamento)
QUANTIDADE: 2,5 Km
FONTE: 101
GND: 449051
MODALIDADE DE APLICAÇÃO: 90
VALOR: R\$ 100.000

INCISO: 57

ÁREA DE GOVERNO: Educação
TIPO DE REALIZAÇÃO: Apoio ao Desenvolvimento do Ensino Fundamental
MODALIDADE: Construir salas
PROGRAMA: 109 – Universalização do Ensino Médio Fundamental
LOCALIDADE BENEFICIADA: Município de Bacabal
ESFERA ORÇAMENTÁRIA: 1 Fiscal
UNIDADE ORÇAMENTÁRIA PRETENDIDA: 17101 – Sec. de Estado de Educação
FUNCIONAL PROGRAMÁTICA: 12361010917250000
SUBTÍTULO: 1725 – Expansão da Rede Física Escolar do Ensino Fundamental
ESPECIFICAÇÃO/UNIDADE: Construir sala de aula no Bairro Trizidela Velha
QUANTIDADE: 8 Unidade
FONTE: 105

GND:444051
 MODALIDADE DE APLICAÇÃO: 40
 VALOR: R\$ 147.423

INCISO: 58
 ÁREA DE GOVERNO: Saúde
 TIPO DE REALIZAÇÃO: Saneamento/água/bairro e povoado
 MODALIDADE: Implantar sistemas
 PROGRAMA: 164 - SANESTADO
 LOCALIDADE BENEFICIADA: Município de Bacabal
 ESFERA ORÇAMENTÁRIA: 2- Seguridade
 UNIDADE ORÇAMENTÁRIA PRETENDIDA: 21901- FES-
 unidade central
 FUNCIONAL PROGRAMÁTICA: 17511016416990000
 SUBTÍTULO: 1699 – Projeto sanear
 ESPECIFICAÇÃO/UNIDADE: Implantar sistema simplificados de
 abastecimento d'água no povoado de Alto Alegre do Acelino
 QUANTIDADE: uma unidade
 FONTE: 121
 GND:444051
 MODALIDADE DE APLICAÇÃO: 40
 VALOR: R\$ 73.503

INCISO: 59
 ÁREA DE GOVERNO: Saúde
 TIPO DE REALIZAÇÃO: Atensão urg/emerg. – Pronto socorro
 MODALIDADE: Adquirir Unidade
 PROGRAMA: 145 – Saúde Dez
 LOCALIDADE BENEFICIADA: Município de Bacabal
 ESFERA ORÇAMENTÁRIA: 2 - Seguridade
 UNIDADE ORÇAMENTÁRIA PRETENDIDA: 21901 – FES –
 Unidade Central
 FUNCIONAL PROGRAMÁTICA: 10302014521530000
 SUBTÍTULO: 2153 – Assistência Médica, Qualificada e Gratuita
 ESPECIFICAÇÃO/UNIDADE: Adquirir ambulância devidamente
 equipada
 QUANTIDADE: 1 unidade
 FONTE: 121
 GND: 444052
 MODALIDADE DE APLICAÇÃO: 40
 VALOR: R\$ 78.010

INCISO: 60
 ÁREA DE GOVERNO: Infra-estrutura
 TIPO DE REALIZAÇÃO: Infra-estrutura rural
 MODALIDADE: Restaurar rodovias
 PROGRAMA:141- Ampliação – conservação da infra-estrutura
 rodoviária
 LOCALIDADE BENEFICIADA: Município de Bacabal
 ESFERA ORÇAMENTÁRIA: 1 - Fiscal
 UNIDADE ORÇAMENTÁRIA PRETENDIDA:18101 – Sec. de
 Estado de Infra-estrutura
 FUNCIONAL PROGRAMÁTICA: 26782014114260000
 SUBTÍTULO: 1426 – Restauração de rodovias
 ESPECIFICAÇÃO/UNIDADE: Restaurar trecho entre o Povoado
 Brejinho e Alto Alegre do Acelino
 QUANTIDADE: 8 km
 FONTE: 101
 GND:444051
 MODALIDADE DE APLICAÇÃO:40
 VALOR: R\$ 72.772

INCISO: 61
 ÁREA DE GOVERNO: Infra estrutura
 TIPO DE REALIZAÇÃO: Infra-estrutura Rural
 MODALIDADE: Restaurar rodovias

PROGRAMA: 141 – Ampliação/conservação da infra-estrutura
 rodoviária
 LOCALIDADE BENEFICIADA: Município de Bacabal
 ESFERA ORÇAMENTÁRIA: 1- Fiscal
 UNIDADE ORÇAMENTÁRIA PRETENDIDA:18101 – Sec de
 Estado de Infra-estrutura
 FUNCIONAL PROGRAMÁTICA:26782014114260000
 SUBTÍTULO:1426- Restauração de rodovias
 ESPECIFICAÇÃO/UNIDADE: Restaurar trecho entre os povoados
 de Aldeia e Brejinho
 QUANTIDADE: 6 Km
 FONTE: 101
 GND: 444051
 MODALIDADE DE APLICAÇÃO: 40
 VALOR: R\$ 54.580

INCISO: 62
 ÁREA DE GOVERNO: Educação
 TIPO DE REALIZAÇÃO: Apoio ao Desenvolvimento do Ensino
 Fundamental
 MODALIDADE: Construir Sala
 PROGRAMA:101 – Universalização do Ensino Fundamental
 LOCALIDADE BENEFICIADA: Município de Bacabal
 ESFERA ORÇAMENTÁRIA: 1- Fiscal
 UNIDADE ORÇAMENTÁRIA PRETENDIDA: 17101 – Sec. de
 Educação
 FUNCIONAL PROGRAMÁTICA: 12361010917250000
 SUBTÍTULO:1725 – Expansão da Rede Física Escolar do Ensino
 Fundamental
 ESPECIFICAÇÃO/UNIDADE: Construir sala de aula no Povoado
 Canarana
 QUANTIDADE: 2 Unidade
 FONTE: 105
 GND: 444051
 MODALIDADE DE APLICAÇÃO:40
 VALOR: R\$ 36.856

INCISO: 63
 ÁREA DE GOVERNO: Educação
 TIPO DE REALIZAÇÃO: Apoio ao desenvolvimento do ensino
 fundamental
 MODALIDADE: Construir sala
 PROGRAMA: 109 – Universalização do Ensino Fundamental
 LOCALIDADE BENEFICIADA: Município de Bacabal
 ESPERA ORÇAMENTÁRIA: 1- Fiscal
 UNIDADE ORÇAMENTÁRIA PRETENDIDA: 17101- Sec. de
 Educação
 FUNCIONAL PROGRAMÁTICA:12361010917250000
 SUBTÍTULO:1725 – Expansão da rede física escolar do ensino
 fundamental
 ESPECIFICAÇÃO/UNIDADE: Construir salas de aula no povoado
 Bambu Velho
 QUANTIDADE: 2
 FONTE: 105
 GND:444051
 MODALIDADE DE APLICAÇÃO:40
 VALOR: R\$ 36.856

INCISO: 64
 ÁREA DE GOVERNO: Infra- Estrutura
 TIPO DE REALIZAÇÃO: Ação de Infra-estrutura urbana
 MODALIDADE: Pavimentar vias
 PROGRAMA:137 – Construção e melhoramento de equipamentos
 urbanos
 LOCALIDADE BENEFICIADA: Município de Cajari
 ESPERA ORÇAMENTÁRIA: 1- Fiscal

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA PRETENDIDA:18101- Sec de Estado de Infra-estrutura
 FUNCIONAL PROGRAMÁTICA:15451013716710000
 SUBTÍTULO: 1671- Implantação e pavimentação de vias urbanas
 ESPECIFICAÇÃO/UNIDADE: Pavimentar vias (Calçamento)
 QUANTIDADE: 2,5 Km
 FONTE: 101
 GND:444051
 MODALIDADE DE APLICAÇÃO:40
 VALOR: R\$ 80.000

INCISO: 65
 ÁREA DE GOVERNO: Infra-estrutura
 TIPO DE REALIZAÇÃO: Ação de infra-estrutura urbana
 MODALIDADE: Pavimentar vias
 PROGRAMA:137- Construção e melhoramento de equipamentos urbanos
 LOCALIDADE BENEFICIADA: Município de Olinda Nova do Maranhão
 ESFERA ORÇAMENTÁRIA: 1- Fiscal
 UNIDADE ORÇAMENTÁRIA PRETENDIDA: 18101-Sec. de Estado de Infra-estrutura
 FUNCIONAL PROGRAMÁTICA: 15451013716710000
 SUBTÍTULO:1671- Implantação e pavimentação de vias urbanas
 ESPECIFICAÇÃO/UNIDADE: Pavimentar vias (Calçamento)
 QUANTIDADE: 2 Km
 FONTE: 101
 GND: 444051
 MODALIDADE DE APLICAÇÃO: 40
 VALOR: R\$ 60.000

INCISO: 66
 ÁREA DE GOVERNO: Infra-estrutura
 TIPO DE REALIZAÇÃO: Ação de Infra-estrutura urbana
 MODALIDADE: Pavimentar vias
 PROGRAMA: 137- Construção e melhoramento de equipamento urbano
 LOCALIDADE BENEFICIADA: Município de Vitória do Mearim
 ESFERA ORÇAMENTÁRIA: 1- Fiscal
 UNIDADE ORÇAMENTÁRIA PRETENDIDA: 18101 – Sec, de Estado de Infra-estrutura
 FUNCIONAL PROGRAMÁTICA:15451013716710000
 SUBTÍTULO: 1671-Implantação e pavimentação de vias urbanas
 ESPECIFICAÇÃO/UNIDADE: Pavimentar vias (Calçamento)
 QUANTIDADE: 2,5 Km
 FONTE:101
 GND:444051
 MODALIDADE DE APLICAÇÃO: 40
 VALOR: R\$ 80.000

INCISO: 67
 ÁREA DE GOVERNO: Infra-estrutura
 TIPO DE REALIZAÇÃO: Ação de infra-estrutura urbana
 MODALIDADE: Pavimentar vias
 PROGRAMA: 137- Construção e melhoramento de equipamentos urbanos
 LOCALIDADE BENEFICIADA: Município de Bacurituba
 ESFERA ORÇAMENTÁRIA:1- Fiscal
 UNIDADE ORÇAMENTÁRIA PRETENDIDA: 18101- Sec, de Estado de Infra-estrutura
 FUNCIONAL PROGRAMÁTICA: 15451013716710000
 SUBTÍTULO: 1671 – Implantação e pavimentação de vias urbanas
 ESPECIFICAÇÃO/UNIDADE: Pavimentar vias (Calçamento)
 QUANTIDADE: 1,5 Km
 FONTE: 101
 GND:444051
 MODALIDADE DE APLICAÇÃO: 40

VALOR: R\$ 50.000

INCISO: 68
 ÁREA DE GOVERNO: Infra-estrutura
 TIPO DE REALIZAÇÃO: Transportes
 MODALIDADE: Construir trecho
 PROGRAMA:141-ampliação/conservação da Infra-estrutura Rodoviária
 LOCALIDADE BENEFICIADA: Município de Penalva
 ESPERA ORÇAMENTÁRIA: 1- Fiscal
 UNIDADE ORÇAMENTÁRIA PRETENDIDA: 18101 – Sec. de Estado de Infra-estrutura
 FUNCIONAL PROGRAMÁTICA: 26782014116760000
 SUBTÍTULO: 1676 Construção de rodovias
 ESPECIFICAÇÃO/UNIDADE: Construir trecho de estrada vicinal, na zona rural do Município
 QUANTIDADE: 2,5 km
 FONTE: 101
 GND: 444051
 MODALIDADE DE APLICAÇÃO: 40
 VALOR: R\$ 80.000

INCISO: 69
 ÁREA DE GOVERNO: Saúde
 TIPO DE REALIZAÇÃO: Saneamento – Água Bairros e Povoados
 MODALIDADE: Implantar sistemas
 PROGRAMA: 164 - SANESTADO
 LOCALIDADE BENEFICIADA: Município de Viana
 ESPERA ORÇAMENTÁRIA: 2 - Seguridade
 UNIDADE ORÇAMENTÁRIA PRETENDIDA: 21901 – FES – Unidade Central
 FUNCIONAL PROGRAMÁTICA: 17511016416990000
 SUBTÍTULO: 1699 – Projeto Sanear
 ESPECIFICAÇÃO/UNIDADE: Implantar sistema simplificado de abastecimento d'água no Povoado Sacaitana
 QUANTIDADE: 1 Unidade
 FONTE: 121
 GND: 444051
 MODALIDADE DE APLICAÇÃO: 40
 VALOR: R\$ 75.000

INCISO: 70
 ÁREA DE GOVERNO Saúde:
 TIPO DE REALIZAÇÃO: Saneamento Águas Bairros e Povoados
 MODALIDADE: Implantar sistemas
 PROGRAMA: 164 - SANESTADO
 LOCALIDADE BENEFICIADA: Município de Matinha
 ESPERA ORÇAMENTÁRIA: 2 - Seguridade
 UNIDADE ORÇAMENTÁRIA PRETENDIDA: 21901 – FES – Unidade Central
 FUNCIONAL PROGRAMÁTICA: 17511016416990000
 SUBTÍTULO: 1699 - Projeto Sanear
 ESPECIFICAÇÃO/UNIDADE: Implantar simplificado de abastecimento d'água no povoado de São Filipe
 QUANTIDADE: 1 - Unidade
 FONTE: 121
 GND: 444051
 MODALIDADE DE APLICAÇÃO: 40
 VALOR: R\$ 75.000

INCISO: 71
 ÁREA DE GOVERNO: Infra-estrutura
 TIPO DE REALIZAÇÃO: Transportes
 MODALIDADE: Restaurar vias
 PROGRAMA: 141 – Ampliação / conservação da infra-estrutura rodoviária
 LOCALIDADE BENEFICIADA: Município de Governador Archer

ESFERA ORÇAMENTÁRIA: 1 - Fiscal
 UNIDADE ORÇAMENTÁRIA PRETENDIDA: 18101 – Sec. de Estado de Infra-estrutura
 FUNCIONAL PROGRAMÁTICA: 26782014114260000
 SUBTÍTULO: 1426 – Restauração de rodovias
 ESPECIFICAÇÃO/UNIDADE: Restaurar trecho de estrada vicinal, na zona rural do Município
 QUANTIDADE: 8 km
 FONTE: 101
 GND: 444051
 MODALIDADE DE APLICAÇÃO: 40
 VALOR: R\$ 80.000

INCISO: 72
 ÁREA DE GOVERNO: Infra-estrutura
 TIPO DE REALIZAÇÃO: Transportes
 MODALIDADE: Restaurar vias
 PROGRAMA: 141 – Ampliação / conservação da infra-estrutura rodoviária
 LOCALIDADE BENEFICIADA: Município de São Bento
 ESFERA ORÇAMENTÁRIA: 1 - Fiscal
 UNIDADE ORÇAMENTÁRIA PRETENDIDA: 18101 – Sec. de Estado de Infra-estrutura
 FUNCIONAL PROGRAMÁTICA: 26782014114260000
 SUBTÍTULO: 1426 – Restauração de rodovias
 ESPECIFICAÇÃO/UNIDADE: Restaurar trecho de estrada vicinal, na zona rural do Município
 QUANTIDADE: 8 km
 FONTE: 101
 GND: 444051
 MODALIDADE DE APLICAÇÃO: 40
 VALOR: R\$ 80.000

INCISO: 73
 ÁREA DE GOVERNO: Infra-estrutura
 TIPO DE REALIZAÇÃO: Transportes
 MODALIDADE: Restaurar vias
 PROGRAMA: 141 – Ampliação / conservação da infra-estrutura rodoviária
 LOCALIDADE BENEFICIADA: Município de Tutóia
 ESFERA ORÇAMENTÁRIA: 1 - Fiscal
 UNIDADE ORÇAMENTÁRIA PRETENDIDA: 18101 – Sec. de Estado de Infra-estrutura
 FUNCIONAL PROGRAMÁTICA: 26782014114260000
 SUBTÍTULO: 1426 – Restauração de vias
 ESPECIFICAÇÃO/UNIDADE: Restaurar trecho de estrada vicinal, na zona rural do Município
 QUANTIDADE: 8 km
 FONTE: 101
 GND: 444051
 MODALIDADE DE APLICAÇÃO: 40
 VALOR: R\$ 100.000

INCISO: 74
 ÁREA DE GOVERNO: Infra-estrutura
 TIPO DE REALIZAÇÃO: Transportes
 MODALIDADE: Restaurar vias
 PROGRAMA: 141 – Ampliação / conservação da infra-estrutura rodoviária
 LOCALIDADE BENEFICIADA: Município de Anajatuba
 ESFERA ORÇAMENTÁRIA: 1 - Fiscal
 UNIDADE ORÇAMENTÁRIA PRETENDIDA: 18101 – Sec. de Estado de Infra-estrutura
 FUNCIONAL PROGRAMÁTICA: 26782014114260000
 SUBTÍTULO: 1426 – Restauração de vias
 ESPECIFICAÇÃO/UNIDADE: Restaurar trecho de estrada vicinal, na zona rural do Município

QUANTIDADE: 8 km
 FONTE: 101
 GND: 444051
 MODALIDADE DE APLICAÇÃO: 40
 VALOR: R\$ 80.000

INCISO: 75
 ÁREA DE GOVERNO: Infra-estrutura
 TIPO DE REALIZAÇÃO: Restaurar vias
 MODALIDADE: Transportes
 PROGRAMA: 141 – Ampliação / conservação da infra-estrutura rodoviária
 LOCALIDADE BENEFICIADA: Município de Monção
 ESFERA ORÇAMENTÁRIA: 1 - Fiscal
 UNIDADE ORÇAMENTÁRIA PRETENDIDA: 18101 – Sec. de Estado de Infra-estrutura
 FUNCIONAL PROGRAMÁTICA: 26782014114260000
 SUBTÍTULO: 1426 – Restauração de rodovias
 ESPECIFICAÇÃO/UNIDADE: Restaurar trecho de estrada vicinal, na zona rural do Município
 QUANTIDADE: 8 km
 FONTE: 101
 GND: 444051
 MODALIDADE DE APLICAÇÃO: 40
 VALOR: R\$ 80.000

INCISO: 76
 ÁREA DE GOVERNO: Infra-estrutura
 TIPO DE REALIZAÇÃO: Transportes
 MODALIDADE: Restauração de vias
 PROGRAMA: 141 – Ampliação / conservação da infra-estrutura rodoviária
 LOCALIDADE BENEFICIADA: Município de Coroatá
 ESFERA ORÇAMENTÁRIA: 1 - Fiscal
 UNIDADE ORÇAMENTÁRIA PRETENDIDA: 18101 – Sec. de Estado de Infra-estrutura
 FUNCIONAL PROGRAMÁTICA: 26782014114260000
 SUBTÍTULO: 1426 – Restauração de rodovias
 ESPECIFICAÇÃO/UNIDADE: Restaurar trecho de estrada vicinal, na zona rural do Município
 QUANTIDADE: 10 km
 FONTE: 101
 GND: 444051
 MODALIDADE DE APLICAÇÃO: 40
 VALOR: R\$ 80.000

INCISO: 77
 ÁREA DE GOVERNO: Infra-estrutura
 TIPO DE REALIZAÇÃO: Ação de Infra-estrutura urbana
 MODALIDADE: Manter espaços
 PROGRAMA: 137 – Construção e melhoramento de equipamentos urbanos
 LOCALIDADE BENEFICIADA: Município de São Luís
 ESFERA ORÇAMENTÁRIA: 1 - Fiscal
 UNIDADE ORÇAMENTÁRIA PRETENDIDA: 18101 – Sec. de Estado de Infra-estrutura
 FUNCIONAL PROGRAMÁTICA: 15451013728560000
 SUBTÍTULO: 2856 – Manutenção de logradouros públicos
 ESPECIFICAÇÃO/UNIDADE: Manter espaços requalificados do Estádio Nhozinho Santos
 QUANTIDADE: 1 Unidade
 FONTE: 101
 GND: 444051
 MODALIDADE DE APLICAÇÃO: 40
 VALOR: R\$ 50.000

INCISO: 78

ÁREA DE GOVERNO: Infra-estrutura
TIPO DE REALIZAÇÃO: Transportes
MODALIDADE: Construir trecho
PROGRAMA: 141 – Ampliação / Conservação de infra-estrutura rodoviária
LOCALIDADE BENEFICIADA: Município de Carolina
ESFERA ORÇAMENTÁRIA: 1 - Fiscal
UNIDADE ORÇAMENTÁRIA PRETENDIDA: 18101 – Sec. de Estado de Infra-estrutura
FUNCIONAL PROGRAMÁTICA: 26782014116760000
SUBTÍTULO: 1676 – Construção de rodovias
ESPECIFICAÇÃO/UNIDADE: Construção trecho de estrada vicinal, na zona rural do Município
QUANTIDADE: 5 km
FONTE: 101
GND: 444051
MODALIDADE DE APLICAÇÃO: 40
VALOR: R\$ 100.000

INCISO: 79
ÁREA DE GOVERNO: Infra-estrutura
TIPO DE REALIZAÇÃO: Transportes
MODALIDADE: Construir trecho
PROGRAMA: 141 – Ampliação / conservação de infra-estrutura rodoviária
LOCALIDADE BENEFICIADA: Município de Itapecuru-Mirim
ESFERA ORÇAMENTÁRIA: 1 - Fiscal
UNIDADE ORÇAMENTÁRIA PRETENDIDA: 18101 – Sec. de Estado de Infra-estrutura
FUNCIONAL PROGRAMÁTICA: 26782014116760000
SUBTÍTULO: 1676 – Construção de rodovias
ESPECIFICAÇÃO/UNIDADE: Construir trecho de estrada vicinal, na zona rural do Município
QUANTIDADE: 4 km
FONTE: 101
GND: 444051
MODALIDADE DE APLICAÇÃO: 40
VALOR: R\$ 75.000

INCISO: 80
ÁREA DE GOVERNO: Infra-estrutura
TIPO DE REALIZAÇÃO: Transportes
MODALIDADE: Construir trecho
PROGRAMA: 141 – Ampliação / conservação de infra-estrutura rodoviária
LOCALIDADE BENEFICIADA: Município de Turiaçu
ESFERA ORÇAMENTÁRIA: 1 - Fiscal
UNIDADE ORÇAMENTÁRIA PRETENDIDA: 18101 – Sec. de Estado de Infra-estrutura
FUNCIONAL PROGRAMÁTICA: 26782014116760000
SUBTÍTULO: 1676 – Construção de rodovias
ESPECIFICAÇÃO/UNIDADE: Construir trecho de estrada vicinal, na zona rural do Município
QUANTIDADE: 4 km
FONTE: 101
GND: 444051
MODALIDADE DE APLICAÇÃO: 40
VALOR: R\$ 75.000

INCISO: 81
ÁREA DE GOVERNO: Saúde
TIPO DE REALIZAÇÃO: Saneamento – Água: Bairros e Povoados
MODALIDADE: Implantar sistema
PROGRAMA: 164 - SANESTADO
LOCALIDADE BENEFICIADA: Município de Cedral
ESFERA ORÇAMENTÁRIA: Segurança

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA PRETENDIDA: 21901 – FES – Unidade Central
FUNCIONAL PROGRAMÁTICA: 17511016416990000
SUBTÍTULO: 1699 – Projeto Sanear
ESPECIFICAÇÃO/UNIDADE: Implantar sistema simplificado de abastecimento d'água
QUANTIDADE: 1 Unidade
FONTE: 121
GND: 444051
MODALIDADE DE APLICAÇÃO: 40
VALOR: R\$ 50.000

INCISO: 82
ÁREA DE GOVERNO: Saúde
TIPO DE REALIZAÇÃO: Saneamento – Água: Bairros e Povoados
MODALIDADE: Implantar sistemas
PROGRAMA: 164 - SANESTADO
LOCALIDADE BENEFICIADA: Município de Coroatá
ESFERA ORÇAMENTÁRIA: Segurança
UNIDADE ORÇAMENTÁRIA PRETENDIDA: 21901 – FES – Unidade Central
FUNCIONAL PROGRAMÁTICA: 17511016416990000
SUBTÍTULO: 1699 – Projeto Sanear
ESPECIFICAÇÃO/UNIDADE: Implantar sistema simplificado de abastecimento d'água
QUANTIDADE: 1 Unidade
FONTE: 121
GND: 444051
MODALIDADE DE APLICAÇÃO: 40
VALOR: R\$ 100.000

INCISO: 83
ÁREA DE GOVERNO: Saúde
TIPO DE REALIZAÇÃO: Apoio à estruturação de Unidades de Atenção Especializada em Saúde
MODALIDADE: Equipar Hospital
PROGRAMA: 145 – Saúde Dez
LOCALIDADE BENEFICIADA: Município de Cedral
ESFERA ORÇAMENTÁRIA: Segurança
UNIDADE ORÇAMENTÁRIA PRETENDIDA: 21901 – FES – Unidade Central
FUNCIONAL PROGRAMÁTICA: 10302014521530000
SUBTÍTULO: 2153 – Assistência médica, qualificada e gratuita
ESPECIFICAÇÃO/UNIDADE: Equipar Unidade Hospitalar
QUANTIDADE: 1 Unidade
FONTE: 121
GND: 444052
MODALIDADE DE APLICAÇÃO: 40
VALOR: R\$ 20.000

INCISO: 84
ÁREA DE GOVERNO: Infra-estrutura
TIPO DE REALIZAÇÃO: Ação de Infra-estrutura urbana
MODALIDADE: Urbanizar
PROGRAMA: 137 – Construção e melhoria de equipamentos urbanos
LOCALIDADE BENEFICIADA: Município de Cedral
ESFERA ORÇAMENTÁRIA: 1 - Fiscal
UNIDADE ORÇAMENTÁRIA PRETENDIDA: 18101 – Sec. de Estado de Infra-estrutura
FUNCIONAL PROGRAMÁTICA: 15451013716710000
SUBTÍTULO: 1671 – Implantação e pavimentação de vias urbanas
ESPECIFICAÇÃO/UNIDADE: Construir meio fio e sarjetas
QUANTIDADE: 2 km
FONTE: 101
GND: 444051
MODALIDADE DE APLICAÇÃO: 40
VALOR: R\$ 30.000

INCISO: 85
ÁREA DE GOVERNO: Justiça e Cidadania
TIPO DE REALIZAÇÃO: Conselho de Defesa dos Direitos Humanos
MODALIDADE: Instalar Conselho
PROGRAMA: 310 – Gestão da Política de Justiça e Cidadania
LOCALIDADE BENEFICIADA: Município de São Luís
ESFERA ORÇAMENTÁRIA: 1 – Fiscal
FUNCIONAL PROGRAMÁTICA: 14122031026600000
UNIDADE ORÇAMENTÁRIA PRETENDIDA: 46101 – Sec. de Estado de Justiça e Cidadania
SUBTÍTULO: 2660 – Apoio à Administração Pública
ESPECIFICAÇÃO/UNIDADE: Instalar e colocar em funcionamento o Conselho de Defesa dos Direitos Humanos
QUANTIDADE: 1 Unidade
FONTE: 101
GND: 339039
MODALIDADE DE APLICAÇÃO: 90
VALOR: R\$ 70.072

INCISO: 86
ÁREA DE GOVERNO: Saúde
TIPO DE REALIZAÇÃO: Saneamento / Água: Bairros e Povoados
MODALIDADE: Perfuras poço Artesiano
PROGRAMA: 164 - SANESTADO
LOCALIDADE BENEFICIADA: Município de Penalva
ESFERA ORÇAMENTÁRIA: 2 - Segurança
UNIDADE ORÇAMENTÁRIA PRETENDIDA: 21901 – FES – Unidade Central
FUNCIONAL PROGRAMÁTICA: 17511016416990000
SUBTÍTULO: 1699- Projeto Sanear
ESPECIFICAÇÃO/UNIDADE: Perfurar poço artesiano, na zona rural do Município
QUANTIDADE: 1 Unidade
FONTE: 121
GND: 444051
MODALIDADE DE APLICAÇÃO: 40
VALOR: R\$ 40.000

INCISO: 87
ÁREA DE GOVERNO: Saúde
TIPO DE REALIZAÇÃO: Saneamento – Água: Bairros e Povoados
MODALIDADE: Implantar sistemas
PROGRAMA: 164 - SANESTADO
LOCALIDADE BENEFICIADA: Município de São José de Ribamar
ESFERA ORÇAMENTÁRIA: 2 - Segurança
UNIDADE ORÇAMENTÁRIA PRETENDIDA: 21901 – FES – Unidade Central
FUNCIONAL PROGRAMÁTICA: 17511016416990000
SUBTÍTULO: 1699 – Projeto Sanear
ESPECIFICAÇÃO/UNIDADE: Implantar sistema simplificado de abastecimento d'água
QUANTIDADE: 1 Unidade
FONTE: 121
GND: 444051
MODALIDADE DE APLICAÇÃO: 40
VALOR: R\$ 75.000

INCISO: 88
ÁREA DE GOVERNO: Saúde
TIPO DE REALIZAÇÃO: Saneamento – Água: Bairros e Povoados
MODALIDADE: Perfurar poço artesiano
PROGRAMA: 164 - SANESTADO
LOCALIDADE BENEFICIADA: Município de Viana
ESFERA ORÇAMENTÁRIA: 2 - Segurança
UNIDADE ORÇAMENTÁRIA PRETENDIDA: 21901 – FES – Unidade Central

FUNCIONAL PROGRAMÁTICA: 17511016416990000
SUBTÍTULO: 1699 – Projeto Sanear
ESPECIFICAÇÃO/UNIDADE: Perfurar poço artesiano, na zona rural do Município
QUANTIDADE: 1 Unidade
FONTE: 121
GND: 444051
MODALIDADE DE APLICAÇÃO: 40
VALOR: R\$ 75.000

INCISO: 89
ÁREA DE GOVERNO: Infra-estrutura
TIPO DE REALIZAÇÃO: Transportes
MODALIDADE: Construir prédio
PROGRAMA: 141 – Ampliação / conservação de infra-estrutura rodoviária
LOCALIDADE BENEFICIADA: Município de Barão de Grajaú
ESFERA ORÇAMENTÁRIA: 1 - Fiscal
UNIDADE ORÇAMENTÁRIA PRETENDIDA: 18101 – Sec. de Estado de Infra-estrutura
FUNCIONAL PROGRAMÁTICA: 15452013710980000
SUBTÍTULO: 1098 – Construção e melhoramentos de prédios públicos
ESPECIFICAÇÃO/UNIDADE: Construir estação rodoviária
QUANTIDADE: 1 Unidade
FONTE: 101
GND: 444051
MODALIDADE DE APLICAÇÃO: 40
VALOR: R\$ 100.000

INCISO: 90
ÁREA DE GOVERNO: Educação
TIPO DE REALIZAÇÃO: Apoio ao Desenvolvimento do Ensino Fundamental
MODALIDADE: Construir Sala
PROGRAMA: 109 – Universalização do Ensino Fundamental
LOCALIDADE BENEFICIADA: Município de Araiões
ESFERA ORÇAMENTÁRIA: 1 - Fiscal
UNIDADE ORÇAMENTÁRIA PRETENDIDA: 17101 – Sec. de Estado de Educação
FUNCIONAL PROGRAMÁTICA: 12361010917250000
SUBTÍTULO: 1725 – Expansão da rede física escolar do Ensino Fundamental
ESPECIFICAÇÃO/UNIDADE: Construir sala de aula
QUANTIDADE: 4
FONTE: 105
GND: 444051
MODALIDADE DE APLICAÇÃO: 40
VALOR: R\$ 80.000

INCISO: 91
ÁREA DE GOVERNO: Infra-estrutura
TIPO DE REALIZAÇÃO: Ponte
MODALIDADE: Instalar pontão
PROGRAMA: 141 – Ampliação / conservação de infra-estrutura rodoviária
LOCALIDADE BENEFICIADA: Município de Nina Rodrigues
ESFERA ORÇAMENTÁRIA: 1 - Fiscal
UNIDADE ORÇAMENTÁRIA PRETENDIDA: 18101 – Sec. de Estado de Infra-estrutura
FUNCIONAL PROGRAMÁTICA: 26782014117100000
SUBTÍTULO: 1710 – Construção de Pontes
ESPECIFICAÇÃO/UNIDADE: Instalar pontão (ponte móvel) no rio Munim
QUANTIDADE: 1 Unidade
FONTE: 101
GND: 444051
MODALIDADE DE APLICAÇÃO: 40

VALOR: R\$ 90.000

INCISO: 92

ÁREA DE GOVERNO: Saúde

TIPO DE REALIZAÇÃO: Atenção Básica – Postos / Centros de Saúde

MODALIDADE: Aparelhar Hospital

PROGRAMA: 145 – Saúde Dez

LOCALIDADE BENEFICIADA: Município de São Luís

ESFERA ORÇAMENTÁRIA: 2 - Seguridade

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA PRETENDIDA: 21901 – FES – Unidade Central

FUNCIONAL PROGRAMÁTICA: 10302014521530000

SUBTÍTULO: 2153 – Assistência médica qualificada e gratuita

ESPECIFICAÇÃO/UNIDADE: Aparelhar o Hospital Adenora Belo

QUANTIDADE: 1 Unidade

FONTE: 121

GND: 449052

MODALIDADE DE APLICAÇÃO: 90

VALOR: R\$ 40.000

INCISO: 93

ÁREA DE GOVERNO: Infra-estrutura

TIPO DE REALIZAÇÃO: Transportes

MODALIDADE: Construir trecho

PROGRAMA: 141 – Ampliação / conservação da infra-estrutura rodoviária

LOCALIDADE BENEFICIADA: Município de Maranhãozinho

ESFERA ORÇAMENTÁRIA: 1 - Fiscal

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA PRETENDIDA: 18101 – Sec. de Estado de Infra-estrutura

FUNCIONAL PROGRAMÁTICA: 26782014116760000

SUBTÍTULO: 1676 – Construção de rodovias

ESPECIFICAÇÃO/UNIDADE Construir trecho de estrada vicinal, na zona rural do Município

QUANTIDADE: 2,5 km

FONTE: 101

GND: 444051

MODALIDADE DE APLICAÇÃO: 40

VALOR: R\$ 50.000

INCISO: 94

ÁREA DE GOVERNO: Infra-estrutura

TIPO DE REALIZAÇÃO: Transportes

MODALIDADE: Conservar trecho

PROGRAMA: 141 – Ampliação/Conservação da infra-estrutura rodoviária

LOCALIDADE BENEFICIADA: Município de Itinga

ESFERA ORÇAMENTÁRIA: 1 - Fiscal

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA PRETENDIDA: 18101 – Sec. de Estado de Infra-estrutura

FUNCIONAL PROGRAMÁTICA: 26782014129500000

SUBTÍTULO: 2950 – Conservação de rodovias

ESPECIFICAÇÃO/UNIDADE: Conservar trecho de estrada vicinal, na zona rural do Município

QUANTIDADE: 8 km

FONTE: 101

GND: 444051

MODALIDADE DE APLICAÇÃO: 40

VALOR: R\$ 65.000

INCISO: 95

ÁREA DE GOVERNO: Saúde

TIPO DE REALIZAÇÃO: Saneamento – Água: Bairros e Povoados

MODALIDADE: Implantar sistemas

PROGRAMA: 164 - SANESTADO

LOCALIDADE BENEFICIADA: Município de Centro de Guilherme

ESFERA ORÇAMENTÁRIA: 2 - Seguridade

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA PRETENDIDA: 21901 – FES – Unidade Central

FUNCIONAL PROGRAMÁTICA: 17511016416990000

SUBTÍTULO: 1699 – Projeto Sanear

ESPECIFICAÇÃO/UNIDADE: Implantar sistemas simplificado de abastecimento d'água

QUANTIDADE: 1 Unidade

FONTE: 121

GND: 444051

MODALIDADE DE APLICAÇÃO: 40

VALOR: R\$ 65.000

INCISO: 96

ÁREA DE GOVERNO: Saúde

TIPO DE REALIZAÇÃO: Saneamento – Água: Bairros e Povoados

MODALIDADE: Implantar sistemas

PROGRAMA: 164 - SANESTADO

LOCALIDADE BENEFICIADA: Município de Barreirinhas

ESFERA ORÇAMENTÁRIA: 2 - Seguridade

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA PRETENDIDA: 21901 – FES – Unidade central

FUNCIONAL PROGRAMÁTICA: 17511016416990000

SUBTÍTULO: 1699 – Projeto Sanear

ESPECIFICAÇÃO/UNIDADE: Implantar sistema simplificado de abastecimento d'água

QUANTIDADE: 1 Unidade

FONTE: 121

GND: 444051

MODALIDADE DE APLICAÇÃO: 40

VALOR: R\$ 65.000

INCISO: 97

ÁREA DE GOVERNO: Saúde

TIPO DE REALIZAÇÃO: Saneamento – Água: Bairros e Povoados

MODALIDADE: Implantar sistema

PROGRAMA: 164 - SANESTADO

LOCALIDADE BENEFICIADA: Município de São Bento

ESFERA ORÇAMENTÁRIA: 2 - Seguridade

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA PRETENDIDA: 21901 – FES – Unidade Central

FUNCIONAL PROGRAMÁTICA: 17511016416990000

SUBTÍTULO: 1699 – Projeto Sanear

ESPECIFICAÇÃO/UNIDADE: Implantar sistema simplificado de abastecimento d'água

QUANTIDADE: 1 Unidade

FONTE: 121

GND: 444051

MODALIDADE DE APLICAÇÃO: 40

VALOR: R\$ 65.000

INCISO: 98

ÁREA DE GOVERNO: Saúde

TIPO DE REALIZAÇÃO: Saneamento – Água: Bairros e Povoados

MODALIDADE: Implantar sistemas

PROGRAMA: 164 - SANESTADO

LOCALIDADE BENEFICIADA: Município de Araguañã

ESFERA ORÇAMENTÁRIA: 2 - Seguridade

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA PRETENDIDA: 21901 – FES – Unidade Central

FUNCIONAL PROGRAMÁTICA: 17511016416990000

SUBTÍTULO: 1699 – Projeto Sanear

ESPECIFICAÇÃO/UNIDADE: Implantar sistema simplificado de abastecimento d'água

QUANTIDADE: 1 Unidade

FONTE: 121

GND: 444051

MODALIDADE DE APLICAÇÃO: 40
VALOR: R\$ 65.000

INCISO: 99

ÁREA DE GOVERNO: Saúde
TIPO DE REALIZAÇÃO: Atenção urg/Emerg – Pronto Socorro
MODALIDADE: Adquirir Unidade
PROGRAMA: 145 – Saúde Dez
LOCALIDADE BENEFICIADA: Município de Turiaçu
ESFERA ORÇAMENTÁRIA: 2 - Seguridade
UNIDADE ORÇAMENTÁRIA PRETENDIDA: 21901 – FES – Unidade Central
FUNCIONAL PROGRAMÁTICA: 10302014521530000
SUBTÍTULO: 2153 – Assistência média, qualificada e gratuita
ESPECIFICAÇÃO/UNIDADE: Adquirir ambulância devidamente equipada
QUANTIDADE: 1 Unidade
FONTE: 121
GND: 449052
MODALIDADE DE APLICAÇÃO: 90
VALOR: R\$ 60.000

INCISO: 100

ÁREA DE GOVERNO: Saúde
TIPO DE REALIZAÇÃO: Saneamento - Água: Bairros e Povoados
MODALIDADE: Implantar sistemas
PROGRAMA: 164 - SANESTADO
LOCALIDADE BENEFICIADA: Município de Junco do Maranhão
ESFERA ORÇAMENTÁRIA: 2 - Seguridade
UNIDADE ORÇAMENTÁRIA PRETENDIDA: 21901 – FES – Unidade Central
FUNCIONAL PROGRAMÁTICA: 17511016416990000
SUBTÍTULO: 1699 – Projeto Sanear
ESPECIFICAÇÃO/UNIDADE: Implantar sistema simplificado de abastecimento d'água
QUANTIDADE: 1 Unidade
FONTE: 121
GND: 444051
MODALIDADE DE APLICAÇÃO: 40
VALOR: R\$ 65.000

INCISO: 101

ÁREA DE GOVERNO: Saúde
TIPO DE REALIZAÇÃO: Saneamento - Água: Bairros e Povoados
MODALIDADE: Implantar sistemas
PROGRAMA: 164 - SANESTADO
LOCALIDADE BENEFICIADA: Município de Caxias
ESFERA ORÇAMENTÁRIA: 2 - Seguridade
UNIDADE ORÇAMENTÁRIA PRETENDIDA: 21901 – FES – Unidade Central
FUNCIONAL PROGRAMÁTICA: 17511016416990000
SUBTÍTULO: 1699 – Projeto Sanear
ESPECIFICAÇÃO/UNIDADE: Implantar sistemas simplificados de abastecimento d'água
QUANTIDADE: 2 Unidades
FONTE: 121
GND: 444051
MODALIDADE DE APLICAÇÃO: 40
VALOR: R\$ 150.000

INCISO: 102

ÁREA DE GOVERNO: Saúde
TIPO DE REALIZAÇÃO: Saneamento – Água: Bairros e Povoados
MODALIDADE: Implantar sistemas
PROGRAMA: 161 - SANESTADO
LOCALIDADE BENEFICIADA: Município de Caxias
ESFERA ORÇAMENTÁRIA: 2 - Seguridade

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA PRETENDIDA: 21901 – FES – Unidade Central
FUNCIONAL PROGRAMÁTICA: 17511016416990000
SUBTÍTULO: 1699 – Projeto Sanear
ESPECIFICAÇÃO/UNIDADE: Implantar sistemas simplificados de abastecimento d'água
QUANTIDADE: 2 Unidade
FONTE: 121
GND: 444051
MODALIDADE DE APLICAÇÃO: 40
VALOR: R\$ 150.000

INCISO: 103

ÁREA DE GOVERNO: Saúde
TIPO DE REALIZAÇÃO: Atenção Básica – Postos /Centros de Saúde
MODALIDADE: Aparelhar Hospital
PROGRAMA: 145 – Saúde Dez
LOCALIDADE BENEFICIADA: Município de Caxias
ESFERA ORÇAMENTÁRIA: 2 - Seguridade
UNIDADE ORÇAMENTÁRIA PRETENDIDA: 21 901 – FES – Unidade Central
FUNCIONAL PROGRAMÁTICA: 10302014521530000
SUBTÍTULO: 2153 – Assistência médica qualificada e gratuita
ESPECIFICAÇÃO/UNIDADE: Aparelhar Hospital
QUANTIDADE: 1 Unidade
FONTE: 121
GND: 444052
MODALIDADE DE APLICAÇÃO: 40
VALOR: R\$ 200.000

INCISO: 104

ÁREA DE GOVERNO: Infra-estrutura
TIPO DE REALIZAÇÃO: Ação de infra-estrutura urbana
MODALIDADE: Pavimentar vias
PROGRAMA: 137 – Construção e melhoramento de equipamentos urbanos
LOCALIDADE BENEFICIADA: Município de Alto Alegre do Pindaré
ESFERA ORÇAMENTÁRIA: 1 - Fiscal
UNIDADE ORÇAMENTÁRIA PRETENDIDA: 18101 – Sec. de Estado de Infra-estrutura
FUNCIONAL PROGRAMÁTICA: 15451013716710000
SUBTÍTULO: 1671 – Implantação e pavimentação de vias urbanas
ESPECIFICAÇÃO/UNIDADE: Pavimentar vias (calçamento)
QUANTIDADE: 2 km
FONTE: 101
GND: 444051
MODALIDADE DE APLICAÇÃO: 40
VALOR: R\$ 80.000

INCISO: 105

ÁREA DE GOVERNO: Saúde
TIPO DE REALIZAÇÃO: Saneamento – Água: Bairros e Povoados
MODALIDADE: Implantar sistemas
PROGRAMA: 164 - SANESTADO
LOCALIDADE BENEFICIADA: Município de Arame
ESFERA ORÇAMENTÁRIA: 2 - Seguridade
UNIDADE ORÇAMENTÁRIA PRETENDIDA: 21901 – FES – Unidade Central
FUNCIONAL PROGRAMÁTICA: 17511016416990000
SUBTÍTULO: 1699 – Projeto Sanear
ESPECIFICAÇÃO/UNIDADE: Implantar sistema de abastecimento d'água
QUANTIDADE: 1 Unidade
FONTE: 121
GND: 444051
MODALIDADE DE APLICAÇÃO: 40

VALOR: R\$ 75.000

INCISO: 106
 ÁREA DE GOVERNO: Infra-estrutura
 TIPO DE REALIZAÇÃO: Ação de Infra-estrutura urbana
 MODALIDADE: Pavimentar vias
 PROGRAMA: 137 – Construção e melhoramento de equipamentos urbanos
 LOCALIDADE BENEFICIADA: Município de Tufilândia
 ESFERA ORÇAMENTÁRIA: 1 - Fiscal
 UNIDADE ORÇAMENTÁRIA PRETENDIDA: 18101 – Sec. de Estado de Infra-estrutura
 FUNCIONAL PROGRAMÁTICA: 15451013716710000
 SUBTÍTULO: 1671 – Implantação e pavimentação de vias urbanas
 ESPECIFICAÇÃO/UNIDADE: Pavimentar vias (calçamento)
 QUANTIDADE: 2 km
 FONTE: 101
 GND: 444051
 MODALIDADE DE APLICAÇÃO: 40
 VALOR: R\$ 80.000

INCISO: 107
 ÁREA DE GOVERNO: Saúde
 TIPO DE REALIZAÇÃO: Saneamento – Água: Bairros e Povoados
 MODALIDADE: Implantar sistemas
 PROGRAMA: 164 - SANESTADO
 LOCALIDADE BENEFICIADA: Município de Santa Luzia
 ESFERA ORÇAMENTÁRIA: 2 - Seguridade
 UNIDADE ORÇAMENTÁRIA PRETENDIDA: 21901 – FES – Unidade Central
 FUNCIONAL PROGRAMÁTICA: 17511016416990000
 SUBTÍTULO: 1699 – Projeto Sanear
 ESPECIFICAÇÃO/UNIDADE: Implantar sistema simplificado de abastecimento d'água
 QUANTIDADE: 1 - Unidade
 FONTE: 121
 GND: 444051
 MODALIDADE DE APLICAÇÃO: 40
 VALOR: R\$ 100.000

INCISO: 108
 ÁREA DE GOVERNO: Infra-estrutura
 TIPO DE REALIZAÇÃO: Ação de Infra-estrutura urbana
 MODALIDADE: Pavimentar vias
 PROGRAMA: 137 – Construção e melhoramento de equipamentos urbanos
 LOCALIDADE BENEFICIADA: Município de Santa Luzia
 ESFERA ORÇAMENTÁRIA: 1 - Fiscal
 UNIDADE ORÇAMENTÁRIA PRETENDIDA: 18101 – Sec. de Estado de Infra-estrutura
 FUNCIONAL PROGRAMÁTICA: 15451013716710000
 SUBTÍTULO: 1671 – Implantação e pavimentação de vias urbanas
 ESPECIFICAÇÃO/UNIDADE: Pavimentar vias (calçamento)
 QUANTIDADE: 4 km
 FONTE: 101
 GND: 444051
 MODALIDADE DE APLICAÇÃO: 40
 VALOR: R\$ 165.000

INCISO: 109
 ÁREA DE GOVERNO: Saúde
 TIPO DE REALIZAÇÃO: Atenção Urg/Emerg. – Pronto Socorro
 MODALIDADE: Adquirir Unidade
 PROGRAMA: 145 – Saúde Dez
 LOCALIDADE BENEFICIADA: Município de Sucupira do Riachão
 ESFERA ORÇAMENTÁRIA: 2 - Seguridade

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA PRETENDIDA: 21901 – FES – Unidade Central
 FUNCIONAL PROGRAMÁTICA: 10302014521530000
 SUBTÍTULO: 2153 – Assistência médica, qualificada e gratuita
 ESPECIFICAÇÃO/UNIDADE: 1 Unidade
 FONTE: 121
 GND: 449052
 MODALIDADE DE APLICAÇÃO: 90
 VALOR: R\$ 60.000

INCISO: 110
 ÁREA DE GOVERNO: Infra-estrutura
 TIPO DE REALIZAÇÃO: Infra-estrutura urbana
 MODALIDADE: Pavimentar vias
 PROGRAMA: 137 – Construção e melhoramento de equipamentos urbanos
 LOCALIDADE BENEFICIADA: Município de São João dos Patos
 ESFERA ORÇAMENTÁRIA: 1 - Fiscal
 UNIDADE ORÇAMENTÁRIA PRETENDIDA: 18102 – Sec. de Estado de Infra-estrutura
 FUNCIONAL PROGRAMÁTICA: 15451013716710000
 SUBTÍTULO: 1671 – Implantação e pavimentação de vias urbanas
 ESPECIFICAÇÃO/UNIDADE: Pavimentar vias (calçamento)
 QUANTIDADE: 2 km
 FONTE: 101
 GND: 444051
 MODALIDADE DE APLICAÇÃO: 40
 VALOR: R\$ 80.000

INCISO: 111
 ÁREA DE GOVERNO: Infra-estrutura
 TIPO DE REALIZAÇÃO: Ponte
 MODALIDADE: Instalar pontão
 PROGRAMA: 141 – Ampliação / conservação da infra-estrutura rodoviária
 LOCALIDADE BENEFICIADA: Município de Santa Rita
 ESFERA ORÇAMENTÁRIA: 1 - Fiscal
 UNIDADE ORÇAMENTÁRIA PRETENDIDA: 18101 – Sec. de Estado de Infra-estrutura
 FUNCIONAL PROGRAMÁTICA: 26782014117100000
 SUBTÍTULO: 1710 – Construção de pontes
 ESPECIFICAÇÃO/UNIDADE: Instalar pontão (ponte móvel) no rio Itapecuru
 QUANTIDADE: 1 Unidade
 FONTE: 101
 GND: 449051
 MODALIDADE DE APLICAÇÃO: 90
 VALOR: R\$ 100.000

INCISO: 112
 ÁREA DE GOVERNO: Infra-estrutura
 TIPO DE REALIZAÇÃO: Ponte
 MODALIDADE: Construir ponte
 PROGRAMA: 141 – Ampliação / conservação da infra-estrutura rodoviária
 LOCALIDADE BENEFICIADA: Município de Zé Doca
 ESFERA ORÇAMENTÁRIA: 1 - Fiscal
 UNIDADE ORÇAMENTÁRIA PRETENDIDA: 18101 – Sec. de Estado de Infra-estrutura
 FUNCIONAL PROGRAMÁTICA: 26782014117100000
 SUBTÍTULO: 1710 – Construção de pontes
 ESPECIFICAÇÃO/UNIDADE: Construção de ponte sobre o rio do sangue
 QUANTIDADE: 2 Unidades
 FONTE: 101
 GND: 444051
 MODALIDADE DE APLICAÇÃO: 40

VALOR: R\$ 60.000

INCISO: 113

ÁREA DE GOVERNO: Infra-estrutura

TIPO DE REALIZAÇÃO: Transporte

MODALIDADE: Construir trecho

PROGRAMA: 141 – Ampliação/ conservação da infra-estrutura rodoviária

LOCALIDADE BENEFICIADA: Município de Santa Rita

ESFERA ORÇAMENTÁRIA: 1 - Fiscal

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA PRETENDIDA: 18101 – Sec. de Estado de Infra-estrutura

FUNCIONAL PROGRAMÁTICA: 26782014116760000

SUBTÍTULO: 1676 – Construção de rodovias

ESPECIFICAÇÃO/UNIDADE: Construir trecho de estrada vicinal, ligando os Povoados de Veneza e Santa Barbara

QUANTIDADE: 5 km

FONTE: 101

GND: 449051

MODALIDADE DE APLICAÇÃO: 90

VALOR: R\$ 100.000

INCISO: 114

ÁREA DE GOVERNO: Infra-estrutura

TIPO DE REALIZAÇÃO: Transportes

MODALIDADE: Construir trecho

PROGRAMA: 141 – Ampliação/conservação da infra-estrutura rodoviária

LOCALIDADE BENEFICIADA: Município de Itapecuru - Mirim

ESFERA ORÇAMENTÁRIA: 1 - Fiscal

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA PRETENDIDA: 18101 – Sec. de Estado de Infra-estrutura

FUNCIONAL PROGRAMÁTICA: 26782014116760000

SUBTÍTULO: 1676 – Construção de rodovias

ESPECIFICAÇÃO/UNIDADE: Construir trecho de estrada vicinal, ligando os Povoados de Santo Antônio a Santa Luzia

QUANTIDADE: 5 km

FONTE: 101

GND: 449051

MODALIDADE DE APLICAÇÃO: 90

VALOR: R\$ 100.000

INCISO: 115

ÁREA DE GOVERNO: Infra-estrutura

TIPO DE REALIZAÇÃO: Transportes

MODALIDADE: Restaurar trecho

PROGRAMA: 141 – Ampliação / Município de Pio XII

ESFERA ORÇAMENTÁRIA: 1 - Fiscal

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA PRETENDIDA: 18101 – Sec. de Estado de Infra-estrutura

FUNCIONAL PROGRAMÁTICA: 26782014114260000

SUBTÍTULO: 1426 – Restauração de rodovias

ESPECIFICAÇÃO/UNIDADE: Restaurar trecho de estrada vicinal, na zona rural do Município

QUANTIDADE: 7,5 km

FONTE: 101

GND: 444051

MODALIDADE DE APLICAÇÃO: 40

VALOR: R\$ 75.000

INCISO: 116

ÁREA DE GOVERNO: Infra-estrutura

TIPO DE REALIZAÇÃO: Transportes

MODALIDADE: Restaurar trecho

PROGRAMA: 141 – Ampliação / conservação de infra-estrutura rodoviária

LOCALIDADE BENEFICIADA: Município de Olho D'água das Cunhãs

ESFERA ORÇAMENTÁRIA: 1 - Fiscal

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA PRETENDIDA: 18101 – Sec. de Estado de Infra-estrutura

FUNCIONAL PROGRAMÁTICA: 26782014114260000

SUBTÍTULO: 1426 – Restauração de rodovias

ESPECIFICAÇÃO/UNIDADE: Restaurar trecho de estrada vicinal, na zona rural do Município

QUANTIDADE: 7,5 km

FONTE: 101

GND: 444051

MODALIDADE DE APLICAÇÃO: 40

VALOR: R\$ 75.000

INCISO: 117

ÁREA DE GOVERNO: Infra-estrutura

TIPO DE REALIZAÇÃO: Transportes

MODALIDADE: Restaurar trecho

PROGRAMA: : 141 – Ampliação / conservação da infra-estrutura rodoviária

LOCALIDADE BENEFICIADA: Município de Primeira Cruz

ESFERA ORÇAMENTÁRIA: 1 - Fiscal

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA PRETENDIDA: 18101 – Sec. de Estado de Infra-estrutura

FUNCIONAL PROGRAMÁTICA: 26782014114260000

SUBTÍTULO: 1426 – Restauração de rodovias

ESPECIFICAÇÃO/UNIDADE: Restaurar trecho de estrada vicinal, na zona rural do Município

QUANTIDADE: 5 km

FONTE: 101

GND: 444051

MODALIDADE DE APLICAÇÃO: 40

VALOR: R\$ 50.000

INCISO:118

ÁREA DE GOVERNO: Infra-estrutura

TIPO DE REALIZAÇÃO: Transportes

MODALIDADE: Restaurar trecho

PROGRAMA: 141 – Ampliação / conservação da infra-estrutura rodoviária

LOCALIDADE BENEFICIADA: Município de Matinha

ESFERA ORÇAMENTÁRIA: 1 - Fiscal

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA PRETENDIDA: 18101 – Sec. de Estado de Infra-estrutura

FUNCIONAL PROGRAMÁTICA: 26782014114260000

SUBTÍTULO: 1426 – Restauração de rodovias

ESPECIFICAÇÃO/UNIDADE: Restaurar trecho de estrada vicinal, na zona rural do Município

QUANTIDADE: 5 km

FONTE: 101

GND: 444051

MODALIDADE DE APLICAÇÃO: 40

VALOR: R\$ 50.000

INCISO: 119

ÁREA DE GOVERNO: Infra-estrutura

TIPO DE REALIZAÇÃO: Transportes

MODALIDADE: Restaurar trecho

PROGRAMA: 141 – Ampliação / conservação da infra-estrutura rodoviária

LOCALIDADE BENEFICIADA: Município de Satubinha

ESFERA ORÇAMENTÁRIA: 1 - Fiscal

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA PRETENDIDA: 18101 – Sec. de Estado de Infra-estrutura

FUNCIONAL PROGRAMÁTICA: 26782014114260000

SUBTÍTULO: 1426 – Restauração de rodovias

ESPECIFICAÇÃO/UNIDADE: Restaurar trecho de estrada vicinal, na zona rural do Município
QUANTIDADE: 5 km
FONTE: 101
GND: 444051
MODALIDADE DE APLICAÇÃO: 40
VALOR: R\$ 50.000

INCISO: 120
ÁREA DE GOVERNO: Infra-estrutura
TIPO DE REALIZAÇÃO: Transportes
MODALIDADE: Restaurar trecho
PROGRAMA: 141 – Ampliação / conservação da infra-estrutura rodoviária
LOCALIDADE BENEFICIADA: Município de Paço do Lumiar
ESFERA ORÇAMENTÁRIA: 1 - Fiscal
UNIDADE ORÇAMENTÁRIA PRETENDIDA: 18101 – Sec. de Estado de Infra-estrutura
FUNCIONAL PROGRAMÁTICA: 26782014114260000
SUBTÍTULO: 1426 – Restauração de rodovias
ESPECIFICAÇÃO/UNIDADE: Restaurar trecho de estrada vicinal, na zona rural do Município
QUANTIDADE: 5 km
FONTE: 101
GND: 444051
MODALIDADE DE APLICAÇÃO: 40
VALOR: R\$ 50.000

INCISO: 121
ÁREA DE GOVERNO: Infra-estrutura
TIPO DE REALIZAÇÃO: Transportes
MODALIDADE: Restaurar trecho
PROGRAMA: 141 – Ampliação / conservação da infra-estrutura rodoviária
LOCALIDADE BENEFICIADA: Município de Vitorino Freire
ESFERA ORÇAMENTÁRIA: 1 - Fiscal
UNIDADE ORÇAMENTÁRIA PRETENDIDA: 18101 – Sec. de Estado de Infra-estrutura
FUNCIONAL PROGRAMÁTICA: 26782014114260000
SUBTÍTULO: 1426 – Restauração de rodovias
ESPECIFICAÇÃO/UNIDADE: Restaurar trecho de estrada vicinal, na zona rural do Município
QUANTIDADE: 7,5 km
FONTE: 101
GND: 444051
MODALIDADE DE APLICAÇÃO: 40
VALOR: R\$ 75.000

INCISO: 122
ÁREA DE GOVERNO: Infra-estrutura
TIPO DE REALIZAÇÃO: Transportes
MODALIDADE: Restaurar trecho
PROGRAMA: 141 – Ampliação / conservação da infra-estrutura rodoviária
LOCALIDADE BENEFICIADA: Município de São Domingos
ESFERA ORÇAMENTÁRIA: 1 - Fiscal
UNIDADE ORÇAMENTÁRIA PRETENDIDA: 18101 – Sec. de Estado de Infra-estrutura
FUNCIONAL PROGRAMÁTICA: 26782014114260000
SUBTÍTULO: 1426 – Restauração de rodovias
ESPECIFICAÇÃO/UNIDADE: Restaurar trecho de estrada vicinal, na zona rural do Município
QUANTIDADE: 7,5 km
FONTE: 101
GND: 444051
MODALIDADE DE APLICAÇÃO: 40
VALOR: R\$ 75.000

INCISO: 123
ÁREA DE GOVERNO: Infra-estrutura
TIPO DE REALIZAÇÃO: Ação de infra-estrutura urbana
MODALIDADE: Pavimentar vias
PROGRAMA: 137 – Construção e melhoria de equipamentos urbanos
LOCALIDADE BENEFICIADA: Município de Igarapé do Meio
ESFERA ORÇAMENTÁRIA: 1 - Fiscal
UNIDADE ORÇAMENTÁRIA PRETENDIDA: 18101 – Sec. de Estado de Infra-estrutura
FUNCIONAL PROGRAMÁTICA: 15451013716710000
SUBTÍTULO: 1671 – Implantação e pavimentação de vias urbanas
ESPECIFICAÇÃO/UNIDADE: Pavimentar vias (calçamento), no Bairro Novo
QUANTIDADE: 2 km
FONTE: 101
GND: 444051
MODALIDADE DE APLICAÇÃO: 40
VALOR: R\$ 80.000

INCISO: 124
ÁREA DE GOVERNO: Infra-estrutura
TIPO DE REALIZAÇÃO: Ação de infra-estrutura urbana
MODALIDADE: Urbanizar vias
PROGRAMA: 137 – Construção e melhoria de equipamentos urbanos
LOCALIDADE BENEFICIADA: Município de Axixá
ESFERA ORÇAMENTÁRIA: 1 - Fiscal
UNIDADE ORÇAMENTÁRIA PRETENDIDA: 18101 – Sec. de Estado de Infra-estrutura
FUNCIONAL PROGRAMÁTICA: 15451013716710000
SUBTÍTULO: 1671 – Implantação e pavimentação de vias urbanas
ESPECIFICAÇÃO/UNIDADE: Urbanizar Avenida José Sarney
QUANTIDADE: 5 km
FONTE: 101
GND: 444051
MODALIDADE DE APLICAÇÃO: 40
VALOR: R\$ 200.000

INCISO: 125
ÁREA DE GOVERNO: Infra-estrutura
TIPO DE REALIZAÇÃO: Transportes
MODALIDADE: Restaurar trecho
PROGRAMA: 141 – Ampliação / conservação da infra-estrutura rodoviária
LOCALIDADE BENEFICIADA: Município de Icatú
ESFERA ORÇAMENTÁRIA: 1 - Fiscal
UNIDADE ORÇAMENTÁRIA PRETENDIDA: 18101 – Sec. de Estado de Infra-estrutura
FUNCIONAL PROGRAMÁTICA: 26782014114260000
SUBTÍTULO: 1426 – Restauração de rodovias
ESPECIFICAÇÃO/UNIDADE: Restaurar trecho de estrada vicinal, na zona rural do Município
QUANTIDADE: 14 km
FONTE: 101
GND: 444051
MODALIDADE DE APLICAÇÃO: 40
VALOR: R\$ 140.000

INCISO: 126
ÁREA DE GOVERNO: Educação
TIPO DE REALIZAÇÃO: Apoio ao Desenvolvimento do Ensino Fundamental
MODALIDADE: Adquirir veículo
PROGRAMA: 109 – Universalização do Ensino Fundamental
LOCALIDADE BENEFICIADA: Município de Pirapemas
ESFERA ORÇAMENTÁRIA: 1 - Fiscal

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA PRETENDIDA: 17101 – Sec. de Estado da Educação
 FUNCIONAL PROGRAMÁTICA: 12361010926690000
 SUBTÍTULO: 2669 – Maranhão na Escola
 ESPECIFICAÇÃO/UNIDADE: Adquirir transporte escolar (ônibus)
 QUANTIDADE: 1 Unidade
 FONTE: 105
 GND: 444052
 MODALIDADE DE APLICAÇÃO: 40
 VALOR: R\$ 80.000

INCISO: 127
 ÁREA DE GOVERNO: Infra-estrutura
 TIPO DE REALIZAÇÃO: Ação de infra-estrutura urbana
 MODALIDADE: Pavimentar vias
 PROGRAMA: 137 – Construção e melhoria de equipamentos urbanos
 LOCALIDADE BENEFICIADA: Município de Igarapé do Meio
 ESFERA ORÇAMENTÁRIA: 1 - Fiscal
 UNIDADE ORÇAMENTÁRIA PRETENDIDA: 18101 – Sec. de Estado de Infra-estrutura
 FUNCIONAL PROGRAMÁTICA: 15451013716710000
 SUBTÍTULO: 1671 – Implantação e pavimentação de vias urbanas
 ESPECIFICAÇÃO/UNIDADE: Pavimentar vias (Calçamento)
 QUANTIDADE: 2,5km
 FONTE: 101
 GND: 444051
 MODALIDADE DE APLICAÇÃO: 40
 VALOR: R\$ 100.000

INCISO: 128
 ÁREA DE GOVERNO: Infra-estrutura
 TIPO DE REALIZAÇÃO: Ação de Infra-estrutura urbana
 MODALIDADE: Pavimentar vias
 PROGRAMA: 137 – Construção e melhoria de equipamentos urbanos
 LOCALIDADE BENEFICIADA: Município de Maracaçumé
 ESFERA ORÇAMENTÁRIA: 1 - Fiscal
 UNIDADE ORÇAMENTÁRIA PRETENDIDA: 18101 – Sec. de Estado de Infra-estrutura
 FUNCIONAL PROGRAMÁTICA: 15451013716710000
 SUBTÍTULO: 1671 – Implantação e pavimentação de vias urbanas
 ESPECIFICAÇÃO/UNIDADE: Pavimentar vias (Calçamento)
 QUANTIDADE: 1,5 km
 FONTE: 101
 GND: 444051
 MODALIDADE DE APLICAÇÃO: 40
 VALOR: R\$ 50.000

INCISO: 129
 ÁREA DE GOVERNO: Infra-estrutura
 TIPO DE REALIZAÇÃO: Ação de Infra-estrutura urbana
 MODALIDADE: Manter espaços
 PROGRAMA: 137 – Construção e melhoramento de equipamentos urbanos
 LOCALIDADE BENEFICIADA: Município de São Luís
 ESFERA ORÇAMENTÁRIA: 1 - Fiscal
 UNIDADE ORÇAMENTÁRIA PRETENDIDA: 18101 – Sec. de Estado de Infra-estrutura
 FUNCIONAL PROGRAMÁTICA: 15451013728560000
 SUBTÍTULO: 2856 – Manutenção de logradouros públicos
 ESPECIFICAÇÃO/UNIDADE: Manter espaços requalificados no Estádio Nhozinho Santos
 QUANTIDADE: 1 unidade
 FONTE: 101
 GND: 444051
 MODALIDADE DE APLICAÇÃO: 40
 VALOR: R\$ 50.000

INCISO: 130
 ÁREA DE GOVERNO: Infra-estrutura
 TIPO DE REALIZAÇÃO: Ação de Infra-estrutura urbana
 MODALIDADE: Pavimentar Vias
 PROGRAMA: 137 – Construção e melhoria de equipamentos urbanos
 LOCALIDADE BENEFICIADA: Município de São Vicente de Ferrer
 ESFERA ORÇAMENTÁRIA: 1 - Fiscal
 UNIDADE ORÇAMENTÁRIA PRETENDIDA: 18101 – Sec. de Estado de Infra-estrutura
 FUNCIONAL PROGRAMÁTICA: 15451013716710000
 SUBTÍTULO: 1671 – Implantação e pavimentação de vias urbanas
 ESPECIFICAÇÃO/UNIDADE: Pavimentar vias (Calçamento)
 QUANTIDADE: 2,5 km
 FONTE: 101
 GND: 444051
 MODALIDADE DE APLICAÇÃO: 40
 VALOR: R\$ 100.000

INCISO: 131
 ÁREA DE GOVERNO: Infra-estrutura
 TIPO DE REALIZAÇÃO: Ponte
 MODALIDADE: Restaurar ponte
 PROGRAMA: 1041 – Ampliação/conservação da Infra-estrutura rodoviária
 LOCALIDADE BENEFICIADA: Município Vargem Grande
 ESFERA ORÇAMENTÁRIA: 1 - Fiscal
 UNIDADE ORÇAMENTÁRIA PRETENDIDA: 18101 – Sec. de Estado de Infra-estrutura
 FUNCIONAL PROGRAMÁTICA: 26782014117110000
 SUBTÍTULO: 1711 – Restauração de Pontes
 ESPECIFICAÇÃO/UNIDADE: Restaurar ponte de madeira entre os Municípios de Vargem Grande e Nina Rodrigues
 QUANTIDADE: 3 unidades
 FONTE: 101
 GND: 444051
 MODALIDADE DE APLICAÇÃO: 40
 VALOR: R\$ 50.000

INCISO: 132
 ÁREA DE GOVERNO: saúde
 TIPO DE REALIZAÇÃO: Apoio a estruturação de Unidades de Atenção Especializada em saúde
 MODALIDADE: Construir posto de saúde
 PROGRAMA: 145 – Saúde dez
 LOCALIDADE BENEFICIADA: Município de Serrano
 ESFERA ORÇAMENTÁRIA: 2- Seguridade
 UNIDADE ORÇAMENTÁRIA PRETENDIDA: 21901- FES – Unidade Central
 FUNCIONAL PROGRAMÁTICA: 10302014521530000
 SUBTÍTULO: 2153 – Assistência Médica, Qualificada e gratuita
 ESPECIFICAÇÃO/UNIDADE: Construir posto de saúde
 QUANTIDADE: 1 unidade
 FONTE: 121
 GND: 444051
 MODALIDADE DE APLICAÇÃO: 40
 VALOR: R\$ 50.000

INCISO: 133
 ÁREA DE GOVERNO: Infra-estrutura
 TIPO DE REALIZAÇÃO: Transporte
 MODALIDADE: Restaurar Trecho
 PROGRAMA: Ampliação/Conservação da Infra-estrutura
 LOCALIDADE BENEFICIADA: Município de Araisos
 ESFERA ORÇAMENTÁRIA: 1 - Fiscal
 UNIDADE ORÇAMENTÁRIA PRETENDIDA: 18101 – Secretaria de Estado de Infra-estrutura
 FUNCIONAL PROGRAMÁTICA: 26782014114260000

SUBTÍTULO: 1426 Restauração de Rodovias
ESPECIFICAÇÃO/UNIDADE: Restaurar trecho de estrada vicinal entre Aldeia e Ponta Grossa
QUANTIDADE: 5 km
FONTE: 101
GND: 444051
MODALIDADE DE APLICAÇÃO: 40
VALOR: R\$ 50.000

INCISO: 134
ÁREA DE GOVERNO : Saúde
TIPO DE REALIZAÇÃO: Saneamento – Água: bairros e povoados
MODALIDADE: Implantar sistemas
PROGRAMA: SANESTADO
LOCALIDADE BENEFICIADA: Município Lima Campos
ESFERA ORÇAMENTÁRIA: 2 - Segurança
UNIDADE ORÇAMENTÁRIA PRETENDIDA: 2191 – FES – Unidade Central
FUNCIONAL PROGRAMÁTICA: 17511016416990000
SUBTÍTULO: 1699 – Projeto Sanear
ESPECIFICAÇÃO/UNIDADE: Implantar sistemas simplificado de abastecimento d água
QUANTIDADE: 1 unidade
FONTE: 121
GND:444051
MODALIDADE DE APLICAÇÃO :40
VALOR: R\$ 50.000

INCISO: 135
ÁREA DE GOVERNO: Infra-estrutura
TIPO DE REALIZAÇÃO: Transporte
MODALIDADE: Restaurar Vias
PROGRAMA: 141 – Ampliação/Conservação da Infra-estrutura rodovia
LOCALIDADE BENEFICIADA: Município de Cândido Mendes
ESFERA ORÇAMENTÁRIA: 1 - Fiscal
UNIDADE ORÇAMENTÁRIA PRETENDIDA: 18101 – Sec. de Estado de Infra-estrutura
FUNCIONAL PROGRAMÁTICA: 26782014114260000
SUBTÍTULO: 1426 – Restauração de Rodovias
ESPECIFICAÇÃO/UNIDADE: Restaurar trecho de estrada vicinal na zona rural do município
QUANTIDADE: 15 km
FONTE: 101
GND: 444051
MODALIDADE DE APLICAÇÃO: 40
VALOR: R\$ 150.000

INCISO: 136
ÁREA DE GOVERNO: Infra-estrutura
TIPO DE REALIZAÇÃO: Ação de infra-estrutura urbana
MODALIDADE: Manter espaços
PROGRAMA: 137 – Construção e melhoramento urbanos
LOCALIDADE BENEFICIADA: Município de São Luís
ESFERA ORÇAMENTÁRIA: 1 - Fiscal
UNIDADE ORÇAMENTÁRIA PRETENDIDA: 18101 – Sec. de Estado de Infra-estrutura
FUNCIONAL PROGRAMÁTICA: 15451013728560000
SUBTÍTULO: 2856 – Manutenção de logradouros públicos
ESPECIFICAÇÃO/UNIDADE: Manter espaços requalificados do Estádio Nhozinho Santos
QUANTIDADE: 1 unidade
FONTE: 101
GND: 444051
MODALIDADE DE APLICAÇÃO: 40
VALOR: R\$ 50.000

INCISO: 137
ÁREA DE GOVERNO: Infra-estrutura
TIPO DE REALIZAÇÃO: Transporte
MODALIDADE: Restaurar Vias
PROGRAMA: 141 – Ampliação/Conservação da Infra-estrutura rodoviária
LOCALIDADE BENEFICIADA: Município de Matões do Norte
ESFERA ORÇAMENTÁRIA: 1- Fiscal
UNIDADE ORÇAMENTÁRIA PRETENDIDA: 18101 – Sec. de Estado da Infra-estrutura
FUNCIONAL PROGRAMÁTICA: 26782014114260000
SUBTÍTULO: 1426 – Restauração de rodovias
ESPECIFICAÇÃO/UNIDADE: Restaurar trecho de estrada vicinal na zona rural do município
QUANTIDADE: 15 km
FONTE: 101
GND:444051
MODALIDADE DE APLICAÇÃO: 40
VALOR: R\$ 150.000

INCISO: 138
ÁREA DE GOVERNO: infra-estrutura
TIPO DE REALIZAÇÃO: Transporte
MODALIDADE: Restaurar vias
PROGRAMA: 141 – Ampliação conservação da Infra-estrutura rodoviária
LOCALIDADE BENEFICIADA: Município de Buriticupu
ESFERA ORÇAMENTÁRIA: 1 - Fiscal
UNIDADE ORÇAMENTÁRIA PRETENDIDA: 18101 – Sec. de Estado de Infra-estrutura
FUNCIONAL PROGRAMÁTICA: 26782014114260000
SUBTÍTULO: 1426 – Restauração de rodovias
ESPECIFICAÇÃO/UNIDADE: Restaurar trecho de estrada vicinal na zona rural do município
QUANTIDADE: 15 km
FONTE: 101
GND: 444051
MODALIDADE DE APLICAÇÃO: 40
VALOR: R\$ 150.000

INCISO: 139
ÁREA DE GOVERNO: Infra-estrutura
TIPO DE REALIZAÇÃO: Centro de Abastecimento
MODALIDADE: Construir prédios
PROGRAMA: 137- Construção e melhoria de equipamentos urbanos
LOCALIDADE BENEFICIADA: Município de Bacabal
ESFERA ORÇAMENTÁRIA: 1 - Fiscal
UNIDADE ORÇAMENTÁRIA PRETENDIDA: 18101 – Sec. de Estado da Infra-estrutura
FUNCIONAL PROGRAMÁTICA: 15452013710980000
SUBTÍTULO: 1098 – Construção e melhoria de prédios públicos
ESPECIFICAÇÃO/UNIDADE: Construir centro de abastecimento
QUANTIDADE: 700 m2
FONTE: 101
GND:449051
MODALIDADE DE APLICAÇÃO: 90
VALOR: R\$ 320.000

INCISO: 140
ÁREA DE GOVERNO: Educação
TIPO DE REALIZAÇÃO: Apoio ao desenvolvimento da educação especial
MODALIDADE: Adquirir veículos
PROGRAMA: Universalização do ensino fundamental
LOCALIDADE BENEFICIADA: Município de Bacabal
ESFERA ORÇAMENTÁRIA: 1 - Fiscal

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA PRETENDIDA: 17101 – Sec. de Estado da Educação
 FUNCIONAL PROGRAMÁTICA: 12361010926690000
 SUBTÍTULO: 2669 – Maranhão na escola
 ESPECIFICAÇÃO/UNIDADE: Adquire transporte escolar (VAN)
 QUANTIDADE: 1 unidade
 FONTE: 105
 GND: 449052
 MODALIDADE DE APLICAÇÃO: 90
 VALOR: R\$ 60.000

INCISO: 141
 ÁREA DE GOVERNO: Saúde
 TIPO DE REALIZAÇÃO: Atenção Urg/Emerg. – Pronto Socorro
 MODALIDADE: Adquirir unidade
 PROGRAMA: 145 Saúde Dez
 LOCALIDADE BENEFICIADA: Município de Lago Verde
 ESFERA ORÇAMENTÁRIA: 2 - Seguridade
 UNIDADE ORÇAMENTÁRIA PRETENDIDA: 2191 – FES – Unidade Central
 FUNCIONAL PROGRAMÁTICA: 10302014521530000
 SUBTÍTULO: 2153 – Assistência médica qualificada e gratuita
 ESPECIFICAÇÃO/UNIDADE: Adquiri ambulância devidamente equipada
 QUANTIDADE: 1 unidade
 FONTE: 121
 GND: 449052
 MODALIDADE DE APLICAÇÃO: 90
 VALOR: R\$ 60.000

INCISO: 142
 ÁREA DE GOVERNO: Saúde
 TIPO DE REALIZAÇÃO: Atenção Urg./Emerg. Pronto Socorro
 MODALIDADE: Adquiri unidade
 PROGRAMA: 1045 – Saúde dez
 LOCALIDADE BENEFICIADA: Município de São Luiz Gonzaga
 ESFERA ORÇAMENTÁRIA: 2 - Seguridade
 UNIDADE ORÇAMENTÁRIA PRETENDIDA: 2191 – FES – Unidade Central
 FUNCIONAL PROGRAMÁTICA: 10302014521530000
 SUBTÍTULO: 2153 – Assistência médica, qualificada e gratuita
 ESPECIFICAÇÃO/UNIDADE: Adquirir ambulância devidamente equipada
 QUANTIDADE: 1 unidade
 FONTE: 121
 GND: 449052
 MODALIDADE DE APLICAÇÃO: 90
 VALOR: R\$ 60.000

INCISO: 143
 ÁREA DE GOVERNO: Infra-estrutura
 TIPO DE REALIZAÇÃO: Ação de infra-estrutura urbana
 MODALIDADE: Pavimentar vias
 PROGRAMA: 137 – Construção e melhoria de equipamentos urbanos
 LOCALIDADE BENEFICIADA: Município de Pastos Bons
 ESFERA ORÇAMENTÁRIA: 1 - Fiscal
 UNIDADE ORÇAMENTÁRIA PRETENDIDA: 18101 – Sec. de Estado de Infra-estrutura
 FUNCIONAL PROGRAMÁTICA: 15451013716710000
 SUBTÍTULO: 1671 – Implantação e pavimentação de vias urbanas
 ESPECIFICAÇÃO/UNIDADE: Pavimentar vias (Calçamento)
 QUANTIDADE: 2,5 km
 FONTE: 101
 GND: 444051
 MODALIDADE DE APLICAÇÃO: 40
 VALOR: R\$ 100.000

INCISO: 144
 ÁREA DE GOVERNO: Infra-estrutura
 TIPO DE REALIZAÇÃO: Ação de infra-estrutura urbana
 MODALIDADE: Pavimentar vias
 PROGRAMA: 137 – Construção e melhoria de equipamentos urbanos
 LOCALIDADE BENEFICIADA: Município de Cachoeira Grande
 ESFERA ORÇAMENTÁRIA: 1 - Fiscal
 UNIDADE ORÇAMENTÁRIA PRETENDIDA: 18101 – Sec. de Estado de Infra-estrutura
 FUNCIONAL PROGRAMÁTICA: 15451013716710000
 SUBTÍTULO: 1671 – Implantação e pavimentação de vias urbanas
 ESPECIFICAÇÃO/UNIDADE: Pavimentar vias (Calçamento)
 QUANTIDADE: 2,5 km
 FONTE: 101
 GND: 444051
 MODALIDADE DE APLICAÇÃO: 40
 VALOR: R\$ 100.000

INCISO: 145
 ÁREA DE GOVERNO: Infra-estrutura
 TIPO DE REALIZAÇÃO: Ação de infra-estrutura urbana
 MODALIDADE: Pavimentar vias
 PROGRAMA: 137 – Construção e melhoria de equipamentos urbanos
 LOCALIDADE BENEFICIADA: Município de Luís Dominges
 ESFERA ORÇAMENTÁRIA: 1 - Fiscal
 UNIDADE ORÇAMENTÁRIA PRETENDIDA: 18101 – Sec. de Estado de Infra-estrutura
 FUNCIONAL PROGRAMÁTICA: 15451013716710000
 SUBTÍTULO: 1671 – Implantação e pavimentação de vias urbanas
 ESPECIFICAÇÃO/UNIDADE: Pavimentar vias (Calçamento)
 QUANTIDADE: 2,5 km
 FONTE: 101
 GND: 444051
 MODALIDADE DE APLICAÇÃO: 40
 VALOR: R\$ 100.000

INCISO: 146
 ÁREA DE GOVERNO: Infra-estrutura
 TIPO DE REALIZAÇÃO: Ação de Infra-estrutura urbana
 MODALIDADE: Pavimentar vias
 PROGRAMA: 137 – Construção e melhoria de equipamentos urbanos
 LOCALIDADE BENEFICIADA: Município de Santana
 ESFERA ORÇAMENTÁRIA: 1 - Fiscal
 UNIDADE ORÇAMENTÁRIA PRETENDIDA: 18101 – Sec. de Estado de Infra-estrutura
 FUNCIONAL PROGRAMÁTICA: 15451013716710000
 SUBTÍTULO: 1671 – Implantação e pavimentação de vias urbanas
 ESPECIFICAÇÃO/UNIDADE: Pavimentar vias (Calçamento)
 QUANTIDADE: 2,5 km
 FONTE: 101
 GND: 444051
 MODALIDADE DE APLICAÇÃO: 40
 VALOR: R\$ 100.000

INCISO: 147
 ÁREA DE GOVERNO: Infra-estrutura
 TIPO DE REALIZAÇÃO: Ação de infra-estrutura urbana
 MODALIDADE: Pavimentar vias
 PROGRAMA: 137 – Construção e melhoria de equipamentos urbanos
 LOCALIDADE BENEFICIADA: Município de São Bernardo
 ESFERA ORÇAMENTÁRIA: 1 - Fiscal
 UNIDADE ORÇAMENTÁRIA PRETENDIDA: 18101 – Sec. de Estado de Infra-estrutura
 FUNCIONAL PROGRAMÁTICA: 15451013716710000
 SUBTÍTULO: 1671 – Implantação e pavimentação de vias urbanas
 ESPECIFICAÇÃO/UNIDADE: Pavimentar vias (calçamento)
 QUANTIDADE: 2,5 km

FONTE: 101
GND: 444051
MODALIDADE DE APLICAÇÃO: 40
VALOR: R\$ 100.000

INCISO: 148
ÁREA DE GOVERNO: Infra-estrutura
TIPO DE REALIZAÇÃO: Transportes
MODALIDADE: Recuperar vias
PROGRAMA: 141 – Ampliação / conservação da infra-estrutura rodoviária
LOCALIDADE BENEFICIADA: Município de Lago da Pedra
ESFERA ORÇAMENTÁRIA: 1- Fiscal
UNIDADE ORÇAMENTÁRIA PRETENDIDA: 18101 – Sec. de Infra-estrutura
FUNCIONAL PROGRAMÁTICA: 26782014114260000
SUBTÍTULO: 1426 – Restauração de rodovias
ESPECIFICAÇÃO/UNIDADE: Recuperar trecho de estrada vicinal, na zona rural do Município
QUANTIDADE: 15 km
FONTE: 101
GND: 449051
MODALIDADE DE APLICAÇÃO: 90
VALOR: R\$ 125.000

INCISO: 149
ÁREA DE GOVERNO: Saúde
TIPO DE REALIZAÇÃO: Saneamento – Água: Bairros e Povoados
MODALIDADE: Implantar sistema
PROGRAMA: 164 - SANESTADO
LOCALIDADE BENEFICIADA: Município de Lago da Pedra
ESFERA ORÇAMENTÁRIA: 2 - Segurança
UNIDADE ORÇAMENTÁRIA PRETENDIDA: 21901 – FES – Unidade Central
FUNCIONAL PROGRAMÁTICA: 17511016416990000
SUBTÍTULO: 1699 – Projeto Saneamento
ESPECIFICAÇÃO / UNIDADE: Implantar sistema simplificado de abastecimento d'água
QUANTIDADE: 1 Unidade
FONTE: 121
GND: 449051
MODALIDADE DE APLICAÇÃO: 90
VALOR: R\$ 75.000

INCISO: 150
ÁREA DE GOVERNO: Saúde
TIPO DE REALIZAÇÃO: Saneamento – Água: Bairros e Povoados
MODALIDADE: Implantar sistema
PROGRAMA: 164 - SANESTADO
LOCALIDADE BENEFICIADA: Município de Lago Verde
ESFERA ORÇAMENTÁRIA: 2 - Segurança
UNIDADE ORÇAMENTÁRIA PRETENDIDA: 21901 – FES – Unidade Central
FUNCIONAL PROGRAMÁTICA: 17511016416990000
SUBTÍTULO: 1699 – Projeto Saneamento
ESPECIFICAÇÃO/UNIDADE: Implantar sistema simplificado de abastecimento d'água
QUANTIDADE: 1 Unidade
FONTE: 121
GND: 444051
MODALIDADE DE APLICAÇÃO: 40
VALOR: R\$ 50.000

INCISO: 151
ÁREA DE GOVERNO: Saúde
TIPO DE REALIZAÇÃO: Saneamento – Água: Bairros e Povoados
MODALIDADE: Implantar sistemas

PROGRAMA: 164 - SANESTADO
LOCALIDADE BENEFICIADA: Município de Arari
ESFERA ORÇAMENTÁRIA: 2 - Segurança
UNIDADE ORÇAMENTÁRIA PRETENDIDA: 21901 – FES – Unidade Central
FUNCIONAL PROGRAMÁTICA: 17511016416990000
SUBTÍTULO: 1699 – Projeto Saneamento
ESPECIFICAÇÃO/UNIDADE: Implantar sistema simplificado de abastecimento d'água
QUANTIDADE: 1 Unidade
FONTE: 121
GND: 444051
MODALIDADE DE APLICAÇÃO: 40
VALOR: R\$ 100.000

INCISO: 152
ÁREA DE GOVERNO: Saúde
TIPO DE REALIZAÇÃO: Saneamento – Água: Bairros e Povoados
MODALIDADE: Implantar sistema
PROGRAMA: 164 - SANESTADO
LOCALIDADE BENEFICIADA: Município de Guimarães
ESFERA ORÇAMENTÁRIA: 2 - Segurança
UNIDADE ORÇAMENTÁRIA PRETENDIDA: 21901 – FES – Unidade Central
FUNCIONAL PROGRAMÁTICA: 17511016416990000
SUBTÍTULO: 1699 – Projeto Saneamento
ESPECIFICAÇÃO/UNIDADE: Implantar sistema simplificado de abastecimento d'água
QUANTIDADE: 1 Unidade
FONTE: 121
GND: 444051
MODALIDADE DE APLICAÇÃO: 40
VALOR: R\$ 50.000

INCISO: 153
ÁREA DE GOVERNO: Saúde
TIPO DE REALIZAÇÃO: Saneamento – Água: Bairros e Povoados
MODALIDADE: Implantar sistemas
PROGRAMA: 164 - SANESTADO
LOCALIDADE BENEFICIADA: Município de Pirapemas
ESFERA ORÇAMENTÁRIA: 2 - Segurança
UNIDADE ORÇAMENTÁRIA PRETENDIDA: 21901 – FES – Unidade Central
FUNCIONAL PROGRAMÁTICA: 17511016416990000
SUBTÍTULO: 1699 – Projeto saneamento
ESPECIFICAÇÃO/UNIDADE: Implantar sistema simplificado de abastecimento d'água
QUANTIDADE: 1 Unidade
FONTE: 121
GND: 444051
MODALIDADE DE APLICAÇÃO: 40
VALOR: R\$ 50.000

INCISO: 154
ÁREA DE GOVERNO: Saúde
TIPO DE REALIZAÇÃO: Saneamento – Água: Bairros e Povoados
MODALIDADE: Implantar sistemas
PROGRAMA: 164 - SANESTADO
LOCALIDADE BENEFICIADA: Município de Marajá do Sena
ESFERA ORÇAMENTÁRIA: 2 - Segurança
UNIDADE ORÇAMENTÁRIA PRETENDIDA: 21901 – FES – Unidade Central
FUNCIONAL PROGRAMÁTICA: 17511016416990000
SUBTÍTULO: 1699 – Projeto saneamento
ESPECIFICAÇÃO/UNIDADE: Implantar sistema simplificado de abastecimento d'água
QUANTIDADE: 1 Unidade

FONTE: 121
GND: 444051
MODALIDADE DE APLICAÇÃO: 40
VALOR: R\$ 50.000

INCISO: 155
ÁREA DE GOVERNO: Infra-estrutura
TIPO DE REALIZAÇÃO: Ação de Infra-estrutura urbana
MODALIDADE: Pavimentar vias
PROGRAMA: 137 – Construção e melhoramento de equipamentos urbanos
LOCALIDADE BENEFICIADA: Município de Turiaçu
ESFERA ORÇAMENTÁRIA: 1 - Fiscal
UNIDADE ORÇAMENTÁRIA PRETENDIDA: 18101 – Sec. de Estado de Infra-estrutura
FUNCIONAL PROGRAMÁTICA: 15451013716710000
SUBTÍTULO: 1671 – Implantação e pavimentação de vias urbanas
ESPECIFICAÇÃO/UNIDADE: Pavimentar ruas e avenidas (calçamento)
QUANTIDADE: 4,5 km
FONTE: 101
GND: 444051
MODALIDADE DE APLICAÇÃO: 40
VALOR: R\$ 175.000

INCISO: 156
ÁREA DE GOVERNO: Infra-estrutura
TIPO DE REALIZAÇÃO: Ação de Infra-estrutura urbana
MODALIDADE: Pavimentar vias
PROGRAMA: 137 – Construção e melhoramento de equipamentos urbanos
LOCALIDADE BENEFICIADA: Município de Carolina
ESFERA ORÇAMENTÁRIA: 1 - Fiscal
UNIDADE ORÇAMENTÁRIA PRETENDIDA: 18101 – Sec. de Estado de Infra-estrutura
FUNCIONAL PROGRAMÁTICA: 15451013716710000
SUBTÍTULO: 1671 – Implantação e pavimentação de vias urbanas
ESPECIFICAÇÃO/UNIDADE: Pavimentar ruas e avenidas (calçamento)
QUANTIDADE: 4,5 km
FONTE: 101
GND: 444051
MODALIDADE DE APLICAÇÃO: 40
VALOR: R\$ 175.000

INCISO: 157
ÁREA DE GOVERNO: Infra-estrutura
TIPO DE REALIZAÇÃO: Ação de Infra-estrutura urbana
MODALIDADE: Pavimentar vias
PROGRAMA: 137 – Construção e melhoramento de equipamento urbano
LOCALIDADE BENEFICIADA: Município de São Bernardo
ESFERA ORÇAMENTÁRIA: 1 - Fiscal
UNIDADE ORÇAMENTÁRIA PRETENDIDA: 18101 – Sec. de Estado de Infra-estrutura
FUNCIONAL PROGRAMÁTICA: 15451013716710000
SUBTÍTULO: 1671 – Implantação e pavimentação de vias urbanas
ESPECIFICAÇÃO/UNIDADE: Pavimentar ruas e avenidas (calçamento)
QUANTIDADE: 2,5 km
FONTE: 101
GND: 444051
MODALIDADE DE APLICAÇÃO: 40
VALOR: R\$ 100.000

INCISO: 158
ÁREA DE GOVERNO: Infra-estrutura

TIPO DE REALIZAÇÃO: Ação de Infra-estrutura urbana
MODALIDADE: Manter espaços
PROGRAMA: 137 – Construção e melhoramento de equipamentos urbanos
LOCALIDADE BENEFICIADA: Município de São Luís
ESFERA ORÇAMENTÁRIA: 1 - Fiscal
UNIDADE ORÇAMENTÁRIA PRETENDIDA: 18101 – Sec. de Estado de Infra-estrutura
FUNCIONAL PROGRAMÁTICA: 15451013728560000
SUBTÍTULO: 2856 – Manutenção de logradouros públicos
ESPECIFICAÇÃO/UNIDADE: Manter espaços requalificados do Estádio Nhozinho Santos
QUANTIDADE: 1 Unidade
FONTE: 101
GND: 444051
MODALIDADE DE APLICAÇÃO: 40
VALOR: R\$ 50.000

INCISO: 159
ÁREA DE GOVERNO: Infra-estrutura
TIPO DE REALIZAÇÃO: Ação de infra-estrutura urbana
MODALIDADE: Pavimentar vias
PROGRAMA: 137 – Construção e melhoria de equipamentos urbanos
LOCALIDADE BENEFICIADA: Município de Santa Quitéria
ESFERA ORÇAMENTÁRIA: 1 - Fiscal
UNIDADE ORÇAMENTÁRIA PRETENDIDA: 18101 – Sec. de Estado de Infra-estrutura
FUNCIONAL PROGRAMÁTICA: 15451013716710000
SUBTÍTULO: 1671- Implantação e pavimentação de vias urbanas
ESPECIFICAÇÃO/UNIDADE: Pavimentar vias (calçamento)
QUANTIDADE: 2 km
FONTE: 101
GND: 444051
MODALIDADE DE APLICAÇÃO: 40
VALOR: R\$ 70.000

INCISO: 160
ÁREA DE GOVERNO: Infra-estrutura
TIPO DE REALIZAÇÃO: Ação de infra-estrutura urbana
MODALIDADE: Pavimentar vias
PROGRAMA: 137 – Construção e melhoria de equipamentos urbanos
LOCALIDADE BENEFICIADA: Município de Sambaíba
ESFERA ORÇAMENTÁRIA: 1 - Fiscal
UNIDADE ORÇAMENTÁRIA PRETENDIDA: 18101 – Sec. de Estado de Infra-estrutura
FUNCIONAL PROGRAMÁTICA: 15451013716710000
SUBTÍTULO: 1671 – Implantação e pavimentação de vias urbanas
ESPECIFICAÇÃO/UNIDADE: Pavimentar vias (calçamento)
QUANTIDADE: 1,5 km
FONTE: 101
GND: 444051
MODALIDADE DE APLICAÇÃO: 40
VALOR: R\$ 60.000

INCISO: 161
ÁREA DE GOVERNO: Infra-estrutura
TIPO DE REALIZAÇÃO: Ação de infra-estrutura urbana
MODALIDADE: Pavimentar vias
PROGRAMA: 137 – Construção e melhoria de equipamentos urbanos
LOCALIDADE BENEFICIADA: Município de São Domingos do Azeitão
ESFERA ORÇAMENTÁRIA: 1 - Fiscal
UNIDADE ORÇAMENTÁRIA PRETENDIDA: 18101 – Sec. de Estado de Infra-estrutura
FUNCIONAL PROGRAMÁTICA: 15451013716710000
SUBTÍTULO: 1671 – Implantação e pavimentação de vias urbanas
ESPECIFICAÇÃO/UNIDADE: Pavimentar vias (calçamento)

QUANTIDADE: 1,5 km
 FONTE: 101
 GND: 444051
 MODALIDADE DE APLICAÇÃO: 40
 VALOR: R\$ 60.000

INCISO: 162
 ÁREA DE GOVERNO: Infra-estrutura
 TIPO DE REALIZAÇÃO: Ação de infra-estrutura urbana
 MODALIDADE: Pavimentar vias
 PROGRAMA: 137 – Construção e melhoria de equipamentos urbanos
 LOCALIDADE BENEFICIADA: Município de São Benedito do Rio Preto
 ESFERA ORÇAMENTÁRIA: 1 - Fiscal
 UNIDADE ORÇAMENTÁRIA PRETENDIDA: 18101 – Sec. de Estado de Infra-estrutura
 FUNCIONAL PROGRAMÁTICA: 15451013716710000
 SUBTÍTULO: 1671 – Implantação e pavimentação de vias urbanas
 ESPECIFICAÇÃO/UNIDADE: Pavimentar vias (calçamento)
 QUANTIDADE: 1,5 Km
 FONTE: 101
 GND: 444051
 MODALIDADE DE APLICAÇÃO: 40
 VALOR: R\$ 60.000

INCISO: 163
 ÁREA DE GOVERNO: Infra-estrutura
 TIPO DE REALIZAÇÃO: Ação de infra-estrutura urbana
 MODALIDADE: Pavimentar vias
 PROGRAMA: 137 – Construção e melhoria de equipamentos urbanos
 LOCALIDADE BENEFICIADA: Município de São José de Ribamar
 ESFERA ORÇAMENTÁRIA: 1 - Fiscal
 UNIDADE ORÇAMENTÁRIA PRETENDIDA: 18101 – Sec. de Estado de Infra-estrutura
 FUNCIONAL PROGRAMÁTICA: 15451013716710000
 SUBTÍTULO: 1671 – Implantação e pavimentação de vias urbanas
 ESPECIFICAÇÃO/UNIDADE: Pavimentar vias (calçamento)
 QUANTIDADE: 3 km
 FONTE: 101
 GND: 444051
 MODALIDADE DE APLICAÇÃO: 40
 VALOR: R\$ 110.000

INCISO: 164
 ÁREA DE GOVERNO: Infra-estrutura
 TIPO DE REALIZAÇÃO: Ação de infra-estrutura urbana
 MODALIDADE: Pavimentar vias
 PROGRAMA: 137 – Construção e melhoria de equipamentos urbanos
 LOCALIDADE BENEFICIADA: Município de Urbano Santos
 ESFERA ORÇAMENTÁRIA: 1 - Fiscal
 UNIDADE ORÇAMENTÁRIA PRETENDIDA: 18101 – Sec. de Estado de Infra-estrutura
 FUNCIONAL PROGRAMÁTICA: 15451013716710000
 SUBTÍTULO: 1671 – Implantação e pavimentação de vias urbanas
 ESPECIFICAÇÃO/UNIDADE: Pavimentar vias (calçamento)
 QUANTIDADE: 2 km
 FONTE: 101
 GND: 444051
 MODALIDADE DE APLICAÇÃO: 40
 VALOR: R\$ 70.000

INCISO: 165
 ÁREA DE GOVERNO: Infra-estrutura
 TIPO DE REALIZAÇÃO: Ação de infra-estrutura urbana
 MODALIDADE: Pavimentar vias
 PROGRAMA: 137 – Construção e melhoria de equipamentos urbanos
 LOCALIDADE BENEFICIADA: Município de Senador La Roque

ESFERA ORÇAMENTÁRIA: 1 - Fiscal
 UNIDADE ORÇAMENTÁRIA PRETENDIDA: 18101 – Sec. de Estado de Infra-estrutura
 FUNCIONAL PROGRAMÁTICA: 15451013716710000
 SUBTÍTULO: 1671 – Implantação e pavimentação de vias urbanas
 ESPECIFICAÇÃO/UNIDADE: Pavimentar vias (calçamento)
 QUANTIDADE: 2 km
 FONTE: 101
 GND: 444051
 MODALIDADE DE APLICAÇÃO: 40
 VALOR: R\$ 70.000

INCISO: 166
 ÁREA DE GOVERNO: Saúde
 TIPO DE REALIZAÇÃO: Atenção Urg/ Emerg – Pronto Socorro
 MODALIDADE: Adquirir unidade
 PROGRAMA: 145 – Saúde Dez
 LOCALIDADE BENEFICIADA: Município de Presidente Vargas
 ESFERA ORÇAMENTÁRIA: 2 - Seguridade
 UNIDADE ORÇAMENTÁRIA PRETENDIDA: 21901- FES – Unidade Central
 FUNCIONAL PROGRAMÁTICA: 10302014521530000
 SUBTÍTULO: 2153 – Assistência Médica, Qualificada e Gratuita
 ESPECIFICAÇÃO/UNIDADE: Adquirir ambulância devidamente equipada
 QUANTIDADE: 1 Unidade
 FONTE: 121
 GND: 444052
 MODALIDADE DE APLICAÇÃO: 40
 VALOR: R\$ 60.000

INCISO: 167
 ÁREA DE GOVERNO: Saúde
 TIPO DE REALIZAÇÃO: Saneamento – Água: Bairros e Povoados
 MODALIDADE: Implantar sistemas
 PROGRAMA: 164 - SANESTADO
 LOCALIDADE BENEFICIADA: Município de Araiões
 ESFERA ORÇAMENTÁRIA: 2 - Seguridade
 UNIDADE ORÇAMENTÁRIA PRETENDIDA: 21901 – FES – Unidade Central
 FUNCIONAL PROGRAMÁTICA: 17511016416990000
 SUBTÍTULO: 1699 – Projeto Sanear
 ESPECIFICAÇÃO/UNIDADE: Implantar sistema simplificado de abastecimento d'água
 QUANTIDADE: 2 Unidades
 FONTE: 121
 GND: 444051
 MODALIDADE DE APLICAÇÃO: 40
 VALOR: R\$ 140.000

INCISO: 168
 ÁREA DE GOVERNO: Saúde
 TIPO DE REALIZAÇÃO: Saneamento – Água: Bairros e Povoados
 MODALIDADE: Implantar sistemas
 PROGRAMA: 164 - SANESTADO
 LOCALIDADE BENEFICIADA: Município de Presidente Vargas
 ESFERA ORÇAMENTÁRIA: 2 - Seguridade
 UNIDADE ORÇAMENTÁRIA PRETENDIDA: 21901 – FES – Unidade Central
 FUNCIONAL PROGRAMÁTICA: 17511016416990000
 SUBTÍTULO: 1699 – Projeto Sanear
 ESPECIFICAÇÃO/UNIDADE: Implantar sistema simplificado de abastecimento d'água
 QUANTIDADE: 1 Unidade
 FONTE: 121
 GND: 444051
 MODALIDADE DE APLICAÇÃO: 40

VALOR: R\$ 50.000

INCISO: 169

ÁREA DE GOVERNO: Infra-estrutura

TIPO DE REALIZAÇÃO: Ação de infra-estrutura urbana

MODALIDADE: Construir espaços

PROGRAMA: 137 – Construção e melhoramento de equipamentos urbanos

LOCALIDADE BENEFICIADA: Município de Chapadinha

ESFERA ORÇAMENTÁRIA: 1 - Fiscal

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA PRETENDIDA: 18101 – Sec. de Estado de Infra-estrutura

FUNCIONAL PROGRAMÁTICA: 15451013710890000

SUBTÍTULO: 1089 – Construção e melhoramentos de logradouros públicos

ESPECIFICAÇÃO/UNIDADE: Concluir Ginásio Esportivos

QUANTIDADE: 1 Unidade

FONTE: 101

GND: 444051

MODALIDADE DE APLICAÇÃO: 40

VALOR: R\$ 250.000

INCISO: 170

ÁREA DE GOVERNO: Saúde

TIPO DE REALIZAÇÃO: Saneamento – Água: Bairros e Povoados

MODALIDADE: Implantar sistemas

PROGRAMA: 164 - SANESTADO

LOCALIDADE BENEFICIADA: Município de Carutapera

ESFERA ORÇAMENTÁRIA: 2 - Seguridade

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA PRETENDIDA: 21901 – FES – Unidade Central

FUNCIONAL PROGRAMÁTICA: 17511016416990000

SUBTÍTULO: 1699 – Projeto Sanear

ESPECIFICAÇÃO/UNIDADE: Implantar sistemas simplificado de abastecimento d'água

QUANTIDADE: 1 Unidade

FONTE: 121

GND: 449051

MODALIDADE DE APLICAÇÃO: 90

VALOR: R\$ 75.000

INCISO: 171

ÁREA DE GOVERNO: Saúde

TIPO DE REALIZAÇÃO: Saneamento – Água: Bairros e Povoados

MODALIDADE: Implantar sistemas

PROGRAMA: 164 - SANESTADO

LOCALIDADE BENEFICIADA: Município de Guimarães

ESFERA ORÇAMENTÁRIA: 2 - Seguridade

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA PRETENDIDA: 21901 – FES – Unidade Central

FUNCIONAL PROGRAMÁTICA: 17511016416990000

SUBTÍTULO: 1699 – Projeto Sanear

ESPECIFICAÇÃO/UNIDADE: Implantar sistemas simplificado de abastecimento d'água

QUANTIDADE: 1 Unidade

FONTE: 121

GND: 449051

MODALIDADE DE APLICAÇÃO: 90

VALOR: R\$ 75.000

INCISO: 172

ÁREA DE GOVERNO: Saúde

TIPO DE REALIZAÇÃO: Saneamento – Água: Bairros e Povoados

MODALIDADE: Implantar sistemas

PROGRAMA: 164 - SANESTADO

LOCALIDADE BENEFICIADA: Município de Junco do Maranhão

ESFERA ORÇAMENTÁRIA: 2 - Seguridade

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA PRETENDIDA: 21901 – FES – Unidade Central

FUNCIONAL PROGRAMÁTICA: 17511016416990000

SUBTÍTULO: 1699 – Projeto Sanear

ESPECIFICAÇÃO/UNIDADE: Implantar sistemas simplificado de abastecimento d'água

QUANTIDADE: 1 Unidade

FONTE: 121

GND: 449051

MODALIDADE DE APLICAÇÃO: 90

VALOR: R\$ 72.500

INCISO: 173

ÁREA DE GOVERNO: Saúde

TIPO DE REALIZAÇÃO: Saneamento – Água: Bairros e Povoados

MODALIDADE: Implantar sistemas

PROGRAMA: 164 - SANESTADO

LOCALIDADE BENEFICIADA: Município de Boa Vista do Gurupi

ESFERA ORÇAMENTÁRIA: 2 - Seguridade

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA PRETENDIDA: 21901 – FES – Unidade Central

FUNCIONAL PROGRAMÁTICA: 17511016416990000

SUBTÍTULO: 1699 – Projeto Sanear

ESPECIFICAÇÃO/UNIDADE: Implantar sistemas simplificado de abastecimento d'água

QUANTIDADE: 1 Unidade

FONTE: 121

GND: 449051

MODALIDADE DE APLICAÇÃO: 90

VALOR: R\$ 72.500

INCISO: 174

ÁREA DE GOVERNO: Infra-estrutura

TIPO DE REALIZAÇÃO: Transportes

MODALIDADE: Restaurar trecho

PROGRAMA: 141 – Ampliação/ conservação da Infra-estrutura rodoviária

LOCALIDADE BENEFICIADA: Município de São José de Ribamar

ESFERA ORÇAMENTÁRIA: 1 - Fiscal

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA PRETENDIDA: 18101 – Sec. de Infra-estrutura

FUNCIONAL PROGRAMÁTICA: 26782014114260000

SUBTÍTULO: 1426 – Restauração de rodovias

ESPECIFICAÇÃO/UNIDADE: Restaurar trecho de estrada vicinal, na zona rural do Município

QUANTIDADE: 5 km

FONTE: 101

GND: 449051

MODALIDADE DE APLICAÇÃO: 90

VALOR: R\$ 50.000

INCISO: 175

ÁREA DE GOVERNO: Infra-estrutura

TIPO DE REALIZAÇÃO: Transportes

MODALIDADE: Restaurar trecho

PROGRAMA: 141 – Ampliação/ conservação da Infra-estrutura rodoviária

LOCALIDADE BENEFICIADA: Município de Central do Maranhão

ESFERA ORÇAMENTÁRIA: 1 - Fiscal

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA PRETENDIDA: 18101 – Sec. de Infra-estrutura

FUNCIONAL PROGRAMÁTICA: 26782014114260000

SUBTÍTULO: 1426 – Restauração de rodovias

ESPECIFICAÇÃO/UNIDADE: Restaurar trecho de estrada vicinal, na zona rural do Município

QUANTIDADE: 6 km

FONTE: 101

GND: 449051
 MODALIDADE DE APLICAÇÃO: 90
 VALOR: R\$ 60.000

INCISO: 176
 ÁREA DE GOVERNO: Infra-estrutura
 TIPO DE REALIZAÇÃO: Transportes
 MODALIDADE: Pavimentar vias
 PROGRAMA: 137 – Construção e melhoramento de equipamentos urbanos
 LOCALIDADE BENEFICIADA: Município de Santo Amaro
 ESFERA ORÇAMENTÁRIA: 1 - Fiscal
 UNIDADE ORÇAMENTÁRIA PRETENDIDA: 18101 – Sec. de Infra-estrutura
 FUNCIONAL PROGRAMÁTICA: 15451013716710000
 SUBTÍTULO: 1671 – Implantação e pavimentação de vias urbanas
 ESPECIFICAÇÃO/UNIDADE: Pavimentar vias (calçamento)
 QUANTIDADE: 2,5 km
 FONTE: 101
 GND: 444051
 MODALIDADE DE APLICAÇÃO: 40
 VALOR: R\$ 100.000

INCISO: 177
 ÁREA DE GOVERNO: Infra-estrutura
 TIPO DE REALIZAÇÃO: Transportes
 MODALIDADE: Restaurar vias
 PROGRAMA: 141 – Ampliação / conservação da infra-estrutura rodoviária
 LOCALIDADE BENEFICIADA: Município de Montes Altos
 ESFERA ORÇAMENTÁRIA: 1 - Fiscal
 UNIDADE ORÇAMENTÁRIA PRETENDIDA: 18101 – Sec. de Infra-estrutura
 FUNCIONAL PROGRAMÁTICA: 26782014114260000
 SUBTÍTULO: 1426 – Restauração de rodovias
 ESPECIFICAÇÃO/UNIDADE: Restaurar trecho de estrada vicinal, na zona rural do Município
 QUANTIDADE: 5 km
 FONTE: 101
 GND: 444051
 MODALIDADE DE APLICAÇÃO: 40
 VALOR: R\$ 50.000

INCISO: 178
 ÁREA DE GOVERNO: Infra-estrutura
 TIPO DE REALIZAÇÃO: Transportes
 MODALIDADE: Restaurar vias
 PROGRAMA: 141 – Ampliação / conservação da infra-estrutura rodoviária
 LOCALIDADE BENEFICIADA: Município de Maranhãozinho
 ESFERA ORÇAMENTÁRIA: 1 - Fiscal
 UNIDADE ORÇAMENTÁRIA PRETENDIDA: 18101 – Sec. de Infra-estrutura
 FUNCIONAL PROGRAMÁTICA: 26782014114260000
 SUBTÍTULO: 1426 – Restauração de rodovias
 ESPECIFICAÇÃO/UNIDADE: Restaurar trecho de estrada vicinal, na zona rural do Município
 QUANTIDADE: 5 km
 FONTE: 101
 GND: 444051
 MODALIDADE DE APLICAÇÃO: 40
 VALOR: R\$ 50.000

INCISO: 179
 ÁREA DE GOVERNO: Saúde
 TIPO DE REALIZAÇÃO: Atenção Urg/ Emerg. Pronto Socorro
 MODALIDADE: Adquirir unidade

PROGRAMA: 145 – Saúde Dez
 LOCALIDADE BENEFICIADA: Município de Palmeirândia
 ESFERA ORÇAMENTÁRIA: 2 - Seguridade
 UNIDADE ORÇAMENTÁRIA PRETENDIDA: 21901 – FES – Unidade Central
 FUNCIONAL PROGRAMÁTICA: 10302014521530000
 SUBTÍTULO: 2153 – Assistência Médica, Qualificada e Gratuita
 ESPECIFICAÇÃO/UNIDADE: Adquirir ambulância devidamente equipada
 QUANTIDADE: 1 Unidade
 FONTE: 121
 GND: 444052
 MODALIDADE DE APLICAÇÃO: 40
 VALOR: R\$ 50.000

INCISO: 180
 ÁREA DE GOVERNO: Infra-estrutura
 TIPO DE REALIZAÇÃO: Transportes
 MODALIDADE: Restaurar vias
 PROGRAMA: 141 – Ampliação – conservação da infra-estrutura rodoviária
 LOCALIDADE BENEFICIADA: Município de São Benedito do Rio Preto
 ESFERA ORÇAMENTÁRIA: 1 Fiscal
 UNIDADE ORÇAMENTÁRIA PRETENDIDA: 18101 – Sec. de Estado de Infra-estrutura
 FUNCIONAL PROGRAMÁTICA: 26782014114260000
 SUBTÍTULO: 1426 – Restauração de rodovias
 ESPECIFICAÇÃO/UNIDADE: Restaurar trecho de estrada vicinal, na zona rural do Município
 QUANTIDADE: 5 km
 FONTE: 101
 GND: 444051
 MODALIDADE DE APLICAÇÃO: 40
 VALOR: R\$ 50.000

INCISO: 181
 ÁREA DE GOVERNO: Infra-estrutura
 TIPO DE REALIZAÇÃO: Transportes
 MODALIDADE: Restaurar vias
 PROGRAMA: 141 – Ampliação conservação da infra-estrutura rodoviária
 LOCALIDADE BENEFICIADA: Município de São Francisco do Maranhão
 ESFERA ORÇAMENTÁRIA: 1 - Fiscal
 UNIDADE ORÇAMENTÁRIA PRETENDIDA: 18101 – Sec. de Estado de Infra-estrutura
 FUNCIONAL PROGRAMÁTICA: 26782014114260000
 SUBTÍTULO: 1426 – Restauração de rodovias
 ESPECIFICAÇÃO/UNIDADE: Restaurar trecho de estrada vicinal, na zona rural do Município
 QUANTIDADE: 5 km
 FONTE: 101
 GND: 444051
 MODALIDADE DE APLICAÇÃO: 40
 VALOR: R\$ 50.000

INCISO: 182
 ÁREA DE GOVERNO: Infra-estrutura
 TIPO DE REALIZAÇÃO: Transportes
 MODALIDADE: Restaurar vias
 PROGRAMA: 141 – Ampliação – conservação da infra-estrutura rodoviária
 LOCALIDADE BENEFICIADA: Município de Nina Rodrigues
 ESFERA ORÇAMENTÁRIA: 1 Fiscal
 UNIDADE ORÇAMENTÁRIA PRETENDIDA: 18101 – Sec. de Estado de Infra-estrutura

FUNCIONAL PROGRAMÁTICA: 26782014114260000
 SUBTÍTULO: 1426 – restauração de rodovias
 ESPECIFICAÇÃO/UNIDADE: Restaurar trecho de estrada vicinal, na zona rural do Município
 QUANTIDADE: 5 km
 FONTE: 101
 GND: 444051
 MODALIDADE DE APLICAÇÃO: 40
 VALOR: R\$ 50.000

INCISO: 183
 ÁREA DE GOVERNO: Infra-estrutura
 TIPO DE REALIZAÇÃO: Transportes
 MODALIDADE: Climar vias
 PROGRAMA: 141 – Ampliação - conservação da infra-estrutura rodoviária
 LOCALIDADE BENEFICIADA: Município de Humberto de Campos
 ESFERA ORÇAMENTÁRIA: 1 Fiscal
 UNIDADE ORÇAMENTÁRIA PRETENDIDA: 18101 – Sec. de Estado de Infra-estrutura
 FUNCIONAL PROGRAMÁTICA: 26782014116760000
 SUBTÍTULO: 1676 – Construção de rodovias
 ESPECIFICAÇÃO/UNIDADE: Climar trecho de estrada vicinal entre o Povoado de Peria e Humberto de Campos – Estada do Fio
 QUANTIDADE: 4, km
 FONTE: 101
 GND: 444051
 MODALIDADE DE APLICAÇÃO: 40
 VALOR: R\$ 50.000

INCISO: 184
 ÁREA DE GOVERNO: Assistência Social
 TIPO DE REALIZAÇÃO: Idoso / Velhice / Centros
 MODALIDADE: Aparelhar Centros
 PROGRAMA: 106 – Apoio à Promoção Social
 LOCALIDADE BENEFICIADA: Município de Paço do Lumiar
 ESFERA ORÇAMENTÁRIA: 2 - Seguridade
 UNIDADE ORÇAMENTÁRIA PRETENDIDA: 15101 – Sec. de Estado de Desenvolvimento Social
 FUNCIONAL PROGRAMÁTICA: 08241010628380000
 SUBTÍTULO: 2838 – Proteção e Promoção Social da Pessoa Idosa
 ESPECIFICAÇÃO/UNIDADE: Aparelhar o 1º Centro de Referência ao Idoso
 QUANTIDADE: 1 Unidade
 FONTE: 101
 GND: 449052
 MODALIDADE DE APLICAÇÃO: 90
 VALOR: R\$ 150.000

INCISO: 185
 ÁREA DE GOVERNO: Infra-estrutura
 TIPO DE REALIZAÇÃO: Transportes
 MODALIDADE: Restaurar trecho
 PROGRAMA: 141 – Ampliação / conservação infra-estrutura rodoviária
 LOCALIDADE BENEFICIADA: Município de São Roberto
 ESFERA ORÇAMENTÁRIA: 1 - Fiscal
 UNIDADE ORÇAMENTÁRIA PRETENDIDA: 18101 – Sec. de Estado de Infra-estrutura
 FUNCIONAL PROGRAMÁTICA: 26782014114260000
 SUBTÍTULO: 1426 – Restauração de rodovias
 ESPECIFICAÇÃO/UNIDADE: Restaurar trecho de estrada vicinal, na zona rural do Município
 QUANTIDADE: 3 km
 FONTE: 101
 GND: 444051
 MODALIDADE DE APLICAÇÃO: 40

VALOR: R\$ 30.000

INCISO: 186
 ÁREA DE GOVERNO: Infra-estrutura
 TIPO DE REALIZAÇÃO: Transportes
 MODALIDADE: Restaurar trecho
 PROGRAMA: 141 – Ampliação / conservação infra-estrutura rodoviária
 LOCALIDADE BENEFICIADA: Município de Barra do Corda
 ESFERA ORÇAMENTÁRIA: 1 - Fiscal
 UNIDADE ORÇAMENTÁRIA PRETENDIDA: 18101 – Sec. de Estado de Infra-estrutura
 FUNCIONAL PROGRAMÁTICA: 26782014114260000
 SUBTÍTULO: 1426 – Restauração de rodovias
 ESPECIFICAÇÃO/UNIDADE: Restaurar trecho de estrada vicinal, entre a sede do Município e o Povoado Santa Vitória
 QUANTIDADE: 20 km
 FONTE: 101
 GND: 444051
 MODALIDADE DE APLICAÇÃO: 40
 VALOR: R\$ 200.000

INCISO: 187
 ÁREA DE GOVERNO: Infra-estrutura
 TIPO DE REALIZAÇÃO: Transportes
 MODALIDADE: Restaurar trecho
 PROGRAMA: 141 – Ampliação / conservação infra-estrutura rodoviária
 LOCALIDADE BENEFICIADA: Município de São Raimundo do Doca Bezerra
 ESFERA ORÇAMENTÁRIA: 1 - Fiscal
 UNIDADE ORÇAMENTÁRIA PRETENDIDA: 18101 – Sec. de Estado de Infra-estrutura
 FUNCIONAL PROGRAMÁTICA: 26782014114260000
 SUBTÍTULO: 1426 – Restauração de rodovias
 ESPECIFICAÇÃO/UNIDADE: Restaurar trecho de estrada vicinal
 QUANTIDADE: 3 km
 FONTE: 101
 GND: 444051
 MODALIDADE DE APLICAÇÃO: 40
 VALOR: R\$ 30.000

INCISO: 188
 ÁREA DE GOVERNO: Infra-estrutura
 TIPO DE REALIZAÇÃO: Ponte
 MODALIDADE: Construir Pontes
 PROGRAMA: 141 – Ampliação / conservação da infra-estrutura rodoviária
 LOCALIDADE BENEFICIADA: Município de Barra do Corda
 ESFERA ORÇAMENTÁRIA: 1 - Fiscal
 UNIDADE ORÇAMENTÁRIA PRETENDIDA: 18101 – Sec. de Estado de Infra-estrutura
 FUNCIONAL PROGRAMÁTICA: 26782014117100000
 SUBTÍTULO: 1710 – Construção de pontes
 ESPECIFICAÇÃO/UNIDADE: Construir pontes no Povoado Santa Vitória
 QUANTIDADE: 1 Unidade
 FONTE: 101
 GND: 444051
 MODALIDADE DE APLICAÇÃO: 40
 VALOR: R\$ 100.00

INCISO: 189
 ÁREA DE GOVERNO: Saúde
 TIPO DE REALIZAÇÃO: Atenção urg./emerg – Pronto Socorro
 MODALIDADE: Adquirir unidade
 PROGRAMA: 145 – Saúde Dez

LOCALIDADE BENEFICIADA: Município de Santa Filomena
 ESFERA ORÇAMENTÁRIA: 2 - Seguridade
 UNIDADE ORÇAMENTÁRIA PRETENDIDA: 21901 – FES – Unidade Central
 FUNCIONAL PROGRAMÁTICA: 10302014521530000
 SUBTÍTULO: 2153 – Assistência médica, Qualificada e Gratuita
 ESPECIFICAÇÃO/UNIDADE: Adquirir ambulância devidamente equipada
 QUANTIDADE: 1 Unidade
 FONTE: 121
 GND: 444052
 MODALIDADE DE APLICAÇÃO: 40
 VALOR: R\$ 40.000

INCISO: 190
 ÁREA DE GOVERNO: Saúde
 TIPO DE REALIZAÇÃO: Atensão urg./emerg – Pronto Socorro
 MODALIDADE: Adquirir unidade
 PROGRAMA: 145 – Saúde Dez
 LOCALIDADE BENEFICIADA: Município de Dom Pedro
 ESFERA ORÇAMENTÁRIA: 2 - Seguridade
 UNIDADE ORÇAMENTÁRIA PRETENDIDA: 21901 – FES – Unidade Central
 FUNCIONAL PROGRAMÁTICA: 10302014521530000
 SUBTÍTULO: 2153 – Assistência médica, Qualificada e Gratuita
 ESPECIFICAÇÃO/UNIDADE: Adquirir ambulância devidamente equipada
 QUANTIDADE: 1 Unidade
 FONTE: 121
 GND: 444052
 MODALIDADE DE APLICAÇÃO: 40
 VALOR: R\$ 50.000

INCISO: 191
 ÁREA DE GOVERNO: Saúde
 TIPO DE REALIZAÇÃO: Atensão urg./emerg – Pronto Socorro
 MODALIDADE: Adquirir unidade
 PROGRAMA: 145 – Saúde Dez
 LOCALIDADE BENEFICIADA: Município de Presidente Dutra
 ESFERA ORÇAMENTÁRIA: 2 - Seguridade
 UNIDADE ORÇAMENTÁRIA PRETENDIDA: 21901 – FES – Unidade Central
 FUNCIONAL PROGRAMÁTICA: 10302014521530000
 SUBTÍTULO: 2153 – Assistência médica, Qualificada e Gratuita
 ESPECIFICAÇÃO/UNIDADE: Adquirir ambulância devidamente equipada
 QUANTIDADE: 1 Unidade
 FONTE: 121
 GND: 444052
 MODALIDADE DE APLICAÇÃO: 40
 VALOR: R\$ 50.000

INCISO: 192
 ÁREA DE GOVERNO: Infra-estrutura
 TIPO DE REALIZAÇÃO: Ação de infra-estrutura urbana
 MODALIDADE: Manter espaços
 PROGRAMA: 137 – Construção e melhoramento de equipamentos urbanos
 LOCALIDADE BENEFICIADA: Município de São Luís
 ESFERA ORÇAMENTÁRIA: 1 - Fiscal
 UNIDADE ORÇAMENTÁRIA PRETENDIDA: 18101 – Sec. de Infra-estrutura
 FUNCIONAL PROGRAMÁTICA: 15451013728560000
 SUBTÍTULO: 2856 – Manutenção de logradouros públicos
 ESPECIFICAÇÃO/UNIDADE: Manter espaços qualificados no Estádio Nhozinho Santos
 QUANTIDADE: 1 Unidade

FONTE: 101
 GND: 444051
 MODALIDADE DE APLICAÇÃO: 40
 VALOR: R\$ 50.000

INCISO: 193
 ÁREA DE GOVERNO: Infra-estrutura
 TIPO DE REALIZAÇÃO: Ação de infra-estrutura urbana
 MODALIDADE: Pavimentar vias
 PROGRAMA: 137 – Construção e melhoramento de equipamentos urbanos
 LOCALIDADE BENEFICIADA: Município de Raposa
 ESFERA ORÇAMENTÁRIA: 1 - Fiscal
 UNIDADE ORÇAMENTÁRIA PRETENDIDA: 18101 – Sec. de Infra-estrutura
 FUNCIONAL PROGRAMÁTICA: 15451013716710000
 SUBTÍTULO: 1671 – Implantação e Pavimentação de vias urbanas
 ESPECIFICAÇÃO/UNIDADE: Pavimentar vias (calçamento)
 QUANTIDADE: 2 km
 FONTE: 101
 GND: 444051
 MODALIDADE DE APLICAÇÃO: 40
 VALOR: R\$ 75.000

INCISO: 194
 ÁREA DE GOVERNO: Infra-estrutura
 TIPO DE REALIZAÇÃO: Ação de infra-estrutura urbana
 MODALIDADE: Pavimentar vias
 PROGRAMA: 137 – Construção e melhoramento de equipamentos urbanos
 LOCALIDADE BENEFICIADA: Município de Cururupu
 ESFERA ORÇAMENTÁRIA: 1 - Fiscal
 UNIDADE ORÇAMENTÁRIA PRETENDIDA: 18101 – Sec. de Infra-estrutura
 FUNCIONAL PROGRAMÁTICA: 15451013716710000
 SUBTÍTULO: 1671 – Implantação e Pavimentação de vias urbanas
 ESPECIFICAÇÃO/UNIDADE: Pavimentar vias (calçamento)
 QUANTIDADE: 2,5 km
 FONTE: 101
 GND: 444051
 MODALIDADE DE APLICAÇÃO: 40
 VALOR R\$ 100.000

INCISO: 195
 ÁREA DE GOVERNO: Saúde
 TIPO DE REALIZAÇÃO: Atensão Básica – Postos Centro de Saúde
 MODALIDADE: Adquirir Equipamentos
 PROGRAMA: 145 – Saúde Dez
 LOCALIDADE BENEFICIADA: Município de Vitória do Mearim
 ESFERA ORÇAMENTÁRIA: 2 - Seguridade
 UNIDADE ORÇAMENTÁRIA PRETENDIDA: 21901 – FES – Unidade Central
 FUNCIONAL PROGRAMÁTICA: 10302014521530000
 SUBTÍTULO: 2153 – Assistência Médica, Qualificada e Gratuita
 ESPECIFICAÇÃO/UNIDADE: Adquirir e instalar equipamentos e instrumentos hospitalares no hospital público Municipal
 QUANTIDADE: 1 Unidade
 FONTE: 121
 GND: 444052
 MODALIDADE DE APLICAÇÃO: 40
 VALOR: R\$ 75.000

INCISO: 196
 ÁREA DE GOVERNO: Saúde
 TIPO DE REALIZAÇÃO: Saneamento - Água
 MODALIDADE: Perfurar poço
 PROGRAMA: 164 - SANESTADO

LOCALIDADE BENEFICIADA: Município de São João do Caru
 ESFERA ORÇAMENTÁRIA: 2 - Segurança
 UNIDADE ORÇAMENTÁRIA PRETENDIDA: 21901 – FES –
 Unidade Central
 FUNCIONAL PROGRAMÁTICA: 17511016416990000
 SUBTÍTULO: 1699 – Projeto Sanear
 ESPECIFICAÇÃO/UNIDADE: Perfurar poço artesiano no Povoado
 de Santarém
 QUANTIDADE: 1 Unidade
 FONTE: 121
 GND: 444051
 MODALIDADE DE APLICAÇÃO: 40
 VALOR: R\$ 40.000

INCISO: 197
 ÁREA DE GOVERNO: Saúde
 TIPO DE REALIZAÇÃO: Saneamento - Água
 MODALIDADE: Perfura poço
 PROGRAMA: 164 – SANESTADO
 LOCALIDADE BENEFICIADA: Município de Buriti
 ESFERA ORÇAMENTÁRIA: 2 - Segurança
 UNIDADE ORÇAMENTÁRIA PRETENDIDA: 21901 – FES –
 Unidades Assistências
 FUNCIONAL PROGRAMÁTICA: 1751101641699000
 SUBTÍTULO: 1699 – Projeto Sanear
 ESPECIFICAÇÃO/UNIDADE: Perfurar poço artesiano no Povoado
 de Cajueiro II
 QUANTIDADE: 1 Unidade
 FONTE: 121
 GND: 444051
 MODALIDADE DE APLICAÇÃO: 40
 VALOR: R\$ 40.000

INCISO: 198
 ÁREA DE GOVERNO: Saúde
 TIPO DE REALIZAÇÃO: Atenção básica – Postos / Centros de Saúde
 MODALIDADE: Aparelhar Hospital
 PROGRAMA: 145 – Saúde Dez
 LOCALIDADE BENEFICIADA: Município de Buritibravo
 ESFERA ORÇAMENTÁRIA: 2 - Segurança
 UNIDADE ORÇAMENTÁRIA PRETENDIDA: 21901 – FES –
 Unidades Central
 FUNCIONAL PROGRAMÁTICA: 10302014521530000
 SUBTÍTULO: 2153 – Assistência Médica, Qualificada e Gratuita
 ESPECIFICAÇÃO/UNIDADE: Aparelha Hospital
 QUANTIDADE: 1 Unidade
 FONTE: 121
 GND: 444052
 MODALIDADE DE APLICAÇÃO: 40
 VALOR: R\$ 100.000

INCISO: 199
 ÁREA DE GOVERNO: Saúde
 TIPO DE REALIZAÇÃO: Atenção básica – Postos / Centros de Saúde
 MODALIDADE: Adquirir Equipamentos
 PROGRAMA: 145 – Saúde Dez
 LOCALIDADE BENEFICIADA: Município de São Raimundo das
 Mangabeiras
 ESFERA ORÇAMENTÁRIA: 2 - Segurança
 UNIDADE ORÇAMENTÁRIA PRETENDIDA: 21901 – FES –
 Unidades Central
 FUNCIONAL PROGRAMÁTICA: 10302014521530000
 SUBTÍTULO: 2153 – Assistência Médica, Qualificada e Gratuita
 ESPECIFICAÇÃO/UNIDADE: Adquirir e instalar aparelho de raio x
 no Hospital Público Municipal
 QUANTIDADE: 1 Unidade
 FONTE: 121

GND: 444052
 MODALIDADE DE APLICAÇÃO: 40
 VALOR: R\$ 20.000

INCISO: 200
 ÁREA DE GOVERNO: Saúde
 TIPO DE REALIZAÇÃO: Atenção Básica – Postos/Centros de Saúde
 MODALIDADE: Aparelhar Hospital
 PROGRAMA: 145 – Saúde Dez
 LOCALIDADE BENEFICIADA: Município de São Bento
 ESFERA ORÇAMENTÁRIA: 2- Segurança
 UNIDADE ORÇAMENTÁRIA PRETENDIDA: 21901 – FES –
 Unidade Central
 FUNCIONAL PROGRAMÁTICA: 10302014521530000
 SUBTÍTULO: 2153 – Assistência Médica qualificada e gratuita
 ESPECIFICAÇÃO/UNIDADE: Aparelhar Hospital
 QUANTIDADE: 1 unidade
 FONTE: 121
 GND: 444052
 MODALIDADE DE APLICAÇÃO: 40
 VALOR: R\$ 60.000

INCISO: 201
 ÁREA DE GOVERNO: Saúde
 TIPO DE REALIZAÇÃO: Atenção Urg./Emerg. – Pronto Socorro
 MODALIDADE: Adquirir Unidade
 PROGRAMA: 145 – Saúde Dez
 LOCALIDADE BENEFICIADA: Município de Santa Luzia do Paruá
 ESFERA ORÇAMENTÁRIA: 2- Segurança
 UNIDADE ORÇAMENTÁRIA PRETENDIDA: 21091 – FES-
 Unidade Central
 FUNCIONAL PROGRAMÁTICA: 10302014521530000
 SUBTÍTULO: 2153 – Assistência Médica qualificada e gratuita
 ESPECIFICAÇÃO/UNIDADE: Adquirir ambulância devidamente
 equipada
 QUANTIDADE: 1 unidade
 FONTE: 121
 GND: 444052
 MODALIDADE DE APLICAÇÃO: 40
 VALOR: R\$ 60.000

INCISO: 202
 ÁREA DE GOVERNO: Saúde
 TIPO DE REALIZAÇÃO: Atenção Urg./ Emerg. – Pronto Socorro
 MODALIDADE: Adquirir unidade
 PROGRAMA: 145 – Saúde Dez
 LOCALIDADE BENEFICIADA: Município de Eugênio Barros
 ESFERA ORÇAMENTÁRIA: 2 - Segurança
 UNIDADE ORÇAMENTÁRIA PRETENDIDA: 2191 – FES –
 Unidade Central
 FUNCIONAL PROGRAMÁTICA: 10302014521530000
 SUBTÍTULO: 2153 – Assistência Médica Qualificada e gratuita
 ESPECIFICAÇÃO/UNIDADE: Adquirir ambulância devidamente
 equipada
 QUANTIDADE: 1 unidade
 FONTE: 121
 GND: 444052
 MODALIDADE DE APLICAÇÃO: 40
 VALOR: R\$ 60.000

INCISO: 203
 ÁREA DE GOVERNO: Saúde
 TIPO DE REALIZAÇÃO: Atenção Urg./Emerg. Pronto Socorro
 MODALIDADE: Adquirir unidade
 PROGRAMA: 145 – Saúde Dez
 LOCALIDADE BENEFICIADA: Município de Governador Luiz
 Rocha

ESFERA ORÇAMENTÁRIA: 2 - Seguridade
 UNIDADE ORÇAMENTÁRIA PRETENDIDA: 21901 = FES –
 Unidade Central
 FUNCIONAL PROGRAMÁTICA: 10302014521530000
 SUBTÍTULO: 2153 – Assistência Médica qualificada gratuita
 ESPECIFICAÇÃO/UNIDADE: Adquirir ambulância devidamente
 equipada
 QUANTIDADE: 1 unidade
 FONTE: 121
 GND:444052
 MODALIDADE DE APLICAÇÃO: 40
 VALOR: R\$ 60.000

INCISO: 204
 ÁREA DE GOVERNO: Saúde
 TIPO DE REALIZAÇÃO: Atensão Urg./Emerg. – Pronto Socorro
 MODALIDADE: Adquirir unidade
 PROGRAMA: 145 – Saúde Dez
 LOCALIDADE BENEFICIADA: Município de Joselândia
 ESFERA ORÇAMENTÁRIA: 2 - Seguridade
 UNIDADE ORÇAMENTÁRIA PRETENDIDA: 21901 – FES –
 Unidade Central
 FUNCIONAL PROGRAMÁTICA: 10302014521530000
 SUBTÍTULO: 2153 – Assistência Médica qualificada e gratuita
 ESPECIFICAÇÃO/UNIDADE: Adquirir ambulância devidamente
 equipada
 QUANTIDADE: 1 unidade
 FONTE: 121
 GND: 444052
 MODALIDADE DE APLICAÇÃO: 40
 VALOR: R\$ 60.000

INCISO: 205
 ÁREA DE GOVERNO: Saúde
 TIPO DE REALIZAÇÃO: Atensão Urg./Emerg. – Pronto Socorro
 MODALIDADE: Adquirir unidade
 PROGRAMA: 145 – Saúde dez
 LOCALIDADE BENEFICIADA: Município de Bom Lugar
 ESFERA ORÇAMENTÁRIA: 2 - Seguridade
 UNIDADE ORÇAMENTÁRIA PRETENDIDA: 21901 – FES –
 Unidade Central
 FUNCIONAL PROGRAMÁTICA: 10302014521530000
 SUBTÍTULO: 2153 – Assistência Médica qualificada e gratuita
 ESPECIFICAÇÃO/UNIDADE: Adquirir ambulância devidamente
 equipada
 QUANTIDADE: 1 unidade
 FONTE: 121
 GND:444052
 MODALIDADE DE APLICAÇÃO: 40
 VALOR: R\$ 60.000

INCISO: 206
 ÁREA DE GOVERNO: Infra-estrutura
 TIPO DE REALIZAÇÃO: Infra-estrutura urbana
 MODALIDADE: pavimentar vias
 PROGRAMA: 137 – Construção e melhoramento de equipamentos
 urbanos
 LOCALIDADE BENEFICIADA: Município de Matões
 ESFERA ORÇAMENTÁRIA: 1 - Fiscal
 UNIDADE ORÇAMENTÁRIA PRETENDIDA: 18101 – Sec. De
 Estado de Infra-estrutura
 FUNCIONAL PROGRAMÁTICA: 15451013716710000
 SUBTÍTULO: 1671 – Implantação e pavimentação de vias urbanas
 ESPECIFICAÇÃO/UNIDADE: Pavimentar vias (Calçamento)
 QUANTIDADE: 2 km
 FONTE: 101
 GND: 444051

MODALIDADE DE APLICAÇÃO: 40
 VALOR: R\$ 80.000

INCISO: 207
 ÁREA DE GOVERNO: Infra-estrutura
 TIPO DE REALIZAÇÃO: Transportes
 MODALIDADE: Construir trecho
 PROGRAMA: 141 – Ampliação/Conservação da Infra-estrutura
 rodoviária
 LOCALIDADE BENEFICIADA: Município de Esperantinópolis
 ESFERA ORÇAMENTÁRIA: 1 - Fiscal
 UNIDADE ORÇAMENTÁRIA PRETENDIDA: 18101 – Sec. De
 Estado de Infra-estrutura
 FUNCIONAL PROGRAMÁTICA: 26782014116760000
 SUBTÍTULO: 1676 – Construção de Rodovias
 ESPECIFICAÇÃO/UNIDADE: Construir trecho de estrada vicinal,
 ligando povoados do município
 QUANTIDADE: 3 km
 FONTE: 101
 GND:444051
 MODALIDADE DE APLICAÇÃO: 40
 VALOR: R\$ 60.000

INCISO: 208
 ÁREA DE GOVERNO: Saúde
 TIPO DE REALIZAÇÃO: Saneamento / água: Bairros e Povoados
 MODALIDADE: Implantar sistemas
 PROGRAMA: 164 - SANESTADO
 LOCALIDADE BENEFICIADA: Município de São Luís Gonzaga
 ESFERA ORÇAMENTÁRIA: 2 - Seguridade
 UNIDADE ORÇAMENTÁRIA PRETENDIDA: 21901 – FES –
 Unidade Central
 FUNCIONAL PROGRAMÁTICA: 17511016416990000
 SUBTÍTULO: 1699- Projeto Sanear
 ESPECIFICAÇÃO/UNIDADE: Implantar Sistema simplificado de
 abastecimento d'água
 QUANTIDADE: 1 unidade
 FONTE: 121
 GND:444051
 MODALIDADE DE APLICAÇÃO: 40
 VALOR: R\$ 75.000

INCISO: 209
 ÁREA DE GOVERNO: Saúde
 TIPO DE REALIZAÇÃO :Saneamento – Água: Bairros e Povoados
 MODALIDADE: Implantar Sistema
 PROGRAMA: 164 - SANESTADO
 LOCALIDADE BENEFICIADA: Município de Bela Vista do
 Maranhão
 ESFERA ORÇAMENTÁRIA: 2 - Seguridade
 UNIDADE ORÇAMENTÁRIA PRETENDIDA: 21901 – FES –
 Unidade Central
 FUNCIONAL PROGRAMÁTICA: 17511016416990000
 SUBTÍTULO: 1699 – Projeto Sanear
 ESPECIFICAÇÃO/UNIDADE: Implantar sistema simplificado de
 abastecimento d'água
 QUANTIDADE: 2 unidade
 FONTE: 121
 GND: 444051
 MODALIDADE DE APLICAÇÃO: 40
 VALOR: R\$ 150.000

INCISO: 210
 ÁREA DE GOVERNO: Saúde
 TIPO DE REALIZAÇÃO: Saneamento – Água: bairros e povoados
 MODALIDADE: Implantar sistemas
 PROGRAMA: 164 - SANESTADO

LOCALIDADE BENEFICIADA: Município de Lago Verde
 ESFERA ORÇAMENTÁRIA: 2 - Seguridade
 UNIDADE ORÇAMENTÁRIA PRETENDIDA: 2191 – FES – Unidade Central
 FUNCIONAL PROGRAMÁTICA: 17511016416990000
 SUBTÍTULO: 1699 – Projeto Sanear
 ESPECIFICAÇÃO/UNIDADE: Implantar sistema simplificado de abastecimento d'água
 QUANTIDADE: 1 unidade
 FONTE: 121
 GND: 444051
 MODALIDADE DE APLICAÇÃO: 40
 VALOR: R\$ 75.000

INCISO: 211
 ÁREA DE GOVERNO: Infra-estrutura
 TIPO DE REALIZAÇÃO: Transporte
 MODALIDADE: Construir trecho
 PROGRAMA: 141 – Ampliação / conservação da infra-estrutura rodoviária
 LOCALIDADE BENEFICIADA: Município de Bela Vista do Maranhão
 ESFERA ORÇAMENTÁRIA: 1-Fiscal
 UNIDADE ORÇAMENTÁRIA PRETENDIDA: 18101 – Sec. de Estado de Infra-estrutura
 FUNCIONAL PROGRAMÁTICA: 26782014116760000
 SUBTÍTULO: 1676 – Construção de rodovias
 ESPECIFICAÇÃO/UNIDADE: Construir trecho de estrada vicinal, na zona rural do Município
 QUANTIDADE: 10 km
 FONTE: 101
 GND: 444051
 MODALIDADE DE APLICAÇÃO: 40
 VALOR: R\$ 200.000

INCISO: 212
 ÁREA DE GOVERNO: Saúde
 TIPO DE REALIZAÇÃO: Saneamento – água: bairros e povoados
 MODALIDADE: Implantar sistemas
 PROGRAMA: 164 - SANESTADO
 LOCALIDADE BENEFICIADA: Município de Timon
 ESFERA ORÇAMENTÁRIA: 2 Seguridade
 UNIDADE ORÇAMENTÁRIA PRETENDIDA: 21901 – FES – Unidade Central
 FUNCIONAL PROGRAMÁTICA: 17511016416990000
 SUBTÍTULO: 1699 – Projeto Sanear
 ESPECIFICAÇÃO/UNIDADE: Implantar sistema simplificado de abastecimento d'água
 QUANTIDADE: 4 unidades
 FONTE: 121
 GND: 444051
 MODALIDADE DE APLICAÇÃO: 40
 VALOR: R\$ 300.000

INCISO: 213
 ÁREA DE GOVERNO: Educação
 TIPO DE REALIZAÇÃO: Educação Profissional
 MODALIDADE: Manter Campos
 PROGRAMA: 400 – Apoio administrativo
 LOCALIDADE BENEFICIADA: Município de Timon
 ESFERA ORÇAMENTÁRIA: 1 Fiscal
 UNIDADE ORÇAMENTÁRIA PRETENDIDA: 24201 – Universidade Estadual do Maranhão
 FUNCIONAL PROGRAMÁTICA: 12122040028450000
 SUBTÍTULO: 2845 – Funcionamento da UEMA
 ESPECIFICAÇÃO/UNIDADE: Manter o Campos da UEMA, no Município de Timon

QUANTIDADE: 1 unidade
 FONTE: 103
 GND: 339030
 MODALIDADE DE APLICAÇÃO: 90
 VALOR: R\$ 200.000

INCISO: 214
 ÁREA DE GOVERNO: Agricultura
 TIPO DE REALIZAÇÃO: Irrigação
 MODALIDADE: Construir Açude
 PROGRAMA: 152 – Produção de alimentos de origem vegetal
 LOCALIDADE BENEFICIADA: Município de Benedito Leite
 ESFERA ORÇAMENTÁRIA: 1 - Fiscal
 UNIDADE ORÇAMENTÁRIA PRETENDIDA: 13901 – Fundo de Desenvolvimento Agro Pecuário
 FUNCIONAL PROGRAMÁTICA: 20607015225480000
 SUBTÍTULO: 2548 – Desenvolvimento da Irrigação
 ESPECIFICAÇÃO/UNIDADE: Construir Açudes
 QUANTIDADE: 1 unidade
 FONTE: 101
 GND: 444051
 MODALIDADE DE APLICAÇÃO: 40
 VALOR: R\$ 60.000

INCISO: 215
 ÁREA DE GOVERNO: Saúde
 TIPO DE REALIZAÇÃO: Atenção Urg./Emerg. – Pronto Socorro
 MODALIDADE: Adquirir Unidade
 PROGRAMA: 145 – Saúde Dez
 LOCALIDADE BENEFICIADA: Município de Milagres do Maranhão
 ESFERA ORÇAMENTÁRIA: 2 - Seguridade
 UNIDADE ORÇAMENTÁRIA PRETENDIDA 21901 – FES – Unidade Central:
 FUNCIONAL PROGRAMÁTICA: 10302014521530000
 SUBTÍTULO: 2153 – Assistência Médica qualificada e gratuita
 ESPECIFICAÇÃO/UNIDADE: Adquirir Ambulância devidamente equipada
 QUANTIDADE: 1 unidade
 FONTE: 121
 GND: 444052
 MODALIDADE DE APLICAÇÃO: 40
 VALOR: R\$ 50.000

INCISO: 216
 ÁREA DE GOVERNO: Saúde
 TIPO DE REALIZAÇÃO: Atenção Urg./Emerg. – Pronto Socorro
 MODALIDADE: Adquirir Unidade
 PROGRAMA: 145 – Saúde Dez
 LOCALIDADE BENEFICIADA: Município de São do Sóter
 ESFERA ORÇAMENTÁRIA: 2 - Seguridade
 UNIDADE ORÇAMENTÁRIA PRETENDIDA: 21901 – FES – Unidade Central
 FUNCIONAL PROGRAMÁTICA: 10302014521530000
 SUBTÍTULO: 2153 – Assistência Médica qualificada e gratuita
 ESPECIFICAÇÃO/UNIDADE: Adquirir ambulância devidamente equipada
 QUANTIDADE: 1 unidade
 FONTE: 121
 GND: 444052
 MODALIDADE DE APLICAÇÃO: 40
 VALOR: R\$ 50.000

INCISO: 217
 ÁREA DE GOVERNO: Saúde
 TIPO DE REALIZAÇÃO: Atenção Urg./Emerg. – Pronto Socorro
 MODALIDADE: Adquirir Unidade

PROGRAMA: 145 – Saúde Dez
 LOCALIDADE BENEFICIADA: Município de Timon
 ESFERA ORÇAMENTÁRIA: 2 - Seguridade
 UNIDADE ORÇAMENTÁRIA PRETENDIDA: 21901 – FES – Unidade Central
 FUNCIONAL PROGRAMÁTICA: 10302014521530000
 SUBTÍTULO: 2153 – Assistência Médica qualificada e gratuita
 ESPECIFICAÇÃO/UNIDADE: Adquirir ambulância devidamente equipada
 QUANTIDADE: 1 unidade
 FONTE: 121
 GND: 444052
 MODALIDADE DE APLICAÇÃO: 40
 VALOR: R\$ 60.000

INCISO: 218
 ÁREA DE GOVERNO: Saúde
 TIPO DE REALIZAÇÃO: Atensão Urg./Emerg. – Pronto Socorro
 MODALIDADE: Adquirir Unidade
 PROGRAMA: 145 – Saúde Dez
 LOCALIDADE BENEFICIADA: Município de São Francisco do Maranhão
 ESFERA ORÇAMENTÁRIA: 2 - Seguridade
 UNIDADE ORÇAMENTÁRIA PRETENDIDA: 21901 – FES – Unidade Central
 FUNCIONAL PROGRAMÁTICA: 10302014521530000
 SUBTÍTULO: 2153 – Assistência Médica qualificada e gratuita
 ESPECIFICAÇÃO/UNIDADE: Adquirir ambulância devidamente equipada
 QUANTIDADE: 1 unidade
 FONTE: 121
 GND: 444052
 MODALIDADE DE APLICAÇÃO: 40
 VALOR: R\$ 60.000

INCISO: 219
 ÁREA DE GOVERNO: Saúde
 TIPO DE REALIZAÇÃO: Atensão Urg./Emerg. – Pronto Socorro
 MODALIDADE: Adquirir Unidade
 PROGRAMA: 145 – Saúde Dez
 LOCALIDADE BENEFICIADA: Município de Buriti
 ESFERA ORÇAMENTÁRIA: 2 - Seguridade
 UNIDADE ORÇAMENTÁRIA PRETENDIDA: 21901 – FES – Unidade Central
 FUNCIONAL PROGRAMÁTICA: 10302014521530000
 SUBTÍTULO: 2153 – Assistência médica qualificada e gratuita
 ESPECIFICAÇÃO/UNIDADE: Adquirir Ambulância devidamente equipada
 QUANTIDADE: 1 unidade
 FONTE: 121
 GND: 444052
 MODALIDADE DE APLICAÇÃO: 40
 VALOR: R\$ 60.000

INCISO: 220
 ÁREA DE GOVERNO: Saúde
 TIPO DE REALIZAÇÃO: Atensão Urg./Emerg. – Pronto Socorro
 MODALIDADE: Adquirir Unidade
 PROGRAMA: 145 – Saúde Dez
 LOCALIDADE BENEFICIADA: Município de Humberto de Campos
 ESFERA ORÇAMENTÁRIA: 2 - Seguridade
 UNIDADE ORÇAMENTÁRIA PRETENDIDA: 21901 – FES – Unidade Central
 FUNCIONAL PROGRAMÁTICA: 10302014521530000
 SUBTÍTULO: 2153 – Assistência Médica qualificada e gratuita
 ESPECIFICAÇÃO/UNIDADE: Adquirir ambulância devidamente equipada

QUANTIDADE: 1 unidade
 FONTE: 121
 GND: 444052
 MODALIDADE DE APLICAÇÃO: 40
 VALOR: R\$ 50.000

INCISO: 221
 ÁREA DE GOVERNO: Saúde
 TIPO DE REALIZAÇÃO: Saneamento – Água: Bairro e Povoados
 MODALIDADE: Implantar Sistemas
 PROGRAMA: 164 - SANESTADO
 LOCALIDADE BENEFICIADA: Município de Coelho Neto
 ESFERA ORÇAMENTÁRIA: 2 - Seguridade
 UNIDADE ORÇAMENTÁRIA PRETENDIDA: 2191 – FES – Unidade Central
 FUNCIONAL PROGRAMÁTICA: 17511016416990000
 SUBTÍTULO: 1699 – Projeto Sanear
 ESPECIFICAÇÃO/UNIDADE: Implantar sistema simplificado de abastecimento d'água
 QUANTIDADE: 1 unidade
 FONTE: 121
 GND: 445051
 MODALIDADE DE APLICAÇÃO: 50
 VALOR: R\$ 50.000

INCISO: 222
 ÁREA DE GOVERNO: Saúde
 TIPO DE REALIZAÇÃO: Atensão Urg./Emerg. – Pronto Socorro
 MODALIDADE: Adquirir Unidade
 PROGRAMA: 145 – Saúde Dez
 LOCALIDADE BENEFICIADA: Município de Coelho Neto
 ESFERA ORÇAMENTÁRIA: 2 - Seguridade
 UNIDADE ORÇAMENTÁRIA PRETENDIDA: 2191 – FES – Unidade Central
 FUNCIONAL PROGRAMÁTICA: 10302014521530000
 SUBTÍTULO: 2153 – Assistência médica qualificada e gratuita
 ESPECIFICAÇÃO/UNIDADE: adquirir ambulância devidamente equipada
 QUANTIDADE: 1 unidade
 FONTE: 121
 GND: 444052
 MODALIDADE DE APLICAÇÃO: 50
 VALOR: R\$ 60.000

INCISO: 223
 ÁREA DE GOVERNO: Infra-estrutura
 TIPO DE REALIZAÇÃO: Transportes
 MODALIDADE: Restaurar Trecho
 PROGRAMA: 141 – Ampliação /Conservação de Infra-estrutura rodoviária
 LOCALIDADE BENEFICIADA: Município de Caxias
 ESFERA ORÇAMENTÁRIA: 1 Fiscal
 UNIDADE ORÇAMENTÁRIA PRETENDIDA: 18101 – Sec. De Estado de Infra-estrutura
 FUNCIONAL PROGRAMÁTICA: 26782014114260000
 SUBTÍTULO: 1426 – Restauração de rodovias
 ESPECIFICAÇÃO/UNIDADE: Restaurar trecho de estrada vicinal, na zona rural do município
 QUANTIDADE: 20 km
 FONTE: 101
 GND: 444051
 MODALIDADE DE APLICAÇÃO: 40
 VALOR: R\$ 200.000

INCISO: 224
 ÁREA DE GOVERNO: Saúde
 TIPO DE REALIZAÇÃO: Saneamento/ Água: Bairros e Povoados

MODALIDADE: Implantar Sistemas
 PROGRAMA: 164 - SANESTADO
 LOCALIDADE BENEFICIADA: Município de Caxias
 ESFERA ORÇAMENTÁRIA: 2- Seguridade
 UNIDADE ORÇAMENTÁRIA PRETENDIDA: 21901 – FES – Unidade Central
 FUNCIONAL PROGRAMÁTICA: 17511016416990000
 SUBTÍTULO: 1699 – Projeto Sanear
 ESPECIFICAÇÃO/UNIDADE: Implantar sistema simplificado de abastecimento d'água
 QUANTIDADE: 4 unidades
 FONTE: 121
 GND:444051
 MODALIDADE DE APLICAÇÃO: 40
 VALOR: R\$ 300.000

INCISO: 225
 ÁREA DE GOVERNO: Infra-estrutura
 TIPO DE REALIZAÇÃO: Ação de Infra-estrutura urbana
 MODALIDADE: Pavimentar Vias
 PROGRAMA:137 – Construção e Melhoria de Equipamentos Urbanos
 LOCALIDADE BENEFICIADA: Município de Lago do Junco
 ESFERA ORÇAMENTÁRIA: 1 - Fiscal
 UNIDADE ORÇAMENTÁRIA PRETENDIDA: 18101 – Sec. De Estado de Infra-estrutura
 FUNCIONAL PROGRAMÁTICA: 15451013716710000
 SUBTÍTULO: 1671 – Implantação e pavimentação de vias urbanas
 ESPECIFICAÇÃO/UNIDADE: pavimentar vias (Calçamento)
 QUANTIDADE: 2 km
 FONTE: 101
 GND: 444051
 MODALIDADE DE APLICAÇÃO: 40
 VALOR: R\$ 80.000

INCISO: 226
 ÁREA DE GOVERNO: Saúde
 TIPO DE REALIZAÇÃO: Saneamento – Água: Bairros e Povoados
 MODALIDADE: Implantar sistemas
 PROGRAMA: 164 - SANESTADO
 LOCALIDADE BENEFICIADA: Município de Senador Alexandre Costa
 ESFERA ORÇAMENTÁRIA: 2 - Seguridade
 UNIDADE ORÇAMENTÁRIA PRETENDIDA: 21901 – FES – Unidade Central
 FUNCIONAL PROGRAMÁTICA: 17511016416990000
 SUBTÍTULO: 1699 – Projeto Sanear
 ESPECIFICAÇÃO/UNIDADE: Implantar sistema simplificado de abastecimento d'água
 QUANTIDADE: 1 unidade
 FONTE: 121
 GND: 444051
 MODALIDADE DE APLICAÇÃO: 40
 VALOR: R\$ 60.000

INCISO: 227
 ÁREA DE GOVERNO: Saúde
 TIPO DE REALIZAÇÃO: Saneamento – Água: Bairros e Povoados
 MODALIDADE: Implantar Sistemas
 PROGRAMA: 164 - SANESTADO
 LOCALIDADE BENEFICIADA: Município de Bela Vista do Maranhão
 ESFERA ORÇAMENTÁRIA: 2 - Seguridade
 UNIDADE ORÇAMENTÁRIA PRETENDIDA: 21901 – FES – Unidade Central
 FUNCIONAL PROGRAMÁTICA: 17511016416990000
 SUBTÍTULO: 1699 – Projeto Sanear

ESPECIFICAÇÃO/UNIDADE: Implantar sistema simplificado de abastecimento d'água
 QUANTIDADE: 1 unidade
 FONTE: 121
 GND: 444051
 MODALIDADE DE APLICAÇÃO: 40
 VALOR: R\$ 60.000

INCISO: 228
 ÁREA DE GOVERNO: Saúde
 TIPO DE REALIZAÇÃO: Atenção Ureg/Emerg. – Pronto Socorro
 MODALIDADE: Adquirir Unidade
 PROGRAMA: 145 – Saúde Dez
 LOCALIDADE BENEFICIADA: Município de São Pedro da Água Branca
 ESFERA ORÇAMENTÁRIA: 2 - Seguridade
 UNIDADE ORÇAMENTÁRIA PRETENDIDA: 21901 – FES – Unidade Central
 FUNCIONAL PROGRAMÁTICA: 10302014521530000
 SUBTÍTULO: 2153 – Assistência Médica , qualificada e gratuita
 ESPECIFICAÇÃO/UNIDADE: Adquirir ambulância devidamente equipada
 QUANTIDADE: 1 unidade
 FONTE: 121
 GND: 444052
 MODALIDADE DE APLICAÇÃO: 40
 VALOR: R\$ 60.000

INCISO: 229
 ÁREA DE GOVERNO: Infra-estrutura
 TIPO DE REALIZAÇÃO: Ação de Infra-estrutura urbana
 MODALIDADE: Pavimentar vias
 PROGRAMA: 137 – Construção e melhoria de equipamentos urbanos
 LOCALIDADE BENEFICIADA: Município de Lago da Pedra
 ESFERA ORÇAMENTÁRIA: 1 - Fiscal
 UNIDADE ORÇAMENTÁRIA PRETENDIDA: 18101 – Sec. De Estado de Infra-estrutura
 FUNCIONAL PROGRAMÁTICA: 15451013716710000
 SUBTÍTULO: 1671 – Implantação e pavimentação de vias urbanas
 ESPECIFICAÇÃO/UNIDADE: Pavimentar vias (Calçamento)
 QUANTIDADE: 2 km
 FONTE: 101
 GND: 444051
 MODALIDADE DE APLICAÇÃO: 40
 VALOR: R\$ 80.000

INCISO: 230
 ÁREA DE GOVERNO: Infra-estrutura
 TIPO DE REALIZAÇÃO: Ação de Infra-estrutura urbana
 MODALIDADE: Pavimentar vias
 PROGRAMA: 137 – Construção e melhoria de equipamentos urbanos
 LOCALIDADE BENEFICIADA: Município de Lago dos Rodrigues
 ESFERA ORÇAMENTÁRIA: 1 - Fiscal
 UNIDADE ORÇAMENTÁRIA PRETENDIDA: 18101 – Sec. De Estado de Infra-estrutura
 FUNCIONAL PROGRAMÁTICA: 15451013716710000
 SUBTÍTULO: 1671 – Implantação e pavimentação de vias urbanas
 ESPECIFICAÇÃO/UNIDADE: Pavimentar vias (Calçamento)
 QUANTIDADE: 2 km
 FONTE: 101
 GND:444051
 MODALIDADE DE APLICAÇÃO: 40
 VALOR: R\$ 80.000

INCISO: 231
 ÁREA DE GOVERNO: Infra-estrutura
 TIPO DE REALIZAÇÃO: Infra-estrutura urbana

MODALIDADE: Recuperar vias
 PROGRAMA: 137 – Construção e melhorias de equipamentos urbanos
 LOCALIDADE BENEFICIADA: Município de Alto Alegre do Maranhão
 ESFERA ORÇAMENTÁRIA: 1 - Fiscal
 UNIDADE ORÇAMENTÁRIA PRETENDIDA: 18101 – Sec. De Estado de Infra-estrutura
 FUNCIONAL PROGRAMÁTICA: 15451013716710000
 SUBTÍTULO: 1671 – Implantação e pavimentação de vias urbanas
 ESPECIFICAÇÃO/UNIDADE: Recuperar pavimentação de ruas (Calçamento)
 QUANTIDADE: 10 km
 FONTE: 101
 GND: 444051
 MODALIDADE DE APLICAÇÃO: 40
 VALOR: R\$ 100.000

INCISO: 232
 ÁREA DE GOVERNO: Infra-estrutura
 TIPO DE REALIZAÇÃO: Transportes
 MODALIDADE: Recuperar trecho
 PROGRAMA: 141 – Ampliação/ Conservação de Infra-estrutura rodoviário
 LOCALIDADE BENEFICIADA: Município de Capinzal do Norte
 ESFERA ORÇAMENTÁRIA: 1 – Fiscal
 UNIDADE ORÇAMENTÁRIA PRETENDIDA: 18101 – Sec. De Estado de Infra-estrutura
 FUNCIONAL PROGRAMÁTICA: 26782014114260000
 SUBTÍTULO: 1426 – Restauração de Rodovias
 ESPECIFICAÇÃO/UNIDADE: Restaurar trechos de estrada vicinal
 QUANTIDADE: 8 km
 FONTE: 101
 GND: 444051
 MODALIDADE DE APLICAÇÃO: 40
 VALOR: R\$ 80.000

INCISO: 233
 ÁREA DE GOVERNO: Infra-estrutura
 TIPO DE REALIZAÇÃO: Transportes
 MODALIDADE: Recuperar trecho
 PROGRAMA: 141 – Ampliação/Conservação de Infra-estrutura rodoviária
 LOCALIDADE BENEFICIADA: Município de Santo Antônio dos Lopes
 ESFERA ORÇAMENTÁRIA: 1 - Fiscal
 UNIDADE ORÇAMENTÁRIA PRETENDIDA: 18101 – Sec. De Estado de Infra-estrutura
 FUNCIONAL PROGRAMÁTICA: 26782014114260000
 SUBTÍTULO: 1426 – Restauração de rodovias
 ESPECIFICAÇÃO/UNIDADE: Restaurar trechos de estrada vicinal
 QUANTIDADE: 8 km
 FONTE: 101
 GND: 444051
 MODALIDADE DE APLICAÇÃO: 40
 VALOR: R\$ 80.000

INCISO: 234
 ÁREA DE GOVERNO: Infra-estrutura
 TIPO DE REALIZAÇÃO: Transportes
 MODALIDADE: Recuperar trechos
 PROGRAMA: 141 – Ampliação/ Conservação de Infra-estrutura rodoviária
 LOCALIDADE BENEFICIADA: Município de São Bento
 ESFERA ORÇAMENTÁRIA: 1 - Fiscal
 UNIDADE ORÇAMENTÁRIA PRETENDIDA: 18101 – Sec. de Estado de Infra-estrutura
 FUNCIONAL PROGRAMÁTICA: 26782014114260000

SUBTÍTULO: 1426 – Restauração de Rodovias
 ESPECIFICAÇÃO/UNIDADE: Restaurar trechos de estrada vicinal
 QUANTIDADE: 8 km
 FONTE: 101
 GND: 444051
 MODALIDADE DE APLICAÇÃO: 40
 VALOR: R\$ 80.000

INCISO: 235
 ÁREA DE GOVERNO: Infra-estrutura
 TIPO DE REALIZAÇÃO: Transporte
 MODALIDADE: Recuperar trecho
 PROGRAMA: 141 – Ampliação/Conservação de Infra-estrutura rodoviária
 LOCALIDADE BENEFICIADA: Município de Timbiras
 ESFERA ORÇAMENTÁRIA: 1 - Fiscal
 UNIDADE ORÇAMENTÁRIA PRETENDIDA: 18101 – Sec. de Estado de Infra-estrutura
 FUNCIONAL PROGRAMÁTICA: 26782014114260000
 SUBTÍTULO: 1426 – Restauração de rodovias
 ESPECIFICAÇÃO/UNIDADE: Restaurar trechos de estrada vicinal
 QUANTIDADE: 8 km
 FONTE: 101
 GND: 444051
 MODALIDADE DE APLICAÇÃO: 40
 VALOR: R\$ 80.000

INCISO: 236
 ÁREA DE GOVERNO: Infra-estrutura
 TIPO DE REALIZAÇÃO: Transportes
 MODALIDADE: Recuperar trecho
 PROGRAMA: 141 – Ampliação/Conservação de Infra-estrutura rodoviária
 LOCALIDADE BENEFICIADA: Município de Vargem Grande
 ESFERA ORÇAMENTÁRIA: 1 - Fiscal
 UNIDADE ORÇAMENTÁRIA PRETENDIDA: 18101 – Sec. de Estado de Infra-estrutura
 FUNCIONAL PROGRAMÁTICA: 26782014114260000
 SUBTÍTULO: 1426 – Restauração de rodovias
 ESPECIFICAÇÃO/UNIDADE: Restaurar trecho de estrada vicinal
 QUANTIDADE: 8 km
 FONTE: 101
 GND: 444051
 MODALIDADE DE APLICAÇÃO: 40
 VALOR: R\$ 80.000

INCISO: 237
 ÁREA DE GOVERNO: Saúde
 TIPO DE REALIZAÇÃO: Saneamento - Água: Bairros e Povoados
 MODALIDADE: Implantar Sistemas
 PROGRAMA: 164 - SANESTADO
 LOCALIDADE BENEFICIADA: Município de Mirinzal
 ESFERA ORÇAMENTÁRIA: 2 - Seguridade
 UNIDADE ORÇAMENTÁRIA PRETENDIDA: 21901 – FES – Unidade Central
 FUNCIONAL PROGRAMÁTICA: 17511016416990000
 SUBTÍTULO: 1699 – Projeto Sanear
 ESPECIFICAÇÃO/UNIDADE: Implantar Sistema simplificado de abastecimento d'água
 QUANTIDADE: 1 unidade
 FONTE: 121
 GND: 444051
 MODALIDADE DE APLICAÇÃO: 40
 VALOR: R\$ 50.000

INCISO: 238
 ÁREA DE GOVERNO: Saúde

TIPO DE REALIZAÇÃO: Saneamento - Água: Bairros e Povoados
 MODALIDADE: Implantar Sistemas
 PROGRAMA: 164 - SANESTADO
 LOCALIDADE BENEFICIADA: Município de São João do Carú
 ESFERA ORÇAMENTÁRIA: 2 - Seguridade
 UNIDADE ORÇAMENTÁRIA PRETENDIDA: 21901 - FES -
 Unidade Central
 FUNCIONAL PROGRAMÁTICA: 17511016416990000
 SUBTÍTULO: 1699 - Projeto Sanear
 ESPECIFICAÇÃO/UNIDADE: Implantar sistema simplificado de
 abastecimento d'água
 QUANTIDADE: 1 unidade
 FONTE: 121
 GND: 444051
 MODALIDADE DE APLICAÇÃO: 40
 VALOR: R\$ 50.000

INCISO: 239
 ÁREA DE GOVERNO: Saúde
 TIPO DE REALIZAÇÃO: Saneamento - Água: Bairros e Povoados
 MODALIDADE: Implantar Sistemas
 PROGRAMA: 164 - SANESTADO
 LOCALIDADE BENEFICIADA: Município de Cururupu
 ESFERA ORÇAMENTÁRIA: 2 Seguridade
 UNIDADE ORÇAMENTÁRIA PRETENDIDA: 21901 - FES -
 Unidade Central
 FUNCIONAL PROGRAMÁTICA: 17511016416990000
 SUBTÍTULO: 1699 - Projeto Sanear
 ESPECIFICAÇÃO/UNIDADE: Implantar sistema simplificado de
 abastecimento d'água
 QUANTIDADE: 1 unidade
 FONTE: 121
 GND: 444051
 MODALIDADE DE APLICAÇÃO: 40
 VALOR: R\$ 50.000

INCISO: 240
 ÁREA DE GOVERNO: Saúde
 TIPO DE REALIZAÇÃO: Saneamento - Água: bairros e povoados
 MODALIDADE: Implantar Sistemas
 PROGRAMA: 164 - SANESTADO
 LOCALIDADE BENEFICIADA: Município de Bom Jardim
 ESFERA ORÇAMENTÁRIA: 2 - Seguridade
 UNIDADE ORÇAMENTÁRIA PRETENDIDA: 21901 - FES -
 Unidade Central
 FUNCIONAL PROGRAMÁTICA: 17511016416990000
 SUBTÍTULO: 1699 - Projeto Sanear
 ESPECIFICAÇÃO/UNIDADE: Implantar sistema simplificado de
 abastecimento d'água
 QUANTIDADE: 1 unidade
 FONTE: 121
 GND: 444051
 MODALIDADE DE APLICAÇÃO: 40
 VALOR: R\$ 75.000

INCISO: 241
 ÁREA DE GOVERNO: Saúde
 TIPO DE REALIZAÇÃO: Saneamento - Água: bairros e povoados
 MODALIDADE: Implantar sistemas
 PROGRAMA: 164 - SANESTADO
 LOCALIDADE BENEFICIADA: Município de Serrano
 ESFERA ORÇAMENTÁRIA: 2 - Seguridade
 UNIDADE ORÇAMENTÁRIA PRETENDIDA: 21901 - FES-
 Unidade Central
 FUNCIONAL PROGRAMÁTICA: 17511016416990000
 SUBTÍTULO: 1699 - Projeto Sanear

ESPECIFICAÇÃO/UNIDADE: Implantar sistema simplificado de
 abastecimento d'água
 QUANTIDADE: 1 unidade
 FONTE: 121
 GND: 444051
 MODALIDADE DE APLICAÇÃO: 40
 VALOR: R\$ 75.000

INCISO: 242
 ÁREA DE GOVERNO: Saúde
 TIPO DE REALIZAÇÃO: Saneamento - Água: bairros e povoados
 MODALIDADE: Implantar sistema
 PROGRAMA: 164 - SANESTADO
 LOCALIDADE BENEFICIADA: Município de Bacuri
 ESFERA ORÇAMENTÁRIA: 2- Seguridade
 UNIDADE ORÇAMENTÁRIA PRETENDIDA: 21901 - FES -
 Unidade Central
 FUNCIONAL PROGRAMÁTICA: 17511016416990000
 SUBTÍTULO: 1699 - Projeto Sanear
 ESPECIFICAÇÃO/UNIDADE: Implantar sistema simplificado de
 abastecimento d'água
 QUANTIDADE: 1 unidade
 FONTE: 121
 GND: 444051
 MODALIDADE DE APLICAÇÃO: 40
 VALOR: R\$ 65.000

INCISO: 243
 ÁREA DE GOVERNO: Saúde
 TIPO DE REALIZAÇÃO: Atenção Urg./Emerg. - Pronto Socorro
 MODALIDADE: Adquirir Unidade
 PROGRAMA: 164 - SANESTADO
 LOCALIDADE BENEFICIADA: Município de Bequimão
 ESFERA ORÇAMENTÁRIA: 2 - Seguridade
 UNIDADE ORÇAMENTÁRIA PRETENDIDA: 21901 - FES -
 Unidade Central
 FUNCIONAL PROGRAMÁTICA: 10302014521530000
 SUBTÍTULO: 2153 - Assistência médica qualificada e gratuita
 ESPECIFICAÇÃO/UNIDADE: Adquirir ambulância devidamente
 equipada
 QUANTIDADE: 1 unidade
 FONTE: 121
 GND: 444051
 MODALIDADE DE APLICAÇÃO: 40
 VALOR: R\$ 60.000

INCISO: 244
 ÁREA DE GOVERNO: Saúde
 TIPO DE REALIZAÇÃO: Saneamento - Água: bairros e povoados
 MODALIDADE: Implantar sistemas
 PROGRAMA: 164 SANESTADO
 LOCALIDADE BENEFICIADA: Município de Guimarães
 ESFERA ORÇAMENTÁRIA: 2 - Seguridade
 UNIDADE ORÇAMENTÁRIA PRETENDIDA: 21901 - FES -
 Unidade Central
 FUNCIONAL PROGRAMÁTICA: 17511016416990000
 SUBTÍTULO: 1699 - Projeto Sanear
 ESPECIFICAÇÃO/UNIDADE: Implantar sistema simplificado de
 abastecimento d'água
 QUANTIDADE: 1 unidade
 FONTE: 121
 GND: 444051
 MODALIDADE DE APLICAÇÃO: 40
 VALOR: R\$ 75.000

INCISO: 245
 ÁREA DE GOVERNO: Infra-estrutura

TIPO DE REALIZAÇÃO: Transporte
 MODALIDADE: Construir Trecho
 PROGRAMA: 141 – Ampliação/Conservação da Infra-estrutura rodoviária
 LOCALIDADE BENEFICIADA: Município de Bela Vista do Maranhão
 ESFERA ORÇAMENTÁRIA: 1 Fiscal
 UNIDADE ORÇAMENTÁRIA PRETENDIDA: 18101 – Sec. de Estado de Infra-estrutura
 FUNCIONAL PROGRAMÁTICA: 26782014116760000
 SUBTÍTULO: 1676 – Construção de rodovias
 ESPECIFICAÇÃO/UNIDADE: Construir trecho de estrada vicinal, na zona rural do município
 QUANTIDADE: 10 km
 FONTE: 101
 GND: 444051
 MODALIDADE DE APLICAÇÃO: 40
 VALOR: R\$ 200.000

INCISO: 246
 ÁREA DE GOVERNO: Infra-estrutura
 TIPO DE REALIZAÇÃO: Ação de Infra-estrutura urbana
 MODALIDADE: Pavimentar vias
 PROGRAMA: 137 – Construção e melhoria de equipamentos urbanos
 LOCALIDADE BENEFICIADA: Município de Lagoa Grande do Maranhão
 ESFERA ORÇAMENTÁRIA: 1 Fiscal
 UNIDADE ORÇAMENTÁRIA PRETENDIDA: 18101 – Sec. de Estado de Infra-estrutura
 FUNCIONAL PROGRAMÁTICA: 15451013716710000
 SUBTÍTULO: 1671 – Implantação e pavimentação de vias urbanas
 ESPECIFICAÇÃO/UNIDADE: Pavimentar vias (Calçamento)
 QUANTIDADE: 2 km
 FONTE: 101
 GND: 444051
 MODALIDADE DE APLICAÇÃO: 40
 VALOR: R\$ 80.000

**ESTADO DO MARANHÃO
 GABINETE DO GOVERNADOR**

MENSAGEM Nº 096/2004-12-22

São Luís, 13 de dezembro de 2004

Senhor Presidente,

Tenho a honra de submeter à apreciação de Vossa Excelência e dos Senhores Deputados, o incluso projeto de lei que cria vagas para o cargo de Professor, Classe IV, Referência 19 e Supervisor Escolar, Classe II, Referência 19, do Grupo Ocupacional Magistério de 1º e 2º Graus, e dá outras providências.

Justifica-se o presente projeto de lei a crescente expansão da oferta de matrículas no Ensino Médio, o que gerou a urgente necessidade de cobrir o déficit de professores na Rede Oficial de Ensino do Estado, assim como o de Supervisor Escolar, para garantir o suporte técnico-pedagógico às escolas, num total de 1.500 vagas para Professor, Classe IV, Referência 19 e 300 vagas para o cargo de Supervisor Escolar, Classe II, Referência 19.

Na certeza de que este Projeto merecerá a melhor acolhida por parte de Vossa Excelência e de seus ilustres Pares, solicito que lhe seja atribuída a prioridade prevista no art. 46, da Constituição do Estado.

Aproveito o ensejo para reiterar a Vossa Excelência e aos Senhores Deputados os mais elevados protestos de consideração e apreço.

JOSÉ REINALDO CARNEIRO TAVARES
 Governador do Estado

A Sua Excelência o Senhor
 Deputado CARLOS ALBERTO MILHOMEM DE SOUSA
 Presidente da Assembléia Legislativa do Estado
 Palácio Manoel Bequimão
 Local

PROJETO DE LEI Nº 157/04

Cria vagas para o cargo de Professor, Classe IV, Referência 19 e Supervisor Escolar, Classe II, Referência 19, do Grupo Ocupacional Magistério de 1º e 2º Graus, e dá outras providências.

Art. 1º– Ficam criadas no Quadro Permanente de Pessoal do Poder Executivo vagas para os cargos de provimento efetivo do Grupo Ocupacional Magistério de 1º e 2º Graus, constantes do Anexo desta Lei.

Parágrafo único. As vagas a que se refere este artigo serão preenchidas na forma da legislação em vigor.

Art. 2º As despesas decorrentes da execução da presente Lei correrão à conta dos créditos orçamentários próprios.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

MENSAGEM Nº 097/2004-12-22

São Luís, 13 de dezembro de 2004

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência que, nos termos do art. 64, IV da Constituição Estadual, decidi vetar, totalmente, por inconstitucionalidade, o Projeto de Lei nº 120/2004, que “torna obrigatório que a empresa concessionária de serviço público de telefonia fixa no Estado do Maranhão, responsável pela emissão da fatura telefônica, forneça informações detalhadas referentes aos ‘pulsos’ efetuados pelo consumidor, e dá outras providências

Isto posto, passo às mãos de Vossa Excelência, para apreciação dessa augusta Assembléia, as razões do veto, as quais, como se há de convir, justificam-no plenamente.

Nesta oportunidade, renovo a Vossa Excelência e aos seus ilustres Pares meus protestos de consideração e apreço.

JOSÉ REINALDO CARNEIRO TAVARES
 Governador do Estado

A Sua Excelência o Senhor
 Deputado CARLOS ALBERTO MILHOMEM DE SOUSA
 Presidente da Assembléia Legislativa do Estado
 Palácio Manoel Bequimão
 Local

Veto total ao Projeto de Lei nº 120/2004, que “torna obrigatório que a empresa concessionária de serviço público de telefonia fixa no Estado do Maranhão, responsável pela emissão da fatura telefônica, forneça informações detalhadas referentes aos ‘pulsos’ efetuados pelo consumidor, e dá outras providências”.

Usando das atribuições que me confere o art. 64, IV da Constituição Estadual, oponho veto total ao Projeto de Lei nº 120/2004.

RAZÕES DO VETO

É de se reconhecer a importância dos objetivos expressos no projeto, entretanto, o mesmo padece de vício de inconstitucionalidade.

Com efeito, a competência legislativa para dispor sobre telecomunicações é privativa da União, segundo consta no art. 22, IV da Constituição Federal:

“Art. 22. Compete privativamente à União legislar sobre:

IV - águas, energia, informática, telecomunicações, radiodifusão.”

Não está o Estado do Maranhão autorizado a editar normas sobre o tema a não ser que haja lei complementar expressa permitindo, segundo se infere da leitura do art. 22, parágrafo único da Constituição Federal.

Estas, Senhor Presidente, as razões que me levaram a vetar totalmente o Projeto de Lei no 120/2004, as quais submeto à elevada apreciação dos Senhores Membros da Assembléia Legislativa do Estado.

GABINETE DO GOVERNADOR DO ESTADO DO MARANHÃO, EM SÃO LUÍS, 13 DE DEZEMBRO DE 2004, 1 83° DA INDEPENDÊNCIA E 116° DA REPÚBLICA.

MENSAGEM Nº 098/2004

São Luís, 13 de dezembro de 2004

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência que, nos termos do art. 64, IV da Constituição Estadual, decidi vetar, totalmente, por inconstitucionalidade, o Projeto de Lei nº 124/2004, que “veda o lançamento de dados de clientes de operadoras telefônicas nos cadastros de serviços de proteção ao crédito nos casos de que especifica e dá outras providências”.

Isto posto, passo às mãos de Vossa Excelência, para apreciação dessa augusta Assembléia, as razões do veto, as quais, como se há de convir, justificam-no plenamente.

Nesta oportunidade, renovo a Vossa Excelência e aos seus ilustres Pares meus protestos de consideração e apreço.

JOSÉ REINALDO CARNEIRO TAVARES
Governador do Estado

A sua Excelência o Senhor
Deputado CARLOS ALBERTO MILHOMEM DE SOUSA
Presidente da Assembléia Legislativa do Estado
Palácio Manoel Bequimão
Local

Veto total ao Projeto de Lei nº 124/2004, que “veda o lançamento de dados de clientes de operadoras telefônicas nos cadastros de serviços de proteção ao crédito nos casos de que especifica, e dá outras providências”.

Usando das atribuições que me confere o art. 64, IV da Constituição Estadual, oponho veto total ao Projeto de Lei nº 124/2004.

RAZÕES DO VETO

O projeto de lei em questão se insere no ramo do Direito do Consumidor, vedando a inserção de consumidores inadimplentes em bancos de dados (SPC, SERASA) por débitos contraídos perante concessionárias de telefonia.

A Constituição Federal estruturou regra de competência legislativa concorrente no que tange a regras sobre consumo, sendo

taxativa em determinar que à União cabe legislar sobre normas gerais e ao Estado suplementá-las, desde que obedecidos os parâmetros federais traçados, verbis:

“Art. 24. Compete privativamente à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:

(...)

V - produção e consumo;

§ 1º No âmbito da legislação concorrente, a competência da União limitar-se-á a estabelecer normas gerais.

§ 2º A competência da União para legislar sobre normas gerais não exclui a competência suplementar dos Estados.

§ 3º Inexistindo lei federal sobre normas gerais, os Estados exercerão a competência legislativa plena, para atender a suas peculiaridades.

§ 4º A superveniência de lei federal sobre normas gerais suspende a eficácia da lei estadual, no que lhe for contrário.”

Já existem normas gerais acerca do terna tratado no projeto relativo a cadastros de serviços de proteção ao crédito (Código de Defesa do Consumidor, art. 43), determinando que a inscrição dos consumidores inadimplentes poderá ser efetuada desde que haja comunicação prévia.

A vedação de inscrição, prevista no projeto, contraria, portanto, a norma geral prevista no Código de Defesa do Consumidor acima transcrita, taxativa em permitir a inscrição de consumidores inadimplentes, violando regra de competência prevista na Constituição Federal, cabendo ao Estado apenas suplementar normas gerais prefixadas pela União.

Estas, Senhor Presidente, as razões que me levaram a vetar totalmente o Projeto de Lei nº 124/2004, as quais submeto à elevada apreciação dos Senhores Membros da Assembléia Legislativa do Estado.

GABINETE DO GOVERNADOR DO ESTADO DO MARANHÃO, EM SÃO LUÍS, 13 DE DEZEMBRO DE 2004, 183° DA INDEPENDÊNCIA E 116° DA REPÚBLICA.

ANEXO

CARGOS	QUANTITATIVO DE VAGAS
Professor, Classe IV, Referência 19	1.500
Supervisor Escolar, Classe II, Referência 19	300
TOTAL	1.800

MINISTERIO DA EDUCAÇÃO FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO PRESIDÊNCIA

COMUNICADO Nº AL 001262/2004

Brasília, 10 de dezembro de 2004

ILM(º) SENHOR(a),
PRESIDENTE DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO
MARANHÃO

De acordo com a legislação vigente, informamos a liberação de recursos destinados a garantir a execução de programas do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, conforme abaixo:

Entidade: SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO			Ordem Bancária	
Nº Convênio	Programa	Parcela	Data Emissão	Valor em R\$
837001	PRODEBE	001	09/12/2004	35.000.000,00

Atenciosamente,

JOSÉ HENRIQUE PAIM FERNANDES
Presidente do FNDE

**MINISTERIO DA EDUCAÇÃO
FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA
EDUCAÇÃO
PRESIDÊNCIA**

COMUNICADO Nº AL 001190/2004

Brasília, 26 de novembro de 2004

ILM^(a) SENHOR(a),
PRESIDENTE DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO
MARANHÃO

De acordo com a legislação vigente, informamos a liberação de recursos destinados a garantir a execução de programas do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, conforme abaixo:

Entidade: SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO						
Programa			Ordem Bancária			
			Data Emissão		Valor em R\$	
FNAC - FNAE CRECHE			26/11/2004		229,50	
Rede	Creche		Pré-Escolar		Fundamental	
	Qtd. Alunos	Valor	Qtd. Alunos	Valor	Qtd. Alunos	Valor
ESTADUAL	51	229,50	0	0,00	0	0,00
Nº Dias Atendimento 25						

Atenciosamente,

JOSÉ HENRIQUE PAIM FERNANDES
Presidente do FNDE

**MINISTERIO DA EDUCAÇÃO
FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA
EDUCAÇÃO
PRESIDÊNCIA**

COMUNICADO Nº AL 001191/2004

Brasília, 26 de novembro de 2004

ILM^(a) SENHOR(a),
PRESIDENTE DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO
MARANHÃO

De acordo com a legislação vigente, informamos a liberação de recursos destinados a garantir a execução de programas do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, conforme abaixo:

Entidade: SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO						
Programa			Ordem Bancária			
			Data Emissão		Valor em R\$	
FNAI - FNAE INDIGENA			26/11/2004		86.917,00	
Rede	Creche		Pré-Escolar		Fundamental	
	Qtd. Alunos	Valor	Qtd. Alunos	Valor	Qtd. Alunos	Valor
ESTADUAL	0	0,00	844	7.174,00	9358	79.943,00
Nº Dias Atendimento 25						

Atenciosamente,

JOSÉ HENRIQUE PAIM FERNANDES
Presidente do FNDE

**MINISTERIO DA EDUCAÇÃO
FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA
EDUCAÇÃO
PRESIDÊNCIA**

COMUNICADO Nº AL 001122/2004

Brasília, 11 de novembro de 2004

ILM^(a) SENHOR(a),
PRESIDENTE DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO
MARANHÃO

De acordo com a legislação vigente, informamos a liberação de recursos destinados a garantir a execução de programas do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, conforme abaixo:

Entidade: GERENCIA DE DESENVOLVIMENTO HUMANO			
Programa		Ordem Bancária	
		Data Emissão	Valor em R\$
BRALP		003	10/11/2004 2.019.166,00
Rede		Qtd. Alunos	
ESTADUAL		14560	

Atenciosamente,

JOSÉ HENRIQUE PAIM FERNANDES
Presidente do FNDE

**MINISTERIO DA EDUCAÇÃO
FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA
EDUCAÇÃO
PRESIDÊNCIA**

COMUNICADO Nº AL 001123/2004

Brasília, 11 de novembro de 2004

ILM^(a) SENHOR(a),
PRESIDENTE DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO
MARANHÃO

De acordo com a legislação vigente, informamos a liberação de recursos destinados a garantir a execução de programas do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, conforme abaixo:

Entidade: GERENCIA DE DESENVOLVIMENTO HUMANO			
Programa		Ordem Bancária	
		Data Emissão	Valor em R\$
FNATE		007	18/11/2004 68.864,43
Rede		Qtd. Alunos	
ESTADUAL		8155	

Atenciosamente,

JOSÉ HENRIQUE PAIM FERNANDES
Presidente do FNDE

**MINISTERIO DA EDUCAÇÃO
FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA
EDUCAÇÃO
PRESIDÊNCIA**

COMUNICADO Nº AL 001124/2004

Brasília, 11 de novembro de 2004

ILM^o(^a) SENHOR(a),
PRESIDENTE DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO
MARANHÃO

De acordo com a legislação vigente, informamos a liberação de recursos destinados a garantir a execução de programas do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, conforme abaixo:

Entidade: GERENCIA DE DESENVOLVIMENTO HUMANO		Ordem Bancaria	
Programa	Parcela	Data Emissão	Valor em R\$
PEJA	007	10/11/2004	978.122,95
Rede		Qtd. Alunos	
ESTADUAL		43970	

Atenciosamente,

JOSÉ HENRIQUE PAIM FERNANDES
Presidente do FNDE

MINISTERIO DA EDUCAÇÃO
FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA
EDUCAÇÃO
PRESIDÊNCIA

COMUNICADO Nº AL 001224/2004

Brasília, 11 de novembro de 2004

ILM^o(^a) SENHOR(a),
PRESIDENTE DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO
MARANHÃO

De acordo com a legislação vigente, informamos a liberação de recursos destinados a garantir a execução de programas do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, conforme abaixo:

Entidade: SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO		Ordem Bancaria				
Programa		Data Emissão	Valor em R\$			
PNAR		27/11/2004	1.032.984,00			
Rede	Creche	Pré-Escolar	Fundamental			
	Qtd. Alunos	Valor	Qtd. Alunos	Valor		
ESTADUAL	0	0,00	10786	32.258,00	333542	1.600.626,00
Nº Dias Atendimento		20				

Atenciosamente,

JOSÉ HENRIQUE PAIM FERNANDES
Presidente do FNDE

MINISTERIO DA EDUCAÇÃO
FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA
EDUCAÇÃO
PRESIDÊNCIA

COMUNICADO Nº AL 001225/2004

Brasília, 29 de novembro de 2004

ILM^o(^a) SENHOR(a),
PRESIDENTE DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO
MARANHÃO

De acordo com a legislação vigente, informamos a liberação de recursos destinados a garantir a execução de programas do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, conforme abaixo:

Entidade: SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO		Ordem Bancaria	
Programa	Parcela	Data Emissão	Valor em R\$
PEJA	008	27/11/2004	978.122,95
Rede		Qtd. Alunos	
ESTADUAL		43970	

Atenciosamente,

JOSÉ HENRIQUE PAIM FERNANDES
Presidente do FNDE

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**OFÍCIO/INCRA/DR (12) G/Nº 725/2004**

São Luís (MA)- Em, 10.12.04

Senhor Presidente,

Reportamo-nos ao OFÍCIO Nº 759/2004-GS-1/SM, datado de 07/12/2004, dessa Casa Legislativa, para informar a V.Ex.^a, que este Órgão efetuou levantamento nos imóveis rurais denominados "Fazenda Campo Verde" e "Fazenda Cana Brava", localizados no município de Tuntum, neste Estado, de propriedade da Agropecuária Tamarindo S/A, tendo apurado, pelos critérios de utilização da terra e eficiência na exploração, tratarem-se de áreas produtivas.

Informamos-lhe, ainda, que esta Regional, com o objetivo de complementar a classificação dos imóveis, encaminhou expediente à Delegacia Regional de Trabalho solicitando a realização de levantamento da situação trabalhista dos empregados das duas fazendas, para que possa decidir sobre o prosseguimento ou não dos processos expropriatórios.

Atenciosamente,

RUI ALCIDES DOS SANTOS
CHEFE DE GABINETE
INCRA-MA

Ao

Exmº Sr.

JOAQUIM HAICKEL

MD. Deputado Estadual-1º Secretário da Assembléia Legislativa
Assembléia Legislativa do Estado do Maranhão
São Luís-MA

ESTADO DO MARANHÃO
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA

COMUNICAÇÃO

Senhor Presidente:

Nos termos regimentais, os Deputados Estaduais signatários da presente comunicação, informam a Vossa Excelência, que no dia 07

de dezembro do ano em curso, desfilaram-se do Partido do Movimento Democrática Brasileiro – PMDB, ingressando no Partido Trabalhista Brasileiro – PTB, com representação nesta Casa Legislativa, solicitando ainda a adoção das providências regimentais.

Plenário Deputado Gervásio Santos do Palácio Manoel Bequimão, em 09 de novembro de 2004.

Deputado Deusdeth Sampaio Deputado Stênio Resende

COMUNICAÇÃO

Senhor Presidente da Assembléia Legislativa:

Nos termos regimentais, COMUNICO a Vossa Excelência, do meu desligamento do PRONA, e a conseqüente filiação ao Partido Trabalhista Brasileiro-PTB, ocorrido no dia 07 de dezembro do ano em curso, solicitando ainda a adoção das providências regimentais.

Plenário Deputado Gervásio Santos do Palácio Manoel Bequimão, em 09 de dezembro de 2004.

Deputado Pavão Filho

COMUNICAÇÃO

Senhor Presidente da Assembléia Legislativa:

Nos termos regimentais, COMUNICO a Vossa Excelência, do meu desligamento do PSC, e a conseqüente filiação ao Partido Trabalhista Brasileiro-PTB, ocorrido no dia 07 de dezembro do ano em curso, solicitando ainda a adoção das providências regimentais.

Plenário Deputado Gervásio Santos do Palácio Manoel Bequimão, em 09 de novembro de 2004.

Deputado Paulo Neto

COMUNICAÇÃO

Senhor Presidente da Assembléia Legislativa:

Nos termos regimentais, COMUNICO a Vossa Excelência, do meu desligamento do Partido Progressista- PP, e a conseqüente filiação ao Partido Trabalhista Brasileiro-PTB, ocorrido no dia 07 de dezembro do ano em curso, solicitando ainda a adoção das providências regimentais.

Plenário Deputado Gervásio Santos do Palácio Manoel Bequimão, em 09 de novembro de 2004.

Deputado Elígio Almeida

COMUNICAÇÃO

Senhor Presidente da Assembléia Legislativa:

Nos termos regimentais, os Deputados Estaduais abaixo assinados, integrantes da Bancada do Partido Trabalhista Brasileira-PTB, comunicam a Vossa Excelência, do desligamento do Bloco Parlamentar Progressista- BPP, indicando o Deputado Wilson Carvalho para exercer a função de Líder da Bancada, solicitando a adoção das providências regimentais.

Plenário Deputado Gervásio Santos do Palácio Manoel Bequimão, em 14 de dezembro de 2004.

Deputado Antonio Bacelar Deputado João Evangelista
Deputado Camilo Figueiredo Deputado Pavão Filho
Deputado Deusdeth Sampaio Deputado Paulo Neto
Deputado Elígio Almeida Deputado Rubens Pereira
Deputado Geovane Castro Deputado Stênio Resende

Deputado Manoel Ribeiro Deputado Telma Pinheiro
Deputado Wilson Carvalho Deputado Janice Braide
Deputado Humberto Coutinho

COMUNICAÇÃO

Senhor Presidente da Assembléia Legislativa:

Nos termos regimentais, os Deputados Estaduais signatários da presente comunicação, informam a Vossa Excelência, que no dia 07 de dezembro do ano em curso, desfilaram-se do Partido da Frente Liberal, ingressando no Partido Trabalhista Brasileiro-PTB, com representação nesta Casa Legislativa, solicitando ainda a adoção das providências e regimentais.

Plenário Deputado Gervásio Santos do Palácio Manoel Bequimão, em 09 de novembro de 2004.

Deputado Antonio Bacelar Deputado Rubens Pereira
Deputado Camilo Figueiredo Deputada Telma Pinheiro
Deputado Geovane Castro Deputado Wilson Carvalho
Deputado João Evangelista

RELATÓRIO DAS ATIVIDADES LEGISLATIVAS REFERENTES À 2a. SESSÃO LEGISLATIVA DA 15a. LEGISLATURA - 2004

01 – PROJETOS DE LEI DO PODER EXECUTIVO

Apresentado (s) 045
Aprovado (s) 045

02 – PROJETOS DE LEI COMPLEMENTAR DO EXECUTIVO

Apresentado (s) 002
Aprovado (s) 002

03 – PROJETOS DE LEI ORDINÁRIA DO LEGISLATIVO

Apresentado (s) 110
Aprovado (s) 078
Rejeitado (s) 001
Pendente (s) 030
Prejudicado (s) 001

04 – VETOS A PROJETOS DE LEI ANO 2003

Apresentado (s) 005
Mantido (s) 004
Pendentes (s) 001

05 – VETOS A PROJETOS DE LEI ANO 2004

Apresentado (s) 018
Mantido (s) 008
Pendente (s) 008
Rejeitado (s) 002

06 – PROPOSTA DE EMENDA CONSTITUCIONAL DO PODER LEGISLATIVO

Apresentada (s) 009
Aprovada (s) 001
Pendente 008

07 – PROJETO DE RESOLUÇÃO LEGISLATIVA

Apresentado (s) 017
Aprovado (s) 013
Pendente (s) 004

08 – REQUERIMENTOS

Apresentado (s) 241
Aprovado (s) 103

Rejeitado (s)	026
Prejudicado (s)	004
Deferido (s)	102
Indeferido (s)	002
Retirado (s)	004

09 – INDICACÕES

Apresentada (s)	1049
Deferida (s)	1049

10 – MOCÕES

Apresentada (s)	007
Aprovada (s)	004
Pendente (s)	002
Rejeitada	001

11 – PROJETOS DE DECRETO LEGISLATIVO

Apresentado (s)	004
Aprovado (s)	004
Pendente (s)	000

12 – PROJETOS DE LEI COMPLEMENTAR DO PODER JUDICIÁRIO

Apresentado (s)	005
Aprovado (s)	005

13 – PROJETOS DE LEI COMPLEMENTAR DO MINISTÉRIO PÚBLICO

Apresentado (s)	002
Aprovado (s)	002

14 – PROJETOS DE LEI DO MINISTÉRIO PÚBLICO

Apresentado	001
Aprovado	001

15 – MEDIDAS PROVISÓRIAS

Apresentada (s)	009
Aprovada (s)	005
Rejeitada	001
Arquivada	001
Revogada (s)	002

16 – VETOS A PROJETOS DE LEI COMPLEMENTAR

Apresentado(s)	003
Aprovado(s)	002
Pendente	001

17 – SESSÕES ORDINÁRIAS – 97**18 – SESSÕES EXTRAORDINÁRIAS - 21****SESSÕES ESPECIAIS**

REQUERIMENTO Nº 025/04 – Deputada Telma Pinheiro
Tema: Homenagem ao Dia Internacional da Mulher
Realizada em 08.03.04

REQUERIMENTO Nº 026/04 – Deputada Helena Heluy
Tema: Campanha da Fraternidade - 2004
Realizada em 11.03.04

SESSÕES SOLENES

Entrega do Título de Cidadão a Dom Paulo Eduardo Andrade Ponte
Realizada em 15.04.01

Entrega do Título de Cidadão ao Comandante Olivar Weba de Amorim Alves
Realizada em 07.10.04

Entrega do Título de Cidadão ao Sr. José Francisco das Chagas
Realizada em 27.10.04

Entrega do Título de Cidadão ao Engenheiro Artur Ribeiro Bastos
Realizada em 25.11.04

Entrega do Título de Cidadão ao Dr. Paulo Márcio Tavares da Silva
Realizada em 02.12.04

Entrega do Título de Cidadão ao Sr. Ariomar André de Souza
Realizada em 09.12.04

COMISSÕES ESPECIAIS

Foram criadas comissões especiais através de requerimentos para os objetivos abaixo relacionados:

- Levantamento sobre as rodovias estaduais e federais
- Examinar e apresentar parecer à medida provisória 01
- Examinar e apresentar parecer à medida provisória 02
- Examinar e apresentar parecer à medida provisória 03
- Examinar e apresentar parecer à medida provisória 04
- Examinar e apresentar parecer à medida provisória 05
- Examinar e apresentar parecer à medida provisória 06
- Examinar e apresentar parecer à medida provisória 07
- Examinar e apresentar parecer à medida provisória 08
- Examinar e apresentar parecer à medida provisória 09
- Estudo sobre finalidades e apurar irregularidade em projetos sociais do Governo Estadual e Federal no Maranhão (Fome Zero, Bolsa Família, etc.)
- Conhecer e verificar a conservação e andamento da Barragem do Rio Flores

PARECERES E AUDIÊNCIAS PÚBLICAS

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E REDAÇÃO
FINAL: emitiu 236 pareceres

COMISSÃO DE ORÇAMENTO, FINANÇAS E FISCALIZAÇÃO:
emitiu 10 pareceres e 32 em conjunto com CCJ

COMISSÃO POLÍTICA AGRÁRIA, PRODUÇÃO E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: emitiu 01 parecer e 02 em conjunto com a CCJ

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIAS, TECNOLOGIA CULTURA E DESPORTO: emitiu 03 pareceres e 03 em conjunto com a Comissão de Constituição e Justiça e Redação Final

Realizou 03 audiências públicas sob os temas:
Paralização das atividades do Teatro Artur Azevedo
Orientar os Estabelecimento de Ensino Religioso Educadores Valorizados – Educação Qualificada

A COMISSÃO DE RELAÇÕES DO TRABALHO E ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA : emitiu 07 pareceres e mais vinte e 21 em conjunto 04 (quatro)

Realizou 03 audiências públicas sob os temas:
Reajuste de vencimentos dos servidores públicos do Estado, aposentados e pensionistas;
Sobre a greve dos Oficiais de Justiça;
Os trabalhadores da justiça e a elaboração participativa do Orçamento Público;

A implantação de Usinas Siderúrgicas na Ilha de São Luís

COMISSÃO DE SAÚDE, SEGURIDADE E AÇÃO SOCIAL: emitiu: quatro (04) pareceres e mais quatro (04) em conjunto com a CCJ

COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS: emitiu um (01) parecer em conjunto com a CCJ

Visitou o Quartel da Polícia Militar e realizou 03 Vídeos Conferências

COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, MINAS, ENERGIA E TURISMO: emitiu 03 pareceres e 01 em conjunto com a CCJ

COMISSÃO DE ÉTICA: emitiu um (01) parecer

A COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR: emitiu 03 pareceres e 01 em conjunto com a CCJ

COMISSÃO ESPECIAL: criada através da Resolução Administrativa nº 764, de 19 de outubro de 2004, para realizar estudos sobre o desvio de finalidades de irregularidades existentes em projetos e programas sociais do Governo Estadual e do Governo Federal no Estado do Maranhão, com destaque para a Bolsa Família e Fome Zero, apresentando relatório fundamentado a ser encaminhado aos órgãos competentes, foram feitas 05 (cinco) visitas “in loco” aos Municípios de Icatu, Santa Rita, Cururupu, Carutapera e Pinheiro.

COMISSÃO ESPECIAL: criada através da Resolução Administrativa nº 432, de 29 de abril de 2004, para fazer o levantamento detalhado sobre a situação das rodovias estaduais e federais no Maranhão. Foram feitas visitas “in loco” nas estradas da malha viária estadual e federal.

EDITAL Nº 002 – CC/AL

CONVOCAÇÃO DE CANDIDATOS PARA PROVAS PRÁTICAS E PARA PROVAS DISCURSIVAS

O Presidente da Comissão de Concurso, criada pela Resolução Administrativa nº 741/04 da Mesa Diretora da Assembléia Legislativa do Estado do Maranhão, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o disposto nos subitens 6.14.3, 6.15.3 e 6.16.3, do Edital nº 001/2004, de 19 de outubro de 2004, torna público, para conhecimento dos interessados, que as listagens, por ordem alfabética, dos candidatos convocados para participar das provas práticas e discursivas, encontram-se afixadas nos Quadros de Avisos da Fundação Sôsândrade (Rua de Santaninha, 164 - Centro), da Assembléia Legislativa (Rua do Egito, 144 - Centro), em São Luís e, ainda, disponibilizadas nos endereços eletrônicos: www.fsadu.ufma.br e www.al.ma.gov.br.

Informa que as respectivas provas práticas e discursivas, serão realizadas nas datas, horários e condições a seguir especificadas:

a) Prova Prática de Digitação - Cargo: Agente Legislativo Administrativo

Data: 28/12/2004

Horário: 1ª turma – início: 9h, 2ª turma – início: 10h, 3ª turma – início: 15h e 4ª turma – início: 16h

Local: HCG – Rua das Paparubas, Qd. 1, Nº 10, São Francisco, São Luís-MA

Condições de realização: observar Edital do Concurso - item 6.15 e seus subitens

b) Prova Prática de Taquigrafia - Cargo: Taquígrafo

Data/Horário: 28/12/2004, das 8h e 30 min às 11h

Local: Auditório da Fundação Sôsândrade, à Rua de Santaninha, 194 - Centro, São Luís-MA

Condições de realização: observar Edital do Concurso - item 6.16 e seus subitens

c) Provas Discursivas

Cargos: Assessor Legislativo – áreas: Direito Tributário, Direito Constitucional, Economia, Finanças Públicas, Orçamento Público, Cultura Brasileira e Meio Ambiente

Data/Horário: 30/12/2004, das 8h e 30 min às 11h e 30 min

Local: Colégio Universitário da UFMA, à Rua do Arame, s/n, Vila Palmeira, São Luís-MA

Condições de realização: observar Edital do Concurso - item 6.14 e seus subitens

Comunica que os candidatos convocados deverão comparecer ao local designado para realização das provas com antecedência mínima de 30 (trinta) minutos do horário previsto para o início das atividades, portando, exclusivamente: original do documento de identidade com o qual realizou inscrição, comprovante de inscrição, caneta esferográfica de tinta azul ou preta, lápis e borracha. Os candidatos aos cargos de Assessor Legislativo – áreas: Direito Constitucional e Direito Tributário poderão levar, para consulta, durante a prova, códigos não anotados e não comentados, desde que os submeta a apreciação da fiscalização de sala.

Comunica, ainda, que a indicação da maior e da menor nota obtida, dentre os candidatos selecionados, em cada cargo, consta das respectivas listagens de convocados.

Para efeito de conhecimento de todos os interessados, o presente Edital será afixado nos Quadros de Avisos da Fundação Sôsândrade, da Assembléia Legislativa, divulgado nos meios de comunicação e, disponibilizado nos endereços eletrônicos: www.fsadu.ufma.br e www.al.ma.gov.br.

São Luís(MA), 17 de dezembro de 2004

Deputado Reginaldo Costa Nunes
Presidente da Comissão de Concurso

EDITAL Nº 004 – CC/AL

CONVOCAÇÃO PARA ENTREGA DE TÍTULOS

O Presidente da Comissão de Concurso, criada pela Resolução Administrativa nº 741/04 da Mesa Diretora da Assembléia Legislativa do Estado do Maranhão, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o disposto no subitem 6.17, do Edital nº 001/2004, de 19 de outubro de 2004, torna público, para conhecimento dos interessados, que as listagens dos candidatos convocados para entrega dos Títulos, referentes ao Concurso Público da Assembléia Legislativa para o cargo de Assessor Legislativo, conforme quadros em anexo, encontram-se afixadas nos Quadros de Avisos da Fundação Sôsândrade (Rua de Santaninha, 164 - Centro), da Assembléia Legislativa (Rua do Egito, 144 - Centro), em São Luís e, ainda, disponibilizadas nos endereços eletrônicos: www.fsadu.ufma.br e www.al.ma.gov.br.

Comunica que os candidatos convocados para a Prova de Títulos deverão fazer a entrega dos documentos pertinentes, na sede da Fundação Sôsândrade, Rua de Santaninha, 194 – Centro, em São Luís-MA, no período de 27 de dezembro de 2004 até 3 de janeiro de 2005, no horário das 8 às 12 horas e das 14 às 18 horas.

Comunica, ainda, que a avaliação de títulos será feita de acordo com os critérios estabelecidos no Anexo V do Edital do Concurso, terá caráter classificatório e será procedida somente para os aprovados na Prova Discursiva, na conformidade do item 6.14.12 do Edital supracitado.

Para efeito de conhecimento de todos os interessados, o presente Edital será afixado nos Quadros de Avisos da Fundação Sôsândrade, da Assembléia Legislativa, divulgado nos meios de comunicação e, disponibilizado nos endereços eletrônicos: www.fsadu.ufma.br e www.al.ma.gov.br.

São Luís(MA), 23 de dezembro de 2004

Deputado Reginaldo Costa Nunes
Presidente da Comissão de Concurso

**ANEXO DO EDITAL Nº 004 - CC / AL
RELAÇÃO DE CONVOCADOS PARA A ENTREGA DE
TÍTULOS
== ORDENAÇÃO ALFABÉTICA ==**

CARGO

ASSESSOR LEGISLATIVO - ECONOMIA

Nº	INSC	NOME	DOCUMENTO
1	063826	ACHILLES CAMARA RIBEIRO JUNIOR	141872934 SSP MA
2	040469	ARISTIDES LOBAO NETO	1542551 SSP MA
3	060038	JOSE CELSO VERAS DA COSTA	018427229 SSP MA

TOTAL DE CANDIDATOS CONVOCADOS: 3

CARGO

ASSESSOR LEGISLATIVO - FINANÇAS PÚBLICAS

Nº	INSC	NOME	DOCUMENTO
1	066902	BERNARDO FELIPE SOUSA PIRES LEAL	886189985 SSP MA
2	060699	CORIOLANO BERNARDINO DE SOUSA FILHO	877077983 SSP MA
3	061911	JOSE DUAILIBE MURAD FILHO	044600049 IFP MA
4	011139	JULIO CESAR BARBOSA BEZERRA	179187820010 SSP MA
5	066845	RICARDO LUIS ARAUJO PACIFICO DE SOUSA	493.105 SSP MA

TOTAL DE CANDIDATOS CONVOCADOS: 5

CARGO

ASSESSOR LEGISLATIVO - ORÇAMENTO PÚBLICO

Nº	INSC	NOME	DOCUMENTO
1	040436	ANDREAMARCILIA FERRBRA CAMPELO	216294940 SSP MA
2	062232	CLAUDIA MARIA DE CARVALHO FERREIRA	211023 SSP MA
3	060169	DAVID LIMA DA SILVA	930035 SSP MA
4	065631	DAVID SANTOS MATOS	358247950 GEJUSPC MA
5	063149	EDUARDO CAMPOS GOMES	443472955 SSP MA
6	066308	ENIO LEITE ALVES DA SILVA	47844695-4 SSP MA
7	060789	FLAVIO OLIMPIO NEVES SILVA	62511939 SSP MA
8	060897	IGOR DE SOUSA CARNEIRO	171963938 SSP MA
9	063156	JOSE EDSON MAIA JUNIOR	186332947 SSP MA
10	064501	MARIA LENISA FERREIRA DE SOUSA	130935720007 SSP MA

TOTAL DE CANDIDATOS CONVOCADOS: 10

CARGO

ASSESSOR LEGISLATIVO - CULTURA BRASILEIRA

Nº	INSC	NOME	DOCUMENTO
1	010529	ALAN JORGE PEREIRA PIRES	920757 SSP MA
2	062166	ANA ELVIRA BARROS FERREIRA LOPES	1126978687 SSP MA
3	037572	JULIA CONSTANCA PEREIRA CAMELO	14282513 SSP MA
4	034272	LETICIA CONCEICAO MARTINS CARDOSO	440659957 SSP MA
5	040444	LUIS FERNANDO DE OLIVEIRA CUTRIM	1150220683 SEJUSP MA
6	040477	PALLO VINICIUS LIMA DIAS	502405961 SSP MA

TOTAL DE CANDIDATOS CONVOCADOS: 6

CARGO

ASSESSOR LEGISLATIVO - MEIO AMBIENTE

Nº	INSC	NOME	DOCUMENTO
1	040362	BERGSON DOS SANTOS PINHEIRO	1872862 SSP MA
2	060426	LUZENEICE MACEDO MARTINS	1140505985 SSP MA
3	060939	MARCELO HENRIQUE BANDEIRA COSTA DE ALENCAR	1113924980 SSP MA
4	037283	THAIS PRAZAO PINTO	20888829 SSP MA
5	040461	YAROMA SILVA BORGES	1036451988 SSP MA

TOTAL DE CANDIDATOS CONVOCADOS: 5

CARGO

ASSESSOR LEGISLATIVO - DIREITO ADMINISTRATIVO

Nº	INSC	NOME	DOCUMENTO
1	040527	HELIO DA SILVA MAIA NETO	1626829 SSP MA
2	063131	JERUSA DE CASTRO DUARTE MENDES	18995926 SSP MA
3	060269	MARIA EMANUELA CARVALHO FERREIRA	693841974 SSP MA
4	061788	SUZAMIRA RAMOS MOURA SANTOS	195903943 SSP MA
5	040378	THAIS SILVA SOUSA	159397936 SSP MA

TOTAL DE CANDIDATOS CONVOCADOS: 5

CARGO

ASSESSOR LEGISLATIVO - DIREITO TRIBUTARIO

Nº	INSC	NOME	DOCUMENTO
1	064609	ADRIANO ANTUNES DAMASCENO	148819931 SSP MA
2	064907	AFONSO LIMA DA CRUZ JUNIOR	126011931 SSP MA
3	064089	ALINE PINHEIRO MACEDO COUTO	244736944 SSP MA
4	063057	ANDRE MENEZES MENDES	5717 OAB MA
5	034017	FERNANDO RODRIGUES DE ASSIS	5156 OAB MA
6	022798	JEANNE SILVA DOS SANTOS	241475945 SSP MA
7	064717	PAULO SERGIO LEMOS DE OLIVEIRA	6360 OAB MA
8	065268	RONALD FRANKLIN DA SILVA CARNEIRO	5180 OAB MA
9	060863	TAMER MORAES HELUY	63441934 SSP MA
10	065722	WERTHER DE MORAES LIMA JUNIOR	5253 OAB MA

TOTAL DE CANDIDATOS CONVOCADOS: 10

CARGO

ASSESSOR LEGISLATIVO - DIREITO CONSTITUCIONAL

Nº	INSC	NOME	DOCUMENTO
1	010512	ALESSANDRA RENATA LO PES ORTIZ	338065946 SSP MA
2	011122	ANDRE GONZALEZ CRUZ	0793755972 SSP MA
3	063792	ANTONIO LEONARDO SILVA LINDOSO	828427976 SSP MA
4	062554	AUGUSTO CESAR MAIA ARAUJO JUNIOR	6126 OAB MA
5	063735	CARLOS EDUARDO DE OLIVEIRA LULA	683122975 SSP MA
6	062819	HELLEN KARINE COSTA NORMANDO	5901 OAB MA
7	066407	JOSE MARCELINO DOS REIS LYRA WERNZ	167801937 SSP MA
8	060145	LUIS DE ANDRADE RIBEIRO	865052 SSP MA
9	040369	THIAGO SALLES ASSUNCAO	1051466994 SSP MA
10	063685	VLADIMIR FREIRE DE JESUS	1375572 SSP MA

TOTAL DE CANDIDATOS CONVOCADOS: 10


CORREIOS TELEGRAMA

Para enviar telegrama ligue 0800 9199130 ou acesse www.correios.com.br

<<Acuso recebimento do Ofício 437/2004 - GP/SM. Informo ao estimado amigo que o assunto já foi incluído na Ordem do Dia da Sessão Deliberativa, agendada para 02/12/04, em Plenário.

Cordiais saudações,
Senador José Sarney
Presidente do Senado Federal>>

Postado via SPE, em 29/11/2004 às 16:39.

SENADO FEDERAL / Gab. da PRESIDÊNCIA Praça dos Três Poderes, Prédio Principal - 1º Andar Rua Cívico-Administrativa 70165-900 - Brasília/DF	USO EXCLUSIVO DOS CORREIOS <input type="checkbox"/> Multa-es <input type="checkbox"/> Retencao <input checked="" type="checkbox"/> Ausente <input type="checkbox"/> Falta <input type="checkbox"/> Desconhecido <input type="checkbox"/> Não-existe o número indicado <input type="checkbox"/> Endereço inexistente. Falta <input type="checkbox"/> Outros (Especificar)
DR. CARLOS ALBERTO NEILSON Rua do Egito, 144 - Centro 65010-908 - São Luís/MA	NÚMERO DO TELEGRAMA 28996 MK00024802BR 



ESTADO DO MARANHÃO
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA
PALÁCIO MANOEL BEQUIMÃO
DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

PODER LEGISLATIVO

EDITADO PELA SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
Registro no cartório de títulos e documentos sob os números 1.780 e 24.950.
Rua do Egito, n.º 144, Centro - Fone: 214-5885 - FAX: (098) 222-6253
CEP.: 65010-908 - São Luís - MA
Site: www.al.ma.gov.br - E-mail: secom@al.ma.gov.br

CARLOS ALBERTO MILHOMEM
Presidente

JACIR DA SILVA MORAES
Secretário de Comunicação

HORÁRIO PARA ATENDIMENTO MÉDICO

MÉDICOS

Nome	Especialidade	Dia da Semana	Horário
Jorge Cateb (Coordenador)	Ginecologia/Clinica	Diariamente	08:30 às 13:00 horas
Célia Furtado Ribeiro	Clinica Médica	Segunda-Feira	15:00 às 18:00 horas
Gilma Abreu Costa Pereira	Pediatria	Segunda-Feira	15:00 às 17:00 horas
Maria do Carmo Chagas	Ginecologia/Clinica	Segunda-Feira	13:00 às 15:00 horas
Rivo Sérgio de Brito (Chefe)	Clinica Médica	Terça-Feira	08:30 às 12:00 horas
Ibraim Almeida	Pneumologia	Quarta-Feira	10:00 às 13:00 horas
Maria do Carmo Chagas	Ginecologia/Clinica	Quarta-Feira	08:00 às 10:00 horas
Gilma Abreu Costa Pereira	Pediatria	Quinta-Feira	09:00 às 12:00 horas
Rubens Rotondo Júnior	Ortopedista/Acupuntura	Quinta-Feira	15:00 às 18:00 horas
Izaías Amaral	Clinica Médica	Quinta-Feira	08:30 às 12:00 horas
Rubens Rotondo Júnior	Ortopedista/Acupuntura	Sexta-Feira	15:00 às 18:00 horas
Maria da Graça Anchieta	Ginecologia	Sexta-Feira	09:00 às 12:00 horas

DENTISTAS

Nome	Especialidade	Dia da Semana	Horário
Maurício Manso Correia	Dentista	Segunda-Feira	14:00 às 18:00 horas
Maria Irani de Jesus Santos	Dentista	Terça-Feira	08:00 às 13:00 horas
Jeane Carneiro Leda	Dentista	Terça-Feira	14:00 às 17:00 horas
Maria Edla C. P. Araújo	Dentista	Quarta-Feira	08:00 às 10:00 horas
Enedina Linhares Sales	Dentista	Quarta-Feira	10:00 às 13:00 horas
Jeane Carneiro Leda	Dentista	Quarta-Feira	14:00 às 17:00 horas
Roseane Pessoa Lima	Dentista	Quinta-Feira	08:00 às 13:00 horas
Marília Barros Muniz	Dentista	Quinta-Feira	14:00 às 17:00 horas
Nemézio de Sá Sousa (Chefe)	Dentista	Sexta-Feira	08:00 às 13:00 horas

O DIABETES

O diabetes é uma enfermidade que provoca o aumento da quantidade de açúcar (glicose) no sangue por falta absoluta ou relativa de insulina.

Aumento da quantidade de glicose no sangue

Transformamos grande parte dos alimentos que ingerimos em glicose. Essa glicose é transportada no sangue até as células, onde será usada como fonte de energia. Para facilitar esse transporte, nosso corpo produz uma substância chamada insulina. Quando se tem diabetes, o corpo não produz insulina ou não produz o suficiente, ou ainda a insulina produzida não funciona adequadamente. Daí o aumento da quantidade de glicose no sangue.

Auto nível de glicose no sangue: sintomas e conseqüências

Sem a insulina ou com o funcionamento inadequado dela, a glicose vai-se acumulando no sangue e é eliminada na urina. Os sintomas do diabetes são cansaço, perda de peso, sede, necessidade freqüente de urinar e visão turva. Com o tempo, podem surgir sérios problemas nos olhos - levando até à cegueira -, nos nervos, no coração, nos pés, nas artérias e nas veias.

Os tipos de diabetes:

*** Diabetes do Tipo I (diabetes mellitus insulino dependente):**

A falta de insulina ou sua produção insuficiente pelo corpo obriga a pessoa a aplicar insulina. Ocorre com mais freqüência em jovens.

*** Diabetes do Tipo II (não insulino dependente):**

É o caso de pessoas que produzem insulina, que não funciona de forma adequada. Atinge mais os adultos, pessoas com antecedentes familiares de diabetes ou com excesso de peso. Alimentação adequada, exercícios físicos, controle de peso e, em alguns casos, medicamentos, sejam comprimidos ou insulina, ajudam no controle desse tipo de diabetes.

Testes para se detectar glicose no sangue

Os teste mais comuns são:

- colocar uma gota de sangue em um medidor especial;
- teste da urina, usando uma fita especial que, em contato com a urina, acusa a presença de glicose ou cetonas. A presença de cetonas na urina pode significar que o nível de glicose no sangue está descontrolado;
- exame de sangue chamado HbA1c, que mostra o nível médio de controle da glicose sangüínea (glicemia) nos últimos 2 ou 3 meses. É um exame importante para o controle durante o tratamento do diabetes.

De qualquer forma, a indicação sobre o teste mais apropriado deve ser feita pelo médico.